

Alex Sousa Bernardo

# Um Palácio para um Abade

Dissertação de Mestrado em História da Arte,  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,  
sob orientação do Professor António Filipe Pimentel.



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
2009

Agradecimentos:

Neste pequeno e simbólico espaço deixo em jeito de memória o nome daqueles que sem a sua ajuda seria impossível a concretização deste trabalho ao longo das suas diversas fases.

A primeira pessoa a quem devo a feitura deste trabalho é o Professor Doutor António Filipe Pimentel, meu orientador e incentivador para que este fosse o tema que deveria levar até à realização destas páginas.

Deverei agradecer também ao Professor Doutor Saul António Gomes e a Dr<sup>a</sup> Maria Augusta Trindade Ferreira pelo incentivo que ambos tiveram na minha carreira académica e pelo vasto conhecimento que detém sobre o património alcobacense, sem o qual não conseguiria levar este trabalho a bom porto.

À Professora Doutora Regina Anacleto e ao Doutor Carlos Caetano, que me acompanharam mais de perto nesta fase final da elaboração da tese, sem os quais o percurso teria decerto sido interrompido.

Ao Eng. Monteiro pela disponibilidade que sempre demonstrou ao facultar o acesso incondicional à sua biblioteca particular.

Ao digníssimo João da Bernarda, que me facultou todo o seu conhecimento empírico e académico sobre o Mosteiro de Alcobaça.

Ao João Monteiro, cujos trabalhos por si realizados exerceram em mim a necessidade de descoberta deste edifício tão enigmático.

Aos meus pais, graças a eles e com a perseverança e insistência permitiram que muitas das dificuldades encontradas fossem ultrapassadas.

E por final à minha esposa, que conseguiu nestes tempos difíceis de clausura perante o mundo, me dar o apoio que precisei, tendo consciência que pedi atenção numa quantidade que lhe fui incapaz de retribuir.

A todos estes e ainda aos demais que a memória me traiu, o meu mais sincero obrigado.

Resumo.

Uma reflexão sobre o papel empreendedor do Cardeal D. Henrique, do Rei com os seus debuxos e a extrema competência técnica de Miguel de Arruda na concepção do Palácio Abacial de Alcobaça.

Palavras-chave:

Mosteiro de Alcobaça, Palácio Abacial de Alcobaça, Cardeal D. Afonso, Cardeal D. Henrique, Miguel de Arruda, Renascimento, Arquitectura-chã, Palácio Bloco.

## Abstract

A reflection on the role of entrepreneur Cardinal Henrique, the King with his drawings, and the extreme technical competence of Miguel de Arruda in the conception of Alcobaca's Abbatial Palace.

## Key-words:

Alcobaca Monastery, Alcobaca's Abbatial Palace, Cardinal Henrique, Cardinal Afonso, Miguel de Arruda, Renaissance, Plain Architecture, Block Palace.

Créditos das Imagens:

DUBY, Georges,  
*L' Art Cistercien*,  
1, 2, 34, 121.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN

(actualmente integrada no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU):

3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 27, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 52, 53, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 170, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 263, 266, 268, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 330, 362, 367, 368, 369, 378, 379, 380, 382, 383, 384, 402, 407, 411, 413, 414, 415, 423, 426, 427, 435, 443, 444, 451, 455, 473, 477, 478, 479, 480, 481, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 511

DGEMN, alteradas pelo autor:  
469.

Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR

(actualmente integrado no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – IGESPAR)

172, 173, 325, 326, 327, 406.

IPPAR alteradas pelo autor:

276 (alterado pelo autor), 373, 375, 385, 391, 397, 409, 410, 418, 420, 421, 428, 431, 436, 437, 438, 441, 442, 447, 449, 450, 453, 454, 461, 468, 471, 482, 508.

BYRNE, Gonçalo:  
13, 14, 16

Instituto Geográfico Português - IGP

15, 248, 249, 250, 337, 460.

Arquivo histórico Militar:

18, 19, 259, 260, 338

TAVARES, José Pedro Duarte,

*Mosteiro de Alcobaça, O Claustro Sul no Mosteiro de Alcobaça*. Relatório CB 25,  
20, 35, 59, 254

LEROUX-DHUYS, Jean François.

*Les Abbayes cisterciennes*  
21, 23, 31, 60

NOVA, Bernardo Vlila, NOVA, Silvino Villa,  
*Breve História de Alcobaça*  
32, 75, 314.

Fotografias do autor:

33, 36, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 54, 55, 56, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 76, 79, 80, 82, 93, 94,  
95, 96, 97, 98, 99, 111, 112, 115, 117, 118, 131, 135, 136, 160, 161, 162, 163, 166, 167,  
168, 169, 171, 175, 178, 185, 188, 194, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207,  
208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224,  
225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 235, 236, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 264, 271,  
272, 273, 274, 277, 316, 317, 328, 329, 331, 333, 339, 342, 343, 344, 345, 347, 348,  
349, 350, 351, 352, 354, 370, 371, 374, 376, 377, 381, 386, 387, 388, 389, 390, 292,  
393, 394, 395, 396, 403, 405, 408, 412, 416, 417, 419, 422, 424, 425, 429, 432, 433,  
434, 439, 440, 445, 446, 448, 452, 456, 457, 458, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 470,  
472, 474, 475, 476, 483, 484, 485, 509, 510

Ortofotomapa com alteração do autor  
83

Colecção Foto-Alvão da Biblioteca Municipal de Alcobaça:  
37, 294, 296, 366

KORRODI, Ernesto,  
*Alcobaça: estudo histórico-archeológico e artístico*, Porto, Litografia Nacional, 1929:  
47, 57, 58

Guilherme Elsdén  
Instituto Geográfico do Exercito  
61, 64, 69, 81, 278, 279, 280, 355.

MARQUES, Maria Zulmira Furtado,  
*Um Século de História de Alcobaça. 1810-1910. Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio:*  
62, 63

SAMPAIO, Jorge Pereira de, PEREIRA, Luis Peres,  
*100 anos de comércio em Alcobaça*  
267, 361, 363, 364, 365, 459.

Carlos Manuel Pilkington, Câmara Municipal de Alcobaça  
65, 356, 358, 359, 398, 399, 400, 401.

Dra Maria Augusta Trindade Pablo Ferreira (arquivo pessoal)  
68, 74, 237, 239, 240, 241, 253, 256, 357, 360, 404.

COCHERIL, Dom Maur,  
*Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*,  
30, 72, 270, 275 (alterado pelo autor)

SANTOS, Frei Manoel dos,

*Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça,*  
(NASCIMENTO, Aires Augusto, leitura, introdução e notas),  
71

POLÓNIA, Amélia,  
*D. Henrique*  
84, 85, 86, 87, 88, 89.

HAUPT, Albrecht,  
*A arquitectura do renascimento em Portugal : do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol:*  
91.

SÉRLIO, Francesco Sebastiano,  
147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 187

Desenhos do autor:  
149, 265, 334, 335, 340, 341, 346, 353.

NUNES, Ana,  
“Intervenção arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI” *Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*  
165

Biblioteca Pública de Évora - BPP  
195, 196

Arquivo Nacional Torre do Tombo - TT  
199, 200. 232, 233.

TAINHA, Manuel, MOREIRA, C. A. Gil, GOUVEIA, Adelino,  
*Plano Geral de Urbanização da Vila de Alcobaça, 1979: objectivos e propostas:*  
234, 332.

FRANCO, Anísio, PENTEADO, Pedro,  
“A Série Régia de Miguel António Amaral na Câmara Municipal da Moita”,  
*Actas, I Jornadas de História e Património Local:*  
246, 247.

BARBOSA, Pedro Gomes, MOREIRA, Maria da Luz,  
*Seiva Sagrada, A Agricultura na Região de Alcobaça,*  
255

BARBOSA, Vilhena, ed.  
*Archivo Pittoresco, volume 6*  
258, 261

NUNES, Ana,

“Intervenção arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI”

*Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII:*

269

KUBLER, George,

*A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706),*

372

|  |    |
|--|----|
| Índice   |    |
| Introdução   | 4  |
| <br>   |    |
| CAPITULO I – Antes do palácio, no mosteiro                               | 6  |
| 1 – Fundação do Mosteiro de Alcobaça                                     | 6  |
| 2 – As reformas das visitas na Baixa Idade Média (1458-1519)             | 13 |
| 2.1 – <i>Ecclesia semper reformanda</i>                                  | 13 |
| 3 – O abaciado do Infante Comendatário D. Afonso (1519-1540)             | 17 |
| 3.1 – As reformas do abaciado do Infante D. Afonso                       | 17 |
| 3.2 – A emancipação da vila – a mudança da cerca                         | 20 |
| 4 – O abaciado do Cardeal Infante D. Henrique (1540-1548)                | 23 |
| 4.1 – As obras do abaciado de D. Henrique                                | 33 |
| <br>   |    |
| CAPITULO II – Um palácio para um abade                                   | 41 |
| 5 – Um palácio para um abade   | 41 |
| 6 – Do paço medievo ao palácio-bloco                                     | 42 |
| 6.1 – A casa nobre medieval  | 42 |
| 6.2 – As casas de pátio  | 44 |
| 6.3 – O palácio-bloco  | 45 |
| 6.4 – As influências italianas   | 47 |
| 6.4.1 – O palácio renascentista  | 49 |
| 6.5 – As obras do palácio abacial de Alcobaça                            | 50 |
| 6.6 – Aspectos comuns entre o palácio abacial e outras obras portuguesas | 53 |
| <br>   |    |
| CAPITULO III – Os protagonistas  | 56 |
| 7 – Os protagonistas do palácio  | 56 |
| 7.1 – Sérlio   | 57 |
| 7.2 – Francisco de Holanda   | 58 |
| 7.3 – Diogo de Castilho  | 59 |
| 7.4 – Diogo de Torralva  | 62 |
| 7.5 – Diogo de Arruda  | 63 |
| 7.6 – Francisco de Arruda  | 64 |

---

|   |     |
|---|-----|
| 7.7 – João de Castilho  | 66  |
| 7.8 – Manuel Pires  | 69  |
| 7.9 – Miguel de Arruda  | 70  |
| 8 – Miguel de Arruda, arquitecto régio e arquitecto do palácio abacial                        | 73  |
| <br>  |     |
| CAPITULO IV – A vida no palácio   | 77  |
| 9 – A vida no palácio abacial (1548-1580)   | 77  |
| <br>  |     |
| CAPITULO V – De palácio a hospedaria  | 80  |
| 10 – A União Ibérica e a passagem de palácio a hospedaria (1580-1640)                         | 80  |
| 10.1 – Do palácio do D. Abade a hospedaria  | 81  |
| 10.2 – Uma descrição tardo-renascentista do palácio abacial enquanto hospedaria               | 84  |
| 10.3 – Das obras que transformaram a fachada até à extinção das ordens religiosas (1640-1833) | 85  |
| 10.4 – A hospedaria Real  | 87  |
| 11 – A ocupação civil do palácio (a partir de 1833)   | 93  |
| 12 – O palácio nos nossos dias  | 94  |
| <br>  |     |
| CAPITULO VI – Os espaços no palácio   | 97  |
| 13 – Descrição do palácio   | 97  |
| 13.1 – As fachadas  | 98  |
| 13.2 – As componentes   | 103 |
| 13.2.1 – Piso 1   | 103 |
| 13.2.1.1 – Casa de entrada ou da portaria   | 103 |
| 13.2.1.2 – Passadiço  | 104 |
| 13.2.1.3 – Escada   | 104 |
| 13.2.1.4 – Sala de canto  | 105 |
| 13.2.1.5 – Galeria poente   | 105 |
| 13.2.1.6 – Galeria Sul e salas  | 105 |
| 13.2.1.7 – Galeria Nascente   | 106 |
| 13.2.1.8 – Galeria Norte e Salas  | 106 |
| 13.2.1.9 – Sala da antiga escada  | 107 |
| 13.2.2 – Piso 2   | 107 |

|  |     |
|--|-----|
| 13.2.2.1 – Escada  | 107 |
| 13.2.2.2 – A sala do Norte, a sala do Centro e a sala do Sul | 108 |
| 13.2.2.2 – Galeria Sul e salas                               | 109 |
| 13.2.2.3 – Galeria Nascente                                  | 109 |
| 13.2.2.4 – Galeria Norte e salas                             | 110 |
| 13.2.2.5 – Galeria Poente                                    | 110 |
| 13.2.3 – Criptopórtico                                       | 110 |
| 13.2.3.1 – Sala Poente                                       | 111 |
| 13.2.3.2 – Sala do Centro                                    | 111 |
| 13.2.3.3 – Sala Nascente                                     | 111 |
| 13.2.4 – Cobertura   | 112 |
| 13.2.5 – O claustro D. Afonso VI                             | 112 |
| 13.2.6 – Sobreclaustro                                       | 113 |
| <br>   |     |
| CONCLUSÃO  | 113 |
| <br>   |     |
| BIBLIOGRAFIA   | 117 |
| Fontes Manuscritas   | 117 |
| Fontes Impressas – Livros                                    | 118 |
| Fontes Impressas – Revistas                                  | 126 |

*“Ai una hospedaria cosa toda real q propriamente fue echa para aposento de los Abades si adntinistraran sus dignidades al estilo antiguo. edificola el infante cardenal don enrique para palacio suyo y como despues se mudo el gouierno del monasterio y murio el Abbad i juntamente Rei qdo para esta obra taxi propria de los monasterios como es hospedar.”<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

O estudo que aqui se apresenta resulta de várias etapas percorridas durante o meu despretenhioso percurso académico.

A primeira etapa foi a Licenciatura em Arquitectura pela Universidade Lusófona, em Lisboa. A segunda etapa foi a Pós-Graduação em História de Arte, pela Universidade de Coimbra.

Durante o correr da segunda etapa cruzei-me, na disciplina de Arquitectura Civil, com o Professor António Filipe Pimentel, o qual viria a ser o meu Orientador de Mestrado. A pretexto desta disciplina iniciei a minha pesquisa sobre o Palácio Abacial de Alcobaça, um tema que hoje continua longe de estar esgotado.

Durante a Pós-Graduação alinhavi algumas ideias sobre o autor moral e material do referido Palácio, mas como o plano da formação não o permitia, deixei para este momento uma pesquisa mais avançada. O espírito de pesquisa e de curiosidade encontrava-se razoavelmente apurado e, portanto, era necessário avançar para trazer à história um pouco mais de pormenor e certeza.

No momento da minha anterior formação, corria Junho de 2006, as certezas eram muito poucas, mas as que tinha eram consistentes e permitiam-me assumir para com a Universidade de Coimbra e com toda a academia coimbrã, nomeadamente com o Professor António Filipe Pimentel, um compromisso de estudo sobre o Palácio Abacial sito em Alcobaça, terra onde assentam as minhas raízes familiares.

Nessa altura dois dados estavam lançados: o autor moral do Palácio era o Cardeal D. Henrique; a época de construção do Palácio reportava ao Renascimento. Quanto aos intervenientes históricos que participaram em toda esta obra eram muitos. Cada um deles assumia um papel diferente que era necessário agora restituir, definindo

---

<sup>1</sup> CORREIA, Vergílio, “Uma Descrição Quinhentista do Mosteiro de Alcobaça”, *Obras*, vol. V Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978, p. 63

nomeadamente datas de intervenção dentro de uma época histórica tão vasta como o Renascimento.

Face ao exposto, hoje posso dizer que em Junho de 2006, após a entrega do trabalho da cadeira de Arquitectura Civil, a primeira pedra para a elaboração da presente dissertação já estava lançada. Posso dizer também que o tempo me ajudaria mais tarde, a recolher os documentos que agora apresento e que me permitiram um olhar mais coerente e completo sobre o edifício.

Desfolhando a história, encontrei dados mais precisos sobre a sua construção e a edificação, acompanhando a evolução até à actualidade, de um palácio que é um marco histórico de uma antiga vila num país rico em monumentos. Cumpre-me apresentar os protagonistas históricos que encomendaram e construíram esta obra, e o seu *modus operandi* e no quadro mais geral da história do Renascimento.

As dificuldades ao longo de toda esta pesquisa foram muitas, nomeadamente quanto à leitura paleográfica dos textos quinhentistas; de entre os quais o “*Livro da fazenda do Infante (...)*”<sup>2</sup>. Este livro abrange um período de vinte e um anos, de 1538 a 1559, e regista as diversas despesas assumidas pelo Cardeal na construção de algumas obras, entre as quais as relativas à construção do Palácio Abacial de Alcobaça.

Partindo rumo à Biblioteca Pública de Évora, o tão desejado livro estava lá e ajudar-me-ia, assim, na minha pesquisa.

O primeiro passo estava dado; atravessava-se-me agora a barreira da leitura paleográfica, não conseguindo eu, com a minha formação, perceber ou extrair dele as informações que me ajudassem a fazer bom uso das informações contidas naquele livro. Nessa altura, decidi contactar a Doutora Amélia Polónia, professora catedrática da Faculdade de Letras do Porto, por esta ser uma especialista na leitura do Cardeal D. Henrique, tendo inclusivamente estudado o referido livro.

A reunião de um sábado à tarde do ano de 2007 deixou-me um pouco duvidoso e até céptico quanto a algumas “achegas” dadas pela Doutora Amélia Polónia. No final dessa reunião lembro-me de ter feito toda a travessia entre o Porto e Vila Nova de Gaia com uma dúvida acérrima sobre a intervenção directa do Cardeal na construção do Palácio Abacial.

---

<sup>2</sup> *Livro da fazenda do Infante D. Anrique que começou em Janeiro do anno de 538 annos*, Biblioteca Pública de Évora, Códice CVII/I-29.

Como qualquer grande mestre, a Doutora Amélia Polónia não “me deu a cana mas ensinou-me a pescar”, prontificando-se, de imediato, a ajudar-me e enviando-me, mais tarde, a listagem de todos os intervenientes citados no referido livro.

Apreciados os nomes por si indicados, e apesar de existirem algumas referências a Alcobaça, não me parecia, de facto, que se pudesse estabelecer qualquer elo de ligação entre o Palácio e os inúmeros colaboradores do Cardeal.

Mais tarde voltei a fazer nova análise e decidi excluir todos os nomes que nada tivessem a ver com Alcobaça. Sobraram vinte e seis nomes.

Como se trata de um livro de Fazenda, no qual se vão registando os gastos do seu titular, ao longo da vida útil do mesmo, seria de certo modo fácil descobrir quando foram gastas determinadas importâncias e em quê, desde que houvesse indicação das referidas despesas. Assim, entre os fólhos 182 e 191v. estão relatados diversos pagamentos relacionados com Alcobaça; entre eles almoxarifes, alcaides-mor, barbeiros, escritvães, físicos, meirinho, medidor de celeiros, porteiros e procuradores entre muitos outros.

Desses vinte e seis nomes, um ressaltou pela sua possível ligação ao palácio abacial, sendo precisamente o último da lista, de seu nome Miguel de Arruda, curiosamente o único da lista com possíveis relações a obras efectuadas no Mosteiro.

Às clássicas perguntas *como, porquê, por quem e quando* foi construído o palácio abacial vou tentar responder nesta tese.

## CAPITULO I - Antes do palácio, no mosteiro

### 1 – A Fundação do Mosteiro de Alcobaça

Para que seja possível uma melhor integração do palácio abacial no espaço do mosteiro de Alcobaça convém situarmos e integrarmos o mesmo no contexto local, nacional e internacional para uma melhor percepção do mesmo.

Estávamos na primeira metade do século XII; Portugal era governado por D. Afonso Henriques, e as constantes batalhas com os mouros, levavam à necessidade de se povoar o território recém-conquistado sob pena de se voltar a perdê-lo.

Era de todo o interesse de D. Afonso Henriques, ganhar o afecto de Bernardo de Claraval<sup>3</sup>, pois este, com o poder que tinha na Cúria Romana, podia muito bem facilitar o seu reconhecimento como Rei pelo Papa. Por outro lado, os conhecimentos que os cistercienses detinham na agricultura permitiriam, através da criação de centros fixadores de populações – os mosteiros – contribuir para resolver o problema do povoamento<sup>4</sup>.

Alcobaça, sendo filha de Claraval, teria obviamente que ter influências da sua progenitora. Na realidade, a afinidade mãe/filha advém de quando se criava um novo mosteiro. O projecto começou com a ida de doze monges e um abade da abadia-mãe para a futura abadia. Estes monges fundavam assim um novo mosteiro, replicando na nova construção o saber recolhido na abadia original.

Chegados a Alcobaça em 1153<sup>5</sup>, os monges deram início à construção das instalações onde iriam residir. Desbravando uma mata de carvalhos, conseguem uma clareira de solo rochoso, entre dois rios, ideal para a execução da sua abadia. No entanto, estas instalações iniciais não foram aquelas que todos nós hoje damos por adquiridas, como sendo o mosteiro original.

Claramente a construção proposta, na dimensão em questão, não se fazia numa questão de dias, mas sim de dezenas de anos e até que se pudessem estabelecer condignamente lá. A primeira construção foi executada em madeira<sup>6</sup>, material abundante na região e facilmente trabalhável, localizando-se onde hoje existe a Igreja de Nossa Senhora da Conceição<sup>7</sup>. O seu nome, o mosteiro de Santa Maria<sup>8</sup>, com o cognome de “a velha”<sup>9</sup> - para se diferenciar do mosteiro “novo” que chegou até aos nossos dias – foi, no fundo, o mosteiro que se propunham construir<sup>10</sup>, ao invés do outro que apenas serviria de abrigo temporário<sup>11</sup>.

---

<sup>3</sup> Ou S. Bernardo

<sup>4</sup> Apontamentos da Dra. Maria Augusta Lage Trindade Pablo Ferreira.

<sup>5</sup> A carta de Fundação/Doação data de 8 de Abril de 1153, a última que Bernardo de Claraval deu em vida.

<sup>6</sup> Tal como nos primeiros mosteiros franceses da ordem. Nas imagens 1 e 2 podemos observar a abadia de Claraval, em que se notam os edifícios construídos em madeira.

<sup>7</sup> Ver imagens 3 a 12. Nas fotografias 11 e 12, nas vistas posteriores da actual Igreja de Nossa Senhora da Conceição ainda se pode observar o muro da antiga cerca do mosteiro. Neste caso, um troço comum da cerca anterior ao século XVI e posterior.

<sup>8</sup> Ver imagem 13.

<sup>9</sup> Ou “Convento de Santa Maria Antiga”. (SILVA, José Custódio Vieira da, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, IPPAR, 2003, p. 9)

<sup>10</sup> Ver imagem 14.

<sup>11</sup> Ver imagem 16.

A primeira pedra para a nova abadia foi colocada a 10 de Maio de 1178. Mas em 1195, a abadia sofre um revés. Miramulim, desembarca na Pederneira e degola os 95 monges que trabalham na nova abadia. A 20 de Outubro de 1222 é sagrada pela primeira vez a Igreja, sendo que os monges se instalam definitivamente na abadia a 6 de Agosto de 1223<sup>12</sup>.

Todas as obras construídas em qualquer período da história denotam variações, reflectindo o meio onde se inserem, os novos cânones estéticos e as evoluções a nível construtivo.

Alcobaça não foi excepção. Ao contrário da maioria das abadias existentes na altura, Alcobaça viu a sua planta invertida em relação ao que era comum: por exemplo, as dependências foram construídas a Norte da igreja. Para fundamentar esta diferença podemos evocar a constituição do solo: a Norte demonstra-se muito mais sólido, de origem rochosa, enquanto a Sul o mesmo demonstra ser de origem argilosa, logo muito menos consistente. Esta mesma localização veio a revelar-se a mais correcta, pois a construção do Colégio da Conceição, na zona a Sul da Igreja no século XVII, foi um perfeito desastre: com as cheias<sup>13</sup> e deslizamentos de terras provenientes do monte que lhe ficava sobranceiro – o Cabeço de Deus – e pela menor capacidade de resistência do mesmo em caso de sismo, como se verificou no terramoto de 1755.

Outro dos fundamentos para a localização das dependências a Norte prende-se com a orientação do leito dos rios e do necessário escoamento dos detritos e resíduos provenientes da cozinha e “necessárias”<sup>14</sup>. Um mosteiro tinha que obrigatoriamente estar localizado junto de um rio, quer por questões de abastecimento de água, quer pelo saneamento e quer pela manutenção do próprio mosteiro<sup>15</sup>. Uma das condições para a escolha do local a implementar um mosteiro era precisamente essa: o estar localizado

---

<sup>12</sup> SILVA, Carlos Mendonça da (coord.), *Roteiro cultural da região de Alcobaça: a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça (organiz. Adepa), 2001, p. 46 No mesmo dia em que falece D. Afonso II.

<sup>13</sup> Existiram uma série de cheias que de um modo geral deixaram marcas no mosteiro. As maiores ocorreram em 1437 (com a inundaçãõ do mosteiro); em 1475; em 1772, a 11 de Novembro e em 1893, a 8 de Janeiro. Foi devido a esta última, que os Monumentos Nacionais retiraram cerca de 4 metros de entulho na Ala Sul, já em meados do séc. XX.

<sup>14</sup> Ver imagem 15. Nesta imagem de 1791 pode-se ver as “necessárias” a passar por cima de uma ruela. Na fachada Norte, a ala dos dormitórios prolonga-se até á zona dos celeiros, onde se situa nos últimos dois pisos os dormitórios, escoando os detritos pelo “cano das necessárias” em direcção aos rios. Na imagem 17 pode ver-se que no alinhamento da segunda mansarda, as janelas não se encontram alinhadas com as demais, em virtude de se ter amputado os dois pisos das “necessárias” que passavam a rua em ponte. Nas imagens 18 e 19 temos as plantas dos dois pisos das “necessárias” em 1776.

<sup>15</sup> Ver imagem 20.

junto a um ou mais rios<sup>16</sup>, sendo que as dependências tinham que estar localizadas a jusante do mesmo, para que o escoamento das águas provenientes das necessárias e da cozinha se efectuasse o mais rapidamente para longe destas, de forma a não causar maus cheiros junto das demais dependências<sup>17</sup>. Ora, se as mesmas se encontrassem a Sul da igreja, e correndo o rio de Sul para Norte, a necessidade de escoamento das águas sujas obrigaria as mesmas a passarem por baixo da igreja ou a contornar a mesma, o que iria provocar sempre cheiros desagradáveis. Assim sendo, considera-se que a localização das dependências teve sempre em linha de conta a orientação dos rios; e Alcobaça não é um mero acaso, mas sim uma soma de factores que obrigaram à localização a Norte da Igreja. Esta era na verdade uma situação rara no panorama da implantação das casas cistercienses, mas Alcobaça implementou-se e sustentou-se nesses moldes; em algo similar ao dos mosteiros franceses<sup>18</sup>.

No fundo, a estrutura de um mosteiro era semelhante à de um grande palácio: existia o dormitório; o refeitório; as necessárias; a igreja; a hospedaria – para receber os visitantes - e a portaria<sup>19</sup>. Tal como defendia a regra de S. Bento, a matriz era repetida e apenas sofria alterações pontuais decorrentes dos locais e dos tempos em que estas eram construídas. A distribuição das diversas dependências seguia uma matriz bem definida<sup>20</sup>, tal como a sequência com que eram construídas.

A primeira delas era o templo<sup>21</sup>, começando este a ser construído pela cabeceira, onde alguns também já incluíam o altar-mor, seguido dos transeptos e finalmente as naves. Estas naves eram ainda repartidas em 2 partes. A primeira a contar da cabeceira era o coro dos monges<sup>22</sup>, separado por uma grade do coro dos irmãos conversos<sup>23</sup>. A localização da igreja seria sempre no ponto mais alto do terreno.

---

<sup>16</sup> Ver imagem 21.

<sup>17</sup> Ver imagem 16.

<sup>18</sup> De uma amostragem rápida, percebe-se que na grande maioria dos mosteiros cistercienses o claustro situava-se a Sul, ou à direita da Igreja. Nos casos mais comuns, com o Claustro à direita podemos inumerar os seguintes mosteiros: Claraval (ver imagem 22); Cluny (ver imagem 23); Fontenay (ver imagem 24); Sant-Gall (ver imagem 25); Veruela (ver imagem 26); e em Portugal o mosteiro de Salzedas (ver imagem 27). Do lado oposto, ou seja com o claustro à esquerda podemos identificar os seguintes mosteiros: Poblet (ver imagem 28); Pontigny (ver imagem 29); e obviamente o Mosteiro de Alcobaça (ver imagem 30).

<sup>19</sup> APPLETON, Vasco Miguel Pontes, *Abadia de Santa Maria de Alcobaça: Caracterização Construtiva*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico, policopiada, Lisboa, 2000, p. 58

<sup>20</sup> Ver imagem 31.

<sup>21</sup> Na imagem 31 surge com a designação 1.

<sup>22</sup> Ver ponto 7 na imagem 31.

<sup>23</sup> Ver ponto 10 na imagem 31.

Nos mosteiros medievais, e ao contrário do que acontece na maioria das casas que nos chegaram até hoje, não se acedia ao mosteiro pelo portal principal, mas antes por um pequeno portal coberto na Galilé<sup>24</sup>. A Galilé era o local de sepulto dos reis e nobres<sup>25</sup>, sendo que em Alcobaça<sup>26</sup> aqui permaneceram até que o elevado estado de degradação da mesma<sup>27</sup>, obrigou a que os túmulos fossem recolhidos para o interior do templo<sup>28</sup>. Entre 1782 e 1786, estes restos mortais acabaram por ser definitivamente transportados para o Panteão, construído sob risco de Guilherme Elsdén<sup>29</sup> por volta de 1770<sup>30</sup>. Este panteão, adossado ao transepto Sul<sup>31</sup>, seguiu um estilo neo-gótico<sup>32</sup>, que apenas alguém com a sensibilidade do inglês podia executar à época<sup>33</sup>. A Rainha Dona Maria visitou pela primeira vez Alcobaça em 1782, tendo à altura dado autorização para a mudança dos túmulos, pelo que se entende que o Panteão já se encontrava construído. Até meados do século XX, era no Panteão que se encontravam os túmulos de D. Pedro e D<sup>a</sup> Inês<sup>34</sup>, tendo os mesmos sido mudados para o transepto<sup>35</sup> aquando das obras dos Monumentos Nacionais na década de 30 e 40 do mesmo século.

Adossado a uma das paredes laterais das naves ficava o claustro principal ou quadra<sup>36</sup>, como antigamente se designava. Era a partir do claustro que dependia o crescimento e a organização das restantes áreas, bem como a comunicação entre si. Para se aceder ao dormitório<sup>37</sup> e ao refeitório<sup>38</sup> tinha que se passar pelas galerias do claustro<sup>39</sup>, pois era este que permitia a comunicação entre as demais zonas do mosteiro.

<sup>24</sup> Ver ponto 12 na imagem 31.

<sup>25</sup> Dado que os leigos não podiam ser sepultados dentro das igrejas (SILVA, J., *O Panteão Régio*, p. 17)

<sup>26</sup> A galilé de Alcobaça foi mandada construir pelo rei D. Afonso II às suas custas. (SILVA, J., *O Panteão Régio...*, p. 12)

<sup>27</sup> Ver imagem 32. Esta imagem realizada durante a Terceira Missão Estética de Férias nos meses de Agosto e Setembro de 1939, era a proposta de “reintegração” da fachada no seu antigo modelo gótico, destruindo a actual fachada barroca, tal como era apanágio na época. A fachada original, gótica seria algo semelhante a esta proposta ou mesmo mais aproximada à fachada de S. João de Tarouca, visível na imagem 33. Na imagem 34, da abadia francesa de Claraval podemos observar a galilé com o seu portal.

<sup>28</sup> A mudança ocorreu durante o abaciado de D. Jorge de Melo, ou seja entre 1505 e 1519, tendo sido deslocados para o braço direito do transepto onde já se encontravam os túmulos de D. Pedro e D. Inês. (SILVA, J., *O Panteão Régio...*, p. 32)

<sup>29</sup> Guilherme Elsdén ou William Elsdén foi um marceneiro inglês que chegou a Portugal antes de 1763. Foi subindo na carreira até se tornar arquitecto, tendo executado uma série de trabalhos régios, entre eles o Jardim Botânico e o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.

<sup>30</sup> SILVA, J., *O Panteão Régio...*, p. 37

<sup>31</sup> Na imagem 35, vê-se facilmente o mesmo panteão adossado ao transepto Sul.

<sup>32</sup> Ver imagem 36.

<sup>33</sup> SILVA, J., *O Panteão Régio...*, p. 37

<sup>34</sup> Ver imagem 37.

<sup>35</sup> Ver imagens de 38 a 42.

<sup>36</sup> Quadra advém da sua forma em planta ser quadrangular. Ver o ponto 13 na imagem 31.

<sup>37</sup> Ver o ponto 17 na imagem 31.

Era em torno dos “lugares regulares” ou dependências que se desenvolvia a vida diária no mosteiro.

A planta do claustro era como habitualmente quadrada; tinha quatro galerias cobertas sob arcadas por onde se circulava<sup>40</sup>, sendo descoberto ao centro. No centro encontrávamos as árvores de fruto<sup>41</sup> ou pequenos jardins de forma geométrica<sup>42</sup> e rematados por uma fonte de água<sup>43</sup>.

Vindos da igreja, através da porta junto à cabeceira<sup>44</sup>, acedíamos ao *armarium*<sup>45</sup>, à sala do capítulo<sup>46</sup>, ao dormitório<sup>47</sup>, ao parlatório<sup>48</sup>, ao calafetório<sup>49</sup>, ao refeitório<sup>50</sup> e/ou à rua/ruela dos conversos<sup>51</sup>; mas este último acesso nem sempre existia, tendo em conta a separação de vivências que deveriam existir entre os conversos e os monges do coro. Os irmãos conversos sempre viveram separados dos monges do coro<sup>52</sup>, pois os conversos trabalhavam o campo e a sua vocação menos contemplativa não permitia que acedessem às partes mais reservadas da casa, e tal incluía o acesso à igreja.

Relativamente a Alcobaça, tal como nos restantes mosteiros da ordem, os conversos acediam ao templo através da ruela, na medida em que estes últimos assistiam às celebrações através de uma grade<sup>53</sup> que atravessava transversalmente o corpo das naves. Em algumas ocasiões as grades eram ainda cobertas por panos e a celebração apenas ficava ao alcance dos conversos.

A cozinha, ao estar situada entre o refeitório dos monges do coro e dos conversos<sup>54</sup>, permitia que todo o abastecimento de água<sup>55</sup> e alimentos se efectuasse por estruturas

---

<sup>38</sup> Ver o ponto 25 na imagem 31.

<sup>39</sup> Ver o ponto 15 na imagem 31

<sup>40</sup> Ver imagem 43.

<sup>41</sup> Ver imagem 44.

<sup>42</sup> Ver imagem 45

<sup>43</sup> Ver imagem 46. A fonte era alimentada pela mesma conduta que abastecia o lavabo, junto das galerias do claustro.

<sup>44</sup> Ver ponto 9 na imagem 31.

<sup>45</sup> Ver ponto 14 na imagem 31.

<sup>46</sup> Ver ponto 16 na imagem 31.

<sup>47</sup> Ver ponto 17 na imagem 31.

<sup>48</sup> Ver ponto 20 na imagem 31.

<sup>49</sup> Ver ponto 24 na imagem 31.

<sup>50</sup> Ver ponto 25 na imagem 31.

<sup>51</sup> Ver ponto 11 na imagem 31. Neste ponto acedíamos através de uma porta da ruela dos conversos ao coro dos mesmos.

<sup>52</sup> Na imagem 31, pode-se observar essa mesma separação pelas cores utilizadas. A zona restrita aos conversos está a azul claro, e a zona dos monges do coro está a bege.

<sup>53</sup> Na imagem 31 essa grade situava-se na linha que separa as cores na nave, sensivelmente a meio do corpo da igreja.

<sup>54</sup> Ver ponto 28 na imagem 31. Na reconstituição do mosteiro medieval de Korrodi (imagem 47) pode-se observar a localização da cozinha primitiva que dava acesso aos refeitórios dos monges brancos e ao dos conversos.

únicas<sup>56</sup>, sem a necessidade de se criar duplas canalizações, que obrigariam a grandes obras de hidráulica e de que Alcobaça foi um exemplo ímpar.

Os conversos acediam à igreja por uma rua/ruela paralela à galeria do claustro<sup>57</sup>. A cozinha, ainda que comum entre as duas classes, era dividida ao meio, pois os horários e hábitos alimentares eram completamente diferentes: os dos conversos eram superiores devido às suas necessidades decorrentes dos trabalhos manuais efectuados na altura.

Como adiante veremos, até meados do séc. XVI, Alcobaça apresentou uma cozinha segundo a matriz dos mosteiros franceses. No entanto, em virtude da ala dos conversos ter desaparecido, a cozinha mudou de local dando lugar ao Palácio Abacial.

Na generalidade das abadias estas alas desapareceram por volta do séc. XVI, “dada a diminuição do número de conversos que na época medieval tinham chegado a ser nalguns mosteiros, do dobro ou mais do número de monges do coro”<sup>58</sup>. Com esta diminuição, ocorrida até ao fim da alta idade média, o desaparecimento das alas veio dar lugar a outras dependências, como Bibliotecas, Hospedarias e Palácios Abaciais. Contudo, as diversas alterações urbanísticas sofridas durante o século XX<sup>59</sup> e o início do século XXI, com as respectivas campanhas arqueológicas, tanto interiores como exteriores ao mosteiro<sup>60</sup>, não colocaram a nu as estruturas que nos pudessem esclarecer acerca do espaço e divisões que compunham a ala dos conversos.

Ernesto Korrodi, em 1929, propõe a localização da ala dos conversos<sup>61</sup>, mas agora segundo a matriz bernardina. No entanto, e à luz dos nossos conhecimentos actuais, a habitação do D. Abade não se situava primitivamente na ala dos conversos<sup>62</sup>, mas sim numa câmara situada entre duas torres, tal como nos diz Saúl Gomes<sup>63</sup>. Esta ala era

---

<sup>55</sup> Ver imagem 48.

<sup>56</sup> Na imagem 49 podemos observar o pass-plat da cozinha medieval para o refeitório dos monges do coro.

<sup>57</sup> Ver ponto 11 na imagem 31.

<sup>58</sup> APPLETON, V., *Abadia...*, p. 36

<sup>59</sup> Ver imagens 50 a 53.

<sup>60</sup> Apesar de não se conseguir encontrar as fundações da ala dos conversos, conseguiu-se descobrir uma escada que se encontra alinhada com a porta medieval que daria acesso do claustro D. Dinis para esta zona. Ver imagens 54 a 56.

<sup>61</sup> Ver imagem 47, onde Korrodi propõe a localização da ala dos conversos, apesar de nunca se ter encontrado vestígios arqueológicos da mesma.

<sup>62</sup> Ver imagem 57. Nesta imagem podemos observar a proposta de Korrodi para a localização da habitação do D. Abade antes do abaciado do Cardeal D. Henrique. Na imagem 58 podemos observar a localização do palácio abacial em análise neste trabalho, aquele que D. Henrique mandou construir.

<sup>63</sup> GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998, p.24

composta por um dormitório no piso superior; no piso inferior tinha um refeitório e um armazém de cereais e alfaias agrícolas<sup>64</sup>.

E será precisamente nesta zona que se irá situar o nosso palácio abacial.

## 2 – As reformas das visitas na Baixa Idade Média (1458-1519)

### 2.1 *Ecclesia semper reformanda*

Em plena Baixa Idade Média, os mosteiros cistercienses europeus eram obrigados, pela regulamentação da *Charta Caritatis* (1114-1119), a serem visitados e reformados regularmente<sup>65</sup>. No entanto, os Capítulos Gerais podiam ditar visitas especiais determinadas por situações anormais. “O ónus da visita recaía sempre sobre um qualquer abade letrado tido por pessoa culta e idónea, o qual se deveria fazer acompanhar por um coadjutor”<sup>66</sup>, mas este nunca se podia intitular como visitante, ao contrário do que acontecia com o abade.

Com a independência dos mosteiros portugueses, tanto em relação a Castela como a França, Portugal viu-se forçado a formar os monges sem os poder enviar para o estrangeiro. Em 1458, D. Gonçalo Ferreira, abade de Alcobaça, implementa um *Studium*, obrigando os conventos portugueses a pagarem anualmente quatro mil reis por cada mestre de gramática e lógica e de um aluno de cada mosteiro nacional para ser formado em Alcobaça<sup>67</sup>. Contudo, esta quantia variava de mosteiro para mosteiro conforme os rendimentos auferidos. Temos como exemplo São Bento de Crassis, o qual apenas podia pagar 15 reais e, no lado oposto, temos S. João de Tarouca e Salzedas com 800 reais cada.

Em 1459 Pio II, através da bula *Constitutus inspecula*, concedeu autorização ao abade de Alcobaça para o exercício da visita aos mosteiros cistercienses nacionais. Esta autorização isentava o abade de qualquer decisão contrária vinda de Cister e da necessidade do mesmo assistir aos Capítulos Gerais em França. Em Castela, esta isenção já tinha sido regulamentada em 1438 no Capítulo Geral<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> APPLETON, V., *Abadia...*, p. 36

<sup>65</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 16

<sup>66</sup> *Idem, Ibidem*, p. 16

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*, p. 19

<sup>68</sup> *Idem, Ibidem*, p. 18

Estava assim lançado o princípio reformista e autónomo da Congregação Cisterciense Portuguesa, em que Alcobaça era cabeça de ordem.

No entanto, o rei também podia solicitar visitas e tal aconteceu em 1486, conforme as actas que se encontram registadas. Ao contrário das restantes visitas, a visita de Frei Pedro Serrano ao mosteiro de Alcobaça em 1484, não se encontra registada em acta, o que nos leva a crer que esta visita não decorreu nem de ordem régia, nem de autorização capitular<sup>69</sup>.

O próprio Abade de Alcobaça, por diversas vezes, ficou incumbido da visita a diversos mosteiros cistercienses da península ibérica. Já em pleno século XV, graças aos concílios de Basileia e de Constança, a atitude *Ecclesia semper reformanda* permitia as constantes visitas e atitudes reformistas<sup>70</sup>.

Ao tornar-se centro da congregação cisterciense nacional, Alcobaça chama a si o centro cultural; nada a que não tivesse já habituada pois, já era líder nas questões do ensino para-colegial desde 1269 e apelou á criação da universidade em 1288<sup>71</sup>.

Entrávamos no último quartel do séc. XV e em Itália começavam a irradiar as ideias renascentistas. Alcobaça, não ficando para trás, começou a absorver as novas tendências do comportamento neo-senhorial, reflectindo tal e criando, nos aposentos do, abade a necessidade de dotar os mesmos com maior comodidade ao gosto das câmaras palacianas régias e da alta-nobreza. Já entre 1438 e 1439, o abade D. Estevão de Aguiar tinha executado, na sua câmara residencial, obras de vulto, devido ao incêndio ocorrido em Junho de 1438: “as cousas do dom abade [...] arderam na casa”<sup>72</sup>. Com estas obras, os aposentos do abade deixaram de ser apenas o local onde o abade residia, passando a ser um local, entre outros, onde se realizavam escrituras, prazos e ofícios, e daí nascia a necessidade do espaço ser acolhedor e de ter uma apresentação agradável<sup>73</sup>.

Os aposentos situavam-se entre “ambas as torres”<sup>74</sup> sendo completamente forrados a madeira. Com certeza, as torres dessa época eram bem diferentes daquelas que hoje conhecemos; torres estas da autoria de Frei João Turriano, datadas do século XVII. Nas ditas obras, trabalharam durante um ano pedreiros, carpinteiros, vidreiros e

---

<sup>69</sup> *Idem, Ibidem*, p. 17

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem*, p. 18

<sup>71</sup> *Idem, Ibidem*, p. 20

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24

<sup>74</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24

ladrilhadores<sup>75</sup>. Já nesta época, o abade tinha estrebaria própria e criadagem que o acompanhava regularmente.

Numa imagem publicada por Pedro Tavares<sup>76</sup> que o mesmo afirma ser do mosteiro de Alcobaça na sua forma medieval<sup>77</sup>, a imagem apresenta duas torres a sul da igreja, como que se estivessem adossadas. Numa gravura datada de 1613, da Abadia de Saint-Riquier<sup>78</sup> em França, apresenta umas torres semelhantes às da gravura “alcobacense”. No entanto, o mosteiro francês apresenta as torres do lado do claustro, enquanto as de Alcobaça são do lado oposto.

Poderia muito bem ser entre estas torres que se encontravam os aposentos do D. Abade. A corroborar esta afirmação, Frei Manoel dos Santos diz-nos que antes da existência do Palácio Abacial, os abades residiam “Aonde agora he o Collegio da Conceição”<sup>79</sup>. O Colégio da Conceição, construído no século XVII, situava-se precisamente no local onde estas ditas torres se encontravam na dita gravura, ou seja na ala Sul.

Durante o resto da centúria de quatrocentos, o controlo do mosteiro mediava-se entre a vontade do Dom Abade e as ordens régias, levando a uma série de governações desastrosas, atingindo o seu máximo com o abaciado de D. Nicolau Vieira, no qual o rei D. Afonso V isentou o mosteiro do pagamento da dízima e das portagens em todos os locais do país<sup>80</sup>. A situação económica do mosteiro e a “evolução disciplinar da sua comunidade após 1450”<sup>81</sup> levou à necessidade de tornar o abaciado em comendatário.

Entretanto, com a evolução do relacionamento entre a corte e o mosteiro de Alcobaça e a interferência que a corte fazia no mesmo, o abade começou a ser eleito por beneplácito do rei. Toda esta situação trouxe uma relação de privilégio entre a corte e a congregação e o abade passou a ser uma presença assídua na corte, passando a intitular-se “do conselho del-rei, fronteiro-mor dos Coutos e Esmoler-mor do rei andando acompanhado por um séquito verdadeiramente senhorial a que não faltavam oficiais de justiça secular e guarda pessoal”<sup>82</sup>.

---

<sup>75</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27

<sup>76</sup> TAVARES, José Pedro Duarte, *Mosteiro de Alcobaça, O Claustro Sul no Mosteiro de Alcobaça*. Relatório CB 25, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999

<sup>77</sup> Ver imagem 59.

<sup>78</sup> Ver imagem 60.

<sup>79</sup> SANTOS, Frei Manoel dos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, (NASCIMENTO, Aires Augusto, Leitura, Introdução e Notas), Alcobaça, Alcobaciana - Associação para a Defesa e valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1976, p. 22

<sup>80</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 28

<sup>81</sup> *Idem, Ibidem*, p. 28

<sup>82</sup> *Idem, Ibidem*, p. 22

Em 1475, D. Nicolau Vieira, abade em exercício, vende o seu cargo abacial a D. Jorge da Costa com aprovação régia<sup>83</sup>. Com esta atitude, sentimos um reformista a varrer a cadeira abacial, procurando travar o decréscimo dos rendimentos do mosteiro. D. Jorge da Costa, ao tomar posse do mosteiro e intitulando-se seu administrador, consegue do rei uma série de privilégios, dado ser do agrado do rei que a casa visse as suas rendas serem “sempre acrescentadas e nom minguadas”<sup>84</sup>.

Apesar disso, a situação dentro da casa agravou-se e muitos dos monges começaram a fugir. Perante esta situação, o rei vê-se obrigado a passar um alvará mandando prender todos os monges fugitivos e a reencaminhá-los para o mosteiro em 1479.

Em 1481, com a subida ao trono de D. João II, os privilégios dados ao mosteiro pelo seu antecessor foram parcialmente retirados. A oposição do novo rei aos excessivos privilégios que o Cardeal detinha no país, o abuso do poder do mesmo e a exploração exercida nos coutos pelos oficiais de D. Jorge levou a uma profunda crise na instituição, criando um relaxamento disciplinar e ao conseqüente êxodo dos monges<sup>85</sup>.

Entretanto o Capítulo Geral de Cister em 1484 envia a Alcobaça Frei Pedro Serrano, visitador delegado oriundo do mosteiro aragonês de Santa Maria da Pedra. Nesta visitação, Frei Pedro ínsita a uma “profunda reforma disciplinar e religiosa da comunidade”<sup>86</sup>. Graças a esta visitação todos os oficiais nomeados por D. Jorge foram destituídos e designado para o cargo Frei Rodrigo de Porto de Mós, em 20 de Abril de 1484, como Prior do Mosteiro, cargo esse equiparado a abade interino<sup>87</sup>. Tentou-se assim restaurar a economia e a disciplina do mosteiro.

Frei Pedro Serrano volta a fazer nova visitação a Alcobaça por intervenção do rei junto do Capítulo Geral de Cister em 1486. Nos Capítulos Gerais de 1487, 1489 e 1490 são renovados os votos de se continuarem as reformas e as visitações aos mosteiros hispânicos, de modo a travar-se a transformação dos governos dos mosteiros em comendas<sup>88</sup>.

Em 1493, e numa atitude que surpreendeu muitos, D. João II volta atrás com a sua oposição a D. Jorge da Costa, tornando-se este comendatário por opção régia. Como seria lógico, a casa entrou em crise, e a demanda de monges do coro fez-se em

---

<sup>83</sup> *Idem, Ibidem*, p. 21

<sup>84</sup> *Idem, Ibidem*, p. 29

<sup>85</sup> *Idem, Ibidem*, p. 30

<sup>86</sup> *Idem, Ibidem*, p. 31

<sup>87</sup> *Idem, Ibidem*, p. 31

<sup>88</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33

substituição por oficiais leigos muito empenhados na colheita das rendas, só terminando este desastre claustral em 1519 com D. Manuel a colocar o infante D. Afonso em abade comendatário.

### 3 – O abaciado do Infante Comendatário D. Afonso (1519-1540)

#### 3.1 As reformas do abaciado do Infante D. Afonso

Em relação à reparação e à reforma física, estas apenas se começam a sentir em 1519, com a entrada de D. Afonso para a cadeira abacial. No entanto, e devido à menor idade do infante, D. Manuel encarrega-se ele próprio da administração da casa nomeando oficiais da sua confiança<sup>89</sup>.

D. Afonso tornou-se abade de Alcobaça aos 10 anos, por troca com Dom Jorge de Melo, ao qual foi entregue o Bispado da Guarda. Devido à idade tenra de D. Afonso, foi o seu pai que tomou conta de Alcobaça, nomeando para governo do Mosteiro D. Francisco da Fonseca, Bispo de Titopoli, e para administrar a fazenda Vasco de Pina, Cavaleiro da Casa Real<sup>90</sup>.

Durante o seu abaciado, o mosteiro recuperou financeira e disciplinarmente alguma da sua anterior força. Graças ao infante comendatário, veio para Alcobaça, com o intuito de reformar a casa, primeiro Mestre Frei Jorge, abade de S. Paulo de Almazira e, em 1520 D. Francisco da Fonseca, este já com poderes de prior<sup>91</sup>. Como administrador temporal foi nomeado Vasco de Pina.

As reformas continuam e no primeiro quartel de quinhentos verifica-se um aumento do número de monges brancos e um decréscimo do número de criados tal como propunham os reformadores. As rendas também estavam a aumentar, em virtude de Vasco de Pina ser “muito zeloso da fazenda real”<sup>92</sup>.

Ainda que os comendatários se opusessem ao não aceitar orientações provenientes de Cister, os contactos mantinham-se e em Dezembro de 1527, o visitador Padre Mestre

---

<sup>89</sup> *Idem, Ibidem*, p. 31

<sup>90</sup> SANTOS, Frei Manoel dos, *Alcobaça ilustrada: notícias, e historia dos mosteyros, & monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal, & Algarves, primeyra parte*, Coimbra, Officina de Bento Seco Ferreyra, 1710, p. 324

<sup>91</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 34

<sup>92</sup> FARINHA, António Dias, “Feitos de Vasco de Pina em Marrocos e a sua acção na Abadia de Alcobaça: documentos inéditos” *Arquivos do Centro Cultural Português, vol. 1.*, Paris, Centro Cultural Português, 1969 pp. 124-160

Baltazar, enquanto esteve em Alcobaça, promoveu e incentivou as obras que tinham sido entregues a João de Castilho, como prova de que afinal sempre existia algum entendimento<sup>93</sup>.

Em 17 de Junho de 1519, João de Castilho já se encontrava em Alcobaça, pois Vasco de Pina diz ao rei que este poderia reparar os lagares e celeiros do Mosteiro, mas D. Manuel queria mais obras. No entanto, o ambiente não era o mais propício, em virtude da peste, da baixa produção de cereais e a fome se tornarem entraves à reforma da casa. No entanto as obras tinham que seguir ainda que com prioridades.

Durante 1527, na segunda campanha castelhana, as igrejas da Cela, de Évora de Alcobaça e de Alvorninha foram encerradas; datava o seu início de anos anteriores a 1523. Enquanto isso, no mosteiro, acabavam-se as obras ainda da primeira campanha e iniciavam-se outras, como sendo o claustro da portaria, localizada a leste do claustro de D. Dinis.

Em Novembro de 1527, Castilho adquire uma moradia na vila e recebe do prior um quintal, junto do mosteiro, para lhe servir de estaleiro e de casa de traças<sup>94</sup>, dado que as obras nos Jerónimos se encontravam paradas, o novo convento de Tomar não estava ainda começado e a nomeação para a Batalha ainda não estava concretizada.

A 22 de Dezembro de 1528, D. João III em o infante D. Afonso Frei António de Sá para que este reforme o governo espiritual e temporal do mosteiro segundo a regra de S. Bento<sup>95</sup>.

Alcobaça torna-se assim ainda mais independente face a Cister e continua o seu período de reforma, que apesar do ambiente de crise consegue alguma disciplina entre os seus religiosos<sup>96</sup>.

A nível arquitectónico, foi com o abaciado do infante D. Afonso que permitiu uma maior atitude reformadora especialmente entre 1520 e 1550 em parte devido à atitude politizadora que o rei teve perante o mosteiro, colocando à cabeça da ordem o seu próprio filho<sup>97</sup>.

Em 1531, aos 22 anos de D. Afonso, este foi consagrado como Arcebispo de Lisboa e ao mesmo tempo tomou conta do governo do mosteiro de Alcobaça. No entanto, D.

---

<sup>93</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 38 e MOREIRA, Rafael, “A Encomenda Artística em Alcobaça no Século XVI”, *Actas. Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, IPPAR, 1995, p. 46

<sup>94</sup> MOREIRA, R., “A Encomenda...”, p. 46.

<sup>95</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 39

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>97</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 42

Afonso não podia fixar a sua residência em Alcobaça, pelo que nomeou Frei António de Sá - prior conventual da casa - como Vedor Espiritual e Pedro da Videira, seu capelão, para Vedor Temporal<sup>98</sup>.

D. Afonso evocou o afastamento do Arcebispado de Lisboa em relação a Alcobaça para justificar a sua não fixação aqui, argumentando que o centro de decisão se localizava na capital, ficando esta muito longe de Alcobaça. Considerava Alcobaça como um local digno para residir<sup>99</sup>, mas afastado daquilo que lhe seria necessário.

Ao chegar a Alcobaça, Pedro da Videira encontrou uma comunidade desolada e triste, por se sentirem abandonados desde o tempo da morte de D. Manuel<sup>100</sup>.

À data em que assumiu a cadeira abacial de Alcobaça, D. Afonso definiu o número certo de monges que a casa deveria ter, sendo “40 monges de missa, 5 irmãos do noviciado, quinze conversos (...) e para os servirem e à casa quinze criados seculares”<sup>101</sup>.

Nesta altura os abades de Claraval tentavam a todo o custo fazer visitas aos mosteiros portugueses da ordem. No entanto, e como Portugal já tinha privilégios papais que o isentavam dessa situação, só com autorização real é que os abades podiam entrar nos nossos mosteiros. Depois de muita pressão, Dom Edme de Saulieu conseguiu entrar em Alcobaça. Esta visita ocorreu em Outubro de 1532<sup>102</sup>, sendo a primeira após o século XV. Após esta visita, o Cardeal visitou Alcobaça em Dezembro de 1538 para celebrar a “Páscoa do Nascimento”<sup>103</sup>.

Na verdade, esta visita só foi possível devido à interferência Real. Foi o próprio cardeal D. Afonso a solicitar que monges estrangeiros viessem a Portugal e que observassem as boas regras praticadas. Para além de todas as observâncias que propõe, ressalva que apesar de “as obras deste mosteiro até o presente foram muitas, e ainda agora há algumas que sam muito necessárias (...) se devem logo acabar” sendo que estas devem respeitar a seguinte ordem “primeiramente se acabe a cerca (...) e acabada esta cerca se fará a Noviciaria, (...) e acabada (...) se irá por diante com a obra da enfermaria (...) e

---

<sup>98</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 331

<sup>99</sup> *Idem, Ibidem*, p. 331

<sup>100</sup> *Idem, Ibidem*, p. 331

<sup>101</sup> *Idem, Ibidem*, p. 332

<sup>102</sup> *Idem, Ibidem*, p. 337

<sup>103</sup> *Idem, Ibidem*, p. 341

as obras sobreditas se farão pelo prior, e convento com os cem mil reis que para elas lhe mandamos cada ano dar”<sup>104</sup>.

Esta foi a sua última visita a Alcobaça, pois entretanto dá-se a morte precoce de D. Afonso: corre o dia 21 de Abril de 1540<sup>105</sup>.

### 3.2 – A emancipação da vila – a mudança da cerca

“No princípio seriam poucos”<sup>106</sup>. Esta afirmação de Frei Manoel dos Santos responde à alteração da cerca do mosteiro de Alcobaça. A introdução dos Abades Comendatários na cabeça do mosteiro com a sua permissividade em deixar que se aumente a população de assalariados na clausura, veio sobrelotar a mesma. Como marco de couto, Alcobaça era local de recolha de “homizidiados” que assim se viam protegidos. Como não era permitido, ou desejável que estes vivessem ou dormissem nas oficinas regulares, era necessário que se construísse casinhas para viverem.

A excesso de população era tal que na cozinha medieval “Taparam se duas janelas que vinhão sair ha escada de fora por nam estarem como compria ha onestidade da casa E derribou se huã casa que estvua no meo da cuzinha pola fazer escura, e concertaram se as outras tres janelas grandes que nela estavam de maneira que nam possam os de dentro falar com ninguem de fora e puseram se lhe tres grades de ferro grandes”<sup>107</sup>. A população começou a construir casas paredes-meias com o mosteiro tirando privacidade aos próprios monges.

Com a entrada na centúria de quinhentos, o mosteiro transforma-se num autêntico estaleiro de obras, disso podemos dar conta no rol de obras de Mestre Baltasar que se fizeram sobre sua ordenança<sup>108</sup>. As obras eram de tal monta que em Novembro de 1527, João de Castilho adquire moradia em Alcobaça<sup>109</sup>.

No tempo do Abade Frei Jorge de Mello, o rei D. Manuel I decreta a mudança da população para um novo local, dando-lhe o nome de Vila Nova de S. Bernardo, hoje Vestiaria<sup>110</sup>.

---

<sup>104</sup> *Idem, Ibidem*, p. 349

<sup>105</sup> *Idem, Ibidem*, p. 350

<sup>106</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 22

<sup>107</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 88

<sup>108</sup> MOREIRA, R., “A Encomenda...”, pp. 59-62

<sup>109</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>110</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Descrição...*, pp. 22 e 23

Apesar de todos os privilégios concedidos pelo rei, a população não se muda. Com a entrada do Cardeal Abade D. Afonso, é mudada a cerca, em 1530. Esta mudança alterou de forma radical a postura do mosteiro como elemento gerador de urbanidade. O Mosteiro deixa de estar no centro da cerca, para passar a estar no centro da vila. Alcobaça-vila deixa de estar sob alçada do mosteiro, para ter órgãos administrativos autónomos<sup>111</sup>.

E ficou a “porta da igreja já em rua pública”<sup>112</sup>, com todo o terreiro a passar a rossio. Assim a cerca nova recuou em relação à vila, mas ganhou os terrenos que hoje se designam de Quinta da Cova da Onça. Terrenos agrícolas com excelente exposição solar e bem regados pelo rio Alcoa que lhe passa no meio e pela levada que lhe é fronteira.

Na campanha de obras de 1530, previa-se gastar nos 132 braços<sup>113</sup> de muro da cerca e nas 2 pontes sobre o rio cerca de 110 mil reis<sup>114</sup>.

Em 1533/4 as obras na cerca foram pagas em cereal custeando os 22 obreiros que nela trabalhavam 750,5 alqueires de milho, 43 de cevada e 5 de trigo<sup>115</sup> o equivalente a 85 000 reais.

Em 27 de Janeiro de 1538 ainda a cerca não estava concluída, pelo que se tornava urgente a sua conclusão<sup>116</sup>.

Esta iniciava-se junto do topo Norte da ala homónima<sup>117</sup>, com um muro até às oficinas e barbearias, uma porta ao meio de acesso à cerca<sup>118</sup>, englobando todas as construções a nascente da actual R. Alexandre Herculano<sup>119</sup>, com a capela de Santo António<sup>120</sup> a ficar de fora, inflectindo para nascente com um muro a tapar a actual praça da Republica<sup>121</sup>, volta a Norte indo atestar á ponte da Conceição<sup>122</sup>, até à porta da Roda ou da Vinha<sup>123</sup>.

<sup>111</sup> Ainda que os mesmos órgãos tivessem que obter aprovação do mosteiro.

<sup>112</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24

<sup>113</sup> Cada braço mede cerca de 2,2 m na medida Hispânica, o que faz cerca de 290,40 metros de muro de cerca.

<sup>114</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 45. Em termos de comparação as obras na marcenaria e a construção de um forno novo ficariam em 50 000 reais. As obras na cerca e nas suas pontes iriam decerto ficar baratas em relação às restantes, ou a mão-de-obra era menos onerosa, ou as pontes eram de pequena dimensão.

<sup>115</sup> *Idem, Ibidem*, p. 45

<sup>116</sup> *Idem, Ibidem*, p. 384

<sup>117</sup> Ver imagem 61.

<sup>118</sup> LARCHER, Titto Benevenuto de Lima e Sousa, *Diccionario Biographico Chorographico e Histórico, do Districto de Leiria e Concelho de Villa Nova d’Ourém*, Leiria, 1907, p. 153

<sup>119</sup> Ver imagem 62 e 63.

<sup>120</sup> Ver imagem 83 – CP7 – Capela de Santo António

<sup>121</sup> LARCHER, T., *Diccionario...*, p. 153. Antiga Praça de Frei Bernardo de Brito, ver imagem 64.

<sup>122</sup> Ver imagens 65 e 83 – PT2 – Ponte da Conceição

A partir desta zona o muro torna-se mais ortogonal do qual ainda restam diversos troços. Seguindo até a actual Av. Manuel da Silva Carolino<sup>124</sup>, tínhamos a Porta da Coelhoira<sup>125</sup> que numa primeira fase dava acesso do Mosteiro a Aljubarrota e a Chaqueda<sup>126</sup>. Numa primeira fase, pois para Leiria utilizavam uma estrada que partia da Porta da Roda. Em finais do séc. XIX com a abertura da R. de Leiria<sup>127</sup> esta porta e o muro da dita cerca recuou<sup>128</sup> até ao espaço que hoje sensivelmente ocupa a Quinta da Cova da Onça<sup>129</sup>.

Continuando para Nascente<sup>130</sup> até à porta<sup>131</sup> que ficava junto à Capela de Nossa Senhora da Paz<sup>132</sup>, e descendo na mesma direcção<sup>133</sup> inflectia para Sul<sup>134</sup> até junto do rio Alcoa<sup>135</sup> passando-o vamos ter junto da levada de água. A partir daqui seguíamos o seu traçado pelos baixos da Quinta até ao Lameirão<sup>136</sup>. Aqui o traçado deixava de seguir a levada<sup>137</sup> para se unir à Estrada do Povo<sup>138</sup> até ao cruzeiro<sup>139</sup> que ficava na união desta com a estrada que vinha de Évora, aqui se encontrava a Porta da Maria Coelhoa<sup>140</sup>. Daqui a cerca seguia em linha recta até a torre Sul da Igreja do Mosteiro.

A segunda cerca não foi desde o início como nós a identificamos actualmente. Entre 1530 e cerca de 1648 o muro da cerca atestava na diagonal com a fachada Sul da Igreja do Mosteiro<sup>141</sup>. Com a fundação do 1º Colégio de Nossa Senhora da Conceição<sup>142</sup> em

<sup>123</sup> Ver imagem 65 e 66, e imagem 83 – PR2 – Porta da Roda ou da Vinha

<sup>124</sup> Ver imagem 67.

<sup>125</sup> Ver imagem 68 e imagem 83 – PR3 – Porta da Coelhoira

<sup>126</sup> Ou Chiqueda.

<sup>127</sup> Actual Avenida dos Combatentes. Esta rua usou a calçada da cerca de fora como eixo na sua execução.

<sup>128</sup> Ver imagens 69 e 70.

<sup>129</sup> Este muro e a porta já não existem, pois da década de 80 do séc. XX a rua que lhe faz frente foi alargada e estes destruídos.

<sup>130</sup> Ver imagens 71 e 72.

<sup>131</sup> Ver imagens 73 e 74. Esta porta foi demolida no início dos anos 90 do século XX, aquando da construção de um bloco de edifícios residenciais cujo nome é o da capela citada. Ver imagem 83 Planta de Identificação dos Espaços – PR4 – Porta da Capela de Nossa Senhora da Paz

<sup>132</sup> Ver imagem 75, e imagem 83 – CP4 – Capela de Nossa Senhora da Paz

<sup>133</sup> Ver imagem 76.

<sup>134</sup> Ver imagem 77.

<sup>135</sup> Chegou a ter os nomes de rio Cõa, Velho ou da Conceição.

<sup>136</sup> Ver imagem 78.

<sup>137</sup> Ver imagem 79.

<sup>138</sup> Actual Rua da Levada, chegou a ser chamada pela população como “Mata-Galinhas”. Ver imagem 80.

<sup>139</sup> Ver imagem 83 – CZ1 – Cruzeiro junto à Porta da Maria Coelhoa.

<sup>140</sup> Ver imagens 81 e 82, e imagem 83 – PR5 – Porta da Maria Coelhoa.

<sup>141</sup> Como confirmam as escavações arqueológicas efectuadas pelo IPPAR em 1998 na ala sul do mosteiro e a aguardar publicação dos relatórios.

<sup>142</sup> Ver imagens 81 e 82.

1648, por Frei Luís de Sousa, o muro e a estrada que ia para Évora foram mudados<sup>143</sup> para a Calçada da Algaminha<sup>144</sup> sensivelmente como temos hoje<sup>145</sup>.

Com esta mudança da cerca, a população passou a usufruir de mais espaço para habitar e para as suas oficinas. Alcobaça passou a ter governação própria, apesar das interferências do mosteiro e o abade continuou a ter no Castelo os seus aposentos de distração.

#### 4 – O Abaciado do Cardeal Infante D. Henrique (1540 a 1548)<sup>146</sup>

O Cardeal D. Henrique nasceu a 31 de Janeiro de 1512 em Lisboa<sup>147</sup>, filho de D. Manuel e de D. Maria de Aragão. Durante a sua infância e juventude, D. Henrique percorreu os itinerários da corte manuelina, encontrando em Lisboa e em Évora dois pólos privilegiados. Mais tarde, os percursos foram alargados às tapadas de Salvaterra, de Almeirim, de Sintra, da Chamusca ou da Azinhaga e Vale do Tejo, onde igualmente a corte estanciava<sup>148</sup>. Em 1516 foi crismado, também em Lisboa, no dia 26 de Outubro. Em 1522 foi-lhe atribuído a comenda de Santa Cruz de Coimbra<sup>149</sup> pelo Papa Adriano VI e, por esse motivo, se deslocou a esse mosteiro e a essa cidade imediatamente, tendo mais tarde repetido essa mesma viagem. Do mesmo modo, o cargo de abade comendatário de Alcobaça dirigiu-o, em trajectos frequentes, a essa localidade e ao mosteiro, a que dedicou particular atenção, e onde se refugiou em tempos conturbados da sua vida<sup>150</sup>. O mesmo já não se poderá afirmar em relação a conventos e mosteiros periféricos como São Cristóvão de Lafões, Cedofeita, Paço de Sousa, Cáramos, Bustelo, Maia, Travanca ou São Pedro de Pedroso; nestes locais existiam igrejas e mosteiros nos quais o Cardeal detinha benefícios, mas onde não há registos da sua presença<sup>151</sup>.

---

<sup>143</sup> NATIVIDADE, Manuel Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça (Notas Históricas)*, Coimbra, Imprensa Progresso, 1885, p. 92

<sup>144</sup> Posteriormente chamou-se Calçada da Assumpção. A 1 de Maio de 1907 passou-se a chamar Rua Dr. Zagallo pelos préstimos deste para com a Vila.

<sup>145</sup> Com as obras de “aformoseamento” da Praça do Município nos anos 30 do século XX a calçada foi ligeiramente inflectida para Norte criando-se mais espaço para construções particulares.

<sup>146</sup> Ver imagem 84.

<sup>147</sup> POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005, p. 24

<sup>148</sup> *Idem, Ibidem*, p. 42

<sup>149</sup> *Idem, Ibidem*, p. 267

<sup>150</sup> *Idem, Ibidem*, p. 42

<sup>151</sup> *Idem, Ibidem*, p. 42

Em 1524 foi-lhe negado, pela segunda vez, o bispado de Viseu, agora pelo Papa Clemente VII, repetindo assim a deciso do Papa Adriano VI, invocando a tenra idade do infante para tal cargo<sup>152</sup>.

Em 1537, o Cardeal é indigitado para o cargo de arcebispo de Braga, pelo Papa Clemente VII<sup>153</sup>, para onde parte a 9 de Julho, registando assim a sua primeira visita a esta cidade<sup>154</sup>.

Em 1538 o seu percurso eclesiástico continua a registar viagens Entre Douro e Minho, havendo registos da sua presença em Vila do Conde, durante o mês de Agosto.

Em 16 de Setembro de 1538<sup>155</sup> o Papa Paulo III provê o infante D. Henrique no priorado do mosteiro de São Martinho de Caramões e no de São Martinho de Cedofeita, concedendo-lhe a administraçã dos mosteiros de São Salvador de Travanca e de São Pedro Pedroso. No mesmo período há cartas pontifícias que o relatam como administrador dos mosteiros de Paço de Sousa, Bustelo, Moreira e Cáramos<sup>156</sup>.

Nesta altura iniciam-se as constituções Sinodais de Braga, pela mão do Cardeal-Infante D. Henrique<sup>157</sup>, coincidindo com o início do *Livro da Fazenda do Infante D. Henrique*<sup>158</sup>. No ano seguinte, o Infante D. Henrique é nomeado Inquisidor-Mor do Reino.

Ainda antes de 1540, o Infante volta a visitar a diocese de Braga<sup>159</sup>, mas nesse mesmo ano fica retido em Évora devido aos problemas de saúde que o assolam<sup>160</sup>.

A 1540, ocorre a morte de D. Afonso, irmão de D. Henrique, que era titular do arcebispado de Lisboa e perpétuo administrativo de Évora<sup>161</sup>. Na sequência deste acontecimento, D. João III formaliza o pedido da diocese eborense para o seu irmão mais novo, então com quase vinte e oito anos. Ao mesmo tempo reivindica a elevaçã do bispado de Évora a arcebispado e ambas as solicitações foram atendidas pelo Papa Paulo III, através de bulas com data de 1540<sup>162</sup>.

Entre 1540 e 1564 e entre 1575 e 1578, o infante D. Henrique regista a mais prolongada permanência num cargo eclesiástico – o Arcebispado de Évora - atraído pela sua

---

<sup>152</sup> *Idem, Ibidem*, p. 82

<sup>153</sup> *Idem, Ibidem*, p. 271

<sup>154</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 42 e 53

<sup>155</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

<sup>156</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

<sup>157</sup> *Idem, Ibidem*, p. 273

<sup>158</sup> *Idem, Ibidem*, p. 29

<sup>159</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>160</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>161</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

<sup>162</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

centralidade, intermeando a sua presença com deslocações a Alcobaça e a Lisboa<sup>163</sup>. Mesmo assim, em 12 de Maio de 1543, o infante é obrigado a deslocar-se a Almeirim para celebrar o casamento da infanta D. Maria Manuel- sua sobrinha - com o príncipe herdeiro de Castela - futuro Filipe II - representado por seu procurador, Luiz Sarmiento de Mendonza, embaixador de Portugal<sup>164</sup>.

Em 8 de Junho de 1545 o Papa atribui ao infante o título de Comendatário e perpétuo administrador do mosteiro de Alcobaça<sup>165</sup>.

Em 1544 D. João III autoriza o infante D. Henrique a proceder a um rigoroso inquérito às doutrinas do padre Simão Rodrigues e aos exercícios espirituais de Inácio de Loyola, em virtude da acusação de desobediência e rebelião aos decretos apostólicos.

Em 1545, o infante D. Henrique é elevado a cardeal<sup>166</sup>, tendo ficado dispensado de ir receber o barrete a Roma<sup>167</sup>. A 8 de Junho do mesmo ano, concedia-lhe o papa os proventos de comendatário perpétuo administrador do Mosteiro de Alcobaça<sup>168</sup>. A 16 de Dezembro de 1545 foi-lhe concedido o título de Cardeal dos Santos Quatro Coroados, título cardinalício de uma antiquíssima igreja de Roma, situada no monte Célio<sup>169</sup>.

Em 1547 D. Henrique renuncia ao Priorado de São Jorge, em favor do seu secretário Jorge Coelho<sup>170</sup> e em 1550, devido a impedimentos físicos, o cardeal fica retido, novamente, em Évora<sup>171</sup>.

A 5 de Dezembro de 1552, o Cardeal é chamado a celebrar o casamento do príncipe herdeiro D. João com a infanta D. Joana, filha do Imperador Carlos V, em Lisboa, nos Paços da Ribeira<sup>172</sup> e em 1554 o Cardeal preside ao baptismo do filho de D. João e da Infanta D. Joana, D. Sebastião, na capela do mesmo paço. Nesse mesmo ano, o Cardeal visita Moura, a pretexto de uma visita pastoral<sup>173</sup>.

Em 1556, o Cardeal atribui ao Padre Leão Henriques - seu confessor - a função de Intercessor, uma vez que se encontrava gravemente doente. Graças a esta relação privilegiada foi possível ao Cardeal recuperar da enfermidade em que tinha caído<sup>174</sup>.

---

<sup>163</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>164</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25

<sup>165</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84

<sup>166</sup> *Idem, Ibidem*, p. 276

<sup>167</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84

<sup>168</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84

<sup>169</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84

<sup>170</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

<sup>171</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>172</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25

<sup>173</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>174</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33

Nomeado em 1540 para Arcebispo de Évora, manteve esta função até 1564, fixando-se na Rua da Mesquita, próximo do convento das Carmelitas. Durante este período, o Cardeal constituiu, em Évora, o convento dos religiosos capuchinhos e patrocinou a construção do mosteiro da Igreja do Bom Jesus de Valverde (próximo de Évora), riscado pelo arquitecto Manuel Pires<sup>175</sup>.

Em 1557, o Cardeal é encarregue da ingrata tarefa de presidir às exéquias de D. João III<sup>176</sup>. A partir de então as suas estadias em Lisboa prolongam-se, por este se ter tornado coadjutor de D. Catarina na regência do Reino, sendo, por certo, aí chamado para reuniões do conselho real<sup>177</sup>.

Entretanto, o Doutor Diogo de Gouveia, responsável pelo colégio de Santa Bárbara de Paris, indica a D. João III a existência de um novo grupo de clérigos que considerava “aptos para converter a Índia”. Inácio de Loyola envia para Portugal os jesuítas Francisco Xavier e Simão Rodrigues. Em 1541, Francisco Xavier vai para a Índia e Simão Rodrigues fica no Reino, criando a então Província de Portugal da Companhia de Jesus – a primeira da Ordem, em 1546. Até esta data já se encontravam fundados alguns colégios. Em 1542, era fundado o Colégio de Jesus em Coimbra e em 1551, o do Colégio do Espírito Santo em Évora. Entretanto a Ordem vira-se para Lisboa e funda aí o Colégio de São Roque e o de Santo Antão, ambos em 1553.

Em 1558 o Cardeal-infante D. Henrique solicita ao papa Paulo VI autorização para criar em Évora uma universidade, cujo governo colocaria nas mãos dos Jesuítas. A concretização desta universidade acontece em 1559<sup>178</sup>, coincidindo, assim, com o fim dos registos no “Livro da Fazenda do Infante D. Henrique”<sup>179</sup>. Todavia, os Estatutos da Universidade de Évora só viriam a ser aprovados e promulgados em 1563.

Na década de 60 do século XVI, o Cardeal reforça as suas estadias em instituições monásticas, quer em Santa Cruz (Coimbra), quer em Alcobaça, e até mesmo nos numerosos mosteiros dos arrabaldes de Lisboa<sup>180</sup>. Em 1562, a rainha D. Catarina renuncia à Regência do Reino e em sua substituição chega o Cardeal, condicionado desde logo pelo pressuposto de que deveria entregar o Reino ao seu sobrinho D. Sebastião quando este completasse os 14 anos e tal acaba por suceder em 20 de Janeiro

---

<sup>175</sup> *Idem, Ibidem*, p. 275

<sup>176</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25

<sup>177</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>178</sup> *Idem, Ibidem*, p. 282

<sup>179</sup> *Idem, Ibidem*, p. 29

<sup>180</sup> *Idem, Ibidem*, p. 35

de 1569. Perante isto, o Cardeal providencia a sua própria transferência para o arcebispado de Lisboa, de modo a poder acumular as funções políticas e eclesiásticas, mas sem deixar de residir na sede da sua diocese<sup>181</sup>. O Cardeal deixou de ser titular em Évora para passar a sê-lo em Lisboa, tendo em conta a menoridade de D. Sebastião que reclamava a sua presença constante nesta cidade<sup>182</sup>.

Segundo alguns autores, Frei Luís de Granada começa a frequentar a corte para apoiar o Cardeal D. Henrique, decorrente da Regência do Reino que continuava a ser imposta pela menoridade do sobrinho D. Sebastião<sup>183</sup>.

Em 1563 o papa concede ao Cardeal D. Henrique o título de legado *a latere* da Sé Apostólica<sup>184</sup>, mas em 1564 o Cardeal renuncia ao arcebispado de Braga, retomando-o apenas em 1575<sup>185</sup>.

De 1564 a 1575 foi Arcebispo de Lisboa e Regente do Reino, tendo fixado a sua residência em Lisboa.

Em 1565 D. Henrique deslocou-se de Évora para Salvaterra para aí assistir às touradas e comédias promovidas pelo rei por ocasião do Entrudo. Aí se encontra com D. Sebastião, voltando com este para Lisboa<sup>186</sup>. No Inverno desse mesmo ano, D. Henrique repousa em Almeirim<sup>187</sup>, apesar de Salvaterra ser agora outro dos seus destinos preferidos.

Em 1566 o cardeal D. Henrique funda, em Lisboa, o Seminário de Santa Catarina, estabelecendo rendas para a sua subsistência<sup>188</sup>.

Em 1569 D. Henrique parte com o sobrinho D. Sebastião para Salvaterra, para o “gozar del paso de las aves”<sup>189</sup>, à semelhança do que já havido sucedido em 1565. Mais tarde, no decorrer de 1569, D. Sebastião visita Alcobaça e fica hospedado no Palácio Abacial<sup>190</sup>.

Em 1570 tio e sobrinho deslocam-se a Coimbra para ouvir D. Sebastião discursar na universidade. Nesta altura ambos saem de Lisboa, passam por Sintra, Alcobaça,

---

<sup>181</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>182</sup> *Idem, Ibidem*, p. 83

<sup>183</sup> *Idem, Ibidem*, p. 30

<sup>184</sup> *Idem, Ibidem*, p. 284

<sup>185</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>186</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>187</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>188</sup> *Idem, Ibidem*, p. 285

<sup>189</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>190</sup> MOREIRA, R., “A Encomenda...”, p.54

Batalha, Leiria e Pombal, chegando por fim a Coimbra a 13 de Outubro. No regresso ambos param em Tomar, Punhete e Almeirim<sup>191</sup>.

Em 14 de Outubro de 1572, D. Henrique é encarregue das cerimónias de transferência dos restos mortais de seus pais e irmão para a capela do Mosteiro dos Jerónimos<sup>192</sup>.

D. Sebastião, nessa altura, empreende a sua primeira jornada de inspecção à costa africana entre Agosto e Outubro ficando a regência, novamente, entregue a D. Henrique<sup>193</sup>.

Em 1573 D. Sebastião, já de regresso a Lisboa, emite um alvará sobre a desvalorização da moeda<sup>194</sup> e inicia a sua jornada pelo Alentejo e Algarve<sup>195</sup>, acompanhado pelo seu tio, o Cardeal D. Henrique.

Em 1574, o Cardeal recebe em Évora o seu primo D. Duarte, chegado de Tanger<sup>196</sup>. Entre 1575 e 1578, o Cardeal fixa a sua residência em Évora<sup>197</sup>, mais propriamente no Colégio da Companhia de Jesus<sup>198</sup>, e volta a ser nomeado como Arcebispo de Braga<sup>199</sup>.

Em 1576, vindo de Alcobaça e passando por Almeirim, D. Henrique tem um encontro público e fugaz com D. Sebastião<sup>200</sup>. Ainda em 1576 corre o boato da morte do cardeal: "alguns acidentes e paixões de coração", associados a forte desinteria, acompanhada de hemorragias intestinais, a que se juntam manifestações de surdez, que vemos progredirem em momentos posteriores<sup>201</sup>.

Entretanto, a notícia revela-se falsa e fixa-se de seguida em Évora, nas Casas do Duque de Bragança.

Em Novembro de 1578 muda-se para as Casas de Martim Afonso de Sousa, também em Évora. Durante esse mesmo ano, o Cardeal deslocara-se a Lisboa para se despedir do seu sobrinho, o qual se encontrava de partida para a Batalha de Álcacer-Quibir, já dentro da sua galé. No entanto, o Cardeal D. Henrique mostrara a sua oposição à Jornada de África<sup>202</sup>, mas D. Sebastião já tinha conseguido para esta um subsídio de 240

---

<sup>191</sup> POLÓNIA, A., *D. Henrique...*, p. 46

<sup>192</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25

<sup>193</sup> *Idem, Ibidem*, p. 286

<sup>194</sup> *Idem, Ibidem*, p. 288

<sup>195</sup> *Idem, Ibidem*, p. 288

<sup>196</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27

<sup>197</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 37 e 43

<sup>198</sup> *Idem, Ibidem*, p. 35

<sup>199</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>200</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>201</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>202</sup> *Idem, Ibidem*, p. 289

mil cruzados<sup>203</sup> e a mesma expedição já tinha sido confirmada pela bula papal de Gregório XIII<sup>204</sup>. Acontece nesta data uma reunião de uma junta de nobres, no Paço de Santos, a quem D. Sebastião dá a conhecer os seus projectos africanos<sup>205</sup>.

O Cardeal recolhe-se depois em Sintra, no mosteiro da Penha Longa, daí partindo para o mosteiro de Alcobaça<sup>206</sup>.

É no Verão de 1578 que, ao encontrar-se no Palácio Abacial de Alcobaça<sup>207</sup>, recebe a notícia da necessidade urgente de se apresentar em Lisboa. Mas só quando este chega à capital é que sabe do desfecho da Batalha de Álcacer-Quibir e da morte do seu sobrinho. Ainda em Lisboa, dá-se a aclamação régia do cardeal-infante D. Henrique, na Igreja do Hospital de Todos-os-Santos a 28 de Agosto de 1578<sup>208</sup>.

Por esta ocasião pede-se a dispensa papal das ordens sacras para o cardeal D. Henrique<sup>209</sup> e a revogação de medidas legislativas advindas ainda do reinado de D. Sebastião<sup>210</sup>. Data igualmente de 1578 o fim do seu segundo episcopado na diocese de Évora, abandonando a sua residência no Colégio da Companhia de Jesus<sup>211</sup>.

Face a todas estas circunstâncias, a saúde de D. Henrique agrava-se<sup>212</sup> e em Novembro noticiam os embaixadores para Roma “que tinha o rei passado mal, com os costumados sintomas de mal-estar gástrico, a que acresce “um mal de urina”<sup>213</sup>.

Passou melhor até meados de Janeiro de 1579, quando de novo recai com hemorragias supostamente gástricas e assim o encontra de cama, por ordens médicas, Roberto Fontana quando, a 13 de Fevereiro, o vai visitar<sup>214</sup>. Em carta de 31 de Janeiro de 1579 afirma Cristóvão de Moura: “Parece impossível que possa este homem durar um ano, e muitos dos médicos afirmam menos, e todos dizem que se faz ético”<sup>215</sup>. O mês de Fevereiro revela-se de forte instabilidade<sup>216</sup>, mas os meses de Março e Abril parecem ser de alguma recuperação, ainda que precária<sup>217</sup>. Em Maio uma nova indisposição de

---

<sup>203</sup> *Idem, Ibidem*, p. 289

<sup>204</sup> *Idem, Ibidem*, p. 289

<sup>205</sup> *Idem, Ibidem*, p. 289

<sup>206</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>207</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 43 e 44

<sup>208</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>209</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>210</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>211</sup> *Idem, Ibidem*, p. 35

<sup>212</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>213</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>214</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>215</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>216</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>217</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

estômago e desintéria mantêm-no três dias no leito<sup>218</sup>. Em Junho a peste grassa em Lisboa e, nessa altura, temia-se pela saúde e vida do rei; preocupações que se avolumam a 29 desse mês, depois de repetidos episódios de desintéria e da recorrente *febrezinha ética*, o terem esgotado em extremo<sup>219</sup>. Os meses de Julho e Agosto parecem, pelo contrário, revelar algumas melhoras com novos retrocessos em Setembro e posterior recuperação em Outubro<sup>220</sup>. Até finais de Novembro a sua saúde desenha um gráfico de oscilações constantes, com picos de agravamento e melhoras, a ponto de a 30 de Novembro afirmar monsenhor Alexandre Furmento que o rei se encontrava de excelente saúde. Momentos, porém, de episódica recuperação enganadora<sup>221</sup>.

Em Novembro de 1579, o Cardeal faz sediar a corte em Almeirim, fugindo à peste que grassava em Lisboa e é em Almeirim que virá a morrer<sup>222</sup>.

Desde Dezembro e até à sua morte, em 31 de Janeiro de 1580, o agravamento é irreversível e indesmentível<sup>223</sup>.

Posteriormente dá-se a reunião das Cortes de Lisboa e das Cortes de Almeirim e Santarém para tentar resolver o problema da sucessão do reino<sup>224</sup> e face ao sucedido é enviada a Marrocos uma embaixada para tentar o resgate dos cativos<sup>225</sup>.

Antes da sua morte, D. Henrique tinha nomeado cinco governadores e são estes que assumem o governo do reino<sup>226</sup>, dando-se depois a aclamação régia de D. António, prior do Crato, em Santarém<sup>227</sup>, apesar de ser conhecido o rancor existente pelo Cardeal em relação a este seu sobrinho e apesar de D. António ter sido, anteriormente, expulso do reino e ter sido desnaturalizado<sup>228</sup>. A biblioteca particular do Cardeal foi doada ao Colégio do Espírito Santo, em Évora, tendo daí transitado para o seminário diocesano onde ainda hoje permanece por reconstituir<sup>229</sup>.

---

<sup>218</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>219</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>220</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>221</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>222</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>223</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>224</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>225</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>226</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>227</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290

<sup>228</sup> *Idem, Ibidem*, p. 20

<sup>229</sup> *Idem, Ibidem*, p. 22

É o perfil de um homem acomodado o que uma vez mais confirmamos através da análise dos seus itinerários geográficos. Mais audaciosa parece ter sido a sua actuação como homem de cultura e como homem da igreja<sup>230</sup>.

D. Henrique foi, indiscutivelmente, um homem de cultura. Procurando aferir esta vertente da sua personalidade, afigura-se-nos pertinente perseguir algumas pistas de análise. Em primeiro lugar, a sua educação; em segundo lugar, a sua actuação cultural, enquanto mecenas e promotor das artes e das letras e enquanto autor de obras espirituais; e em terceiro lugar o seu protagonismo como mentor de um sistema de ensino, simultaneamente laico e eclesiástico, cuja importância é manifestada ao longo do tempo<sup>231</sup>.

Os resultados atingidos por D. Henrique parecem ter sido claramente positivos. A sua curiosidade científica e a aptidão para o estudo das ciências exactas parecem constituir traços característicos do seu perfil de estudante. A levarmos à letra as declarações do cosmógrafo Pedro Nunes no *De Crepusculis* “(...) o infante parece ter-se mostrado arguto, inteligente e capaz de equacionar, com clareza, alguns problemas de índole matemática, que o seu mestre se esforçava por resolver”<sup>232</sup>.

Da polifacetada formação de D. Henrique e da seriedade com que encarava os debates intelectuais elucidam-nos, desde logo, os círculos de homens cultos que frequentavam a sua casa: teólogos, filósofos, retóricos e humanistas encontrar-se-iam em serões literários por si organizados<sup>233</sup>.

Ressalve-se, porém, que as relações que D. Henrique mantinha com os homens doutos, independentemente do apreço intelectual que lhes reservasse, sempre foram condicionadas pelas suas atribuições e pela obediência assumidamente voluntária a estritas directivas doutrinárias. Na verdade, as responsabilidades eclesiásticas assumidas ao longo da sua carreira e o seu compromisso intenso com a política religiosa do Reino parecem influenciar uma evolução das suas posições culturais. Para essa evolução

---

<sup>230</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>231</sup> *Idem, Ibidem*, p. 48

<sup>232</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50, e MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, PEREIRA, Paulo (dir.), História da Arte Portuguesa, vol. II, *Do “Modo” Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995, p. 350

<sup>233</sup> POLÓNIA, A., *D. Henrique...*, p. 55

contribuiu inequivocamente a sua ligação aos padres jesuítas e o seu gradual afastamento dos intelectuais humanistas<sup>234</sup>.

Em diversos retratos seus<sup>235</sup> podemos observar que apesar de a sua vida estar intimamente ligada a cargos religiosos, os destinos do país estiveram sempre ao seu alcance e debaixo dos seus olhos. A representação da figura cardinalícia a descansar na cadeira, ou de pé, mas com a coroa junto de si assente, sobre um projecto<sup>236</sup>, ou assente em almofada de veludo<sup>237</sup>, leva-nos a depreender que o Cardeal assumiu sempre as suas responsabilidades enquanto homem de estado.

Ao longo dos tempos, os círculos de intelectuais que o rodeiam inclinam-se crescentemente para o espírito da Contra-Reforma, acentuando a importância dos valores religiosos tradicionais e promovendo a vinculação da cultura e do Estado aos interesses da ortodoxia religiosa<sup>238</sup>.

D. Henrique vive numa época de mudança. A sua juventude foi influenciada pelo programa do Humanismo Renascentista, reflectindo uma das prioridades culturais do reinado de D. João III: a introdução, em Portugal, de um programa cultural que já conhecia na Itália cerca de dois séculos de desenvolvimento onde as primeiras manifestações ocorreram no decurso do século XIV. Trata-se de um movimento que assumia múltiplas facetas: a especificamente literária e erudita, e a vertente cívica, de crítica social e de reflexão religiosa, patenteada no Humanismo Cristão, para além de todas as inerentes projecções do domínio da arte, da arquitectura e/ou do urbanismo<sup>239</sup>.

O Cardeal foi o mais alto representante do pontífice romano em Portugal (*legado a latere*); foi o Inquisidor-Mor do Reino; foi candidato à própria tiara papal<sup>240</sup>; foi prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>241</sup> e foi enfim abade perpétuo do Mosteiro de Alcobaça<sup>242</sup>.

---

<sup>234</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57

<sup>235</sup> Ver imagens 84, 86 e 88.

<sup>236</sup> Ver imagem 85.

<sup>237</sup> Ver imagens 87 e 89.

<sup>238</sup> *Idem, Ibidem*, p. 58

<sup>239</sup> *Idem, Ibidem*, p. 77

<sup>240</sup> *Idem, Ibidem*, p. 82

<sup>241</sup> *Idem, Ibidem*, p. 82

<sup>242</sup> *Idem, Ibidem*, p. 82

#### 4.1 - As obras do abaciado de D. Henrique

D. Henrique tornou-se abade comendatário do Mosteiro de Alcobaça em 1548 e foi por sua iniciativa que se edificaram duas obras importantes: a actual “Sala dos Reis” e o claustro dos Noviços ou “claustro do cardeal”, para além do “paço do cardeal” onde depois se edificou o claustro de D. Afonso VI.

As cartas régias para o bispo de Leiria, Frei Brás de Braga, revelam a intervenção de Miguel de Arruda em obras importantes.

Transcrevendo a carta que o rei envia ao bispo em Agosto de 1548 já anteriormente apresentada lemos: “Soube agora como estáveis já em Leiria e vínheis amanhã que são 9 deste mês, ter ao mosteiro de Alcobaça, pelo que mando Miguel de Arruda para o que sabeis. Encomendo-vos muito que o despacheis o mais breve que puder ser para que se possa logo tornar, e assim que me escrevais como vos achais de vossa disposição e deste caminho e a maneira de que achardes a casa e o que esperais de fazer nela, porque folgarei de saber tudo por vossa carta”<sup>243</sup>.

Em nova missiva do rei a 24 de Setembro de 1548 e ficamos a saber da boa recepção que Frei António de Lisboa teve: “Ao que dizeis sobre as oficinas de Alcobaça, de que me Miguel de Arruda trouxe apontamentos, eu os vi, escrevi nisso e lhe tenho agora mandado fazer um debuxo da maneira que me pareceu que se as ditas oficinas devem de fazer. Tanto que foi feito, volo mandarei e vos escreverei sobre isso. Miguel de Arruda me deu informação de algumas couzas da obra do convento, nas quais eu assentei o que nelas deve se fazer i como vereis por uma carta que Pero de Carvalho escreve a João de Castilho. Encomendo-vos que deis ordem que assim façam”<sup>244</sup>.

A documentação acima referida demonstra o envolvimento pessoal de Miguel de Arruda nos projectos alcobacenses, apesar do imenso trabalho não lhe permitir ficar à frente de todas as empresas solicitadas pelo monarca. Por esta razão, D. Henrique vê-se obrigado a chamar o mestre Pero Gomes – amplamente conhecido pela sua obra de Santa Maria de Estremoz. Assim, em carta de 29 de Dezembro de 1548, enviada a Frei António de Lisboa afirma D. Henrique: “Pero Gomes veyo a mim com os contratos e apontamentos novos, e me deo a vosa carta, e o despachei conforme em tudo ao que El Rei meu sor me mandou; e ja por esta cauza vos não podereys queixar que não vos

---

<sup>243</sup> MOREIRA, R., “A Encomenda...”, p. 49

<sup>244</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

---

podereys hir para vossa caza, e porem seja isto com condição que venhais cedo a Alcobaça, como confio que fareis para proverdes as couzas da caza, de que ha tanta necessidade; e o mais vos dirá Pero Gomes”<sup>245</sup>.

Miguel de Arruda é a figura central na elaboração dos projectos architectónicos da altura e começa a ser remunerado por *servir o cardeal nas obras do dito mosteiro*. A primeira retribuição é-lhe dada em 1550 e a 21 de Julho desse mesmo ano conhece-se uma nova carta do monarca: “Miguel de Arruda me disse que lhe escrevestes sobre a duvida que se offereceo acerca da mudança do Rio de Alcobaça, e se para se fazerem os aliceresses da obra que se ha de fazer no Mosteiro era necessário mudar se o Rio para outra parte, ou metel lo por dentro da obra, e assi me mostrou o debuxo que lhe disse enviastes. Hey por bem que o Rio se lance por fora da obra como estava ordenado, e porque assi parece que ficará a obra mais segura e em mais perfeiçam, e de menos despeza. E a Miguel de Arruda mandei que vos escrevesse isto miudamente”<sup>246</sup>. Este problema colocava-se porque o monarca tinha dado ordens a Miguel de Arruda para que ele procedesse à abertura dos alicerces do claustro dos noviços. Segundo Rafael Moreira, esta carta é a prova de que Pero Gomes iniciou a obra nesta data – corria o ano de 1550 - seguindo assim o projecto de Miguel de Arruda<sup>247</sup>. Com efeito, ele é referido em 1551 no já atrás referido Livro da Fazenda do Cardeal D. Henrique, da Biblioteca Pública de Évora, a fim de lhe ser feito o competente pagamento: “miguel d aRuda tem cad ano do cardeal dous moios de trigo pagos polo Rendimento do mosteiro d Alcobaça avendo Respeito o seruir o cardeal nas obras do dito mosteiro os quais vence da nauidade de b<sup>c</sup>L<sup>ta</sup> [1550] em diante enquanto o seruir [...] per aluara feito em evora a xx de nouembro de 551 [...]”. Confirma-se assim que este pagamento se iniciou a 20 de Novembro de 1551, mas com retroactivos referentes ao Natal de 1550, quando foram dadas por terminas as obras sobre alçada de Miguel de Arruda em Alcobaça.

Não obstante considerar que o projecto de Arruda se manteve, Rafael Moreira afirma que o claustro “aparenta ser de construção coeva e da conclusão da clausura (1566) e do altar-mor, réplica do de Belém, portanto, característico da década de 60”<sup>248</sup>.

---

<sup>245</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

<sup>246</sup> *Idem, Ibidem*, p. 52

<sup>247</sup> *Idem, Ibidem*, p. 52

<sup>248</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57

De facto, as fundações de toda esta área - que incorporava a nova portaria e hospedaria - não devem ter sido fáceis de erguer dadas as dificuldades topográficas apontadas na carta régia. O próprio estilo altimétrico do claustro aponta claramente para uma cronologia dentro da segunda metade do século XVI. A ser assim, deve chamar-se à colação o nome de Dionísio de Arruda, sobrinho de Miguel de Arruda, que ocupou o cargo de mestre-de-obras entre 1563 e 1576.

Em 1589, o castelhano frei Jerónimo Roman afirmava que esta zona estava ainda a ser renovada e melhorada. Secundando a ideia de que a fábrica se estendeu no tempo, Rafael Moreira considera que “a disposição dos intercolúnios do piso alto do claustro recorda o da Graça de Évora, de Miguel de Arruda; mas a frieza, e correcção livresca do entablamento dórico, a ausência de equilíbrio com o piso térreo, o gigantismo das pilastras do claustro e ex-Sala dos Reis, tudo aponta para uma execução avançada desta zona, modificando num sentido de maior monumentalidade a traça deixada por Arruda”<sup>249</sup>.

Se o modelo claustral sofreu modificações, então o quadrado de três “naves” por quatro colunas e tornado rectângulo pela inclusão de um acrescento a Oeste - designado a partir de 1765 por “Sala dos Reis”<sup>250</sup> - é obra deste período. A intervenção dos dois mestres nos trabalhos e o modelo da Igreja de Santa Maria do Castelo de Estremoz provam-no cabalmente. Segundo Rafael Moreira a actual “Sala dos Reis” seria provavelmente a “Igreja de Fora” e, se o modelo alentejano repete o alcobacense, Pero Gomes replicará a Sul, em Estremoz o modelo de Miguel de Arruda.

Não deixa de ser importante considerar que a reforma monástica dos inícios da segunda metade do século XVI em Alcobaça revela microcosmicamente a realidade portuguesa de então, reunindo dois projectos contrastantes mas porventura contemporâneos: a designada “Sala dos Reis” com a sua planta de “igreja-salão” e o Claustro dos Noviços de matriz renascentista quase madura. Estas eram duas obras aparentemente antagónicas mas riscadas pelo mesmo mestre: Miguel de Arruda.

Ao mesmo tempo e sem absolutas certezas - que só os contratos e os registos de livros de receita e despesa poderão resolver - prolonga-se o problema acerca da efectiva

---

<sup>249</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57

<sup>250</sup> Após a construção da Igreja Nova no Rossio, para onde se mudou a paróquia, não se justificava a manutenção daquela dependência como Igreja. Até esta data a “Sala dos Reis” era designada de “Igreja de Fora” para se diferenciar a igreja onde se celebrava missa para a paróquia daquela que era utilizada pela comunidade monástica, a Igreja do Mosteiro.

capacidade dos mestres portugueses de meados do século XVI em projectar uma obra verdadeiramente *moderna*.

O historiador Rafael Moreira deu a conhecer uma carta do monarca português, de 21 de Julho de 1550, onde se afirma que Miguel de Arruda “tambem me mostrou os debuxos de N. Sr<sup>a</sup> da Piedade de Tavira, e lhe mandei traçar nelle assi as officinas que me parecerão necessarias. Tanto que se acabarem de traçar vos mandarei os debuxos”<sup>251</sup>. A 4 de Setembro, noutra missiva para Frei António de Lisboa, o rei “lhe remete o debuxo deste risco das obras do Mosteiro de N. Sr<sup>a</sup> da Piedade de Tavira emendado e acrescentadas alguas officinas e lhe manda se comecem logo as obras”<sup>252</sup>.

Documenta-se, assim, o risco “arrudiano” para as monjas bernardas de Tavira, isto é da mesma família monacal.

A morte do Cardeal D. Afonso em 1540, irmão de D. João III e Abade de Alcobaça, faz com que o Rei passe a interessar-se directamente pelo Convento. Esta mudança de atitude face aos monges bernardos e ao Mosteiro de Alcobaça leva-o a intervir, em 1541, directamente no desenho<sup>253</sup> do provável palácio abacial no Mosteiro de Alcobaça.

Em Junho desse mesmo ano, o livreiro real - Luís Rodrigues - edita em Lisboa as “Medidas del Romano” da autoria de Diego de Sagredo, escrito em castelhano e acrescido das ilustrações francesas de 1535 devidamente adaptadas, sendo muito provável que haja um arquitecto português por detrás de tal obra<sup>254</sup>. E esse arquitecto pode muito bem ter sido Diogo de Torralva<sup>255</sup>.

Após a morte do Cardeal D. Afonso, que em vida fora tão elogiado por Frei Manoel dos Santos, vinham ventos de mudança em relação à atitude dos monarcas para com a abadia, uma vez que o “o Rei D. João III, conhecidamente pouco afeiçoado às cousas de Alcobaça” porque “poucos dias andados depois dos funerais do Infante apareceu em Alcobaça um Diogo Gonsalvez desembargador dos agravos com uma carta do rei, pela

---

<sup>251</sup> *Idem, Ibidem*, p. 63

<sup>252</sup> *Idem, Ibidem*, p. 63

<sup>253</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 350

<sup>254</sup> *Idem, Ibidem*, p. 350

<sup>255</sup> *Idem, Ibidem*, p. 352

qual notificou os monges que nem se intrometessem a eleger abade, nem inovassem coisa alguma do governo que deixara o infante até nova ordem”<sup>256</sup>.

Após um período conturbado, em que os monges renegavam um abade imposto pelo rei, só em 1542 é que o Papa Paulo III designou o infante D. Henrique como abade de Alcobaça, nomeando para prior conventual Frei Guilherme da Paixão e “mandou continuar a quadra do Dormitório, e as outras obras, que, deixara principiadas o infante seu irmão”<sup>257</sup>.

Visitou pela primeira vez o mosteiro a 6 de Outubro de 1545<sup>258</sup> e escreveu sobre tal no dia 26 desse mesmo mês<sup>259</sup>. Esta descrição permite-nos entrever uma presença do Cardeal D. Henrique em Alcobaça, a qual durou aproximadamente vinte dias, mas em nenhum dos seus escritos lemos uma descrição da sua estadia. No entanto, Frei Manoel dos Santos ironiza ao dizer que na visitação o “Cardeal D. Henrique tem mais de conselho, e advertências, do que de preceito”<sup>260</sup>. Simplificando, fala muito mas diz pouco.

Após esta visita o cardeal voltou pessoalmente ao mosteiro diversas vezes, tendo ainda nomeado para o visitar. Entre 1565 e 1577 conhecemos o relato de seis visitas formais feitas por monges<sup>261</sup>. No entanto, e para além das visitas monásticas, temos também as referências às diversas visitas empreendidas por ilustres personagens europeias, que, através dos seus testemunhos, nos ajudam a ter uma ideia mais correcta acerca do mosteiro nas épocas das respectivas visitas<sup>262</sup>.

<sup>256</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 352

<sup>257</sup> *Idem, Ibidem*, p. 354

<sup>258</sup> *Idem, Ibidem*, p. 355

<sup>259</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>260</sup> *Idem, Ibidem*, p. 361

<sup>261</sup> *Idem, Ibidem*, p. 361 Entre as diversas visitas que o mosteiro teve, existem algumas que quer pelo seu valor documental, quer pelas descrições que fazem do palácio abacial deverão ser enumeradas: 1484 – Visitação de Frei Pedro Serrano (GOMES, S., *Visitações...*, p. 125); 1532 – Visitação D. Edme de Saulieu (*Idem, Ibidem*, p. 227); 1533 – Visitação D. Edme de Saulieu (*Idem, Ibidem*, p. 233); 1535 – visitação de Frei Bernardo de La Fuente e Frei Tomás Langa (*Idem, Ibidem*, p. 251); 1538 – visitação Cardeal D. Afonso (*Idem, Ibidem*, p. 377); 1545 – visitação Cardeal D. Henrique (*Idem, Ibidem*, p. 411)

<sup>262</sup> Revista “Archivo Pittoresco” de 1863, pp. 191 e 192 – Entre elas temos: 1760 – Thomas Pitt esteve em Alcobaça; 1775 – Guilherme Elsdén – Mapa; 1780 – Jean Noel esteve em Alcobaça – desenhos a carvão e Pinturas de Miguel António Amaral; 1782 – 1ª visita da Rainha D. Maria I ao Mosteiro (CORREIA, Vergílio, “A Rainha D. Maria I em Alcobaça”, *Obras*, vol. V Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978, p. 25); 1786 – 2ª visita da Rainha D. Maria I ao Mosteiro (*Idem, Ibidem*, p. 3); 1789-90 – Visita de James Murphy – descrição; 1794 – Visita William Beckford a Alcobaça – descrição do mosteiro; 1830 – Visita do Rei D. Miguel; 1837 – Visita James Holland a Alcobaça – Pintura capela desterro; 1838 – Desenho da revista o recreativo (antes de....) e ainda as pinturas não datadas de Quillard (atribuída) e de H. L. Éveque.

Voltando ao abaciado do Cardeal D. Henrique, Frei Manoel dos Santos continuava a queixar-se da atitude menos correcta que este tinha para com o Mosteiro de Alcobaça, como se percebe por este excerto: “porem com seja cousa mais fácil emedar defeitos de cabeça alheia, do que da própria, este mesmo infante D. Henrique, que tanto se inculcava zeloso da fazenda dos outros mosteiros, no de Alcobaça, que tinha mais perto de si, e por sua conta, não dava aos abades, que reprendia o exemplo necessário”<sup>263</sup>.

D. João III morre em Junho de 1557 e D. Sebastião, de apenas 3 anos de idade herda a coroa debaixo da tutela primeiramente da Rainha viúva, sua avó, D. Catarina. Depois da renúncia desta, foi D. Henrique, seu tio, a encarregar-se da sua educação e da Regência do Reino<sup>264</sup>. “Como o infante gostava de viver nas terras de Alcobaça pela Aménidade, e fertilidade do país trazia consigo muitas vezes o menino rei, em maneira, que a maior parte da sua infância viveu o sereníssimo D. Sebastião no Real Mosteiro de Alcobaça”<sup>265</sup>.

Em 20 de Janeiro de 1568 D. Sebastião atingiu a maioridade, passando então a governar. Manteve, no entanto, D. Henrique a seu lado, como seu principal orientador e membro do Conselho de Estado. Mas, poucos anos depois, surgiram algumas desavenças entre o tio e o sobrinho e D. Henrique recolheu-se ao Mosteiro de Alcobaça em 1573.

Mas o que levaria D. Henrique a retirar privilégios ao Mosteiro de Alcobaça. Será a influência dos Jesuítas ou a reforma do Concilio de Trento?

Logo após a peste de Lisboa de 1569, D. Sebastião refugia-se primeiro em Sintra, passa por Óbidos e chega a Alcobaça onde, permanece um mês. Estávamos em finais de Julho e D. Sebastião já conhecia bem a casa, dado o seu tio ter governado a mesma. O agrado da sua permanência foi tal que o mesmo passou um Alvará concedendo novos benefícios aos monges. A 23 de Agosto, parte novamente de viagem em direcção ao Mosteiro da Batalha<sup>266</sup>.

Ainda que se coloquem algumas dúvidas em relação ao termo “viver”, pois o Cardeal e D. Sebastião apenas fizeram breves visitas a Alcobaça, “Quando ele e o cardeal seu tio

---

<sup>263</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 362

<sup>264</sup> *Idem, Ibidem*, p. 364

<sup>265</sup> *Idem, Ibidem*, p. 364

<sup>266</sup> SANTOS, Frei Manoel dos, *Historia Sebastica, contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os sucessos memoráveis do Reyno, e Conquistas do seu tempo, Dedicada a ElRey N. Senhor D. João V*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, p. 173

desciam do seu palácio que hoje<sup>267</sup> é a hospedaria do Mosteiro, para a Igreja dos monges passavam de caminho pela clausura regular<sup>268</sup>.

Este pequeno trecho dá-nos um ar sobre a estrutura do palácio ou de algumas partes do mesmo. Ficamos a saber que a parte residencial se situava no andar não térreo e daí a necessidade de terem de se descer umas escadas para se aceder à parte monástica. Essa ligação poderia ser feita por porta e/ou corredor, o qual também dava acesso ao Claustro de D. Dinis.

Voltando ao Rei D. João III, Frei Manoel dos Santos tece críticas sobre a forma como este tirou privilégios ao mosteiro de Alcobaça<sup>269</sup>, e - como se de uma maldição se tratasse - S. Bernardo, descontente com esta atitude do monarca, fez com que este visse todos os seus seis filhos morrerem<sup>270</sup>.

A importância do mosteiro era tal no Reino que, quando alguém importante vinha a Alcobaça, o Abade recebia-o do alto da janela do palácio das hospedarias como se de um rei se tratasse: “E quando passam pelo mosteiro Príncipes, Núncios, Bispos ou outros grandes (...) e quando vem os Reis ou príncipe herdeiro manda o D. Abade por em duas fileiras a todas as companhias desde a entrada dos Coutos até à porta da Igreja do Mosteiro por todo caminho por onde passam, e nestes dias, que estão em casa lhes manda fazer a guarda ordinária à porta do palácio da Hospedaria pela mesma forma, e estilo, que se pratica na corte<sup>271</sup>”.

Depois de se tornar rei, D. Sebastião apenas voltou a Alcobaça em Agosto de 1569 por altura das festas de S. Bernardo (20 de Agosto)<sup>272</sup>.

No ano de 1579, o cardeal dividiu o Mosteiro em dois: entre Monges e Comendatário Secular<sup>273</sup>, passando as rendas para o Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Mello. Contudo, esta atitude provocou grande desagrado nos monges, pois o prenúncio da divisão da coroa portuguesa estava lançado e havia o temor de que o poder, mais cedo ou mais tarde, passaria para os reis de Castela<sup>274</sup>.

---

<sup>267</sup> Estávamos em 1702.

<sup>268</sup> Claustro D. Dinis. SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 364

<sup>269</sup> *Idem, Ibidem*, p. 366

<sup>270</sup> *Idem, Ibidem*, p. 367

<sup>271</sup> *Idem, Ibidem*, p. 404

<sup>272</sup> *Idem, Ibidem*, p. 364. Gostariamos apenas de acrescentar um dado novo, D. Sebastião passou um alvará a 16 de Agosto de 1569 cujo “Joam de Castilho a fez escrever” (*Idem, Ibidem*, p. 365). Será este Joam de Castilho familiar do famoso arquitecto João de Castilho que trabalhou no Mosteiro e tinha adquirido moradia em Alcobaça em 1526? (MOREIRA, R., “A Encomenda...”, p. 46)

<sup>273</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 466

<sup>274</sup> *Idem, Ibidem*, p. 467

D. Henrique, durante o governo de D. Sebastião, já tinha tentado, por duas vezes, fazer a divisão do Mosteiro em duas partes<sup>275</sup>. Tomando posse como abade de Alcobaça em 1542, só em 1547 é que tenta pela primeira vez a separação. Contudo, o fundamento para esta vontade do Cardeal é desconhecida, apesar de em 1706 Frei Manoel dos Santos já ter escrito sobre isto e não ter conseguido chegar a nenhuma conclusão plausível<sup>276</sup>. Assim sendo, quando este monge-historiador fala sobre o palácio abacial, a sua informação reporta-se a 1558, sendo este mais um indício de que a data da criação do palácio está correcta.

A 7 de Janeiro de 1558, o Cardeal volta a tentar nova separação, fazendo uma referência ao palácio, ainda que sem o mencionar como tal. “Uma coisa muito grande, que tão bem dava, para depois de seus dias, as casas novas, que ele (cardial) havia feito sobre a portaria do mosteiro, que são as mesmas a que chamamos hoje de hospedaria velha”<sup>277</sup>. Desta vez, a tentativa de separação baseava-se em algo de concreto – a reforma da ordem. Entretanto, D. Sebastião completa 14 anos a 20 de Janeiro de 1568<sup>278</sup> e sobe ao poder, renegando esta separação, apesar de a mesma já ter sido alvo de Bula Papal a 22 de Janeiro de 1559<sup>279</sup>.

Assim, apesar de ter existido uma terceira escritura a 7 de Abril de 1579, esta pouco ou em nada vai-se diferenciar da já existente<sup>280</sup>.

Como o Cardeal andava demasiado ocupado com os assuntos do Reino, este passou uma procuração ao Arcebispo de Lisboa “D. Jorge de Almeida seu co-adjutor, e futuro sucessor na encomenda, e administração da Real Abadia no temporal, e espiritual”<sup>281</sup>.

Até à construção do Palácio Abacial, o abade residia junto dos outros monges, embora numa câmara separada muito provavelmente na ala dos dormitórios. No entanto, alguns historiadores são da opinião de que o Dom Abade residia num espaço situado “entre as torres”<sup>282</sup>.

---

<sup>275</sup> *Idem, Ibidem*, p. 468

<sup>276</sup> *Idem, Ibidem*, p. 468

<sup>277</sup> *Idem, Ibidem*, p. 471

<sup>278</sup> POLÓNIA, A., *D. Henrique...*, p. 285

<sup>279</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Alcobaça...*, p. 471

<sup>280</sup> *Idem, Ibidem*, p. 475

<sup>281</sup> *Idem, Ibidem*, p. 475

<sup>282</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 24

CAPITULO II – Um palácio para um abade

5 - Um palácio para um abade

Parece-nos que em 1558 o palácio já se encontra construído e habitável. Assim sendo, algumas dúvidas se colocam: o palácio será uma obra do Cardeal D. Henrique ou uma obra do seu irmão D. Afonso? Terá sido Miguel de Arruda a fazer o debuxo do mesmo ou terá sido seu pai, Francisco de Arruda?

Frei Manuel dos Santos diz-nos que quem custeou a quadra antiga foi D. Henrique, ao passo que a nova já foi construída à custa dos monges<sup>283</sup>. A quadra antiga corresponde, neste caso<sup>284</sup>, ao claustro do Palácio Abacial, e a nova ao claustro da prisão. Se quem o custeou foi D. Henrique, e se já estava concluído em 1558, significa que este Palácio teve de ser construído no período compreendido entre a tomada de posse da cadeira abacial – 1542 – e a primeira data, ou seja, temos um período de tempo de 16 anos. Estiveram presentes nesta obra Francisco de Arruda e seu filho Miguel de Arruda. Francisco, entretanto este, deixou o cargo de mestre-de-obras do Reino, passando a ser exercido por Miguel.

Como anteriormente vimos, o Cardeal D. Henrique passou Alvará a 20 de Novembro de 1551 reportando-se ao Natal de 1550 para se pagar a Miguel de Arruda pelas obras que este efectuou no Mosteiro de Alcobaça. Assim sendo a obra do Palácio Abacial terá sido executada entre 1542 e 1550, caso os pagamentos a Miguel de Arruda se confirmem ser da reportem a ela.

Uma das questões que se podem colocar é a seguinte: porque razão, D. Henrique iria construir um Palácio em Alcobaça para sua residência, se não o fez em Évora, local onde mais tempo residiu? Porque razão D. Henrique iria construir um Palácio em Alcobaça para sua residência? Todo o percurso eclesiástico do Cardeal D. Henrique conduziu-o por diversos caminhos, mas nem todos os cargos lhe possibilitaram ter uma residência pessoal, obrigando-o a deslocações eclesiásticas<sup>285</sup>.

Além disso, a história comprova-nos o cariz de poupança do Cardeal; então porquê despende dinheiro na construção de um Palácio?

---

<sup>283</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Descrição...*, p. 39

<sup>284</sup> A designação de Quadra Antiga é normalmente associada ao Claustro D. Dinis.

<sup>285</sup> POLÓNIA, A., *D. Henrique...*, p. 42

Amélia Polónia no seu livro “D. Henrique” dá-nos uma ideia de um Cardeal contido, até algo acanhado, visto nunca se ter ausentado do país nem para receber o barrete cardinalício em Roma; tinha uma saúde débil; em Évora vivia em casa de terceiros e nunca financiou obras que não fossem puramente religiosas; a não ser que fossem obras da iniciativa dos seus irmãos D. Luís e D. Afonso, uma vez que o Cardeal assumiu sempre os compromissos dos seus irmãos.

Aparentemente, sem querer, e neste intuito de cumprir os projectos dos seus irmãos, o Cardeal aderiu a um modelo estético italiano, patrocinando-o, mas apenas com fins pedagógicos ou religiosos.

Todas estas questões acentuam uma outra dúvida: o autor moral do palácio será, de facto, o cardeal ou o seu irmão D. Afonso? Será que o Cardeal não é apenas o intermediário desta história, ao levar avante uma ideia do seu irmão, tornando-se assim não num autor moral mas sim num mero autor material?

No entanto o Cardeal, tal como um rei, tinha a sua “casa”, o seu séquito, o qual o acompanhava nas suas deslocações. Assim, ao esmoler cabiam as funções financeiras, ao escrivão (da puridade) a função de secretário que acumulava com a de seu confessor diário. Todos eles tinham aposentos privativos no Palácio Abacial.

## 6 – Do paço medievo ao palácio bloco

O início do séc. XVI corresponde aos inícios do Renascimento em Portugal, pelo que o modelo de um palácio ainda não estava muito distanciado dos da Baixa Idade Média. Por isso, sentimos a necessidade de recuarmos historicamente até este período de modo a podermos compreender a sua evolução.

### 6.1 - A Casa nobre medieval

A casa nobre medieval, também conhecida como casa senhorial, destacava-se pela torre (exemplo típico será a Torre de Refóios<sup>286</sup>). Esta torre era muito semelhante à Torre de Menagem dos castelos medievais, tendo em comum com estas a sua estrutura defensiva, onde se podiam abrigar os reis, senhores e respectivas populações em caso de ataques dos inimigos. Assim, as torres de menagem serviam simultaneamente como casa de

---

<sup>286</sup> Ver imagem 90.

acolhimento, mas também como casa de fortificação, apresentando muralhas altas, espessas, salientes e com poucas aberturas.

Na sequência das diversas visitas pelo país, D. João III e Francisco de Holanda ansiavam pela construção de um palácio régio moderno em Portugal, mas o mesmo não aconteceu e, conseqüentemente, continuaram a ter de repousar nos aposentos dos superiores nos conventos e mosteiros da altura.

Alcobaça não era exceção e antes da existência do Palácio Abacial, os abades residiam “Aonde agora he o Collegio da Conceição (...) [aí] eram as casas dos Abbades perpetuos e a hospedaria; os quais Abbades tinham tambem outras casas dentro do Castello e outras de recreação sobre o mar no Castello da Vila de Alfeizaráo”<sup>287</sup>. Em 1580 com a perda da independência em relação a Espanha, o palácio abacial transformou-se numa Hospedaria que, tal como vimos anteriormente, albergou não só reis e rainhas bem com personagens ilustres europeias.

Com a construção do Colégio da Conceição na ala Sul, em 1648<sup>288</sup>, os abades passaram a residir no colégio, após o fim do seu período de governação.

Recuando até aos inícios do séc. XV, D. Duarte, descreve-nos a organização dos aposentos de um paço medieval no capítulo LXXXI do *Leal Conselheiro*: “Pera mayor declaraçom de como entendo que devemos aver das cousas sentimento virtuosamente, eu conssiuro no coraçom de cadahu de nos cynquo casas, assy ordenadas como costumam senhores. Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorioque omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir. Segunda, câmara de paramento, ou ante-camara, em que costumam estar seus moradores e alguñs outros notavees do reyno. Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumamvestir, que pera mais speciaes pessoas para ello perteencentes se devem apropriar. Quinta, oratorio, em que os senhores soos alguas vezes cadadia he bem de see apartarem para rezar, ler per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados”<sup>289</sup>. Esta descrição para além de nos enumerar as divisões que compunham um paço, descreve-nos a sua sequência de acordo com o tamanho e a intimidade a eles subjacente. Assim em as divisões maiores e mais externas

---

<sup>287</sup> SANTOS, Frei M. dos, *Descrição...*, p. 22

<sup>288</sup> Ver imagens 91 e 92.

<sup>289</sup> SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995, p. 27

são as menos íntimas enquanto as de menores dimensões e mais interiores são mais reservadas e intimistas, culminado no espaço totalmente privado do oratório<sup>290</sup>.

A sequência do paço inicia-se com a *sala*, passando pela *camara(s)* e *trans-camara(s)* e terminava no *Oratório* ou *Capela privada*. Cá fora tínhamos um pátio ou claustro que fazia de ligação com os aposentos dos criados, a cozinha, a cavalaria e o horto.

O palácio renascentista, apesar de usar uma planta de matriz rectangular num esquema clássico, ao contrário da medieval (que mais não seria que um adossar de corpos periféricos ao principal conforme as necessidades), ainda mantém neste aspecto, o essencial do espírito de organização espacial do paço senhorial da Baixa Idade Média. A ligação entre as diversas salas e câmaras faz-se pelo interior das próprias, sendo a primeira a mais pública e a última a mais privada

## 6.2 - As casas de pátio

De inspiração italiana, o paço renascentista traz uma inovação neste arranjo como que longitudinal. Com efeito, para lá do arranjo global de planta base do conjunto, de forma regular (rectangular ou sensivelmente quadrada), a grande novidade do paço renascentista está no recurso à inserção de espaços ajardinados no seu seio, no exterior, entre duas alas numa planta em “U”, ou no seu centro, num espaço “claustral” inserido mais ou menos no centro da sua planta. Facilmente se deduzem todos os cuidados, preocupações e recursos estilísticos suscitados pela composição arquitectónica das respectivas fachadas interiores. Estas, organizadas em pórticos e arcadas térreas, em galerias sobrepostas, ou numa superfície mural mais ou menos modelada pelos mais diversos elementos do vocabulário arquitectónico renascentista (colunas, pilastras, entablamentos, cornijas, etc.) propiciam um campo de experimentação privilegiado aos grandes arquitectos do Renascimento.

A novidade do pátio interior arquitectonicamente organizado “ao antigo”, isto é, ao romano, ao gosto renascentista, também se regista em Portugal. Assim, um dos mais memoráveis pátios interiores será o Claustro da Sé de Viseu, encomendado pelo Bispo daquela diocese, D. Miguel da Silva, verdadeiro mecenas ao serviço da introdução do Renascimento entre nós, das suas tipologias construtivas, das suas formas, das suas linguagens e dos seus recursos estilísticos.

---

<sup>290</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27.

A Casa dos Condes de Marialva em Cantanhede<sup>291</sup> dotada de um pátio interior<sup>292</sup> e uma galeria renascentista<sup>293</sup> com abóbadas de nervuras<sup>294</sup> assentes em mísulas<sup>295</sup> foi um dos primeiros exemplos dessa transição. Em Alcobaça estas abóbadas assentam em capitéis<sup>296</sup>. A Casa das Quintas das Torres<sup>297</sup> apresenta um grande pátio sensivelmente quadrado e fechado nas suas quatro faces<sup>298</sup>. De marca nitidamente italiana, afastava-se por completo da arquitectura medieval portuguesa. No entanto, no que diz respeito à Quinta da Torre (datada de 1560) esta já pode ser comparada com a Casa de Água de Peixes<sup>299</sup>, pois aqui todo o centro já gira em torno de um pátio. Na Quinta das Torres demarca-se uma perfeita integração do pátio e a grande regularidade arquitectónica transparecem nuances renascentistas de grande harmonia e simetria<sup>300</sup>. Por fim, e já numa época de transição para o Maneirismo, se não mesmo maneirista, temos o Palácio Arcidescopal de Évora (início da década de 1590) cujas proporções em planta<sup>301</sup> nos fazem lembrar a planta de Alcobaça, com o seu pátio ou claustro inscrito num quadrado perfeito.

### 6.3 - O palácio-bloco

Depois dos exemplos de *palácios-blocos* cuja forma ainda se assemelhava demasiado a *casas de pátio*, com as suas plantas já em transição para algo elaboradas, ainda que as suas fachadas sejam pura transição baixo medievá para o renascimento, vamos agora debrçarmo-nos sobre a introdução dos palácio-bloco de afinidade espanhola.

Em Espanha vivia-se o estilo “militar” de Carlos V e de Filipe I, cujos expoentes máximos seriam concretizados nos “palácios-alcazar” de torres angulares e de coruchéus pontiagudos, tomando como exemplo paradigmático o alcazar de Toledo<sup>302</sup>.

<sup>291</sup> Ver imagem 93.

<sup>292</sup> Ver imagem 94.

<sup>293</sup> Ver imagem 95.

<sup>294</sup> Ver imagem 96.

<sup>295</sup> Ver imagem 97.

<sup>296</sup> Ver imagens 98 e 99.

<sup>297</sup> Ver imagem 100.

<sup>298</sup> Ver imagem 101.

<sup>299</sup> Ver imagens 102 e 103.

<sup>300</sup> AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, 1988, p. 50

<sup>301</sup> Ver imagens 104 a 106.

<sup>302</sup> Ver imagem 107. PIMENTEL, António Filipe, “Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”, *Actas. VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*, “Las

A repetição intensiva deste exemplo de Toledo continuou durante a segunda metade do século XVI e durante as primeiras décadas do século XVII, destacando-se o Alcazar de Madrid<sup>303</sup> e os Palácios de El Prado e do Buen Retiro<sup>304</sup>.

Em Portugal o primeiro exemplar desta tendência é o Palácio Corte Real (1585) de D. Cristovão de Moura<sup>305</sup>, na Ribeira de Lisboa, ao Corpo-Santo<sup>306</sup>. Decerto que a “afiliação” espanhola de D. Cristovão não seria alheia a este facto, pois o seu autor, Juan de Herrera, que após ter estado nas obras do El Escorial, se instala em Lisboa em Dezembro de 1580, para construir a Torre no Paço da Ribeira a pedido de Filipe II.

Considerado por muitos como sendo o palácio de referência lisboeta, até à sua destruição pelo fogo em 1750<sup>307</sup>, não sendo alheio o facto de se tratar do palácio Vice-Rei de Portugal<sup>308</sup>, consegue uma perfeita união ibérica arquitectónica indo beber aos dois países aquilo que os melhor distinguía à época, deambulando entre a arquitectura chã portuguesa e o desornamento espanhol, tudo assente no mais puro estilo militar.

Juan de Herrera<sup>309</sup> (n. 1530, em Santander) numa primeira fase da sua carreira esteve sob a tutela de Juan Batista de Toledo, na elaboração do Mosteiro de El Escorial<sup>310</sup>, mantendo-se esta situação até 1567, ano da morte de Juan Batista. O término da obra deste Mosteiro ficou porém a seu cargo. Todo o seu percurso artístico mostra a influência de Vignola. O seu percurso é também marcado pelo palácio de Carlos V no Alhambra de Granada onde estão a seu cargo as alterações nas fachadas<sup>311</sup>. Daqui dá depois o salto, em 1571, para a fachada de Alcazar de Toledo e para o Palácio Aranjuez<sup>312</sup>, tratando da sua reforma e reestruturação.

Outros exemplos se seguiram em Portugal, mas todos eles já sendo obras da centúria de seiscentos. Alguns mais complexos, como o palácio dos duques de Aveiro, cuja planta em “U” e diversas tendências arquitectónicas, ainda que a sua monumentalidade quebrada pelas *loggias* nos leve a um período estético anterior à sua construção, cerca

---

relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros", Junta de Extremadura - CEEXCI, Badajoz, 1995, p. 83

<sup>303</sup> Ver imagem 108.

<sup>304</sup> Ver imagem 109.

<sup>305</sup> Ver imagens 110 a 112.

<sup>306</sup> Ou Cata-que-Farás.

<sup>307</sup> E em 1755 pelo terramoto.

<sup>308</sup> Por três ocasiões: de 1600 a 1603, novamente em 1603, e de 1608 a 1612.

<sup>309</sup> Ver imagem 113.

<sup>310</sup> Ver imagem 114.

<sup>311</sup> Ver imagem 115.

<sup>312</sup> Ver imagem 116.

de 1519. Aquele que mais afiliações estéticas com o paço alcobacense será sem dúvida o Palácio dos Duques do Cadaval em Muge<sup>313</sup>, ainda que muito modificado nos séculos XIX e XX, este apresenta uma planta em “U”, ainda que fechado no século passado, com torreões dessimulados por pilastras em tudo semelhante ao “nosso” palácio abacial.

Face ao exposto, parece-nos que o Palácio Abacial de Alcobaça, em virtude de ter sido construído numa fase anterior ao palácio Corte Real, seria, porém modificado posteriormente, a meados da centúria de seiscentos. Esse tratamento de grandes consequências estéticas de autoria de Frei João Turriano permitiu a integração do mesmo palácio em toda a estrutura monascal. Em 1716, o varandim já existia tal como o conhecemos hoje; esse foi o pormenor escolhido para dar ao mosteiro um ar de palácio atorreado, à semelhança do palácio Corte Real. Assim, podemos dizer que o Palácio de Alcobaça foi o exemplo mais primitivo de palácio-bloco em Portugal, ainda que a inexistência das torres coruadas de corucheus piramidais possa negar essa hipótese por muitos, o seu estilo austero, senão militar mesmo de palácio de planta quadrangular com pátio interior e flanquedo nos cantos por torres de secção quadrangular (ainda que dessimuladas por pilastras) nos leve a admitir esta originalidade.

A casa da Câmara de Tomar, apesar de ter uma fachada Maneirista, aparenta uma estrutura espacial italiana típica da Baixa Idade Média, embora já inscrita num bloco rectangular único (ainda que este seja formado por três corpos justapostos)<sup>314</sup> não podemos considerar mais que uma simples máscara arquitectónica.

No entanto outras influências poderemos invocar, ainda que as espanholas sejam as mais relevantes, por causa do factor de proximidade geográfica. Começemos então pelas influências clássicas.

#### 6.4 – As influências italianas

Entre 1538 e 1540, Francisco de Holanda vai a Itália para desenhar fortificações a mando do Cardeal D. Afonso<sup>315</sup> e esta visita coincide com a publicação do segundo

---

<sup>313</sup> Ver imagens 117 e 118.

<sup>314</sup> Ver imagem 119.

<sup>315</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, pp. 330 e 332

livro de Sebastiano Serlio, neste caso o Livro III, um exemplar do qual Francisco de Holanda recebe das mãos do autor em Veneza<sup>316</sup>.

Data de 1549 o desenho da pequena Ermida de Santo Amaro, da autoria de Diogo de Torralva; este desenho foi feito em Lisboa inspirado numa gravura de Serlio do Mausoléu dos Crescenzi na Via Áppia<sup>317</sup>. Este facto faz-nos concluir que um dos livros da edição original de Serlio já tinha chegado a Portugal, uma vez que a tradução para espanhol dos Livros III e IV só chega por volta de 1552 / 1553<sup>318</sup>.

Mas também podemos encontrar influências de outros autores italianos. O palácio do tribunal na Via Giulia em Roma<sup>319</sup>, afigura-se como mais um exemplo de palácio-bloco italiano com as suas torres bem demarcadas, ainda que no caso alcobacense, essas mesmas, apesar de não existirem fisicamente, lá estejam delimitadas por pilastras.

No entanto outras conexões italianas se descobrem entre nós nestes meados do século XVI.

Em 1550, D. João III agradece em carta o envio de um projecto de um palácio por parte do Cardeal Gaddi de Roma<sup>320</sup>; esse projecto fora provavelmente trazido por Francisco de Holanda: “Também espero que, chegando a Portugal e indo de cá (Itália), que eu ajude na arte de edificar, ou na nobreza da pintura e podermos competir convosco”<sup>321</sup>.

Mas não é só de Itália que podemos observar influências no palácio abacial de Alcobaça. Em França tínhamos o palácio abacial de Royaumont<sup>322</sup>. Este palácio de dois pisos mais “cave” inscrito numa planta rectangular, afigura-se como sendo um modelo de palácio bloco mas numa vertente sem torres. A sua estrutura semelhante a uma construção militar, em que as paredes apilastradas, a sua escadaria de um só lanço tem semelhanças ao nível de fachada e as suas dimensões assemelham-se ao “nosso” palácio. Olhando para Alcobaça, antes de se ter construído o varandim, a fachada seria semelhante a esta, podendo o “nosso” palácio também ter tido uma escadaria de lanço

---

<sup>316</sup> *Idem, Ibidem*, p. 351

<sup>317</sup> SERRÃO, Vitor, *História de Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 184

<sup>318</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, pp. 351

<sup>319</sup> Ver imagem 120.

<sup>320</sup> *Idem, Ibidem*, p. 350

<sup>321</sup> HOLANDA, Francisco de, *Diálogos de Roma*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. XII

<sup>322</sup> Ver imagem 121.

único de modo a poder-se aceder à porta existente na “cave”. No palácio francês, nota-se que não existia claustro na forma aberta, em parte devido ao clima menos ameno, mas sim um saguão com entrada de luz zenital. Os vãos e as arcadas são típicos do barroco francês ainda que sem a sobrecarga estética inerente a este estilo. Ainda em relação às comparações com Alcobaça, e apesar das dependências religiosas deste mosteiro se situarem a Sul do templo, ao invés de Alcobaça, a implantação deste palácio no extremo da fachada principal é exactamente como no caso português.

#### 6.4.1 – O palácio renascentista

Relativamente à arquitectura doméstica, os arquitectos e construtores continuaram presos às tradições da casa nobre medieval e o novo estilo serve apenas como forma de ornamentação mas não de inovação espacial - tendência denotada quer em Portugal quer em outros países durante todo o século XVI. As galerias ou as *loggia* adoptam uma versão mais simples: sem arcada e apenas com colunata sustentando a aba do telhado e dando origem às extensas varandas que caracterizam tantas casas portuguesas.

A Norte do nosso país, devido ao espírito conservador da época, esta assimetria passa mais despercebida, pois o conservadorismo e a composição das massas não deixam outros espaços para a inovação. Temos o exemplo da Casa do Paço em Paços de Ferreira.

A Sul do país o movimento do Renascimento marca a sua presença mais acentuadamente do que no Norte e tal motivou novas experiências, demonstrando todas as potencialidades da nova arquitectura. No séc. XVI adquire grande importância e assume-se como um verdadeiro centro de irradiação artística de cariz nitidamente italiano. A Sul tomamos como exemplo a Casa da Penha Verde em Sintra (1542)<sup>323</sup>, a Casa dos Pisões em Sintra (1533)<sup>324</sup> e o Palácio dos Condes de Basto em Évora<sup>325</sup>. Este último é composto por uma opulenta fachada sobre o jardim, com uma galeria renascentista assente sobre uma arcada dividida por grossos pilares de tom medieval.

---

<sup>323</sup> Ver imagens 122 e 123.

<sup>324</sup> Ver imagens 124 a 126.

<sup>325</sup> Ver imagens 127 a 130.

O Palácio de Sertório, dos Silveiras - actual Câmara Municipal de Évora – foi projectada ao romano, enquanto a corte esteve instalada em Évora entre 1531 e 1537<sup>326</sup>.

A Portaria ainda hoje existe junto do antigo Convento de Santa Clara em Évora<sup>327</sup>.

O Convento da Graça em Évora denota um uso sistemático da ordem jónica, desenho inovador do claustro, e a fachada com quatro gigantes de inspiração vitruviana<sup>328</sup>.

## 6.5 – As obras do palácio abacial

Numa pequena missiva de D. João III para Frei Brás de Braga sobre as obras de Alcobaça, datada de 7 de Fevereiro de 1548, diz-se: “E o que dizeis do castelo [de Tomar], e que devo la mandar Miguel de Arruda para se medir a obra, ele ha-de agora ir a Évora, porque mo mandou pedir o Cardeal para a obra que manda fazer na igreja de Santo Antão, tanto que vier o mandarei e ordenarei como se mida a obra e de lá logo ir convosco a Alcobaça como dizeis”<sup>329</sup>.

Em Abril de 1548, Frei António e Miguel de Arruda deslocam-se a Coimbra<sup>330</sup> e em 8 de Agosto, Frei António regressa a Leiria<sup>331</sup>.

Nesse mesmo dia, o Rei escreve ao bispo de Leiria - Frei Brás de Braga -, demonstrando a intenção de colocar Miguel de Arruda à frente de obras importantes. “Soube agora como estáveis já em Leiria e vinheis amanhã que são 9 deste mês, ter ao mosteiro de Alcobaça, pelo que mando Miguel de Arruda para o que sabeis. Encomendo-vos muito que o despacheis o mais breve que puder ser para que se possa logo tornar, e assim que me escrevais como vos achais de vossa disposição e deste caminho e a maneira de que achardes a casa e o que esperais de fazer nela, porque folgarei de saber tudo por vossa carta”<sup>332</sup>.

Assim, a visita acontece em 9 de Agosto. Frei António, reformador Jerónimo, entra em Alcobaça com Miguel de Arruda para apoiar o Cardeal D. Henrique na reforma<sup>333</sup>.

Miguel de Arruda permaneceu cerca de 1 mês em Alcobaça com o intuito de fazer o

---

<sup>326</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 346

<sup>327</sup> *Idem, Ibidem*, p. 346

<sup>328</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>329</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 49

<sup>330</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 49 e 50

<sup>331</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

<sup>332</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

<sup>333</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

levantamento da situação do mosteiro<sup>334</sup>, trocando de seguida correspondência com o Rei.

Em 24 de Setembro de 1548 o Bispo de Leiria responde ao Rei dizendo: “Ao que dizeis sobre as oficinas de Alcobaça, de que me Miguel de Arruda trouxe apontamentos, eu os vi, escrevi nisso e lhe tenho agora mandado fazer um debuxo da maneira que me pareceu que se as ditas oficinas devem de fazer. Tanto que foi feito, volo mandarei e vos escreverei sobre isso. Miguel de Arruda me deu informação de algumas couzas da obra do convento, nes quais eu assentei o que nelas deve se fazer i como vereis por uma carta que Pero de Carvalho escreve a João de Castilho. Encomendo-vos que deis ordem que assim façam”<sup>335</sup>.

Em Novembro, Miguel de Arruda é nomeado mestre-de-obras de fortificação do reino<sup>336</sup>, estando a seu cargo o traço e a direcção da empreitada de São Jorge da Mina. Nesta fase, a velha fábrica de Diogo da Azambuja foi alterada e tal implicou a deslocação de mão-de-obra numerosa dirigida pelo pedreiro João Leal<sup>337</sup>.

Perante isto, Pêro Gomes, discípulo de Miguel de Arruda, vem para Alcobaça, a pedido do Cardeal D. Henrique, uma vez que aquele se encontrava ocupado com outros afazeres, como sendo a empreitada de São Jorge da Mina<sup>338</sup>.

Mais tarde, em 29 de Novembro de 1548, o Cardeal escreve a Frei António de Lisboa e afirma D. Henrique: “Pero Gomes veyo a mim com os contratos e apontamentos novos, e me deo a vosa carta, e o despachei conforme em tudo ao que El Rei meu sor me mandou; e ja por esta cauza vos não podereys queixar que não vos podereys hir para vossa caza, e porem seja isto com condição que venhais cedo a Alcobaça, como confio que fareis para proverdes as couzas da caza, de que ha tanta necessidade; e o mais vos dirá Pero Gomes”<sup>339</sup>.

Começamos com esta carta a denotar as primeiras presenças do Cardeal em Alcobaça, pois ele próprio escreveu “que venhais cedo a Alcobaça, como confio que fareis para proverdes as couzas da caza, de que ha tanta necessidade”<sup>340</sup>.

---

<sup>334</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

<sup>335</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

<sup>336</sup> SERRÃO, V., *História...* pp. 187 e 188

<sup>337</sup> *Idem, Ibidem*, p. 188

<sup>338</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 50

<sup>339</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

<sup>340</sup> *Idem, Ibidem*, p. 51

Em 1550, D. João III recebe, como já vimos um projecto de um palácio por parte do Cardeal Gaddi de Roma<sup>341</sup> e esse projecto foi provavelmente trazido por Francisco de Holanda<sup>342</sup>.

D. João III agradece em carta. Esta seria uma normal carta de agradecimento não fosse o facto de aqui se demonstrar que da pátria do Renascimento, a arte poderia transitar para os diferentes países com uma rapidez que as mentes demorarão a assimilar. Portugal não foi excepção e apesar de este projecto não influenciar a futura residência abacial de Alcobaça, este deu origem ao projecto do Palácio de Xábregas. Entretanto, as obras em Alcobaça avançavam e o futuro palácio iria receber outras influências italianas.

A 21 de Julho de 1550 regista-se nova carta do monarca: “Miguel de Arruda me disse que lhe escrevestes sobre a duvida que se offereceo acerca da mudança do Rio de Alcobaça, e se para se fazerem os alicersses da obra que se ha de fazer no Mosteiro era necessário mudarse o Rio para outra parte, ou metello por dentro da obra, e assi me mostrou o debuxo que lhe disse enviastes. Hey por bem que o Rio se lance por fora da obra como estava ordenado, e porque assi parece que ficará a obra mais segura e em mais perfeiçam, e de menos despeza. E a Miguel de Arruda mandei que vos escrevesse isto miudamente”<sup>343</sup>.

O “Livro da Fazenda do Cardeal D. Henrique” faz menção a uma retribuição monetária dada a Miguel de Arruda pelos trabalhos elaborados em Alcobaça<sup>344</sup>. Esses trabalhos, foram realizados, tal como anteriormente verificámos, antes do Natal de 1550. Nessa altura, Frei António desliga-se de Alcobaça e passa a ocupar-se inteiramente do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade ou Bernardas em Tavira, também este desenhado por Miguel de Arruda<sup>345</sup>.

Durante o ano 1551 prosseguem as hesitações, estudos e consultas sobre as obras do mosteiro<sup>346</sup>. Nesse mesmo ano, e nas obras da nova Sé de Leiria<sup>347</sup>, o Bispo Frei Brás de

---

<sup>341</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 350

<sup>342</sup> MOREIRA, Rafael, “Arquitectura”, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento (Arte Antiga-I)*, catálogo, XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 341

<sup>343</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 52

<sup>344</sup> *Idem, Ibidem*, p. 52

<sup>345</sup> *Idem, Ibidem*, p. 52 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>346</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 52

Barros relata que Afonso Álvares (genro de Miguel de Arruda) “chegou com um debuxo” sem dizer quem o tinha feito<sup>348</sup>, sendo muito provável que o autor da Sé da nova diocese seja Miguel de Arruda e não o seu sogro<sup>349</sup>. Entretanto, os textos históricos e documentos comprovam que o nome de Miguel de Arruda figura, igualmente, na Sé Catedral de Miranda do Douro<sup>350</sup> e tal reconfirma a hipótese da autoria da Sé de Leiria.

O palácio de Xabregas, em Lisboa, começou a ser construído em 1556, pelas mãos de D.João III, mas sob um desenho de Miguel de Arruda que também incorporava desenhos de Miguel Ângelo encomendados a Roma; o palácio esteve a cargo de Miguel de Arruda até 1569, ano em que é interrompido<sup>351</sup>.

Em 1569, D. Sebastião visita Alcobaça e fica hospedado no Palácio Abacial. Com a União Ibérica, o palácio é transformado em hospedaria mas só após a Restauração da Independência é que se dão por concluídas as obras de adaptação, em 1642. A fachada da ala norte foi construída entre 1651 e 1653, sendo seu autor, mestre e engenheiro o Frei João Turriano<sup>352</sup> - decorria o abaciado do Frei Gerardo Pestana.

#### 6.6 - Aspectos comuns entre o palácio abacial e outras obras portuguesas

Na procura da autoria material do Palácio Abacial, uma das vias possíveis é a comparação com obras de tipologia semelhante. Assim, e no contexto nacional uma das obras com parencas físicas com a entrada do Palácio Abacial é a Portaria Real de Tomar, da autoria de Diogo Marques Lucas. No entanto esta dista quase um século (1630) das datas anteriormente referidas. Por outro lado, a disposição dos intercolunios, semelhante ao do Colégio da Graça em Évora, também nos revela semelhanças com o Palácio de Alcobaça.

---

<sup>347</sup> Ver imagem 131.

<sup>348</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>349</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>350</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 189 e KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, (SILVA, Jorge Henriques Pais da, trad.), Nova Vega, 2005, p. 61

<sup>351</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>352</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 58

Relativamente aos claustros devemos referir a Casa dos Coimbras<sup>353</sup>, no Bombarral, ou a Casa dos Duques de Marialva em Cantanhede<sup>354</sup>, onde também existe um pátio interior com galeria renascentista mas com abóbodas de nervuras assentes em mísulas. Alcobaça, já não é assente em mísulas mas de nervuras assentes em capitéis.

Mas no campo da arquitectura religiosa também encontramos obras com pormenores comuns.

Quando, D. João III instituiu as três novas dioceses de Portalegre, Miranda do Douro e Leiria, encarregou Miguel de Arruda de fazer os riscos destas. A primeira a ser realizada foi a de Miranda do Douro, estando documentada a sua autoria em 1552. A segunda foi a Portalegre e a última foi a de Leiria.

Em relação à primeira, a de Miranda, o seu paço episcopal lembra vagamente um palácio bloco<sup>355</sup>. Sofrendo um grave incêndio em 1706, nunca mais foi utilizado. A sua demolição ocorreu já em pleno século XX, e dele apenas restam as arcadas do claustro e um pórtico<sup>356</sup>. No entanto, esta demolição executada sob os auspícios dos Monumentos Nacionais, foi bastante bem documentada tal como provam as fotografias existentes. Até ao séc. XX sobreviveram apenas as paredes e pouco mais. Aquelas fotografias dão-nos a conhecer um palácio de planta quadrangular com um claustro central<sup>357</sup>. Num dos alçados, nota-se a existência de uma dupla *logia* com cinco arcadas de volta perfeita<sup>358</sup>. No entanto, as arcadas do claustro, são em arcos abatidos<sup>359</sup>. Ainda que não tenhamos base documental para o afirmar, dado que o incêndio de 1706 o destruiu, a cobertura podia muito bem ser de duas águas que corriam ao longo dos quatro corpos que compunham o paço. Miguel de Arruda<sup>360</sup>, ao estar ligado ao desenho da Sé, podia muito bem ter aqui aplicado a fórmula de palácio-bloco que aplicou em Alcobaça ou vice-versa. As informações de que dispomos sobre este paço de Miranda são poucas, mas dadas as datas de lançamento da sua primeira pedra a 24 de Março de 1552<sup>361</sup> e a sagração do altar-mor da Sé em 1566 pelo bispo D. António Pinheiro, sabemos que o palácio abacial de Alcobaça, já se encontrava terminado em 1558.

---

<sup>353</sup> Ver imagens 132 a 134.

<sup>354</sup> Ver imagens 135 e 136.

<sup>355</sup> Ver imagem 137.

<sup>356</sup> Ver imagens 138 e 139.

<sup>357</sup> Ver imagem 140.

<sup>358</sup> Ver imagens 141 e 142.

<sup>359</sup> Ver imagem 143.

<sup>360</sup> Tal como Pedro de La Faia.

<sup>361</sup> “Revista de História”, 1916, p. 134

O primeiro bispo de Miranda foi D. Toríbio Lopes, esmoler da Rainha D. Catarina<sup>362</sup>, cujo bispado decorreu entre 1545 e 1553, tendo a diocese sido criada a 23 de Março de 1545. No paço episcopal ou “palácio dos Bispos”<sup>363</sup>, foi criado um colégio de invocação de S. José pelo bispo Frei José de Lencastre<sup>364</sup> (1677-1681)

A 21 de Agosto de 1549, Paulo III expede a Bula *Pro Excellentí Apostolice Sedis*, criando a diocese de Portalegre. Acontece em 14 de Maio de 1556 o lançamento da primeira pedra da catedral<sup>365</sup>, mas só em 1571 é que se concluiu o fecho da abóbada – esta obra era fruto da arquitectura de Afonso Álvares; os mestres-de-obras foram Gaspar Mendes (em 1556 - 1558) e João Vaz (em 1570 - 1571).

Em Leiria, corria 1548 Frei Brás de Barros escreveu uma carta e sabe-se a partir dela que o sítio onde se devia erguer a nova catedral não tinha sido ainda escolhido naquela data. Em 1551, o Bispo de Leiria escreve a D. João III e sabe-se nesta data que o Rei se deslocou a Leiria para a escolha do local e emendou a «invenção da obra» enviando um novo "risco" da mesma. Assim, em 1559 dá-se o início da construção da Sé e em 1561, D. Frei Gaspar do Casal - seguindo para o Concílio de Trento - recomenda «cuidado nas obras da Sé que se hora fazem». A capela-mor é concluída em 1569 e em 1570 inicia-se a construção do corpo do templo, estando este concluído em 1571 e a frontaria fica pronta um ano depois. O telhado da igreja apenas se vê finalizado em 1573 e a comemoração é feita com uma recepção de noivos, pois só em 1574 é que se dá a sagração da Catedral por D. Frei Gaspar do Casal. O Cabido passa para a nova Catedral - que não tem ainda sacristia, nem outras dependências. Até então serviam para este efeito as capelas colaterais, fazendo-se a comunicação com a capela-mor por estreitos corredores abertos nas paredes desta e descobertos em 1942.

D. Pedro de Castilho é confirmado bispo de Leiria entre 1583, cargo que exerce até 1604, prosseguindo, nesta época, com as obras do claustro, da sacristia e das casas do cabido e faz construir o grande adro de entrada e respectiva balaustrada.

---

<sup>362</sup> Revista “Arquivo Pitoresco”, 1863 p. 25

<sup>363</sup> COSTA, Padre António Carvalho da, Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal - 2ª edição, Braga, Typografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, p. 480

<sup>364</sup> *Idem, Ibidem*, p. 480

<sup>365</sup> Ver imagens 144 a 146.

## CAPITULO III – Os protagonistas

## 7 – Os protagonistas do palácio

O Cardeal D. Henrique - ou Abade Comendatário D. Henrique - mandou executar várias obras, entre elas: a “Igreja de Fora” do Mosteiro de Alcobaça, executada mais tarde por Pêro Gomes<sup>366</sup>; a Igreja de Santa Maria do Castelo em Estremoz, também ela executada por Pêro Gomes<sup>367</sup>; a Igreja-palácio da Pederneira (Nazaré) com o seu coro serliano traçado por Miguel de Arruda<sup>368</sup>; a Capela mor - Panteão do Mosteiro dos Jerónimos - em conjunto com a Rainha Viúva D. Catarina de Áustria, sendo seu autor Jerónimo de Ruão<sup>369</sup>; a fortaleza da Foz do Porto, encomendada a Simão de Ruão em 1556<sup>370</sup>; mandou construir a Igrejinha do Bom Jesus de Valverde com óbvios conhecimentos de Serlio<sup>371</sup>.

Enquanto Arcebispo de Braga, D. Henrique conserva a Igreja de S. Frutuoso de Montélios – de origem supostamente romana<sup>372</sup> mas que integra a famosa igrejinha visigótica - e ocupa Miguel de Arruda da Igreja de Santo Antão, em Évora<sup>373</sup>.

Ainda que Miguel de Arruda seja o autor mais que provável do “debuxo” das obras que foram executadas em Alcobaça nessa época, nela se incluindo o próprio palácio, temos uma série de personagens que estão interligadas de uma forma ou de outra com o Mosteiro no mesmo período. Para melhor se perceber a sua intervenção, temos que olhar de modo individual para cada uma delas de modo a excluir aqueles que por datas, opções estéticas, formação, ou obras a eles encomendadas não puderam ser autores do palácio. Enumeremos assim cada um deles começando pelo elemento inspirador de muitos:

<sup>366</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>367</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 51

<sup>368</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>369</sup> *Idem, Ibidem*, p. 194

<sup>370</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 338

<sup>371</sup> *Idem, Ibidem*, p. 351

<sup>372</sup> *Idem, Ibidem*, p. 351

<sup>373</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 49

## 7.1 - Serlio

Sebastiano Serlio, tratadista bolonhês (1475-1554), ficou célebre pelos livros que escreveu sobre arquitectura tendo estado relacionado com a chegada do Renascimento italiano a Portugal através de um “portador” – Francisco de Holanda - o que em parte poderá ter originado as opções estéticas e construtivas adoptadas no palácio abacial de Alcobaça. Mas vejamos mais detalhadamente.

Serlio publicou os seus livros na seguinte ordem:

Livro I – publicado em 1545 em Paris – terceiro a ser publicado, em conjunto com o Livro II<sup>374</sup>.

Livro II – publicado em 1545 em Paris<sup>375</sup> - quarto a ser publicado, em conjunto com o Livro I<sup>376</sup>.

O Livro III é publicado em 1540, em Veneza, e já aqui podemos observar duas plantas de Palácios-Bloco com os seus 4 torreões. A segunda edição já vai incidir sobre as antiguidades de Roma<sup>377</sup>.

Livro IV – publicado em 1537 em Veneza – primeiro a ser publicado "Regole generali d'architettura [...]”, dedicado às Ordens Arquitectónicas<sup>378</sup>.

Livro V - em 1547<sup>379</sup>.

Livro VI – apenas publicado recentemente pois permanecera apenas em manuscrito<sup>380</sup>.

Livro VII – publicado após a sua morte em 1575 por Jacopo Strada, cerca de 20 anos após a construção do Palácio Abacial<sup>381</sup>: Este livro tem uma gravura semelhante à fachada do Palácio Abacial de Alcobaça. Assim sendo, Miguel de Arruda nunca teve acesso a ela para se inspirar na realização da fábrica em análise<sup>382</sup>.

Livro VIII – apenas publicado recentemente, por ter permanecido apenas em manuscrito<sup>383</sup>.

---

<sup>374</sup> RUÃO, Carlos, *O Eupalinos Moderno Teoria e Prática da Arquitectura Religiosa em Portugal (1550-1640)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2006, p. 150

<sup>375</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>376</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>377</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>378</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>379</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>380</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>381</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>382</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>383</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

Livro “Extraordinário” de 1551, publicado em Lyon, sobre os portais arquitectónicos<sup>384</sup>, livro este que não estava previsto. Alguns autores consideram que este não é um Livro “extraordinário”, mas deve sim ser visto como uma versão do Livro VI.

Os mais importantes - o livro III e o livro IV – foram oferecidos aos reis da Europa, incluindo D. João III, através do seu intermediário Francisco de Holanda, que recebeu das mãos do autor o livro III, em 1540, em Veneza<sup>385</sup>.

Uma imagem semelhante ao Palácio Abacial vem no livro VII de Sebastiano Serlio, publicado em 1584 em Veneza<sup>386</sup>, como vimos, mas Serlio morreu em 1554 e este livro foi publicado postumamente, pelo que não seria conhecida esta gravura por altura da construção do Palácio Abacial<sup>387</sup>. Nos Livros III e em especial no VII temos algumas propostas de palácios-bloco<sup>388</sup>. No entanto, e dado que o livro III foi publicado em 1544, e Francisco de Holanda foi seu portador, poderemos estar perante uma fonte de inspiração para Miguel de Arruda, atendendo a que o palácio de Alcobaça já estaria concluído em 1558.

## 7.2 - Francisco de Holanda

Nascido em Lisboa em 1517, filho de António D’Holanda, iluminista, Francisco<sup>389</sup> foi um dos maiores impulsionadores do Renascimento em Portugal. Ensaísta, Iluminista e Arquitecto, estudou em Itália entre 1537 e 1548, o que facilitou o convívio directo com alguns dos artistas mais notáveis do seu tempo como sejam Miguel Ângelo, Parmigianino, Giambologna e Sérlio. Deste último, recebeu de suas mãos o Livro III do seu tratado.

Francisco de Holanda tem apenas em mente a esperança que “chegando a Portugal e indo de cá (Itália), que eu ajude na arte de edificar, ou na nobreza da pintura e poderemos competir convosco”<sup>390</sup>

A sua vida em Itália despertou-lhe o fervor pelo classicismo, levando-o a criar entre 1540 e 1547 a série de desenhos sobre a antiguidade clássica italiana reconstruindo o

---

<sup>384</sup> *Idem, Ibidem*, p. 150

<sup>385</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 351

<sup>386</sup> SÉRLIO, Francesco Sebastiano, Livro VII, Veneza, 1584, pp. 237

<sup>387</sup> Ver imagens 147 a 150.

<sup>388</sup> Ver imagens 151 a 156.

<sup>389</sup> Ver imagem 157.

<sup>390</sup> HOLANDA, F., *Diálogos...*, p. XII

património arquitectónico romano, tornando-se assim como que uma musa inspiradora para a “sua” arquitectura de perfeição.

Em parte foi graças a Francisco de Holanda, que se deveu o rompimento com o estilo manuelino por parte de João de Castilho<sup>391</sup> após 1530, graças também ao facto de Frei António de Lisboa estar ligado a Tomar<sup>392</sup>.

Publicou entre outras obras: “Da Pintura Antiga” em 1548 e, “Da fábrica que falece a cidade de Lisboa”,<sup>393</sup> e “Lembrança Ao muyto Serenissimo e Christianissimo Rey Dom Sebastiam: De quão Serve A Sciencia do Desegno e Etendimento da Arte da Pintura, na República Christam Asi na Paz Como na Guerra” em 1571.

Apesar de Francisco de Holanda não ter intervindo directamente na obra do palácio abacial de Alcobaça, foi no entanto o fio condutor do Renascimento italiano em Portugal. Foi através dele, e graças ao carácter intervencionista que se pôs termo ao Manuelino em favor do clássico.

### 7.3 – Diogo de Castilho

Diogo de Castilho viveu entre 1495 e 1574<sup>394</sup>, fixando-se primeiro no Porto e depois em Coimbra<sup>395</sup>, onde se instalou aquando da abertura dos estaleiros quinhentistas de Santa Cruz<sup>396</sup> e dos Paços Reais<sup>397</sup>. Este arquitecto geriu diversos estaleiros simultaneamente<sup>398</sup> e esteve intrinsecamente ligado à reforma levada a cabo por Frei Brás de Barros em Leiria<sup>399</sup>. Sendo o provável mentor da abertura da Rua da Sofia de Coimbra<sup>400</sup>, bem como o possível tracista, segundo alguns autores do Mosteiro da Serra do Pilar<sup>401</sup>, pois esteve presente nas obras deste mosteiro entre 1539 e 1541<sup>402</sup>.

---

<sup>391</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>392</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 48

<sup>393</sup> Ver imagens 158 e 159.

<sup>394</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 347

<sup>395</sup> *Idem, Ibidem*, p. .

<sup>395</sup> MOREIRA, R., “347

<sup>396</sup> Ver imagem 160.

<sup>397</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>398</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>399</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>400</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>401</sup> BASTO, A. de Magalhães, *Acerca de Diogo de Castilho, Artista da Renascença Coimbrã*, (Apostila ao “Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses” de Sousa Viterbo), *O Instituto*, vol. 88, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1935, p. 9, ver imagem 161.

<sup>402</sup> *Idem, Ibidem*, p. 9

Em 1543, Diogo de Castilho encontra-se ainda no Porto, não constando que tivesse executado qualquer obra entre 1541 e 1543<sup>403</sup>.

Em 1518, Diogo de Castilho marca presença na construção do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra<sup>404</sup>. Em 1522, por ordem de D. Duarte de Lemos, Diogo de Castilho desloca-se à Igreja de Trofa do Vouga, onde estava a ser edificada a capela funerária - actual capela-mor – tornando-se, assim, chefe da respectiva empreitada<sup>405</sup>.

Entre 1522 e 1523 fica a cargo de Diogo de Castilho a Igreja de São Marcos (Tentugal), onde ele deveria edificar a capela-mor e a reforma do templo<sup>406</sup>.

Em 1524, Diogo de Castilho é nomeado mestre-de-obras dos Paços da Universidade de Coimbra<sup>407</sup>.

Entre 1525 e 1528, o mesmo autor fica responsável pela construção da capela de Nossa Senhora da Conceição – Capela dos Coimbras - pensada por D. João de Coimbra e cujo projecto se pensa ser da autoria de um dos Castilho, em Braga<sup>408</sup>.

Por intermédio dele, D. Luís da Silveira e Diogo de Torralva assinam, em 10 Abril de 1530, o contrato de execução dos paços novos de Góis, firmado em Lisboa, o qual era referente a esta construção e à reconstrução da capela-mor<sup>409</sup>.

Entre 1531 e 1547, Diogo de Castilho é instituído no cargo de mestre pedreiro das obras do Mosteiro de Santa Cruz<sup>410</sup>.

Graças á afinidade artística que criou com Frei Brás de Braga, reformador jerónimo, a via da sabedoria coimbrã, a Rua da Sofia cerca de 1535<sup>411</sup>. Ao longo de uma recta paralela ao rio Mondego, foram construídos colégios e respectivas residências<sup>412</sup> pensadas por Frei Brás de Braga.

Cerca de 1535, projecta os Colégios de Santo Agostinho e de S. João Baptista para os crúzios, não sem antes o Rei alterar a proposta inicial por este achar pequenos demais<sup>413</sup>.

---

<sup>403</sup> *Idem, Ibidem*, p. 9

<sup>404</sup> CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença Coimbrã*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1990, p. 8

<sup>405</sup> TRINDADE, Luísa, “Um sedimento, uma ruína, um projecto. O Paço de Vasconcelos, em Santiago da Guarda, Enquadramento histórico-artístico”, Revista: *Monumentos*, nº25, Lisboa, IPPAR, 2006, p. 217

<sup>406</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 71

<sup>407</sup> CRAVEIRO, M., *Diogo...*, p. 8

<sup>408</sup> *Idem, Ibidem*, p. 13

<sup>409</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 184 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 317 e ver imagens 162 a 164.

<sup>410</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 349

<sup>411</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>412</sup> Ver imagens 165 a 169.

<sup>413</sup> CRAVEIRO, M., *Diogo...*, p. 852

A 6 Dezembro de 1537, Frei Brás de Braga escreve a D. João III e refere Diogo de Castilho e João de Ruão como mestres contratados para as obras do Mosteiro da Serra do Pilar<sup>414</sup>.

A 25 de Outubro desse mesmo ano, a Câmara de Coimbra concede a Diogo de Castilho uns terrenos na Almedina, para a construção de casas, pois tinha passado a ter a responsabilidade da instalação da Universidade nos Paços Reais<sup>415</sup>.

Em 1542 começa a construção do colégio da Graça<sup>416</sup> e em 1546, segundo o contrato de 3 de Julho, realizado pelo tabelião Pedro Dias e assinado pelo arquitecto Diogo de Castilho, inicia-se o projecto da Igreja da Misericórdia de Coimbra<sup>417</sup>.

Em 1547 Diogo de Castilho já se encontra presente em Coimbra nas obras da Universidade<sup>418</sup>, tendo traçado o antigo colégio dominicano de S. Tomás, no sítio do actual tribunal cuja obra se iniciou em 1549<sup>419</sup>.

Em finais de 1541 inicia-se a construção do Colégio de Nossa Senhora da Conceição, mais tarde designado por Colégio do Carmo<sup>420</sup>, mas a Igreja e dormitórios só se iniciam em 1544<sup>421</sup>. E neste mesmo ano (em Abril) começa a construção do "lanço novo" (volume perpendicular à Rua da Sofia) do Colégio das Artes dado ter mais de 800 alunos na abertura (Janeiro) e acabar o ano com cerca de 1200 (Dezembro)<sup>422</sup>.

A 4 de Maio de 1555 dá-se uma adaptação do Colégio para instalação da Companhia de Jesus, conforme planos de Diogo de Castilho<sup>423</sup>.

Verificamos assim que na época da construção do palácio abacial, entre 1540 e 1560, Diogo de Castilho estava activo na zona de Coimbra, sem qualquer documento que comprove a sua intervenção à época em Alcobaça.

---

<sup>414</sup> BASTO, A., *Acerca...*, p. 9

<sup>415</sup> MOREIRA, R., "Arquitectura...", p. 349

<sup>416</sup> CRAVEIRO, M., *Diogo...*, p. 52

<sup>417</sup> BASTO, A., *Acerca...*, p. 9

<sup>418</sup> *Idem, Ibidem*, p. 9

<sup>419</sup> MOREIRA, R., "Arquitectura...", p. 349

<sup>420</sup> Actual Lar da Ordem Terceira de São Francisco

<sup>421</sup> CRAVEIRO, M., *Diogo...*, p. 68, a Igreja e o claustro actuais devem-se às reformas de D. Amador Arrais nos finais do século XVI.

<sup>422</sup> CRAVEIRO, M., *Diogo...*, p. 52

<sup>423</sup> TRINDADE, L., "Um sedimento...", p. 23

## 7.4 – Diogo de Torralva

Sobre Diogo de Torralva (1500-1566) não se sabe ao certo a sua proveniência, sendo que alguns autores o atribuem como italiano e outros como espanhol. Em 1534 casa-se com a filha de Francisco de Arruda<sup>424</sup>.

Considerado por Reynaldo dos Santos como o “melhor leitor de Serlio em Portugal”<sup>425</sup>. O início da sua actividade em Portugal encontra-se documentado com uma procuração de Diogo de Castilho para Diogo de Torralva ser o responsável pela empreitada da capela-mor da Igreja Matriz de Góis ao serviço de D. Luis da Silveira datada de 2 de Janeiro de 1529<sup>426</sup>. Nessa mesma vila faz em conjunto com Diogo de Castilho uma série de casas palaciais. Entre 1534 e 1538 fica responsável pela construção da Torre do Outão em Setubal<sup>427</sup>.

Em 1540 trabalha nas gravuras para a edição portuguesa do tratado “Medidas del Romano” de Diego de Sagredo pelo livreiro real Luís Rodrigues<sup>428</sup> que é editado em Lisboa em Julho de 1541. Ainda em 1540 trabalha na Quinta da Bacalhoa em Azeitão, terminado em 1554<sup>429</sup>. Nessa data fixa-se ainda como mestre-de-obras do Mosteiro dos Jerónimos. Em Julho de 1541 encontra-se em Mazagão com Miguel de Arruda a fim de debaterem o projecto do forte<sup>430</sup>.

Em 1547, com a morte do seu sogro, Francisco de Arruda, passa a ocupar o seu lugar como “mestre de obras da comarca do Alentejo e paços de Évora”<sup>431</sup>.

A sua inspiração italiana continua a dar frutos e inspirado numa gravura<sup>432</sup> de Sérlio desenha a ermida de Santo Amaro em Lisboa em 1549<sup>433</sup>.

Em 1550 faz uma série de trabalhos em Lisboa desde as simples empreitadas camarárias à renovação do Mosteiro de Madre de Deus<sup>434</sup>. Na cerimónia de transladação dos restos

<sup>424</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 352

<sup>425</sup> *Idem, Ibidem*, p. 352

<sup>426</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 184 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 317

<sup>427</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 352

<sup>428</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 352 e SERRÃO, V., *História...* p. 184

<sup>429</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 352

<sup>430</sup> *Idem, Ibidem*, p. 331

<sup>431</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 184

<sup>432</sup> Gravura do Mausoleu dos Crescenzi na Via Áppia.

<sup>433</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 184

<sup>434</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 184 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 352

mortais de D. Manuel I e de sua esposa D. Maria, o príncipe D. João pernoita em sua casa, percebem-se assim a inegável amizade que a família real por ele tinha<sup>435</sup>.

Sucedendo João de Castilho como mestre-de-obras de Tomar, muda residência para ali, onde permanece durante 10 anos tendo sido designado cavaleiro de Avis<sup>436</sup>, onde executou o Claustro Grande - ou Claustro de Torralva no Convento de Cristo - e terminou a edificação da Capela da Conceição<sup>437</sup>.

Apenas em 1559, consegue-se desligar parcialmente da obra de Tomar, construindo a Igreja de Misericórdia de Santarém sob desenho de Miguel de Arruda<sup>438</sup>. No entanto o Claustro Grande em Tomar consome-lhe as energias até 1564, sendo que no ano seguinte se retira da obra desgostoso em parte devido á vontade política<sup>439</sup>.

Morre em 1566 na sua herdade em Évora, sem que nunca tivesse intervenção alguma relacionada com Alcobaça, apesar das bases italianas apreendidas durante a sua vida como mestre-de-obras.

#### 7.5 - Diogo de Arruda

Irmão mais velho de Francisco de Arruda<sup>440</sup>, Diogo de Arruda (158?-1531) e sogro de Afonso Álvares<sup>441</sup> aparece pela primeira vez referenciado nas obras do Baluarte do Paço da Ribeira em Lisboa<sup>442</sup> datadas de 1508<sup>443</sup>.

Em 1510 encontra-se em Tomar a desenvolver a grandiosa empreitada da Igreja do Convento de Cristo partindo da sua Charola octogonal<sup>444</sup>. Também o coro, a sacristia e a famosa janela manuelina (1510) são da sua autoria.

Após as empreitadas de Tomar, vamos encontrá-lo em 1512 em Marrocos a projectar entre outras a fortaleza de Safim<sup>445</sup>. Em conjunto com o seu irmão Francisco entre outros, dirige entre 1514-1519 as obras da Torre de Belém<sup>446</sup>. Entre estas duas tão importantes obras tudo indica que participou activamente no lançamento ou mesmo na

---

<sup>435</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 185

<sup>436</sup> SERRÃO, V., *História...* pp. 184 e 185 e MOREIRA, R., "Arquitectura...", p. 353

<sup>437</sup> MOREIRA, R., "Arquitectura...", p. 353

<sup>438</sup> *Idem, Ibidem*, p. 359

<sup>439</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 186

<sup>440</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>441</sup> MOREIRA, R., "Arquitectura...", p. 360

<sup>442</sup> Desaparecidas com a campanha filipina.

<sup>443</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 39

<sup>444</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>445</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>446</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

fase principal das obras da Alfândega nova de Lisboa, tecnicamente muito difíceis, dado o edifício ter sido, à semelhança do baluarte fronteiro e da própria Torre de Belém, literalmente implantado à beira de água, no limite oriental do Terreiro do Paço, que fora recentemente modelado. Com efeito, na obra da Alfândega, “começada cerca de 1515-1517 e concluída em 1534 ou depois”<sup>447</sup> participou “pero vivente pedreiro”, “habitual colaborador em obras de Diogo de Arruda, cuja mão deverá entrever-se na concepção do edifício mas também na primeira – e mais difícil – fase das obras, em águas vivas”<sup>448</sup>. Depois de 1521, Diogo de Arruda passa a ocupar o cargo de mestre-de-obras do Alentejo<sup>449</sup> e em 1525 volta a trabalhar com o seu irmão Francisco no Castelo dos Artilheiros em Vila Viçosa<sup>450</sup>. Em 1530 foi mandado vistoriar as obras do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra<sup>451</sup> voltando a trabalhar com o seu irmão no ano a seguir no Paço de Évora Monte<sup>452</sup>.

Este mestre teve uma ampla prestação de serviços nas obras de engenharia militar no Norte de África<sup>453</sup> e uma longa actividade no Alentejo ao lado do seu irmão Francisco de Arruda<sup>454</sup> no entanto não se conhece nenhuma intervenção sua no mosteiro de Alcobaça. Mesmo que a mesma tivesse existido, o facto de Diogo de Arruda ter falecido em 1531 leva-nos a excluir da lista de possíveis arquitectos e mestres-de-obras do Palácio Abacial em virtude do mesmo ter sido construído entre 1538-1558.

#### 7.6 - Francisco de Arruda

Irmão mais novo de Diogo de Arruda inicia a sua actividade documentada em 1510 com a reconstrução dos castelos da raia alentejana de Portel, Mourão e Moura<sup>455</sup>.

A partir de 1510 desenvolve a grandiosa empreitada da Igreja do Convento de Cristo em Tomar, a partir da Charola octogonal, com o coro, a sacristia e o corpo do templo também de sua autoria. O tecto da Charola é pintado por Fernão de Anes por volta de

<sup>447</sup> CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004, p. 226

<sup>448</sup> *Idem, Ibidem*, p. 224

<sup>449</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 40

<sup>450</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>451</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>452</sup> SERRÃO, V., *História...*, p. 40 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 159 e ver imagem 170.

<sup>453</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 38

<sup>454</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>455</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

1515 e 1518. Diogo de Arruda também é também o impulsionador da famosa janela manuelina do referido convento (c. 1510)<sup>456</sup>.

Entre 1512 e 1514 marcou a sua presença no Magreb - Azamor<sup>457</sup> e entre 1514 e 1519 traça e dirige as obras do Castelo de São Vicente - Torre de Belém, em colaboração com o seu irmão Diogo de Arruda e de outros mestres<sup>458</sup>.

Francisco de Arruda entre 1514 e 1519 traça e dirige as obras do Castelo de São Vicente e da Torre de Belém, em colaboração com o seu irmão Diogo de Arruda e de outros mestres<sup>459</sup>.

A obra da Sé catedral de Elvas (iniciada por volta de 1517 e prosseguida após 1537, pelo pedreiro Diogo Mendes) poderá ter sido da autoria ou da do seu irmão Diogo de Arruda<sup>460</sup>. O mesmo se passa relativamente ao Aqueduto das Amoreiras, em Elvas<sup>461</sup> e ao da Água de Prata, em Évora, realizada entre 1533 e 1537<sup>462</sup>.

Francisco de Arruda foi o autor do Castelo de Évoramonte<sup>463</sup>, da Igreja do Alvito (Alentejo)<sup>464</sup>, da Igreja Matriz de Viana do Alentejo<sup>465</sup>, da capela rural de São Pedro, de Santa Iria, de Santa Ana e de S. Sebastião, em Serpa<sup>466</sup>. Em Moura, releva-se a capela rural de Santa Luzia de Pias. Em Mértola releva-se a Igreja Matriz<sup>467</sup>; a torre de remate mudéjar de Alvito e outras intervenções em Serpa, Montemor, Moura e Redondo - Alentejo<sup>468</sup>.

Em 1521, substitui João de Castilho à frente das obras de Tomar<sup>469</sup> e ocupa o cargo de mestre de todas as obras no Alentejo<sup>470</sup>. Em Maio de 1530 foi mandado vistoriar certas obras no mosteiro de Santa Cruz em Coimbra<sup>471</sup>.

Em 1525, ergue o Castelo dos Artilheiros de Vila Viçosa em conjunto com o seu irmão Diogo de Arruda<sup>472</sup>. Em 1531 encontra-se activo na construção do Castelo de Évora Monte em conjunto com o seu irmão Diogo<sup>473</sup>.

---

<sup>456</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>457</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>458</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>459</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>460</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>461</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>462</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>463</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>464</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>465</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 38 e 40

<sup>466</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>467</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>468</sup> *Idem, Ibidem*, p. 38

<sup>469</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39

<sup>470</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>471</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

A partir de 1531 é nomeado mestre-de-obras do Alentejo<sup>474</sup>. Em 1534, é designado cavaleiro da casa real<sup>475</sup>. Em conjunto com o seu irmão Diogo de Arruda lança-se na construção do Castelo de Évoramonte<sup>476</sup>; é o autor da porta Manuelina da Vila do Redondo<sup>477</sup>. Possuía um exemplar de Vitruvio por Cesariano<sup>478</sup>.

Francisco e seu irmão Diogo tiveram como sua área de influência o Alentejo. Aí desenvolveram uma arquitectura militar com base nas torres cilíndricas e ornamentação vegetalista típica do manuelino. Em virtude disto, e também em relação a questão temporal, podemos afirmar que tal como aconteceu com o seu irmão teremos de o excluir como possível interveniente no desenho/construção do palácio abacial de Alcobaça.

### 7.7 - João de Castilho

João de Castilho (c. 1480-1552)<sup>479</sup>, foi considerado o maior arquitecto português do Séc. XVI, e um dos maiores da Europa<sup>480</sup>. Era oriundo da zona da Biscaia, mais propriamente de Junta de Cudeyo<sup>481</sup> e encontrava-se em Portugal desde 1508<sup>482</sup> onde se manteve a trabalhar até à sua morte em 1552<sup>483</sup>. A sua formação deu-se nas obras das Catedrais de Burgos e de Sevilha, sob direcção do mestre Alonso Rodríguez, associado a Simão de Colónia, e a pedreiros como Pedro de Trillo que depois trabalhará com ele no Mosteiro dos Jerónimos, no portal sul<sup>484</sup>.

João de Castilho circula por diversas obras e empreitadas cada vez mais importantes de resultando na sua nomeação como mestre-de-obras do Rei, em Tomar, e mais tarde nos Jerónimos<sup>485</sup>, onde trabalha com Diogo de Arruda<sup>486</sup>. É um arquitecto influenciado por

---

<sup>472</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>473</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40

<sup>474</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>475</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>476</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>477</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>478</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41

<sup>479</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 347 e SERRÃO, V., *História...* p. 43

<sup>480</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 43

<sup>481</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>482</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>483</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>484</sup> *Idem, Ibidem*, p. 43

<sup>485</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 347

<sup>486</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 34

Brunelleschi e Bramante<sup>487</sup>, o que é patente mais tarde na Igreja Matriz de Vila do Conde<sup>488</sup>, no Coro da Sé de Viseu<sup>489</sup>, na “igreja salão” de Freixo de Espada-a-Cinta<sup>490</sup>, no portal e abóbada da nave de Tomar<sup>491</sup>, nos Jerónimos<sup>492</sup>, em Alcobaça<sup>493</sup>, nos Armazéns, Cais de pedra e conclusão do Paço da Ribeira em Lisboa<sup>494</sup>, na Janela de S. Julião em Setúbal<sup>495</sup>, no fecho das abóbadas das capelas imperfeitas na Batalha, projecto fracassado<sup>496</sup> e varanda das mesmas capelas<sup>497</sup>, intervenção posterior à morte de Diogo da Boitaca<sup>498</sup>. Participou também nas obras da Capela de Nossa Senhora da Conceição em Tomar<sup>499</sup>.

Este arquitecto registou também algumas intervenções a Noroeste do país<sup>500</sup>, considerado o autor da Capela-mor da Sé Catedral de Braga em 1509<sup>501</sup>.

Em 1511 este arquitecto passa a dirigir a obra da Igreja Matriz de Vila do Conde, a par de João de Castilho, a quem foi entregue a responsabilidade de terminar a construção da igreja, sendo que a mesma conclusão acontece entre 1514 e 1515<sup>502</sup>. É, provavelmente, é o autor da abóbada da Sé de Viseu, encomendada em 1513 bem como da nova fachada em substituição da antiga e o 1º registo do Claustro<sup>503</sup>.

Em 1513 gizou o portal Sul da Igreja de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos<sup>504</sup> e em 1515 dirige uma equipa de empreiteiros portugueses e biscainhos na execução da portada principal da Igreja do Convento de Cristo em Tomar<sup>505</sup>.

Nos Jerónimos trabalhou com diversos pedreiros e imaginários de origem galega e biscainha<sup>506</sup>; entre eles Rodrigo de Pontezilha, que se responsabilizou pelo portal da

<sup>487</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 347

<sup>488</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>489</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>490</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>491</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>492</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>493</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>494</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>495</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>496</sup> *Idem, Ibidem*, p. 347

<sup>497</sup> *Idem, Ibidem*, p. 348

<sup>498</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 37

<sup>499</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 348, ver imagem 171.

<sup>500</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 43

<sup>501</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>502</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>503</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>504</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>505</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>506</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

Sala do Capítulo, em 1517, com sérias influências do Hospital Real de Santiago de Compostela, de autoria de Guillén Colas e Martín Blas<sup>507</sup>.

Em 1517 inicia-se a segunda campanha de obras do Mosteiro dos Jerónimos com nova orgânica administrativa e construtiva ordenada pelo Rei, em regime de empreitadas e dirigidas maioritariamente por João de Castilho<sup>508</sup>. Assim iniciou-se a empreitada do Claustro, da Portal Sul, da Sacristia, do Capítulo, da segunda fase da Igreja, dos pilares e das Abóbadas.

Entre 1519 e 1528 trabalhou nas obras de Alcobaça, em tempo do Abade Comendatário D. Afonso, e sob o mando do administrador e vedor Vasco de Pina, que já tinha orientado os trabalhos no Magrebe de Diogo de Arruda e de Francisco de Arruda<sup>509</sup>.

É o autor do portal da sacristia do Mosteiro de Alcobaça<sup>510</sup>. Trabalha em várias igrejas dos Coutos de Alcobaça sob mecenato do abade Comendatário D. Afonso<sup>511</sup>. Sendo sua a intervenção nos portais das igrejas da Vestiaria, Cela, Alvorninha, Évora de Alcobaça (Matriz e Misericórdia), Maiorga (Capela do Espírito Santo) e Turquel.

Em 1519 por carta do rei para Vasco de Pina inicia-se as obras do Mosteiro, da sacristia e da livraria, das cadeiras do Coro, da correcção da igreja, das adegas e lagares do Mosteiro de Alcobaça atribuídas a João de Castilho<sup>512</sup>.

No Mosteiro de Santa Maria de Cós, a Abadessa requereu a presença de Vasco de Pina, vedor e administrador das obras e rendas de Alcobaça, e de João de Castilho, mestre-de-obras do mesmo, tendo o primeiro escrito ao rei sobre a pobreza da igreja e dependências conventuais existentes<sup>513</sup>.

No Mosteiro de Alcobaça, corria o ano de 1520, começou a obra dos arcos do Claustro de D. Dinis: enfermaria e cerca. Nessa altura, Vasco de Pina escreveu ao rei sobre o estado de ruína dos lagares de madeira, que irá remendar, pedindo que João de Castilho avalie a feitura dos mesmos em pedra; anuncia a compra de 60 dúzias de taboado, cal e tijolo para as obras do Mosteiro<sup>514</sup>.

---

<sup>507</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>508</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44

<sup>509</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44 e MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 40

<sup>510</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 45

<sup>511</sup> *Idem, Ibidem*, p. 45

<sup>512</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 72

<sup>513</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 45

<sup>514</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 45

Com o afastamento de Vasco de Pina como vedor e administrador do Mosteiro de Alcobaça, João de Castilho afasta-se deste estaleiro empenhando-se nas obras de Tomar<sup>515</sup>.

Em 1529, intervém no Mosteiro da Batalha, na tentativa frustrada do abobadamento das Capelas Imperfeitas, projecto assumido depois da morte de Boitaca<sup>516</sup>.

Ainda em 1529 esteve activo em Alcobaça, sob mando do vedor Vasco de Pina, mas D. Afonso ao tornar-se maior de idade, passa a administrador efectivo do mosteiro, levando ao afastamento de Vasco de Pina e do seu arquitecto favorito João de Castilho<sup>517</sup>.

No mesmo ano, João de Castilho inspeciona as praças marroquinas de Ceuta e Çafim, aprestando-se a iniciar em Tomar a sua fase mais brilhante<sup>518</sup>. Sob estímulo de Frei António de Lisboa, a quem D. João III encarrega a reforma de Santa Cruz de Coimbra, e da adaptação do convento de Cristo em Tomar aos gostos renascentistas, João de Castilho será protagonista em conjunto com outros, nomeadamente o pintor Gregório Lopes, na decisiva mudança do classicismo<sup>519</sup>.

Após 1530 nota-se um rompimento total com o estilo manuelino por parte de João de Castilho sob signo de Frei António de Lisboa<sup>520</sup>.

Com o seu afastamento de Alcobaça em 1529, João de Castilho não mais volta a estar ligado às obras desta casa<sup>521</sup> pelo que não se pode ligar este nome maior do Renascimento português ao palácio abacial iniciado como à frente veremos em 1548.

## 7.8 – Manuel Pires

Também Manuel Pires (1510-1570)<sup>522</sup>, cunhado de Afonso Alvares<sup>523</sup>, marca a sua presença junto do Cardeal D. Henrique<sup>524</sup>. Assim, ambos trabalham na Igreja de Santo Antão em Évora, corrido o ano de 1557<sup>525</sup>. Considerado “mestre das obras da comarca

---

<sup>515</sup> *Idem, Ibidem*, p. 48

<sup>516</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 45

<sup>517</sup> *Idem, Ibidem*, p. 45

<sup>518</sup> *Idem, Ibidem*, p. 45

<sup>519</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 45 e 46

<sup>520</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46

<sup>521</sup> João de Castilho tinha no entanto deixado um filho, Diogo de Castilho (n. 1513) como noviço do Mosteiro de Alcobaça, que já professo vem a falecer em 1540 em Antuérpia.

<sup>522</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 351

<sup>523</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>524</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>525</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 360

do Alentejo”<sup>526</sup>, torna-se o homem de confiança do Cardeal D. Henrique<sup>527</sup>. Conclui a sua carreira de Arquitecto-humanista com a desajeitada obra da Igreja-auditório”<sup>528</sup> da Misericórdia de Évora em 1554<sup>529</sup>, estando também ligado à Igreja de Santo Antão<sup>530</sup>; à Igreja do Bom Jesus de Valverde<sup>531</sup>; conclui a Igreja de Santo Antão em Évora em 1557<sup>532</sup> tendo trabalhado nesta igreja em conjunto com Afonso Alvares<sup>533</sup>. A par deste elaborou igualmente a Igreja de S. Roque em Lisboa<sup>534</sup> e trabalhou em equipa com Afonso Alvares na feitura da Igreja do Espírito Santo em Évora<sup>535</sup>.

No entanto, Manuel Pires restringe-se a obras no eixo Évora-Lisboa, nunca estando associado a nenhuma empreitada em Alcobaça.

### 7.9 - Miguel de Arruda

Miguel de Arruda (c. 1500-1563)<sup>536</sup> sucedeu a seu pai, Francisco de Arruda<sup>537</sup>, elaborando a obra da Igrejinha de Bom Jesus de Valverde<sup>538</sup> puramente renascentista<sup>539</sup>. Em 1532 tem a seu cargo o Convento de Nossa Senhora da Graça em Évora<sup>540</sup> em conjunto com Nicolau Chanterêne<sup>541</sup>, mas não compreendeu o estilo clássico, passando a desprezá-lo<sup>542</sup>.

Por uma carta de 1533 de Francisco Gil ficamos a saber que Miguel de Arruda é citado como o mestre que visitou uma das naves da gigantesca Alfândega de Lisboa, em cuja construção ou pelo menos em cujo plano e fase final da obra há que atribuir a Diogo de Arruda, como vimos com o propósito de aí instalar as cárceres da Inquisição, acabada

<sup>526</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>527</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>528</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>529</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 360

<sup>530</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>531</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 351

<sup>532</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>533</sup> *Idem, Ibidem*, p. 360

<sup>534</sup> *Idem, Ibidem*, p. 361

<sup>535</sup> *Idem, Ibidem*, p. 361

<sup>536</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 356

<sup>537</sup> *Idem, Ibidem*, p. 356

<sup>538</sup> Ver imagens 172 e 173.

<sup>539</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 187

<sup>540</sup> Ver imagem 174.

<sup>541</sup> *Idem, Ibidem*, p. 187, e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 346 ver imagem 175.

<sup>542</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, pp. 356 e 357

de criar (bula de 23 de Maio de 1536), passando a alfândega para a nova Casa da Índia, pois o espaço desta era considerado ajustado para isso.<sup>543</sup>

Ainda em 1533, é designado como Mestre-de-obras do Mosteiro da Batalha, para no ano seguinte tentar, sem sucesso, acabar as Capelas Imperfeitas<sup>544</sup> concluindo no entanto o varandim.

Miguel de Arruda desloca-se a Mazagão em 1541, recebendo um elogio de Benedetto da Ravena<sup>545</sup> e do governador da praça, D. Afonso de Noronha, indo em Junho a Ceuta e voltando para Mazagão onde se encontra com Diogo de Torralva em Julho a fim de debaterem o projecto<sup>546</sup>.

Das suas obras destaca-se<sup>547</sup> a Capela de Bom Jesus de Valverde (Évora) em 1542<sup>548</sup> e servindo esta obra de inspiração ao desenho da Igreja de Fora do Mosteiro de Alcobaça<sup>549</sup>, cuja execução final esteve a cargo de Pêro Gomes<sup>550</sup>.

O seu prestígio foi subindo e a 5 de Fevereiro de 1543 é nomeado para “mestre das obras de pedraria e alvenaria dos paços reais de Santarém” e “mestre dos paços de Almeirim e de Muge”.

Como engenheiro-militar teve como as primeiras obras as praças de Ceuta e Tânger em 1543<sup>551</sup>; seguiram-se as praças de Moçambique e Baia em 1546<sup>552</sup>; depois foi tracista e director da empreitada de São Jorge da Mina alterando a velha fábrica de Diogo da Azambuja fazendo deslocar do reino mão-de-obra numerosa dirigida pelo pedreiro João Leal<sup>553</sup>. A última obra militar foi a de São Julião da Barra em 1559, tendo sido elogiada por Scamozzi e Cervantes<sup>554</sup>.

Miguel de Arruda, autor da Capela de Nossa Senhora do Monte em Sintra<sup>555</sup>, é presumivelmente autor da capela do paço de veraneio do infante D. Luís em Salvaterra de Magos<sup>556</sup> dirigida por um pedreiro de nome Atanásio Ribeiro<sup>557</sup>.

<sup>543</sup> CAETANO, C., *A Ribeira...*, pp. 216 e 217

<sup>544</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 187

<sup>545</sup> *Idem, Ibidem*, p. 188

<sup>546</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 331

<sup>547</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>548</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 74

<sup>549</sup> Ver imagem 194.

<sup>550</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 359

<sup>551</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>552</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>553</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 188 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>554</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>555</sup> *Idem, Ibidem*, p. 351

<sup>556</sup> Ver imagens 176 e 177.

<sup>557</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 187

Em Abril de 1548, Frei António e Miguel de Arruda deslocam-se a Coimbra<sup>558</sup> e em 8 de Agosto do mesmo encontram-se em Leiria<sup>559</sup>.

Em 9 de Agosto desse ano, Miguel de Arruda vem a Alcobaça com Frei António trocando em seguida correspondência com o rei, tendo Miguel de Arruda aí permanecido cerca de um mês fazendo o levantamento da situação do mosteiro<sup>560</sup>.

Foi subindo na carreira, até que em 1548/1549 foi criado para ele o lugar “Mestre das Obras de fortificação do Reino, Lugares d’Além e Índia” tendo sob seu controlo todas as obras civis e militares do reino<sup>561</sup> recebendo o elevado ordenado de 80.000 reais anualmente. Destaca-se ainda a Igreja-palacio da Pederneira<sup>562</sup>, na Nazaré com seu coro serliano<sup>563</sup>. Foi companheiro de Diogo de Torralva nas obras reais do Alentejo<sup>564</sup> e colaborou com Diogo de Torralva na Quinta da Bacalhoa<sup>565</sup> fazendo as cúpulas em gomos<sup>566</sup>. Teve um filho seu, Baltazar de Arruda, a estudar “a arte de architectura fora do Reyno”<sup>567</sup>. Assumiu como discípulos Inofre do Carvalho<sup>568</sup>, Jerónimo de Ruão<sup>569</sup>, Jorge Gomes<sup>570</sup> e Afonso Álvares<sup>571</sup>. Da sua autoria é também o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade ou Bernardas de Tavira em 1550<sup>572</sup> e o Palácio de Xabregas<sup>573</sup> iniciado por D. João III, incorporando desenhos de Miguel Ângelo encomendados a Roma, cuja construção dirigiu até ser interrompida (1556-9)<sup>574</sup> e que o rei agradeceu em carta ao Cardeal Gaddi o envio dos mesmos.

Inspecciona o trabalho de João de Castilho em Tomar em 1548<sup>575</sup> e é-lhe atribuído a construção das Sés das três novas dioceses criadas por D. João III<sup>576</sup>: Miranda do Douro<sup>577</sup> documentado como sendo dele em 1552<sup>578</sup>; Leiria<sup>579</sup> que o bispo Frei Brás de

<sup>558</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, pp. 49 e 50

<sup>559</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

<sup>560</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49

<sup>561</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>562</sup> Ver imagem 178.

<sup>563</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>564</sup> *Idem, Ibidem*, p. 188

<sup>565</sup> Ver imagens 179 e 180.

<sup>566</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, pp. 352 e 353

<sup>567</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 188

<sup>568</sup> *Idem, Ibidem*, p. 189 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>569</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>570</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>571</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>572</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>573</sup> Ver imagem 181.

<sup>574</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>575</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>576</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>577</sup> Ver imagens 182 e 183 e SERRÃO, V., *História...* p. 189

<sup>578</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

Barros diz que em 1551 o seu genro Afonso Álvares “chegou com um debuxo” sem dizer quem o tinha feito<sup>580</sup> e Portalegre em 1556<sup>581</sup>, cujo ar palaciano lembra Xabregas<sup>582</sup>, sendo que a sua fachada deriva de uma gravura de uma igreja com torres do tratado de Sérlio<sup>583</sup>.

Em 1559, aproveitando a experiência adquirida como arquitecto de fortalezas<sup>584</sup>, começa a exploração do forte de São Julião da Barra na foz do Tejo e traça a Igreja da Misericórdia em Santarém<sup>585</sup>.

A Igreja de Santa Maria de Estremoz<sup>586</sup> foi construída entre 1559 e 1563, pela autoria de Pero Gomes, mas foi Miguel de Arruda que forneceu a este o modelo da igreja com autoria de grupo<sup>587</sup>.

Miguel de Arruda morre em 1563<sup>588</sup>. Deixa como discípulos Jerónimo de Ruão<sup>589</sup>, Jorge Gomes<sup>590</sup>, Inofre do Carvalho<sup>591</sup> e Afonso Álvares<sup>592</sup>.

Todavia, nesta data a Igrejinha de Valverde ainda não se encontrava concluída e, conseqüentemente, é nomeado Manuel Pires, também ele arquitecto eleito pelo Cardeal D. Henrique; corria o ano de 1566<sup>593</sup>.

## 8 – Miguel de Arruda, arquitecto régio e autor do Palácio Abacial

Chegados aqui, consideramos que temos como dado adquirido o facto de ser Miguel de Arruda o autor do palácio abacial de Alcobaça, o que parece ser comprovado tanto pela via documental como pela sua datação como procuraremos demonstrar.

A via documental é proporcionada pelo testemunho de pagamentos feitos a Miguel de Arruda relativamente a obras em Alcobaça nos anos mais próximos a 1550, época em

---

<sup>579</sup> Ver imagens 184 e 185.

<sup>580</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>581</sup> Ver imagem 186.

<sup>582</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>583</sup> *Idem, Ibidem*, p. 359, Ver imagem 187.

<sup>584</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 188

<sup>585</sup> *Idem, Ibidem*, p. 189. Ver imagem 188.

<sup>586</sup> *Idem, Ibidem*, p. 190. Ver imagens 189 a 192.

<sup>587</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 359, como se poderá observar nas imagens 192 e 193, as plantas da Igreja de Santa Maria de Estremoz e da Igreja de Fora do Mosteiro de Alcobaça, apresentam semelhanças evidentes cuja autoria do traço se deve a Miguel de Arruda ainda que em ambas seja Pêro Gomes a finalizar os seus debuxos.

<sup>588</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 187 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 356

<sup>589</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>590</sup> *Idem, Ibidem*, p. 357

<sup>591</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 189 e MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>592</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>593</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 186

que pensamos que o palácio foi construído, como procuraremos também demonstrar. Com efeito este arquitecto foi o único arquitecto e/ou mestre-de-obras a ter o seu nome no *Livro da Fazenda* do Cardeal D. Henrique, conservado na Biblioteca Pública de Évora. Este livro abrange um período de vinte e um anos, de 1538 a 1559, e regista as diversas e muito grandes despesas, encargos e obrigações financeiras assumidas pelo Cardeal, como um dos maiores senhores do Reino, como ele efectivamente era, despesas aquelas relacionadas, entre outras, nomeadamente com as obras de construção por si encomendadas.

Ora, relacionado explicitamente com obras efectuadas no Mosteiro de Alcobaça, para lá de Miguel de Arruda, apenas é referido neste *Livro* – verdadeira colecção de encargos financeiros e ordens de pagamento – o frade jerónimo Frei António de Lisboa, “dom priol do convento de tomar”, enquanto reformador “dos monjes do mosteiro d allcobaça”. Este frade, nomeado pelo Cardeal para exercer estas funções, “ha d aver cad ano de dia de São João *que* pasou deste presente ano de b<sup>c</sup>Rbij [1547] em diante por tempo de sete años mill *cruzados* cad ano *pera* aJuda das obras do dito mosteiro d allcobaça, isto *enquanto* tiver o dito carrego de Reformar a dita casa”<sup>594</sup>.

Para lá das informações retiradas do documento anterior, temos o testemunho de Frei Manuel dos Santos, de 1716, que nos diz que quem custeou a “quadra antiga” (claustro do palácio abacial<sup>595</sup>) foi D. Henrique. Este monge-historiador referia-se ao palácio abacial, reportando-se a sua informação a 1558, sendo este mais um indício de que a data da criação do palácio por nós proposta está correcta.

Ora, depois de reformar os mosteiros cistercienses de Seiça, Odivelas e Coimbra, Frei António de Lisboa – nomeado reformador dos monges de Alcobaça pelo Cardeal D. Henrique, como vimos – assume o cargo em 1547 em Alcobaça. Depois de uma avaliação exaustiva do estado em que se encontrava a casa nos aspectos temporal e espiritual, Frei António solicita a D. João III, em 1548, que o arquitecto Miguel de Arruda se desloque a Alcobaça. Em virtude das demais obras tomarem muito tempo a Miguel de Arruda, só a 9 de Agosto de 1548, é que este se encontra com Frei António em Alcobaça, a fim de analisarem eventuais reformas construtivas, ou melhor, a fim de proporem eventuais acrescentos, ampliações e outros melhoramentos. Devemos notar que naquele momento, tinham passado já dezoito anos desde que a cerca do mosteiro tinha sido mudada, continuando a fachada do mesmo a ser um aglomerado muito

---

<sup>594</sup> Ordem de 29-12-1547, in *Livro da fazenda...*, f.º 186v, ver imagem 195.

<sup>595</sup> Ou claustro da Portaria, ou D. Afonso VI

irregular de corpos desiguais, justapostos ao longo dos tempos, de acordo com as necessidades próprias daquela tão importante casa conventual e de acordo com as sucessivas modas em matéria de construção e arquitectura, em vigor desde o início da sua tão atribulada história. Enfim, em 1548 tratava-se de começar a colocar alguma ordem naquela fachada, então tão desigual e tão irregular. Pensamos que o projecto e a própria construção do palácio abacial foram o elemento charneira que anunciaria e modelaria essa mudança, tendo mesmo sido o primeiro passo para a futura definição da fachada do imenso complexo monacal. Afinal, tratava-se de levar para Alcobaça uma nova ordem arquitectónica, radicalmente inovadora, filha do melhor espírito renascentista, num mosteiro que sucessivamente se ampliara e actualizara ao sabor das desencontradas modas em curso mas que agora, em meados do século XVI, queria abrigar no seu seio não só um espaço residencial autónomo e moderno, como queria ganhar uma fachada nova. Ora, para todos os efeitos, a fachada monumental do palácio abacial foi a primeira pedra dessa nova fachada, moderna, regular, homogénea, simétrica e “ordenada” – fachada nova esta que, preservando do passado gótico apenas o essencial (talvez devido ao prestígio inerente ao longínquo momento fundador do mosteiro), passaria a ser formalmente dependente dos princípios mais consagrados da composição arquitectónica de matriz renascentista.

Após a visita, Frei António escreve a D. João III sobre o levantamento efectuado e as propostas que Miguel de Arruda lhe fizera. O Rei, responde-lhe a 24 de Setembro daquele ano: “Ao que dizeis sobre as oficinas de Alcobaça, de que me Miguel de Arruda trouxe apontamentos, eu os vi, escrevi nisso e lhe tenho agora mandado fazer um debuxo da maneira que me pareceu que se as ditas oficinas devem de fazer.”<sup>596</sup>.

Nesta altura já D. João III tinha recebido das mãos de Francisco de Holanda o *Livro II* de Sebastiano Serlio publicado, em 1540 em Veneza. Sabendo-se que o Rei de há muito tinha demonstrado interesse pelo “debuxo” das obras do Reino, a posse de um exemplar daquele livro – que continha dois exemplos de plantas de palácio-bloco – poderá ter influenciado a proposta que o Rei então enviou a Frei António.

A 24 de Outubro, num momento em que estava de partida para Almeirim onde se iria encontrar com Frei António e aí definir as opções a tomar, D. João III ainda estava a analisar a proposta: “Tenho visto a traça que Miguel de Arruda trouxe da obra de

---

<sup>596</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 50

Alcobaça e mandei fazer um debuxo dela, como vos escrevi, o qual vou vendo”<sup>597</sup>. Frei António adoece e Miguel de Arruda encontrava-se ocupado com outras obras, pelo que D. Henrique envia Pero Gomes de Évora para Alcobaça, para este traçar os planos, apontamentos e elaborar os contratos de empreitadas<sup>598</sup>.

Como discípulo e colaborador de Miguel de Arruda, Pero Gomes executou, segundo Rafael Moreira<sup>599</sup>, o desenho final da Igreja de Fora do Mosteiro de Alcobaça<sup>600</sup> tendo Miguel de Arruda<sup>601</sup> fornecido o modelo prévio de desenho para a igreja. Esta obra, tal como a do palácio abacial, encontra-se no rol das reformas que o rei acabara de aprovar. Em finais de 1548 ou inícios de 1549 iniciam-se as obras do palácio abacial, pois o desenho definitivo já se encontrava aprovado. Com efeito, em Julho de 1550, Frei António escreve a Miguel de Arruda por causa das dúvidas em relação à necessidade da mudança do rio para a construção do Claustro do Cardeal<sup>602</sup>. Com isto podemos verificar que se previa que o estaleiro das obras se mudasse para Nascente do Mosteiro e que se o palácio não estava então completo, não deveria faltar muito para a sua conclusão, pois a necessidade de matéria-prima e de mão-de-obra seria então muito superior naquele espaço, tal a dimensão da nova empreitada.

Miguel de Arruda é entretanto nomeado “Mestre das obras de fortificação do Reino, Lugares d’Além e Índia”, ficando com o controlo de todas as obras civis e militares do Reino<sup>603</sup>. No entanto, só se desliga das obras de Alcobaça no Natal de 1550, pois D. Henrique dá ordens em 20 de Novembro de 1551 para que se pague, com retroactivos a 1550, a “miguel d aRuda [*que*] tem cad ano do cardeal dous moios de trigo pagos polo Rendimento do mosteiro d Alcobaça avendo Respeito o seruir o cardeal nas obras do dito mosteiro”<sup>604</sup>. Assim temos uma série de dados que nos conduzem a algumas conclusões.

Por um lado, o palácio abacial de Alcobaça é obra de Miguel de Arruda e não tem qualquer intervenção de Pero Gomes. Com efeito, o Cardeal D. Henrique mandou pagar apenas a Miguel de Arruda pelos trabalhos efectuados no Mosteiro de Alcobaça entre 1538 e 1559, não existindo qualquer ordem de pagamento a Pero Gomes no mesmo

<sup>597</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

<sup>598</sup> *Idem, Ibidem*, p. 50

<sup>599</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 359

<sup>600</sup> SERRÃO, V., *História...* p. 190

<sup>601</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 50, ver imagens 190 a 194 e ver nota 586.

<sup>602</sup> Ver imagens 197 e 198.

<sup>603</sup> MOREIRA, R., “Arquitectura...”, p. 357

<sup>604</sup> *Livro da fazenda...*, f.<sup>a</sup> 189v, ver imagem 196.

período. Por outro lado, se, conforme nos diz Frei Manoel dos Santos, quem custeou a obra da quadra antiga foi o Cardeal, então concluímos que foi Miguel de Arruda o seu autor, pois apenas este recebeu pela dita obra.

A segunda conclusão é a de que a obra foi iniciada em finais de 1548, inícios de 1549, como prova a documentação, e em Julho de 1550 já deveria estar muito avançada, pois o estaleiro iria mudar-se para a construção do Claustro do Cardeal ou dos Noviços, cuja construção então se encarava.

Concluímos assim que Miguel de Arruda foi o autor material do palácio abacial, que o Cardeal D. Henrique foi o seu autor moral e que o mesmo foi construído entre os anos de 1548 a 1550.

#### CAPITULO IV – A vida no Palácio

##### 9 – A vida no Palácio Abacial (1548-1580)

A separação dos mosteiros portugueses da congregação francesa deveu-se à Bula da Congregação, obrigando à governação por um “abade geral trienal isento de França”<sup>605</sup>. No ano de 1559, no decorrer do reinado de D. Sebastião, começaram-se a alterar os mosteiros da ordem<sup>606</sup>. Na altura, o abade presidente era o Cardeal D. Henrique, não havendo abade monge e, conseqüentemente, o abade presidente tinha que substituir o abade monge e assim era considerado o administrador perpétuo.

Os Mosteiros de S. João de Tarouca, de Santa Maria de Salzedas e o de Seiça pertenciam, na altura, às Ordens de Cristo e de Aviz, mas em 1564 D. Sebastião restituiu-os à Ordem de Cister<sup>607</sup>. Tanto os de sexo masculino como os de sexo feminino estavam sujeitos a Alcobaça devido às Filiações e às Bulas Papais<sup>608</sup>. Os abades portugueses já não iam aos Capítulos Gerais de Cister, pois em França, desde o tempo do Rei D. Afonso V e graças às Bulas Papais de Pio II, que já menos portugueses iam às visitas francesas (situação existente desde D. João I). Na bula da restituição do Mosteiro de S. Bento de Tibães, em 1566 e passada por Pio V, está bem explícito que à mesma se

---

<sup>605</sup> SANTOS, Frei M., *Alcobaça...*, p. 514

<sup>606</sup> *Idem, Ibidem*, p. 516 – Os mosteiros alterados foram os de S. João de Tarouca, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria de Salzedas, Alcobaça, Bouro, Ceiça, Aguiar, Estrela, Maceiradão, Tamarães, S. Paulo de Almazina, Fiães, S. Pedro das Águas e S. Maria do Ermelo.

<sup>607</sup> *Idem, Ibidem*, p. 516

<sup>608</sup> *Idem, Ibidem*, p. 516

devia “pôr fim o remédio da relaxação que havia introduzido nos Mosteiros de S. Bento os Comendatários”<sup>609</sup>. No entanto, na Bula da Congregação de Alcobaça, passada no ano seguinte, não faz qualquer referência a relaxação alguma dos monges alcobacenses nem à reforma do Mosteiro. No entanto, em 1559 D. Henrique começou a divisão, mas em virtude da novidade, o Cardeal temia a oposição por alguns monges. Logo, o Cardeal, tendo em vista o sucesso da divisão, procurou um fundamento sólido para a mesma<sup>610</sup>.

Assim sendo, D. Henrique utilizou dois argumentos: primeiro, a divisão iria possibilitar aliviar os monges de moléstia, ou seja, evitar que os monges fossem mandados pelos oficiais dos comendatários<sup>611</sup>; segundo, a de transformar o governo dos nossos mosteiros em regime trienal, tal como já se tinha verificado nos Cónegos de Santa Cruz de Coimbra e nos Mosteiros de Castela<sup>612</sup>. Para apoiar os intentos do Cardeal, Pio IV passa uma bula (1559) confirmando e autorizando as divisões das abadias portuguesas e a existência dos Capítulos Provinciais<sup>613</sup>, querendo com isto dizer que a partir deste momento estava aprovada a divisão das abadias de Portugal em relação a França<sup>614</sup>.

No entanto, nem esta tentativa do cardeal, nem a Bula do Papa foram bem sucedidos; apenas os Capítulos Provinciais passaram a vigorar<sup>615</sup>.

Pio V passa novo Breve a 24 de Agosto de 1576, aceitando o Cardeal como abade perpétuo e dando início aos Capítulos Provinciais<sup>616</sup>.

A 1 de Maio de 1564 foram chamados a Alcobaça os abades perpétuos das casas onde não havia comendatários e os priores conventuais nas casas onde havia “encomendas”. Presindindo aos Capítulos Gerais esteve o Cardeal D. Manuel dos Santos, Bispo da Targa, porque D. Henrique não quis ceder o Governo da real abadia. Os segundos Capítulos Gerais decorreram a 16 de Setembro do ano seguinte<sup>617</sup>, presididos por Frei Bartolomeu de Santarém, Abade de Salzedas. No segundo dia foi eleito o abade trienal de Alcobaça, tendo os trabalhos terminado a 21 de Setembro. As terceiras sessões capitulares tiveram início a 19 de Maio de 1567, já sob a presidência do Cardeal<sup>618</sup> e a

---

<sup>609</sup> *Idem, Ibidem*, p. 518

<sup>610</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 518 e 519

<sup>611</sup> *Idem, Ibidem*, p. 519

<sup>612</sup> *Idem, Ibidem*, p. 519

<sup>613</sup> *Idem, Ibidem*, p. 519

<sup>614</sup> *Idem, Ibidem*, p. 520

<sup>615</sup> *Idem, Ibidem*, p. 520

<sup>616</sup> *Idem, Ibidem*, p. 521

<sup>617</sup> *Idem, Ibidem*, p. 523

<sup>618</sup> *Idem, Ibidem*, p. 523

partir destes Capítulos Gerais acordou-se que todos se iniciariam sempre a 1 de Maio. Os Capítulos Gerais de 1570 voltaram a ser presididos, mas só a partir do segundo é que o Cardeal D. Henrique<sup>619</sup> nomeou para Prior Conventual de Alcobaça Frei Guilherme da Paixão. Ao terceiro dia definiu-se o *ratio* dos monges que cada Mosteiro deveria ter, variando consoante as rendas de cada Mosteiro<sup>620</sup>.

Em 1576 voltou a ser D. Henrique a presidir às Sessões Capitulares. Em Agosto de 1578, aquando da derrota de África, ao encontrar-se no exército de D. Sebastião “hum Miguel Leitão de Andrada natural de Pedrogam Grande, escreveu a hum seu irmão FR. Joam de Andrada Monge de Alcobaça” sobre o insucesso da investida africana, tendo sido esta a primeira notícia certa que chegou a Portugal, decorria o mês de Setembro. Estava D. Henrique em Alcobaça e apressou-se a ir a Lisboa<sup>621</sup>.

Mas mesmo tendo o governo a seu cargo, este não deixou de governar o mosteiro de Alcobaça com a mesma paciência e miudeza<sup>622</sup>. Chegados a novo capítulo em Maio de 1579, e como o Cardeal não pôde presidir, este teve que passar procuração ao Prior de Alcobaça - Frei Guilherme da Paixão - para ser este a presidir ao capítulo<sup>623</sup>. Em Janeiro de 1580 falece D. Henrique e com ele vagam o trono de Portugal e do Abade de Alcobaça. Em relação à cadeira real, esta vagou apenas breves dias, pois apesar dos sobrinhos, infante D. Duarte, da infanta D. Isabel e da Infanta D. Beatriz, a causa do Rei Filipe II de Castela prevaleceu<sup>624</sup>.

Aproveitando a desorientação que se passava no reino, o prior chamou logo aos Capítulos Gerais os abades dos outros mosteiros da ordem para se eleger o Abade Geral Trienal, que fosse Prelado da Alcobaça e reformador da Congregação, pois estes cargos vagaram com a morte do Cardeal. Elegeu-se assim a 22 de Fevereiro o Doutor Frei Lourenço do Espírito Santo do Mosteiro de Salzedas. No dia seguinte tomou logo posse do mosteiro, de todas as vilas dos coutos, de todas as rendas e jurisdições da mesma maneira que os abades perpétuos e abades comendatários. Em suma, ignorou todas as bulas papais e toda a divisão que D. Henrique feito no mosteiro<sup>625</sup>.

---

<sup>619</sup> *Idem, Ibidem*, p. 537

<sup>620</sup> *Idem, Ibidem*, p. 538

<sup>621</sup> *Idem, Ibidem*, p. 538

<sup>622</sup> *Idem, Ibidem*, p. 539

<sup>623</sup> *Idem, Ibidem*, p. 539

<sup>624</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 539 e 540

<sup>625</sup> *Idem, Ibidem*, p. 477

Após a morte do cardeal D. Henrique, o abade perpétuo de Alcobaça não residia permanentemente no Mosteiro, mas sim fazia-se representar por dois abades, o abade regular conventual e o abade comendatário, apenas o primeiro residia no convento<sup>626</sup>.

Mas dado que foi esta a altura em que se converteu o Palácio do D. Abade em Hospedaria, após a morte de D. Henrique, mais nenhum abade lá residiu.

A separação dos mosteiros portugueses da congregação francesa deveu-se à Bula da Congregação obrigando à governação por um “abade geral trienal isento de França”<sup>627</sup>.

Evitaram-se as visitas e a obrigatoriedade de se deslocarem a França por altura dos Capítulos Gerais. No fundo, eles já não se apresentavam em França desde o reinado de D. João III. A separação das casas custou caro aos portugueses, pois aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, foi negado refúgio pelos franceses aos monges fugidos de Portugal<sup>628</sup>.

## CAPITULO V – De palácio a hospedaria

### 10 – A União Ibérica e a passagem de palácio a hospedaria (1580-1640)

Mal o funeral do Cardeal-Rei terminou, o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, tratou de vir tomar posse do mosteiro, mas prevendo que seria do desagrado da comunidade, deslocou-se para Alcobaça em segredo, tal como os Notários e testemunhas, fazendo-se passar por monge comum com sua comitiva.

No dia seguinte e “em horas de vésperas estando os monges no coro com todo o sossego, o arcebispo apareceu de repente na cadeira do Abade, dizendo que dela e daquele mosteiro tomava inteira posse no espiritual e temporal, em virtude das Bulas Apostólicas”<sup>629</sup>. Esta atitude causou grande alvoroço, mas qualquer tentativa de rebelião por parte dos monges era prontamente neutralizada pelo próprio ou pela sua comitiva.

Após a aclamação de D. António, prior do Crato, nas cortes de Santarém como rei, pediu ao Arcebispo todo o apoio pelo que este se mostrou ao seu inteiro dispor. No entanto, e como o Rei Filipe de Castela estava contra D. António na causa régia, o

---

<sup>626</sup> *Idem, Ibidem*, p. 409

<sup>627</sup> *Idem, Ibidem*, p. 514

<sup>628</sup> APPLETON, V., *Abadia...*, p. 18

<sup>629</sup> SANTOS, Frei M., *Alcobaça...*, p. 477

abade Frei Lourenço do Espírito Santo, precaveu-se e sabendo que este se encontrava em Badajoz a caminho da sua tomada de posse em Lisboa, pegou em todas as certidões e documentos que lhe fossem favoráveis, e deslocou-se àquela cidade raiana para falar com o futuro rei<sup>630</sup>.

#### 10.1 - Do Palácio do D. Abade a Hospedaria

Com as reformas e a separação do Mosteiro em dois, em que os monges apenas mandavam das portas para dentro, o abade deixou de poder ser ele a investir nas obras para apenas receber as rendas que os coutos produziam. Numa descrição básica, e para usar termos do século XXI, o Mosteiro de Alcobaça foi privatizado, deixando de ser uma entidade onde o patronato tinha de investir para se manter a operar, para ser um investimento que dava lucro sem se gastar dinheiro na sua manutenção.

Esta atitude enfureceu os monges, pois foram-lhes retiradas duas fontes de receitas. Por um lado, o abade ao ser um ilustre membro da família real, fomentava e apadrinhava as obras de que o mosteiro necessitava. Por outro, a retirada das rendas provenientes dos coutos, agora destinadas aos bolsos dos abades, delapidou ainda mais as contas da abadia. Como atitude de retaliação, perante a acção da coroa, e de vingança para aqueles que apenas se interessavam pelo mosteiro como fonte de rendimentos e para aquele que despoletou esta reforma – o cardeal D. Henrique – transformaram aquilo que foi construído como símbolo da ostentação do poder do abade, que era o seu palácio, numa mera hospedaria. A transformação operada no século XVII em toda a fachada do mosteiro, com a uniformização da mesma em toda a sua extensão, foi mais uma forma de se apagar, ou dissimular na história do mosteiro, uma época que se queria apagar, tais os danos que foram deixados na casa. O que outrora foi um palácio que sobressaía perante uma almagama de corpos adossados entre si, construídos conforme as necessidades temporais, era agora apenas mais uns trechos de paredes, que pertenciam a uma extensa fachada de metros.

Conforme os abades perpétuos e comendatários iam vagando, os mosteiros foram providos de abades trienais<sup>631</sup>.

---

<sup>630</sup> *Idem, Ibidem*, p. 478

<sup>631</sup> *Idem, Ibidem*, p. 490

O pretexto para colocar D. Jorge de Almeida na comenda pelo Cardeal D. Henrique, não se sabe na realidade, no entanto o mesmo dizia que seria por o cardeal já não poder cumprir como devia, depois de ser rei, o governo da ordem e de Alcobaça. Especificamente por esse motivo queria um coadjutor em quem pudesse confiar o governo do mesmo, para ele tomar conta do governo do reino<sup>632</sup>.

D. Jorge de Almeida apenas esteve 5 anos na “encomenda” de Alcobaça e, quando faleceu, D. Filipe I colocou no seu lugar o bispo de Viseu, D. Jorge de Ataíde que viu as bulas da encomenda serem passadas a 25 de Novembro de 1585 pelo Papa Sisto V, que realçava que quem governava do mosteiro das portas para dentro era o Abade Monge, para que não houvesse mais contendas com os monges como sucedera com o seu anterior<sup>633</sup>.

Nesse memorial ou relação fazem referência a todas as rendas que pertenciam ao Abade Monge e as que pertenciam ao abade Comendatário. Tal como anteriormente tinha sido dito, o abade comendatário tinha direito a todas as rendas extra paredes do Mosteiro, e o Abade Monge às rendas intra-paredes do mosteiro e “às cerradas da Roda, a de Algaraminha e a vinha da Gafa que são propriedade da mesa abacial” entre outras<sup>634</sup>.

A designação de Abade Conventual significa que o mesmo é abade dos Monges, Prior da Congregação e conjuntamente Abade Geral da Congregação – pode ser chamado de Abade Geral da Congregação. O Abade Comendatário é o abade Maior de Alcobaça. No mosteiro existia sempre a cadeira abacial no coro, a qual só pode ser usada pelo abade comendatário, mas nunca pelo conventual<sup>635</sup>. O abade trienal monge residia e o abade secular não<sup>636</sup>.

A 15 de Setembro de 1580, D. Filipe I, ainda em Badajoz, passa um Alvará a afirmar que nem o arcebispo, nem o abade poderiam ser titulares do abaciado de Alcobaça, até que o rei assumisse a regência e se pronunciasse sobre os assuntos inerentes<sup>637</sup>.

Mas antes disso o Mosteiro envia a Roma um dos seus filhos – Frei Crisóstomo da Visitação - com a finalidade do Papa Gregório XIII revogar, em parte ou no todo, a Bula da Coadjuturia<sup>638</sup>.

---

<sup>632</sup> *Idem, Ibidem*, p. 490

<sup>633</sup> *Idem, Ibidem*, p. 494

<sup>634</sup> *Idem, Ibidem*, p. 496 “...mais tomam o chão de João de Castilho”

<sup>635</sup> *Idem, Ibidem*, p. 498

<sup>636</sup> *Idem, Ibidem*, p. 501

<sup>637</sup> *Idem, Ibidem*, p. 479

A 23 de Julho de 1580, o Papa passa um Breve dando como nulas as bulas passadas por Pio IV e por si mesmo sobre a separação e a divisão da abadia de Alcobaça e dizendo que não fora sua intenção dar o abaciado de Alcobaça ao Arcebispo de Lisboa<sup>639</sup>.

No entanto, este Breve nunca chegou ao Rei, e assim sendo foi D. Jorge de Almeida que ficou como abade com a melhor parte das rendas da casa. Os monges apenas ficaram com a jurisdição das portas do mosteiro para dentro e com o novo Generalato da Congregação<sup>640</sup>.

Mesmo depois de ter sido transformado em Hospedaria, foi preciso chegarmos ao fim do reinado filipino para que o mosteiro sofresse uma reformulação da fachada.

No alinhamento da fachada principal do mosteiro da ala norte nota-se que existe uma quebra da mesma<sup>641</sup>. Este desalinhamento é denunciador das diversas épocas da construção desta mesma ala e da necessidade que houve em corrigir a mesma aquando da necessidade de uniformização da fachada da ala Norte. Nas arcadas da portaria é possível encontrar grafitos<sup>642</sup>, um dos quais com a data de 1690, denunciadores das funções que o espaço teve.

No abaciado de Frei Luiz de Sousa entre 1645 e 1648<sup>643</sup>, gastou-se 20 536 378 reais nas obras do Mosteiro. Desse total, 7 047 052 reais foram gastos nas obras da Livraria e da Hospedaria (antigo Palácio), o que dá cerca de 34% das despesas deste triénio foram gastas em apenas duas partes do edifício. Mas se olharmos para um campo mais abrangente dos triénios anteriores e posteriores ao de Frei Luiz de Sousa, teremos uma maior percepção da dimensão das obras efectuadas no seu triénio. Assim no abaciado anterior (1642-5) despenderam-se em obras 3 255 900 reais, no abaciado seguinte do Frei Gerardo Pestana (1649-52) gastou-se em obras 15 022 052 reais. Assim se percebe a dimensão das obras efectuadas no triénio do abaciado de Frei Luiz de Sousa. Mas as obras da actual Hospedaria continuaram pelo menos pelo triénio seguinte.

Rafael Moreira diz que a fachada Norte do Mosteiro de Alcobaça é da autoria de João Turriano tendo esta sido realizada entre 1651-3<sup>644</sup>. Ou seja no período compreendido

---

<sup>638</sup> *Idem, Ibidem*, p. 486

<sup>639</sup> *Idem, Ibidem*, p. 487

<sup>640</sup> *Idem, Ibidem*, p. 487

<sup>641</sup> Ver imagens 201 e 202.

<sup>642</sup> Ver imagens 203 a 231.

<sup>643</sup> Ver imagens 199 e 200.

<sup>644</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 57

entre os abaciados de Frei Gerardo Pestana e Frei Manuel de Moraes. Temos assim uma série de pistas que nos podem levar à autoria da actual fachada. Mas vamos por partes.

## 10.2 - Uma descrição tardo-renascentista do palácio abacial enquanto hospedaria.

Em 1589, o abade Frei Hierónimo Roman faz uma visitação ao mosteiro de Alcobaça a mando de Filipe I<sup>645</sup>. Dessa visitação transcrevemos os excertos referentes ao Palácio Abacial, entretanto transformado em Hospedaria.

“El claustro antiguo que es el de la porteira primeira que ubo es tambien muy grande adonde estan muchas officinas i agora se ua renovando i mexorando porque ade ser para seruise de el en todas cosas que no toquen al rigor de la vida regular para que al principal sea interior adonde nadie entre.(...)”

Ai una hospedaria cosa toda real que propriamente fue echa para aposento de los Abbades si administraran sus dignidades al estilo antiguo, edificola el infante cardenal don enrique para palácio suyo y como despues se mudo el gouierno del monasterio y murio el Abbad i juntamente Rei quando para esta obra tan própria de los monasterios como es hospedar. La casa tiene todas las partes necessárias para aposentarse qualquier príncipe y esto uasta quando al edificio i material de la hospedaria y uengamos a lo formal y exencial que es vsar com los que uienen al monasterio de charidad. En este punto no se puede decir com que cuidado se proue de lo necessário por que cierto com una prudência christiana hacen diferencia de los huespedes que ninguno se puede tener por agruado porque así como los aposentos tienen traça para diversas personas así en lo demas se respectan los méritos de cada uno. Y como quiera que aqueste Monasterio este tan atrás mano que parece que no ai para que uenir por este camino com todo eso ai perpetuamente huspedes de todos estados. gastse cada año com huspedes panados de mil ducados i años ai que llega la buena obra de mil i quinientos.

Allende de esta buena charidad que se hace a personas que ande ser respectadas usan de outra com los necesitados i podres que es limosna la qual se da continuamente a quantos uienen a la puerta y toda la tierra que es arto pobre es socorida de la liueralidad del conuento. y porque de la Regla del padre san Benito se saca el cuidado que el abbad ade tener com los huespedes i peregrinos tienese en esta casa gran cuidado de prouer

---

<sup>645</sup> Filipe II de Espanha.

officiales competentes para entranuos ministérios. Y porque de la mesma Regla se entiende que el prelado siempre ade tener a su mesa tal género de gente paraque se exercite la humildad i la charidad ai una zerimonia digna de recomendable memoria i es que el abbad como sigue puntualmente la comunidd como los demas monges y de officio auia de comer com pobres traenle su comida a e li outra rraçion de pan i carne i lo demas que se le da a e li ponenselo delante para que tenga memoria de aquello a que le obliga su officio y antes de acauar de comer de aquella porcion pata que la de algun pergrino. Tiene esta casa una enfermaria arto grande que hiço tambien el Rien don Manuel mas porque no estua tan acomodada el Cardenal don Enrique dio orden que se hiciese outra i renta de dos mil ducados solo para reparar i ir edificando el monasterio al tiempo y asi uerdderamente se ua perficionando de tal manera que se aqui a cinquenta anos será una cosa que podra competir com las mexores de hespaña”<sup>646</sup>.

É com base nesta descrição que podemos traçar a evolução do palácio desde a sua construção, pois o hiato de tempo entre o ter deixado de ser palácio e passar a hospedaria (cerca de 9 anos) não permitiu grandes transformações no edifício.

### 10.3 – Das obras que transformaram a fachada até à extinção das ordens religiosas (1640-1833)

Com a perda da Independência, e com as alterações no governo do mosteiro, o palácio é transformado em hospedaria. Esta alteração em 1580, foi mais de nome do que de alterações físicas propriamente ditas. As primeiras alterações físicas que o espaço teve foram após a Restauração. Em 1651 inicia-se a reformulação e integração dos diversos módulos na fachada do mosteiro em 3 corpos: a ala Norte, o corpo da Igreja e a recém criada ala Sul onde se inseria o Colégio da Conceição<sup>647</sup>. Esta intervenção é da autoria de Fr. João Turriano<sup>648</sup> e foi executada no abaciado de Frei Gerardo Pestana como demonstra o livro de receitas e despesas do Mosteiro de Alcobaça<sup>649</sup>.

Frei João Turriano nasceu em 1610, sendo filho de uma portuguesa de seu nome D. Maria Manuel e de um dos mais conceituados engenheiros militares à época, o italiano

---

<sup>646</sup> CORREIA, V., “Uma Descrição...”, p. 44

<sup>647</sup> O Colégio da N. S. da Conceição foi criado por Frei Luiz de Sousa em 1648, ver imagem 233.

<sup>648</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p.

<sup>649</sup> Ver imagem 232.

Leonardo Turriano<sup>650</sup>. O seu pai, fora chamado por Filipe I (II de Espanha) em 1582 e era "muyto aceito, e estimado por sua pessoa, e Arte de Architectura, não somente deste grande Príncipe [Filipe II], mas ainda de seu filho Philippe III"<sup>651</sup>. Em 1629, logo após a morte de seu pai, comunga os hábitos dos beneditinos, tendo-lhe D. João IV entregue o cargo de Engenheiro-Mor do Reino. Recebeu de seu pai o gosto pela arquitectura e engenharia, tendo feito os seus estudos na Congegação beneditina, onde Frei Francisco de S. Luiz o mostra "sempre ocupado nos estudos do desenho, de obras de architectura, a que se inclinavam os papeis de seu pae"<sup>652</sup>.

Estes mesmos papeis seriam a herança que definiria o destino de Frei João. Entre estes "papeis" encontramos o "Tercero y quarto libro de architettura" de Sebastiano Serlio, tradução castelhana de Francisco Villalpando de 1573 e o "Quattro Libri dell'Architettura" de Adrea Palladio (1570) ambos actualmente pertencentes à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra<sup>653</sup>.

Na "Lista de Artistas" de Fr. Francisco de S. Luiz (Cardeal Saraiva), publicada no "Diccionario" de Sousa Viterbo refere diversas obras efectuadas no mosteiro de Alcobaça sob traço de Frei João Turriano. Para além da referida fachada do mosteiro temos ainda os dormitórios novos<sup>654</sup>.

Em 1702 iniciam-se as obras do patim a seguir à fachada e em 1716 já se podem ler relatos da fachada completa com o varandim. Frei Manoel dos Santos, a 7 de Dezembro de 1716, relata que "das duas partes Sul e Poente com algũa declinação para o Norte faz a villa um meio sirculo ao mosteiro e no meio entre as casas e o convento deixão huma grande e dilatada planicie, ou terreiro, que faz entrada sobremaneira vistosa; porque das duas partes referidas vestem o terreiro as casas da povoação, e da parte do Nacente cahe sobre elle a face principal do Mosteiro que se compoem'do soberbo frontispicio da Igreja e de hũa elegante e dilatada galeria de janelas do palacio das hospedarias, e para este terreyro tem a Real casa a sua entrada, e porta principal. Este he o exterior do Real Mosteiro de Alcobaça. (...)

<sup>650</sup> ABREU, Susana Matos, "Livros e saber prático de um arquitecto do século XVII: a biblioteca de Fr. João Turriano e o mosteiro novo de Santa Clara em Coimbra", *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 1ª série, Vol. II, Porto, 2003, p. 805

<sup>651</sup> VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Diccionario Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, reprodução em fac-smile do exemplar com data de 1922, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 147.

<sup>652</sup> VITERBO, F. Sousa, *Diccionario...*, p. 144

<sup>653</sup> ABREU, S., "Livros...", p. 804

<sup>654</sup> *Idem, Ibidem*, p. 804

O frontispício he de obra moderna; porque a igreja da sua primeira planta nam o tem, que sobisse acima do telhado: a rezam foi porque nam os consintiam as leis de Cister; nem torres levantadas, em que se vissem estar os sinos publicamente. Agora desejando os monjes conformar-se com o estilo das outras religioens, e templos, e juntamente porque a face antiga da igreja era em boa verdade tosca ouverão por melhor que se fizesse hum frontispício moderno; ao qual deram principio no ano de 1702; a sua forma ê a seguinte: vindo de fora a entrar na igreja se offerece primeiro hum atrio descuberto alto e quadrado, chamado vulgarmente patim com tres faces ou tres entradas. Tem de comprimento ate a porta cem palmos de craveira; e de largo 115. Sobem a elle por tres escadas metidas no corpo do mesmo atrio; a da face principal, a qual como a igreja olha para o poente, he larga 52 palmos, e tem 18 degraos, repartidos em quatro taboleiros que faz a mesma escada; as outras duas tem igual largura e altura, e estam huma a norte, a outra a sul”<sup>655</sup>.

#### 10.4 - A hospedaria Real.

Como seria normal, O Mosteiro de Alcobaça teve a visita de reis e nobres da época. Por vezes de passagem, outras vezes em visitas cuja finalidade seria a de inaugurar alguma obra, ou apenas uma visita, diversos foram aqueles que nos deixaram relatos das suas passagens pelo Mosteiro, e pela agora chamada Hospedaria. As suas descrições, pinturas e desenhos, permitem-nos aperceber o luxo e sumptuosidade com que eram recebidos nestes aposentos, que outrora fora um palácio.

Em 1782 e 1786, a rainha D. Maria visita Alcobaça, com o intuito de ver as obras do panteão régio na primeira, e na segunda visita de o inaugurar. Aqui fica o relato da hospedagem de Sua alteza e seu séquito.

“O Sargento Mor Simão Martins veyo por ordem da Nossa Augustissima Soberana marcar na Hospedaria os commodos para sua Magestade e Real Família, e destinou para quarto de Sua Magestade e Sala da Capella: o quarto grande da mesma Sala para Secretaria de Estado; e os outros dois para retrete e guarda de trastes; a sala immediata para Caza de Estado; e os quartos para dormirem as Açafatas. Para a Snr<sup>a</sup> Infanta D. Carlota destinou os dois quartos do Corredor que ficão ao Sul; e os dois que ficão ao

---

<sup>655</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, pp. 20, 21 33 e 34

Norte, para a Sr<sup>a</sup> Infanta D. Mariana; e seguindo a boa ordem destinou, por ficar no centro, para Caza de entrada a Sala confinante com o corredor em que já falei; a seguinte para meza de Sua Magestade e Altezas; o quarto imediato e chamado do Príncipe, e o da Galé que tem janellas para o Norte, forão destinados para Toucador e Camera da Snr<sup>a</sup> Princeza do Brasil; e os três que se seguem, para commodos do Sereníssimo Principe seu Marido: Elle mandou dividir a Caza chamada da Meza do Estado, que foi Câmara, e ante-Camara do Sr. Infante D. João. As criadas ficarão aquarteladas nos quartos em que habitavão os Moços-Fidalgos. Também fez o mesmo Sargento Mor tapar o Claustro das Columnas do nascente, sul, parte do norte e poente, ficando aqui huma parte para os senhores se comunicarem pela Caza da Copa, Chaminé e outra immediata, ficando só livre a porta da escada interior para entrarem e sahirem os creados pelos baixos dos dous claustros da Hospedaria, Refeitório, etc.<sup>656</sup>.

O Duque de Lafoens ficou aquartelado nas cellas do P. D. Abbade do Collegio, e por estarem estas mais asseyadas, (...)

A sereníssima Snr<sup>a</sup> Princeza do Brazil por cautela dos seus banhos se recolheu para a Hospedaria com a Snr<sup>a</sup> Infanta D. Carlota. (...)

E quando a luz hia faltando, S. Magd.e e mais Snr.es se recolheu pela Charola, Igreja, Escada grande e Claustro para os seus apozentos, acompanhados da Corte, e Religiosos e de muitas tochas, que conduzião os Moços da Sacristia. S. Magd.e e mais Snr.es entrarão pela porta da Sala immediata á sua Camera, e ficou fechada a do Claustro das Columnas, por onde entrarão a primeira vez que fizerão Corte o Mosteiro de Alcobaça (...)

Sua Magd.e e Altezas ceirão á hora do costume na Sala e Meza já apontada; e ahi, depois dellas as Açafatas. As outras criadas comerão na Caza da Copa, que já disse ficara servindo de trânsito para Sua Magd.e e Altezas se comunicarem. A Meza do Estado foi na Aula Grande de Theologia.<sup>657</sup> (...)

No dia 15 Sua Magd.e e Snr.<sup>a</sup> Infanta D. Mariana commungarão no fim da Missa, que dice o P. Fr. Leandro de Aguiar, e com os mais Snr.es ouvirão outras três Missas que dicerão os Padres Fr. Antonio da Purificação, o P.e M.e Sanches, e Fr. Luiz de S. Bernardo na Capella da Hospedaria, que estava muito bem asseyada, e coberta de damasco, como todas as Salas e quartos, que respeitavão a S. Magd.e e suas Altezas; e só o Corredor e Cazas da entrada e comer, não tinhão mais ornatos que cortinas nas

---

<sup>656</sup> CORREIA, V., "A Rainha...", pp. 8 e 9

<sup>657</sup> No Colégio de Nossa Senhora da Conceição.

portas que não tiverão os quartos dos Fidalgos (exceptuando o do General Duque de Lafoens) nos quaes so havia jarro e bacia de prata, duas salvas com toalhas, dois castiças com velas, meza coberta de damasco, e camas muito bem asseyadas, das quaes não quizerão usar os Marquezes de Marialva e Pombal. Estiverão acezos até S. Magd.e os mandar apagar, os lustres da Hospedaria que illuminavão as velas de muitas serpentinas e castiças.

No mesmo dia 15 Sua Magd.e e Altezas descendo da Hospedaria e fazendo oração na Igreja, embarcarão junto á Capella de N. Snr.<sup>a</sup> do Desterro, e sahirão pela ponte da Olaria, (...)

No dia 16 a horas da Terça descerão á Capella Mor<sup>658</sup>, aonde sem alguma distinção ouvirão a Missa Solemne que dice o P. Fr. Luiz de Menezes, sendo Diácono o P. Fr. Antonio de Figueiredo (...)<sup>659</sup>.

Mas não foram apenas portugueses ilustres que se hospedaram no “nosso” palácio abacial.

Em 1794, William Beckford descreve-nos os seus aposentos como sendo " composto de uma antecâmara, salão e quarto amplo e agradável. Apesar das paredes estarem nuas o tecto era dourado e pintado. O chão coberto de tapetes persas do tecido mais fino e as mesas com as suas ricas cobertas de veludo estavam ornamentadas de soberbos jarros e bacias de prata cinzelada e toalhas bordadas com renda de um modelo curioso e antigo. - Uma estranha mistura de simplicidade e magnificência. Mandei montar a minha cama pessoal numa das espaçosas alcovas. (..) Levantei-me cedo, acordando nos meus pomposos aposentos, afastei-me pelos corredores sem fim – nem uma vivalma"<sup>660</sup>. Na sua visita a Alcobaça, fez-se acompanhar pelos Grãos-Priores de Avis e S. Vicente.

James Murphy em 1795, também esteve hospedado no mosteiro de Alcobaça, deixando-nos a descrição dos seus aposentos:

“A ala Nordeste do mosteiro é onde se situa a hospedaria, também chamada de *Hospitium*, na sua extensão mede 130 pés, sendo distribuído em diversos aposentos. Nas

---

<sup>658</sup> ...da igreja.

<sup>659</sup> CORREIA, V., “A Rainha...”, p. 9

<sup>660</sup> BECKFORD, William, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*, Londres, Richard Bentley, 1835, pp. 39-44 (Tradução livre do original em inglês feita por nós.)

ante-câmaras existem bons quadros, em particular o Julgamento de Salomão, e diversos retratos de Papas e Cardiais, muito bem executados, por um artista português de seu nome Vasques; do qual já conhecíamos o retrato de S. Tomás da Cantábria.

A Sala das Conclusões está mobilada com retratos dos reis de Portugal, do começo da monarquia até à actualidade: tendo sido pintados recentemente por um artista de seu nome Antino Amarel. Tenho pena, mas a verdade obriga-me a dizer que não estão bem realizados, o pintor aparenta ter uma dificuldade de conjugar sombra e luz, e uma imperfeita ideia de como se desenha. Está aqui um retrato pintado por uma senhora portuguesa de seu nome, Josepha, que vale por toda a colecção”<sup>661</sup>.

O nome do pintor não é Antino Amarel mas sim Miguel António Amaral, como veremos adiante.

Outras obras, ao nível de desenho e pintura, também são contributo importante para se descobrir a história do palácio Abacial.

A mais antiga presumivelmente, foi publicada numa revista em 1838<sup>662</sup>. Aparentemente esta gravura será datada dos inícios do século XVII, dado não ter representado o varandim e a ala Sul ainda não estar construída<sup>663</sup>. Sobre esta imagem falaremos à frente.

Outras das imagens intrigantes, e que pouco ou nada se sabe sobre o seu autor, é uma pintura atribuída a Quillard<sup>664</sup>. Pierre Antoine Quillard nasceu em Paris por volta de 1700 e faleceu em Lisboa a 25 de Novembro de 1733, tendo trabalhado para a corte portuguesa, a maioria dos seus trabalhos desapareceram aquando do terramoto de 1755. No entanto salvaram-se alguns<sup>665</sup>. A tela que representa o mosteiro de Alcobaça, segundo alguns historiadores<sup>666</sup> estará erradamente atribuída, dado defendenderem que a

---

<sup>661</sup> MURPHY, James Cavanah, *Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790*, London, A. Strahan and T. Cadell Jun and W. Davies, 1795 (Tradução livre do original em inglês feita por nós.)

<sup>662</sup> Ver imagem 234.

<sup>663</sup> Ver imagens 242 a 245.

<sup>664</sup> Ver imagem 237.

<sup>665</sup> Ver imagem 238.

<sup>666</sup> Incluindo a Dra. Maria Augusta Trindade Lage Pablo Trindade Ferreira, ex-Directora do Mosteiro de Alcobaça. Como já anteriormente verificámos, o Colégio de Nossa Senhora da Conceição foi instituído em 1648 ainda no local do antigo Mosteiro de Santa Maria-a-Velha, e de forma temporária. Em 1733 o colégio já tinha sido mudado á muito para o local definitivo, ou seja a Ala Sul do Mosteiro, pois as sucessivas cheias e o terramoto de 1755 deixaram bastantes marcas de destruição, como a diversa documentação por nós compilada o denúncia. Assim sendo, e em jeito de conclusão, podemos propor a atribuição da mesma pintura a Quillard, mas só uma análise mais profunda de especialistas em pintura o poderão confirmar.

ala Sul ainda não existia aquando da sua morte, logo o mesmo não a podia ter representado. No entanto, poderá ter sido um seu discípulo a ter efectuado a mesma, dadas as semelhanças estéticas com as telas que lhe são atribuídas. A representação do palácio com a portaria anexa<sup>667</sup> encontra-se fielmente reproduzida, com o seu varandim e a escadaria de acesso, mesmo a nível de perspectiva, esta encontra-se muito bem proporcionada sem erros aparentes dos pontos de fuga.

Jean Noel também passou por Alcobaça, mas em 1780, executando dois desenhos a carvão do mosteiro. Um deles<sup>668</sup>, numa vista semelhante à pintura atribuída a Quillard. Também esta aparenta ter um elevado nível plástico, notando-se pelos apontamentos nela inscritos que deveria ser um desenho que se iria tornar numa tela. O palácio encontra-se correctamente desenhado tal como a portaria<sup>669</sup>.

Nesse mesmo ano, Miguel António do Amaral iniciou uma série régia das pinturas para a hospedaria do Mosteiro de Alcobaça sendo baseada nas gravuras publicadas em 1603 por Frei Bernardo de Brito em “Elogio aos Reis de Portugal”, mas o autor adicionou-lhe pormenores iconográficos que, no entanto, criaram algumas objecções ao que era comum. Frei Manoel de Figueiredo, na sua obra “Satisfação aos reparos...” no final do século XVIII, veio justificar perante os demais as alterações efectuadas ou as inovações que se introduziram. No entanto, as estampas editadas por Frei Bernardo de Brito foram apenas até ao rei D. Filipe I, não incluindo, assim, os reis subsequentes<sup>670</sup>.

Era muito comum à época a utilização de gravuras de outros autores para efectuar este tipo de encomendas, tanto pela necessidade de rapidez em efectuar o trabalho, como pelo trabalho de investigação que este tipo de trabalho necessitaria.

Em 1730, outra série de Retratos dos Reis foi publicada por Manuel de Faria e Souza que ilustra a “Historia del Reyno de Portugal”<sup>671</sup>.

De todos os quadros, aquele que mais interesse tem para o nosso estudo é o quadro dedicado a D. Afonso Henriques<sup>672</sup> com a representação de “huma igreja, e arco (...) na fita superior da figurada Igreja, diz a letra nella escripta: Templum, & Monasterium

---

<sup>667</sup> Ver imagem 239.

<sup>668</sup> Ver imagem 240.

<sup>669</sup> Ver imagem 241.

<sup>670</sup> FRANCO, Anísio, PENTEADO, Pedro, “A Série Régia de Miguel António Amaral na Câmara Municipal da Moita”, *Actas, I Jornadas de História e Património Local*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2004, p. 96

<sup>671</sup> *Idem, Ibidem*, p. 100

<sup>672</sup> Ver imagem 246.

Alcobatiae”<sup>673</sup> representando o mosteiro, que está levantado em huma das collinas da Serra de Albardos”<sup>674</sup>. A maior curiosidade, e tendo em conta que Miguel António Amaral nunca viu a fachada gótica do mosteiro, mas pintou-a neste quadro.

Em 1791, é traçada a Estrada Real que ligava Rio Maior a Leiria, passando pela Batalha<sup>675</sup>. No canto inferior direito aparece representado o Mosteiro de Alcobaça com o respectivo palácio abacial<sup>676</sup>. Esta imagem será dissecada a seguir no capítulo das fachadas do palácio abacial.

Henri L'Éveque também esteve em Alcobaça. Nascido em 1769 e falecido em 1832, terá sido entre estas duas datas que executou a pintura vista do morro junto ao castelo<sup>677</sup>. No entanto o edifício do palácio mal se vê tal a dimensão dos carvalhos existentes no souto.

Em 31 de Julho de 1837, James Holland visita Alcobaça, no entanto apenas possuímos dele uma aguarela feita na Ala Sul<sup>678</sup>.

Cerca de 1840, foi executada uma gravura que apareceu na revista *Archivo Pittoresco* e em outras publicações da época<sup>679</sup>. Todas elas semelhantes, mas com pequenas diferenças entre si. Com graves erros de perspectiva, ela vale pela representação da ala Sul. Esta ala, aquando das terceiras invasões francesas foi incendiada. Se olharmos para as janelas do restante edifício, elas apresentam-se com os seus vãos a escuro, enquanto que nesta zona estão representadas a branco, significando que aqui entra luz proveniente do exterior, ou seja a cobertura ao ter ardido permite que a luz passe do que era o interior para o nosso campo visual, no exterior.

Aquando da instalação do Regimento de Cavalaria em Alcobaça, cerca de 1862, foi feito um levantamento das diversas dependências do mosteiro, bem como os respectivos alçados e cortes<sup>680</sup>. Um desses alçados em perspectiva é da frente do mosteiro já sem a portaria, logo feito após 1839<sup>681</sup>. Tem diversos erros de perspectiva, mas a fachada tem todos os elementos correctos.

---

<sup>673</sup> Ver imagem 247.

<sup>674</sup> *Idem, Ibidem*, p. 105

<sup>675</sup> Ver imagem 248.

<sup>676</sup> Ver imagem 249 e 250.

<sup>677</sup> Ver imagem 253.

<sup>678</sup> Ver imagem 254.

<sup>679</sup> Ver imagens 255, 256, 257 e 258. Nas diversas imagens é possível observar que a Ala Sul se encontra sem cobertura pois as janelas deixam passar a luz bem como as ruínas do antigo Colégio da Conceição (a vermelho), sendo possível datar as mesmas entre 1811 (data em que os franceses incendiaram a Ala Sul) e 1840 (publicação das gravuras).

<sup>680</sup> Ver imagem 259.

<sup>681</sup> Ver imagem 260.

Ainda no *Archivo Pittoresco* apareceram duas gravuras em 1863 da autoria de Nogueira Ribeiro representando tanto o mosteiro como o palácio abacial, que ao contrário das anteriormente citadas estas apresentam uma elevada qualidade de detalhe e de fidelização à composição<sup>682</sup>.

#### 11 – A ocupação civil do palácio (a partir de 1833)

Quando a 13 de Outubro de 1833 os monges fogem definitivamente<sup>683</sup>, são retiradas as telhas ao edifício<sup>684</sup> presumivelmente para serem reutilizadas em obras particulares e em 1843 a Câmara delibera que se reparem os telhados incluindo os vigamentos devido ao grande dano causado pelas copiosas chuvas.

Estávamos em pleno séc. XIX, e a ainda pairavam no ar muitos dos ideais liberais de Marquês do Pombal.

Em 1839 procede-se à demolição do muro que separava a Praça D. Afonso Henriques, a R. Alexandre Herculano<sup>685</sup> e a actual Praça 25 de Abril<sup>686</sup>, ampliando ainda mais o espaço de convívio da vila.

Em 1857 funcionam na parte do edifício com janelas a poente no 1º andar, serviços da Câmara Municipal de Alcobaça e no r/c a entrada. A parte do edifício com janelas para Norte e o claustro são ocupados por particulares<sup>687</sup> que o modificam bastante, ao ponto de no piso térreo serem construídos dois andares<sup>688</sup> e de se colocar uma cobertura de vidro no sobreclaustro<sup>689</sup>.

Em 1942 os Monumentos Nacionais fazem obras no edifício transformando-o totalmente e deixando-o no estado em que hoje se encontra.

---

<sup>682</sup> Ver imagens 261 e 262.

<sup>683</sup> NATIVIDADE, M., *O Mosteiro...*, p. 17.

<sup>684</sup> Ver imagem 263.

<sup>685</sup> Ver imagem 264 e 265.

<sup>686</sup> NOVA, Bernardo Vlila, NOVA, Silvino Villa, *Breve História de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, Lda., 1995, p. 84

<sup>687</sup> Ver imagem 266.

<sup>688</sup> Ver imagem 267.

<sup>689</sup> Ver imagem 268.

## 12 – Descrição física do palácio ao longo dos tempos

Aquando da intervenção arqueológica na ala norte descobriu-se “a presença de contrafortes de consideráveis volumetrias adossados às paredes da cozinha medieval<sup>690</sup>. e do claustro D. Dinis, bem como de um portal, que contrariam as teorias elaboradas acerca da funcionalidade daquele espaço”<sup>691</sup>.

Essas teorias tinham por base o plano da última casa aceite por São Bernardo: a zona que sofreu a intervenção tinha em si a Ala dos Conversos com o refeitório e com o celeiro, à semelhança do proposto por Korrodi<sup>692</sup>.

“No início do século XIV, estes (Contrafortes) delimitariam a poente a área edificada ocupada pela estrutura abacial. Em frente localizar-se-ia o pátio ou terreiro, ainda dentro da cerca medieval”<sup>693</sup>.

“Mais tarde, em época que não conseguimos determinar com exactidão, foram sendo construídos pequenos compartimentos de alvenaria, encostados às paredes externas do Claustro de D. Dinis e da cozinha”<sup>694</sup>.

O relatório arqueológico da intervenção efectuada na ala norte afirma que “A interpretação estratigráfica da área ocupada pelo Palácio Abacial e pelos claustros de D. Afonso VI e da Portaria, aponta para um único momento de aterro e nivelamento daquele espaço em meados do século XVI”<sup>695</sup>.

Assim sendo, definimos, através da arqueologia, que o Palácio terá sido construído em meados do século XVI, no local onde existia umas casas externas ao mosteiro e a cozinha do mesmo.

Em Outubro de 2004, aquando das sondagens arqueológicas efectuadas para a reabilitação do rossio, foi encontrada uma escada com 2 degraus, na frente do mosteiro<sup>696</sup>. Olhando para a planta proposta da abadia medieval<sup>697</sup>, conseguimos localizar esta mesma escada a junto ao corredor<sup>698</sup> que separava o refeitório dos conversos do celeiro. Na campanha arqueológica levada a cabo no interior do mosteiro

---

<sup>690</sup> Ver imagem 269.

<sup>691</sup> NUNES, Ana, “Intervenção arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI” *Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 524

<sup>692</sup> Ver imagem 47.

<sup>693</sup> *Idem, Ibidem*, p. 524

<sup>694</sup> *Idem, Ibidem*, p. 524

<sup>695</sup> *Idem, Ibidem*, p. 524

<sup>696</sup> Ver imagens 54 a 56.

<sup>697</sup> Ver imagem 270.

<sup>698</sup> Ver o corredor marcado com a letra N na imagem 270.

em 1990, pôs-se a nu uma porta medieval de 3 arquivoltas<sup>699</sup> alinhada com esta escadaria, o que nos leva a crer que fosse esta a porta que dava acesso do claustro à ruela dos conversos, ou numa fase anterior, dava acesso mesmo do claustro ao exterior do mosteiro. Nesta mesma porta podemos verificar diversas épocas na sua estrutura. O facto de a porta medieval de arco se encontrar encastrada na parede<sup>700</sup>, enquanto que numa fase posterior esta mesma porta mas com uma configuração rectangular ter sido desviada ligeiramente para Norte demonstra que a mesma foi mudada por necessidade de construção de novas dependências. Ao implantar esta escada tanto na planta medieval<sup>701</sup> como numa planta actual<sup>702</sup> percebemos o seu alinhamento com a porta medieval, bem como a sua proximidade física em relação ao corredor que a planta medieval propunha.

Ainda no claustro pequeno, ou da prisão, uma das arcadas descarrega num pilar que tapa uma janela da parede do claustro<sup>703</sup>, notando-se aqui que esta parede já foi exterior, ou seja numa primeira fase antes da própria construção da Ala dos Conversos.

No entanto, continuamos a desconhecer a localização exacta da ala dos conversos, bem como as dimensões da mesma, mas neste momento não me poderei centrar neste aspecto. O estudo incidirá apenas sobre o Palácio Abacial.

Na primeira metade do século XX, os Monumentos Nacionais levaram a cabo uma série de obras, de “reintegração” destruindo tudo o que fosse Barroco, que no entender da ideologia cultural do Estado Novo, seriam apêndices estilísticos que se deveriam retirar de todos os monumentos nacionais, pois estes “adornos estéticos” destruíam o carácter plástico do românico, gótico ou manuelino do nosso património.

Para se ter uma noção da importância que o mosteiro de Alcobaça tinha no panorama da propaganda política do Estado Novo, no programa de gastos necessários para as obras de recuperação dos diversos monumentos nacionais, previa-se a soma de 125 000\$00<sup>704</sup>, mais do que em qualquer outro momento, incluindo a Batalha e os Jerónimos. De realçar que estávamos à beira da comemoração dos centenários, em 1940<sup>705</sup>, e muito do dinheiro canalizado no programa dos Monumentos Nacionais, tinha como tema de fundo a recuperação de Portugal como potência monumental.

---

<sup>699</sup> Ver imagens 271 e 272.

<sup>700</sup> Ver imagens 273 e 274.

<sup>701</sup> Ver imagem 275.

<sup>702</sup> Ver imagem 276.

<sup>703</sup> Ver imagem 277.

<sup>704</sup> Segundo ordens de pagamento efectuadas pelos Monumentos Nacionais.

<sup>705</sup> 8º Centenário da Fundação e 3º Centenário da Restauração de Portugal.

Dentro das diversas obras efectuadas neste âmbito, foram demolidas as construções que restavam do Colégio da Conceição na Ala Sul<sup>706</sup>. Depois destas terem sido alvo da acção das enxurradas vindas do Cabeço de Deus no Século XVIII, de se tentar recuperar os edifícios após o terramoto de 1755<sup>707</sup>, já sob proposta desenhada sobre o levantamento de Guilherme Elsdén<sup>708</sup>, o edifício do Colégio sofreu o último golpe com o incêndio<sup>709</sup> durante as invasões francesas a mando do Conde d’Eirion em 1811<sup>710</sup>. Só nesta ala, os Monumentos Nacionais retiraram quatro metros de entulho<sup>711</sup>. Ainda na Ala sul, foram retirados o lar de idosos<sup>712</sup>, a agência funerária e todas as habitações particulares<sup>713</sup>, sendo refeita todos os vãos da fachada com o destapamento da arcada simétrica da ala Norte<sup>714</sup>.

Na igreja foram desmontados o altar em talha dourada, os púlpitos, a colunata barroca e o órgão e reparados os telhados e caixilharias<sup>715</sup>.

Na ala Norte, foi desmontado o último piso dos dormitórios – a Noviciaria<sup>716</sup>, e todas as habitações particulares que foram construídas no espaço do palácio abacial<sup>717</sup>, bem como as lojas e armazéns existentes na cave. No refeitório foi ainda desmontado o teatro existente<sup>718</sup>, que entretanto deixara de existir pois tinha sido construído o novo

<sup>706</sup> Ver imagens 91 e 92.

<sup>707</sup> Para além do terramoto de 1 de Novembro de 1755, outros houve que danificaram outras partes do mosteiro dado terem acontecido antes do Colégio da Conceição ter sido construído. Assim tivemos os terramotos de 11 de Julho de 1335; de 24 de Agosto de 1356; de 1422; de 26 de Janeiro de 1531; de 1563 e o de 23 de Abril de 1909. (SILVA, Carlos Mendonça da (coord.), *Roteiro cultural da região de Alcobça: a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobça, Câmara Municipal de Alcobça (organiz. Adepa), 2001, p. 54)

<sup>708</sup> Ver imagens 279 a 280. Um olhar mais atento á planta de Elsdén verificamos diversos apontamentos a lápis. Alguns de carácter urbano, como seja a criação de ruas novas (que não chegaram a existir), de novas escadarias e miradouros como um ao topo da travessa da cadeia, entre outros apontamentos. No entanto uns apontamentos deixaram-nos apreensivos, eram simples apontamentos junto a esquinas de edifícios como no caso do palácio abacial com a medição da altura a que as cheias tomaram a vila. Neste caso a grande cheia de 11 de Novembro de 1772.

<sup>709</sup> Também existiram outros incêndios que destruíram partes ou dependências completas. O primeiro que existe conhecimento ocorreu na “câmara do dom abade” cerca de 1438; em 1525; e diversos incêndios ocorridos durante as terceiras invasões francesas. Por último há a referir no campo das catástrofes, os raios e faíscas que o mosteiro sofreu, estando referenciadas apenas duas ocorrências, em 1881 e em 1952. (SILVA, C., *Roteiro...*, p. 55) Após a extinção das ordens religiosas o mosteiro foi alvo de diversas pilhagens, em parte como retaliação pelos diversos abusos que os abades perpetraram à população.

<sup>710</sup> Ver imagem 218. SILVA, C., *Roteiro...*, p. 55

<sup>711</sup> Como atestam as diversas imagens de época.

<sup>712</sup> Ver imagens 281 e 282.

<sup>713</sup> Ver imagens 281 a 285.

<sup>714</sup> Ver imagens 286 a 291.

<sup>715</sup> Ver imagens 292 a 299.

<sup>716</sup> Ver imagens 300 a 312.

<sup>717</sup> Ver imagens 489 a 507.

<sup>718</sup> Ver imagens 313 a 315.

cineteatro<sup>719</sup> na zona nova da cidade - quinta da Gafa. Foram ainda refeitas todas as coberturas<sup>720</sup> que já se encontravam bastante danificadas devido ao elevado estado de abandono que se encontrava o mosteiro, especialmente no Claustro do Cardeal e do Rachadouro<sup>721</sup>. A parede exterior da Igreja de Fora – actual Sala dos Reis – também foi toda refeita<sup>722</sup> bem como a parede do refeitório<sup>723</sup>.

## CAPITULO VI – Os espaços no palácio

### 13 – Descrição do palácio

Do edifício do Palácio Abacial, não temos provas documentais das diversas fazes da obra, para que possamos empreender um estudo mais académico e profundo sobre o mesmo. Devido a estas falhas apenas nos podemos debruçar perante o edifício material actual e as provas documentais que até hoje nos chegaram. Conseguiu-se no entanto compilar as plantas do Palácio Abacial, do levantamento de 1942<sup>724</sup>, de 1983<sup>725</sup> e de 2003<sup>726</sup>, pelo que com o restante material de apoio, conseguimos traçar a história e as estórias que transformarão um palácio num simples edifício de apartamentos. Tal como nos diz Rafael Moreira “apenas os arquivos nos poderão dar datas absolutas, determinar autorias e ajudar a demarcar a sucessão de campanhas”<sup>727</sup>.

No entanto, os detalhes arquitectónicos por um lado e os valores plásticos do conjunto na sua totalidade por outro permitem-nos decifrar as épocas e até os seus autores.

De uma observação mais generalista podemos desmontar o palácio em três partes: as fachadas, as dependências e o claustro.

---

<sup>719</sup> Ver imagens 316 e 317.

<sup>720</sup> Ver imagem 301.

<sup>721</sup> Ver imagem 263.

<sup>722</sup> Ver imagem 318.

<sup>723</sup> Ver imagem 313.

<sup>724</sup> A 26 de Abril de 1937 foi solicitado pelos Monumentos Nacionais a quantia de 15 000\$00 para “proceder ao levantamento das plantas, alçados, corte e detalhe do Mosteiro de Alcobaça”. O levantamento já tinha como propósito a série de obras que duraria toda a década seguinte, no entanto eles apenas foram executados em 1942. Ver imagens 319 a 321.

<sup>725</sup> Ver imagens 322 a 324.

<sup>726</sup> Ver imagens 325 a 327.

<sup>727</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 56.

### 13.1 – As fachadas

Começamos pelas fachadas<sup>728</sup>. Muito semelhante à fachada da câmara de Tomar<sup>729</sup>, decerto que se trata apenas de uma mera coincidência após o que foi dito anteriormente, no entanto a organização métrica dos vãos também é muito semelhante ao Palácio do Marques de Fronteira<sup>730</sup>.

Podemos dividir a composição da fachada em fases temporais, que decerto estão relacionadas com o relacionamento do mosteiro com a povoação.

Numa primeira fase temos a fachada principal pré-turriano, ainda sem o varandim e com acesso exterior ao nível da cave. Já nesta altura existia a portaria adossada à fachada Norte do Palácio, pois a necessidade de fazer recuar a cerca, trouxe a necessidade de se criar a portaria junto ao palácio, pois daí partia a cerca construída na primeira metade de quinhentos<sup>731</sup>. A fachada Norte do palácio, dava na altura para a quadra sexta, onde se localizava os celeiros e armazéns, daí a necessidade da portaria ser utilizada para o abastecimento de bens.

Numa gravura<sup>732</sup> publicada em 1838, mas com datação provável da primeira metade do séc. XVII, ainda que seja uma representação de qualidade duvidosa pelo seu conteúdo, temos no entanto alguns elementos que dela deveremos extrair sobre o palácio.

Na gravura ainda não está representado o varandim que ligava a escadaria da igreja à hospedaria<sup>733</sup>. A escadaria de acesso à mesma apresenta-se de forma a que entra pela arcada do palácio, não existindo um patim de transição; Apesar de erradamente apenas termos desenhado um arco e o número de janelas da respectiva ala norte não ser o correcto. Esta representação deixa-nos perceber, apesar de se encontrar oculta pela referida escadaria, a porta de acesso à sala da cave e respectivo óculo<sup>734</sup>, porque não existia o varandim/patim esta não se encontraria entaipada<sup>735</sup>.

Na segunda fase temos a fachada com patim e varandim, construídos muito provavelmente aquando da realização da uniformização da fachada Norte do Mosteiro

---

<sup>728</sup> Ver imagem 328.

<sup>729</sup> Ver imagem 329.

<sup>730</sup> Ver imagem 330.

<sup>731</sup> Na imagem 331, podemos ver as fundações da grande estrutura que era a cerca.

<sup>732</sup> Ver imagem 234.

<sup>733</sup> Ver imagem 332.

<sup>734</sup> Ver figura 333 e 334.

<sup>735</sup> Ver imagem 335.

de Alcobaça, que como já vimos atrás, Rafael Moreira atribui a João Turriano a sua autoria tendo esta sido realizada entre 1651-3<sup>736</sup>. Nesta fase ainda existia a portaria<sup>737</sup>. Frei Manoel dos Santos diz-nos, em 1716 que a “escada quadrada de tres faces, alta 16 degraos; a qual por sima vai diminuindo na largura; da escada entram na varanda, desta sobindo ainda tres degraos na porta”<sup>738</sup>. Exactamente como a poderemos observar hoje<sup>739</sup>.

A escadaria original era no entanto muito mais elaborada do que as três faces que temos hoje. Esta deveria ser de gosto italiano, com pedestais a rematar os cantos. Podemos pensar numa escadaria de aparato com quatro lanços que culminava num patim central de acesso único à arcada. Este patim pode muito bem ter sido reaproveitado aquando da construção do actual varandim, como nos faz sopor a colocação longitudinal da pedra ao contrário dos restantes lanços do varandim cuja disposição é transversal<sup>740</sup>.

Mesmo alguns dos pedestais que actualmente encontramos no varandim podem ser originários da escadaria primitiva como indiciam os diversos recortes de encaixes que observamos em alguns deles.

A varanda que existia sobre as arcadas ainda hoje se poderá imaginar ao observar-se que a cerca de 90/100 cm do pavimento existe os encaixes nos pilares dos respectivos arcos de cantaria<sup>741</sup>. O encaixe no mesmo varandim no pavimento já não é visível pois este mesmo foi substituído devido ao desgaste e das diversas intervenções realizadas no mesmo. No entanto e uma observação mais atenta aos pedestais do varandim ficamos com a impressão que os dois se encontram alinhados com a porta do palácio, já tiveram gradeamento a correr em direcção aos pilares dos arcos<sup>742</sup> ou foram mudados de local conforme a nossa reconstituição propõe. Muito possivelmente numa fase transitória até ser criada a varanda, mas já posterior ao palácio abacial. Ainda nos pilares centrais é possível observar o encaixe de uma tranca de uma porta<sup>743</sup>, que tal como a anterior observação não nos é possível datar correctamente com os dados actualmente disponíveis. O pedestal que encaixa na esquina do palácio entre as fachadas Norte e

---

<sup>736</sup> MOREIRA, R., “Encomenda...”, p. 57.

<sup>737</sup> Ver imagens 250 e da 335 a 338.

<sup>738</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 39.

<sup>739</sup> Ver imagens 339 a 341.

<sup>740</sup> Ver imagens 235 e 236

<sup>741</sup> Ver imagens 342 a 346.

<sup>742</sup> Ver imagens 347 e 348.

<sup>743</sup> Ver imagens 349 a 353.

Poente, denota ter sido colocado numa fase também posterior. O seu encaixe na pilastra não é uniforme, sendo que as pedras da mesma foram recortadas de modo angular, onde o pedestal faz um círculo da bola<sup>744</sup>. Quem executou o recorte não teve em atenção, ou não detinha as dimensões exactas da circunferência que o pedestal a encaixar detinha.

São ainda observáveis diversas inscrições nos pilares tanto em forma de grafitos como textos alguns provavelmente da época em que era distribuída a micha ou sopa aos pobres na portaria<sup>745</sup>.

Noutra gravura datada de 1791<sup>746</sup>, e novamente com erros desta vez de perspectiva, podemos separar a elaboração da mesma em duas fases, a primeira do edifício na totalidade e o segundo com o arranjo paisagístico do mesmo e o varandim. Na primeira fase a perspectiva encontra-se correcta, já a segunda apresenta falhas na elaboração dos pontos de fuga do varandim e escadaria que não correspondem aos pontos de fuga do edifício. Em relação à escadaria do Palácio Abacial temos ainda outra falha pois o espaço de passagem ao topo da escadaria não corresponde ao espaço actual de um vão de arcada mas antes a dois, o que está errado pois nunca numa noção de simetria e rigidez de traço se iria colocar os pedestais desalinhados com os pilares, como se pode comprovar pela planta de Guilherme Elsdén de 1775<sup>747</sup>.

Na terceira fase, e após a saída dos monges do mosteiro, foram demolidos os muros da cerca que separavam o Terreiro da Quadra Sexta (hoje Praça D. Afonso Henriques), e a respectiva portaria. Nesta fase, e com o desaparecimento do edifício da portaria, foi aberta uma porta com varandim onde outrora existia a passagem comunicante com o edifício contíguo ao palácio. Apenas existiam três pisos, e as janelas do piso intermédio da fachada Norte eram alinhadas pela janela que dava para o varandim na fachada Poente<sup>748</sup>.

Na fachada principal – a poente – dentro da arcada já aparecem representações com duas portas que dão acesso ao interior, o que nos leva a crer que se trata de uma fase em que o palácio já se encontrava dividido para utilização de serviços públicos, nomeadamente Câmara Municipal e Tribunal. Numa das fotos é possível de se ver o mastro<sup>749</sup> para se astear a bandeira nas dependências destinadas ao município. A janela

---

<sup>744</sup> Ver imagem 354.

<sup>745</sup> Ver imagens 203 a 231.

<sup>746</sup> Ver imagem 249.

<sup>747</sup> Ver imagem 355.

<sup>748</sup> Ver imagens 356 a 359.

<sup>749</sup> Ver imagem 360.

do canto, no piso intermédio (que dá para o varandim) tem ainda a janela pequena, encimada por óculo.

Nesta altura, a ocupação do palácio abacial ainda era moderada, pelo que apenas as entidades acima mencionadas lá deviam estar instaladas, sem que a presença de particulares se fizesse sentir, pelo menos a nível de transformações exteriores do mesmo edifício. Nas diversas fotos dos finais do século XIX<sup>750</sup>, aparece na cobertura uma chaminé na água interior da fachada Norte, onde estavam localizadas as salas pequenas para hospedagem. Ainda que na descrição de 1716, a casa do fogo, onde os hóspedes se aqueciam, estava localizada na galeria oposta, ou seja na Sul, nas diversas fotos que foram possíveis de reunir, a chaminé aparece sempre junto á galeria Norte. Se nesta época, e no piso superior apenas tínhamos as instalações da Câmara Municipal, então a chaminé da casa do fogo poderá ter sido mantida aquando da ocupação do palácio, pois não faria sentido a colocação de uma lareira para aquecer os funcionários municipais.

Na quarta fase temos a ocupação particular do palácio<sup>751</sup>. O piso intermédio foi dividido em dois o que levou o edifício passar a ter quatro pisos mais as águas furtadas.

Na cave a loja do senhor José Maria Furtado dos Santos<sup>752</sup>, com os seus armazéns escavados dentro do claustro, o que nos leva a crer que a estrutura do palácio era bastante mais funda, e que toda esta zona foi alvo de entulhamento durante a construção deste edifício. Mais tarde, a loja foi subdividida, sendo que ao meio foi construída uma escada para dar acesso aos apartamentos do nível superior.

O piso de entrada ao nível do varandim, foi dividido em dois níveis, tal como se viu anteriormente, na zona dos apartamentos particulares<sup>753</sup>. No primeiro dos níveis, e ao longo de toda a fachada virada a Norte funcionou temporariamente o Centro Republicano de Alcobaça<sup>754</sup>. Numa fase posterior, esta zona foi transformada em apartamentos. Os restantes pisos e o próprio claustro em si, foram transformados também em apartamentos, tendo inclusive subido a cobertura de modo a serem criadas mais divisões para a utilização particular. Ainda na fachada virada a Norte, o embasamento horizontal que percorria os dois pisos superiores logo após a primeira janela a contar do cunhal deixou de existir. O acesso aos diversos pisos efectuava-se por

---

<sup>750</sup> Ver imagens 356 a 359.

<sup>751</sup> Ver imagens 363 a 365.

<sup>752</sup> Ver imagem 364.

<sup>753</sup> Ver imagem 363.

<sup>754</sup> Ver imagem 365.

uma escada em caracol existente no primeiro dos contrafortes da fachada Norte<sup>755</sup>. Em relação ao claustro, as habitações foram avançando para o interior do mesmo, transformando este numa espécie de saguão. A fachada principal do palácio continuou a ser utilizada pelos serviços públicos. Câmara Municipal de Alcobaça no piso superior, e a Agencia da Caixa Geral de Depósitos<sup>756</sup> no piso térreo passaram a coabitar. Para tal foram abertas duas novas portas, na parede Sul da arcada uma, e a outra na parede principal junto desta. Uma para serviço ao público e outra para serviço dos empregados. Actualmente, ambas estão transformadas em janelas. De salientar que esta Ala, virada a Poente, utilizada pelos serviços públicos nunca viu o seu pé direito dividido em dois.

A quinta, e poderemos considerar a última das fases, provem das obras efectuadas nos anos 30/40 do século XX pelos Monumentos Nacionais. Estas obras, vieram de algum modo voltar às fachadas que o edifício tinha logo após a demolição da cerca em 1839. A fachada Norte voltou a ter 3 níveis<sup>757</sup>, ainda que o nível da cave passou a ter apenas uma porta, e no nível intermédio, as janelas subiram ao nível dos peitorais e também cresceram em altura. O número de vãos manteve-se, mas a sua disposição espacial, bem como as dimensões dos mesmos nos três níveis foram alterados, replicando as dimensões dos vãos já existentes na fachada principal do mosteiro.

Na fachada principal, a janela que fica junto ao cunhal viu as suas dimensões serem majoradas e replicar a que lhe fica simétrica em relação á arcada<sup>758</sup>.

George Kubler no entanto data esta fachada de 1716-25 e como sendo o dormitório sul, o que cremos estar errado como prova a intervenção de Fr. Turriano já anteriormente descrita<sup>759</sup>.

O espaço entre arcos<sup>760</sup> teve diversas organizações de vãos tal como aconteceu com a fachada Norte do mesmo palácio, devido às diversas funções que as divisões internas tiveram ao longo da sua vida civil.

---

<sup>755</sup> Ver imagem 367.

<sup>756</sup> Ver imagem 368.

<sup>757</sup> Ver imagens 369 e 370.

<sup>758</sup> Ver imagem 371.

<sup>759</sup> Ver imagem 372.

<sup>760</sup> Ver imagem 373 e 374.

## 13.2 – As componentes

### 13.2.1 - PISO 1

#### 13.2.1.1 - Casa de entrada ou da portaria<sup>761</sup>.

Frei Manuel dos Santos descreve-nos em 1716<sup>762</sup> esta sala como tendo um nicho<sup>763</sup> defronte da porta principal representando o milagre em que S. Bernardo, a dar esmola à porta do mosteiro de Claraval e a deitar a bênção e curar os enfermos. Do lado esquerdo<sup>764</sup> ficava o bufete do Porteiro-Mor, onde actualmente existe uma porta, existiu até 1942 uma grande escada de acesso ao piso superior<sup>765</sup>, mas com as obras dos Monumentos Nacionais foi demolida.

Na parede do lado direito<sup>766</sup> uma porta alta<sup>767</sup> e um passadiço de acesso ao mosteiro. Esta porta no entanto deveria estar a ponte pois alinharia assim com a porta que daria acesso à antiga sala dos reis, já no espaço do mosteiro<sup>768</sup>.

Frei Manuel Figueiredo em 1781 diz-nos que esta sala foi a capela que o Cardeal D. Henrique mandou construir e que ainda existia a escada e os vestígios da porta por onde ele descia para celebrar a missa<sup>769</sup>. Aquela data a capela encontrava-se ornada com obras executadas pelos abades Frei Gabriel de Almeida<sup>770</sup> e Frei Luiz de Faria<sup>771</sup>

Após a extinção das ordens religiosas e com a utilização civil do Palácio, esta sala foi utilizada para acesso ao público às instalações da Agencia da Caixa Geral de Depósitos<sup>772</sup> que englobava o espaço do Passadiço que falaremos adiante. Esta utilização do espaço levou à criação de uma porta de acesso ao público geral junto ao passadiço.

---

<sup>761</sup> Ver imagem 375.

<sup>762</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 39.

<sup>763</sup> Ver imagem 376.

<sup>764</sup> Ver imagens 377 e 378.

<sup>765</sup> Ver imagens 379 e 380.

<sup>766</sup> Ver imagem 381.

<sup>767</sup> Hoje esta porta é baixa.

<sup>768</sup> MONTEIRO, João Filipe Oliva, *O Edifício das Hospedarias. A Ala Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Alcobaça, 1984-6, pp. 23 e 24.

<sup>769</sup> CORREIA, V., *Descrição...*, p. 90.

<sup>770</sup> Eleito em 1666.

<sup>771</sup> Eleito em 1684.

<sup>772</sup> Ver imagens 368 e 382.

O tecto abobadado também foi refeito<sup>773</sup> pela campanha de obras dos Monumentos Nacionais pois encontrava-se mau estado devido ao peso dos papéis da Câmara Municipal de Alcobaça e do Tribunal, acumulados no 1º andar<sup>774</sup>.

#### 13.2.1.2 - Passadiço<sup>775</sup>

Em 1716, “o passadiço” era uma zona de transição entre o Palácio Abacial e o Claustro da Portaria do mosteiro dando acesso ao próprio palácio<sup>776</sup>.

Este espaço sofreu poucas transformações desde o séc. XVI, talvez por ser uma zona apenas de transição e de pequena dimensão. A Nascente existe um arco que dá para o claustro erradamente chamado Afonso VI<sup>777</sup>. A Sul tem duas portas, uma baixa a nascente<sup>778</sup>, moderna, e uma alta a poente que deve ser a primitiva. A poente tem uma janela com óculo sobreposto<sup>779</sup> e aberto. A Norte tem uma porta baixa, moderna<sup>780</sup>. A porta primitiva devia ser a poente em frente e igual à porta grande da parede Sul<sup>781</sup>. A cobertura é abobadada em caixotões<sup>782</sup>. Frei Manoel dos Santos descreve-nos os claustros como sendo “dous quartos continuados, ou quadras, novo e velho; o quarto antigo he o palacio del Rey D. Sebastiam, que mandou fazer seu tio o Cardeal D. Henrique; o novo fizerão os monges à sua custa no ano de 1649; se distinguem hum do outro, em que as salas do novo são por sima de abobedilha; as do velho são de forro ao modo antigo”<sup>783</sup>. Com todas as construções e reconstruções, este tecto pode muito bem ser o único que permanece original dado ser o único abobadado em caixotões.

#### 13.2.1.3 - Escada<sup>784</sup>

Totalmente reconstruído pelos Monumentos Nacionais em 1942, consiste numa escada de dois lanços<sup>785</sup>, com uma arrecadação no seu vão. Até esta data o espaço era ocupado

---

<sup>773</sup> Ver imagens 378, 383 e 384.

<sup>774</sup> MONTEIRO, J., *O Edifício...*, p. 23.

<sup>775</sup> Ver imagem 385.

<sup>776</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 40.

<sup>777</sup> Ver imagem 386.

<sup>778</sup> Ver imagem 387.

<sup>779</sup> Ver imagem 388.

<sup>780</sup> Ver imagem 387.

<sup>781</sup> MONTEIRO, J., *O Edifício...*, p. 24.

<sup>782</sup> Ver imagens 389 e 390.

<sup>783</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, pp. 38-40

<sup>784</sup> Ver imagem 391.

em toda a largura pelo lanço superior e patamar da escadaria que começava a meio da casa da portaria<sup>786</sup>. No patamar intermédio temos um óculo aberto<sup>787</sup> e na arrecadação temos uma janela. Esta escada seria talvez uma construção nova levada a cabo no possível local onde outrora existisse uma escada por onde o Cardeal D. Henrique descia para celebrar missa<sup>788</sup>.

#### 13.2.1.4 - Sala de canto<sup>789</sup>

Até 1839 esta sala comunicava a Norte com o 1º andar do corpo da portaria dos monges<sup>790</sup> então demolido. Não tinha pois janelas para este lado, tendo apenas uma para poente. Numa primeira fase e após a demolição da portaria e com a ocupação pela população civil do claustro são abertas a Norte duas janelas<sup>791</sup>. Posteriormente e no último quartel do séc. XIX esta sala foi dividida em 2 pisos<sup>792</sup>.

Nas obras de 1942 reconstroem a sala e é aberta mais uma janela (a do meio) virada a Norte.

#### 13.2.1.5 - Galeria Poente<sup>793</sup>.

A galeira Ponte<sup>794</sup> dá acesso do palácio ao Mosteiro passando pelo passadiço. Em 1942, este espaço encontrava-se entaipado, para separar o espaço ocupado pelos particulares do espaço ocupado pelos organismos públicos.

#### 13.2.1.6 - Galeria Sul<sup>795</sup> e salas<sup>796</sup>

Constituída por quatro salas, cada uma com uma janela a nascente e uma porta a poente<sup>797</sup>, serviam de quartos para os moços e cozinha do Palácio Abacial. Na segunda

---

<sup>785</sup> Ver imagem 392 a 395.

<sup>786</sup> Ver imagens 379 e 380.

<sup>787</sup> Ver imagem 396.

<sup>788</sup> CORREIA, V., Descrição..., p. 69.

<sup>789</sup> Ver imagem 397.

<sup>790</sup> Ver imagens 15 e 239, 241 e 242.

<sup>791</sup> Ver imagens 398 e 399.

<sup>792</sup> Ver imagens 400 a 405.

<sup>793</sup> Ver imagem 406.

<sup>794</sup> Ver imagens 407 e 408.

<sup>795</sup> Ver imagem 409.

<sup>796</sup> Ver imagem 410.

sala a contar de poente temos uma porta medieval<sup>798</sup> descoberta nas obras dos Monumentos Nacionais em 1942<sup>799</sup>, que dava acesso da antiga cozinha ao claustro D.Dinis. Com a divisão do espaço da galeria em 4 divisões de dimensões semelhantes, esta porta ficou encastrada na parede, tendo sido necessário criar-se um arco na parede para permitir a passagem<sup>800</sup>. Até às obras de 1942, esta porta deveria estar entaipada, pois não faria sentido, que houvesse um quarto para moços com serventia para o claustro dos frades.

#### 13.2.1.7 - Galeria Nascente<sup>801</sup>

A galeria nascente caracteriza-se por se encontrar à vista dois arcos<sup>802</sup> da cozinha medieval, que se situava onde actualmente se encontra o claustro<sup>803</sup>. Para além destes arcos apenas encontramos um *pass-plat*<sup>804</sup> na parede que comunicava com o refeitório. Estes dois arcos e o *pass-plat* encontravam-se entaipados até às obras de 1942.

#### 13.2.1.8 - Galeria Norte<sup>805</sup> e salas<sup>806</sup>

Tal como a galeria Sul esta galeria dava acesso às casas dos moços, num total de quatro com uma porta de acesso à galeria<sup>807</sup> e uma janela na parede Norte, que confrontava com a actual Praça D. Afonso Henriques<sup>808</sup>. A casa mais a Norte também era servida por uma escada em caracol dentro do contraforte<sup>809</sup> que fazia a ligação entre os três pisos<sup>810</sup>. Actualmente, as entradas para esta escada encontram-se entaipadas, daí não aparecerem na planta do Mosteiro de 2003, mas esta ainda aparece representada nas plantas de 1942.

---

<sup>797</sup> Ver imagem 411.

<sup>798</sup> Ver imagem 412.

<sup>799</sup> Ver imagens 413 a 415.

<sup>800</sup> Ver imagens 416 e 417.

<sup>801</sup> Ver imagem 418.

<sup>802</sup> Ver imagem 419.

<sup>803</sup> Ver imagem 47.

<sup>804</sup> Ver imagem 49.

<sup>805</sup> Ver imagem 420.

<sup>806</sup> Ver imagem 421.

<sup>807</sup> Ver imagem 422.

<sup>808</sup> Ver imagem 400.

<sup>809</sup> Ver imagens 423 a 425.

<sup>810</sup> Ver imagens 426 e 427.

Durante a ocupação por particulares esta área foi totalmente destruída, demolindo-se paredes e criando-se novas conforme as necessidades dos residentes. A configuração actual data de 1942, com o espaço das quatro casas a ser ocupado por duas salas.

#### 13.2.1.9 - Sala da antiga escada<sup>811</sup>

No cruzamento da galeria Norte com a Poente temos actualmente uma sala aberta<sup>812</sup>, que teria uma escada, no seu local. Observando as plantas dos Monumentos Nacionais antes da intervenção de 1942<sup>813</sup>, podemos observar a existência dessa escada que partia do nível inferior acessível pela Pç. D. Afonso Henriques dava acesso aos pisos superiores. Na altura estes pisos eram três, devido à existência de habitações nas águas furtadas, que foram demolidas com as obras supra citadas. Demolida em 1942, ela seria muito provavelmente dos finais do séc. XIX, aquando da ocupação desta parte do mosteiro pelos particulares, mas poderia muito bem ter aproveitado o espaço de uma escada pré-existente de acesso aos pisos superiores tal como acontecia no Palácio Medici em Florença<sup>814</sup>.

A actual configuração da sala data de 1942.

#### 13.2.2 - PISO 2

##### 13.2.2.1 - Escada<sup>815</sup>

Subindo a actual escada do piso 1 para o piso 2<sup>816</sup>, chegamos a um espaço que tal como no piso inferior fica no cruzamento das galerias Norte e Poente da galeria do claustro. Neste espaço até 1942, era ocupado por uma escada que ocupava toda a largura do espaço<sup>817</sup>, antes desta deveria ter existido aqui uma capela. Esta é apenas uma proposta, pois se atentarmos a que os camarotes deveriam ser junto à parede Nascente das salas, a comunicação entre elas seria pela fachada junto às janelas. Sendo que a capela deveria ocupar um espaço reservado entre as salas, e junto da Sala do Rei.

---

<sup>811</sup> Ver imagem 428.

<sup>812</sup> Ver imagem 429.

<sup>813</sup> Ver imagens 426 e 427.

<sup>814</sup> Ver imagem 430.

<sup>815</sup> Ver imagem 431.

<sup>816</sup> Ver imagens 432, 433 e 434.

<sup>817</sup> Ver imagens 380 e 435.

13.2.2.2 - A sala do Norte<sup>818</sup>, a sala do centro<sup>819</sup> e a sala do Sul<sup>820</sup>

Na planta de 1942<sup>821</sup>, a sala do centro e sala do Sul tinham dimensões totalmente diferentes das actuais<sup>822</sup>. Até aquela data, ambas as salas tinham larguras iguais, com duas janelas cada viradas para o terreiro e com os seus camarotes para dormir tal como nos dizia Fr. Manuel dos Santos em 1716<sup>823</sup>. Em conjunto com a sala do Norte<sup>824</sup> – designada Sala da Galé<sup>825</sup> – estas eram “ornadas com grande perfeiçam e asseyo; todas com cortinados nas portas de serafina verde; seus bofetes grandes no meio de pao santo; cadeiras de sola vermelha do Brasil lavradas; e pelas paredes paineis de excellente pincei”<sup>826</sup>. A sala do centro, que Frei Manoel dos Santos designa de Sala do Rei<sup>827</sup>, deveria comunicar com uma capela no espaço que actualmente é ocupado pela escada. A Sala do Rei era decorada com quatro grandes painéis retratando o Rei D. João IV, os seus filhos D. Teodósio e D. Pedro II, e seu neto D. João V<sup>828</sup>.

Em 1786, aquando da visita da Rainha D. Maria I, a sala da Galé foi utilizada com câmara da princesa do Brasil, e a sala do centro como seu tocador. A sala do Sul foi ocupada pela mesa da família real.

Em 1794, William Beckford descreve-nos os seus aposentos como sendo " composto de uma antecâmara, salão e quarto amplo e agradável. Apesar das paredes estarem nuas o tecto era dourado e pintado. O chão coberto de tapetes persas do tecido mais fino e as mesas com as suas ricas cobertas de veludo estavam ornamentadas de soberbos jarros e bacias de prata cinzelada e toalhas bordadas com renda de um modelo curioso e antigo. - Uma estranha mistura de simplicidade e magnificência. Mandei montar a minha cama pessoal numa das espaçosas alcovas. (..) Levantei-me cedo, acordando nos meus pomposos aposentos, afastei-me pelos corredores sem fim – nem uma vivalma”<sup>829</sup>.

---

<sup>818</sup> Ver imagem 436.

<sup>819</sup> Ver imagem 437.

<sup>820</sup> Ver imagem 438.

<sup>821</sup> Ver imagem 426.

<sup>822</sup> Ver imagens 383 e 385.

<sup>823</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 9.

<sup>824</sup> Ver imagem 439.

<sup>825</sup> CORREIA, V., “A Rainha...”, p. 9.

<sup>826</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 40.

<sup>827</sup> *Idem, Ibidem*, p. 40.

<sup>828</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41.

<sup>829</sup> BECKFORD, W., *Recollections...*, pp. 39-44 (Tradução livre do original em inglês feita por nós.)

Actualmente nada existe que nos possa dar a mínima ideia destas duas salas como descritas<sup>830</sup>. As que existem hoje são duas salas inacabadas resultantes das obras de 1942.

A sala do Sul tem uma porta para o claustro e a sala do centro, duas. Considerando que as salas primitivas deveriam ter cada uma, dois camarotes dando para o claustro, os vãos actuais estão certos no espaço correspondente à antiga sala Sul, mas a Norte em vez de uma só porta deveria haver duas (ladeando a actual que não devia existir e talvez fosse posteriormente aberta para ficar no centro da parede).

#### 13.2.2.3 - Galeria Sul<sup>831</sup> e salas<sup>832</sup>

A galeria Sul do sobreclaustro deveria ter quatro salas de dimensões semelhantes às da galeria do claustro, com uma porta a Poente e uma janela a Nascente cada<sup>833</sup>. Numa das salas - aquela que ficasse por cima da cozinha no piso inferior – existiria a casa de fogo. Em 1716 estas salas “serviam de camarotes aonde agasalham os hóspedes inferiores; e huma casa de fogo para o Inverno”, mas sem se saber a sua sequência.

Na visita da Rainha D. Maria I, em 1786, as “criadas ficarão aquarteladas nos quartos em que habitavam os Moços-Fidalgos”, nas três salas mais a Nascente. Na sala Sul, tem uma escada que dá acesso ao claustro D. Dinis e que podia muito bem servir de casa de fogo, mas no levantamento de 1942, estas escadas não existiam, pelo que não há certezas sobre a localização correcta das escadas que Frei Manoel dos Santos nos relata.

#### 13.2.2.3 - Galeria Nascente<sup>834</sup>

Na parede Nascente existe uma janela dando para o refeitório dos frades, não havendo referência alguma sobre esta galeria nos cronistas antigos<sup>835</sup>.

---

<sup>830</sup> Infelizmente, aquando das visitas efectuadas ao palácio abacial, estava a ser preparada uma exposição nas mesmas, para ser exposta na Ala Sul do Mosteiro, pelo que as fotografias tiradas à mesma não se encontram nas devidas condições. As duas salas encontram-se ainda em obras. Ver imagem 438.

<sup>831</sup> Ver imagem 441.

<sup>832</sup> Ver imagem 443.

<sup>833</sup> Ver imagens 443 a 446.

<sup>834</sup> Ver imagem 447.

<sup>835</sup> Ver imagem 448.

#### 13.2.2.4 - Galeria Norte<sup>836</sup> e salas<sup>837</sup>

Na visita da Rainha D. Maria I em 1786<sup>838</sup>, ficou aqui instalado em três salas a Poente o príncipe D. João VI. Na última sala, designada à altura como da mesa do Estado, foi dividida em duas para câmara e antecâmara do infante D. João.

Até 1942 havia nesta ala cinco janelas para Norte<sup>839</sup>. A última a Nascente foi entaipada e as outras foram transformadas em portas. A cada uma das cinco janelas deveria corresponder uma porta dando para o claustro. Hoje apenas existem três<sup>840</sup>.

#### 13.2.2.5 - Galeria Poente<sup>841</sup>

Nesta galeria apenas temos a porta de acesso ao corredor das escadas, que faria antigamente a ligação às câmaras e ante-câmaras.

#### 13.2.3 – Criptoportico<sup>842</sup>

Este piso na parte Norte do edifício não é propriamente uma cave pois está ao nível da Praça D. Afonso Henriques<sup>843</sup>.

A fachada sobre esta Praça hoje tem uma porta com três frestas de cada lado construídas em 1942<sup>844</sup>. Anteriormente a estas obras tinha uma porta diferente da actual no mesmo sítio e mais quatro a Nascente e duas a Poente. Todas estas de estabelecimentos comerciais<sup>845</sup>.

Até 1839 esta fachada a poente da actual porta confinava com o edifício da portaria do mosteiro<sup>846</sup>.

Este nível do edifício tem actualmente 3 salas.

---

<sup>836</sup> Ver imagem 449.

<sup>837</sup> Ver imagem 450.

<sup>838</sup> CORREIA, V., *A Rainha...*, p. 9.

<sup>839</sup> Ver imagem 451.

<sup>840</sup> Ver imagem 452.

<sup>841</sup> Ver imagem 453.

<sup>842</sup> Ver imagem 454.

<sup>843</sup> Ver imagem 455. Embora as obras executadas entre 2003 e 2005 tenham elevado a cota da rua, tendo esta agora tomando a forma de uma rampa.

<sup>844</sup> Ver imagens 456 a 458.

<sup>845</sup> Ver imagem 459.

<sup>846</sup> Ver imagem 460.

---

### 13.2.3.1 - Sala Poente<sup>847</sup>

É uma sala com cobertura de abóbada rebaixada<sup>848</sup> com quatro arcos de pedra<sup>849</sup> com um trabalho que faz lembrar a porta da antiga portaria que lhe ficava encostada a Norte. A Poente tem um vão de porta ao nível do chão com cantaria e um óculo oval junto à abóbada<sup>850</sup>. Ainda se nota no chão o rebaixamento para a abertura da porta.<sup>851</sup> Devem ser elementos da primitiva fachada do palácio do Cardeal, mais tarde entaipados quando da construção do varandim nos meados do séc. XVII. Por baixo do varandim haverá provavelmente um espaço entulhado. Actualmente tanto esta sala como a sala Nascente são utilizadas para guardar telhas<sup>852</sup>.

### 13.2.3.2 - Sala do centro<sup>853</sup>

Quando o Palácio Abacial era ocupado por particulares era desta sala que arrancava a escada de acesso aos apartamentos<sup>854</sup>, pois pela escada principal apenas se acedia aos serviços públicos, como Câmara Municipal e Tribunal. Em 1942, esta escada foi demolida e a sala encontra-se ocupada por uma divisão utilizada em tempos para apoio a obras<sup>855</sup>.

### 13.2.3.2 - Sala Nascente<sup>856</sup>

É uma sala com cobertura abobadada refeita em 1942<sup>857</sup>. No canto Nordeste<sup>858</sup> existe uma porta entaipada<sup>859</sup> que dá acesso à uma escada em caracol que pelo interior do grande contraforte se acede aos pisos superiores. A sala é iluminada actualmente por três frestas viradas para a Praça D. Afonso Henriques<sup>860</sup>.

---

<sup>847</sup> Ver imagem 461.

<sup>848</sup> Ver imagens 462 e 463.

<sup>849</sup> Ver imagem 464.

<sup>850</sup> Ver imagem 465.

<sup>851</sup> Ver imagem 466.

<sup>852</sup> Ver imagem 467.

<sup>853</sup> Ver imagem 468.

<sup>854</sup> Ver imagem 469.

<sup>855</sup> Ver imagem 470.

<sup>856</sup> Ver imagem 471.

<sup>857</sup> Ver imagens 472 e 473.

<sup>858</sup> Ver imagem 474.

<sup>859</sup> Ver imagem 475.

<sup>860</sup> Ver imagem 476.

---

### 13.2.4 – Cobertura<sup>861</sup>.

Durante os anos da ocupação civil do palácio, foram construídos uma série de águas furtadas na cobertura<sup>862</sup>. Com as obras de 1942, voltou-se a ter uma cobertura semelhante à original de 2 águas a correr as galerias.

### 13.2.5 – Claustro D. Afonso VI<sup>863</sup>

Antes da Construção do Palácio Abacial, esta zona era, uma parte, ocupada pela cozinha medieval. Como era habitual no plano cisterciense<sup>864</sup>, a cozinha situava-se entre o refeitório dos monges e o dos conversos<sup>865</sup>. Ainda se pode observar na Parede Nascente do claustro os dois arcos<sup>866</sup> que ocupavam a largura da mesma cozinha. Com o aumento da população residente dentro dos muros do mosteiro, no início de quinhentos, os monges viram-se obrigados a tapar 2 janelas que davam para a rua, pois as casas a elas encostadas tiravam privacidade à cozinha<sup>867</sup>.

A descrição material do claustro de Afonso VI mais antiga conhecida até hoje, é a de Frei Manoel dos Santos<sup>868</sup> que para além de enumerar os arcos e respectivas engrenhos diz que no meio se encontram laranjeiras e limoeiros e lateralmente a Norte<sup>869</sup> e a Sul<sup>870</sup> dois “lanços de casas para moços”<sup>871</sup> pois a Nascente temos a cozinha e a Sul a casa da Portaria.

As galerias no r/c são compostas por quatro arcos de volta perfeitos em cada uma<sup>872</sup>, assentes sobre pilastras de secção cruciforme<sup>873</sup>.

Depois da saída dos frades e já no último quartel do séc. XIX, a zona central do claustro foi escavada para servir de armazém dos produtos das lojas<sup>874</sup> que se instalaram na cave

---

<sup>861</sup> Ver imagem 477.

<sup>862</sup> Ver imagens 478 a 481.

<sup>863</sup> Ver imagem 482.

<sup>864</sup> Ver imagem 31.

<sup>865</sup> Ver imagem 270.

<sup>866</sup> Ver imagem 419.

<sup>867</sup> GOMES, S., *Visitações...*, p. 88.

<sup>868</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 40.

<sup>869</sup> Ver imagem 421 e 422.

<sup>870</sup> Ver imagem 410 e 411.

<sup>871</sup> No pilar N°3 a contar do Norte na Arcaria do Palácio Abacial, podemos encontrar uma inscrição de um desses moços como se pode confirmar na imagem 483.

<sup>872</sup> Ver imagem 484.

<sup>873</sup> Ver imagem 485.

que com elas comunicavam directamente pois encontravam-se ao mesmo nível. Em 1942, com as obras da DGEMN, os armazéns foram destruídos e o espaço ocupado por eles entulhado de terra<sup>875</sup>, como se encontra hoje. O claustro e o sobreclaustro foram ocupados por construções particulares, tendo sido desmontadas nas obras efectuadas em 1942<sup>876</sup>.

### 13.2.6 - Sobreclaustro<sup>877</sup>

Em 1716, Frei Manoel dos Santos<sup>878</sup> refere que o sobreclaustro tinha um peitoril de pedra com seus pedestais e sobre estes colunas<sup>879</sup>, por cima das quais uma cimalha de obra jónica<sup>880</sup>. Não muito longe de como encontramos hoje, em parte devido às obras que sofreu em 1942, pois com a extinção das Ordens Religiosas e consequente ocupação do claustro por particulares, toda esta zona foi ocupada por apartamentos<sup>881</sup>.

Em 1786 quando da visita de D. Maria I<sup>882</sup> o claustro foi tapado, devido á necessidade de privacidade dos nobres que acompanhavam a rainha.

## CONCLUSÃO

Parece-me chegar ao fim da minha dissertação, tendo a perfeita consciência de que muitos pormenores ficaram por desfingar e de que muitos outros traços genéricos poderiam ter sido retocados. Contudo, a pressão do pouco tempo disponível não permitiu alcançar neste momento mais do que aqui agora ficou exposto.

Será, no entanto, ainda momento para delimitar algumas questões importantes expostas em todas estas páginas. Este será o momento de criar alguns “post-it” na história do palácio abacial de Alcobaça.

No que diz respeito à fundação do mosteiro, é de realçar que a construção das suas dependências a Norte da Igreja não se prende necessariamente com a situação rochosa

---

<sup>874</sup> Nomeadamente de carvão para a loja do senhor Trindade, segundo a descrição da Dra. Maria Augusta Trindade Pablo Ferreira, ex. Directora do Mosteiro de Alcobaça. Ver imagem 459.

<sup>875</sup> Ver imagens 486 a 488.

<sup>876</sup> Ver imagens 426, 427 e 489 a 507.

<sup>877</sup> Ver imagem 507.

<sup>878</sup> SANTOS, Frei M., *Descrição...*, p. 40.

<sup>879</sup> Ver imagem 509.

<sup>880</sup> Ver imagem 510.

<sup>881</sup> Ver imagens 426, 427 e 511.

<sup>882</sup> CORREIA, V., *A Rainha...*, p. 9.

da implantação geográfica, mas sim e fundamentalmente com a orientação dos rios, que lhes permitia dispersar o cheiro produzido pelas águas sujas provenientes das *necessárias*, levando a que as mesmas não passassem debaixo do templo, assim preservado dos respectivos maus cheiros. Nota-se aqui um facto novo na história alcobacense, desde logo relativa à implantação das diversas dependências do mosteiro. Por outro lado, é de notar a utilização do claustro de forma a facilitar a circulação entre os “lugares comuns” dentro dos mosteiros e tendo também em linha de conta a inerente separação entre os monges brancos e os conversos, com as respectivas circulações interiores separadas.

Entre 1458 e 1519, nesse tempo-charneira em que emerge lentamente a Idade Medieval, verificava-se um conjunto de reformas nas visitas por influência dos ares vindos de Itália; por Alcobaça se tornar o centro cultural da ordem cisterciense em Portugal; e por haver intervenções do Capitulo Geral em Cister.

Entre 1519 e 1540, o Mosteiro de Alcobaça recupera alguma da prosperidade de outrora, entretanto dissipada. Nessa época, as reformas das visitas são constantes e as visitas de figuras históricas a Alcobaça são sucessivas e bastante frequentes; todas com o intuito de estudar “as boas regras praticadas” em Alcobaça, procurando até segui-las.

No período que se seguiu entre 1540 e 1548, o Cardeal D. Henrique tem um abaciado, muito relevante sendo, mais tarde, reconhecido como umas das figuras mais importantes do Mosteiro de Alcobaça, pois é um dos mais activos e reformadores de toda a sua história. É de salientar que este Cardeal, uma figura histórica descrito como alguém “humilde, até acanhado”, recusou despender montantes exorbitantes com diversas obras mas nunca assumiu com Alcobaça qualquer sentimento de negação.

Em 1558 a história prova existir um palácio física e estruturalmente edificado. E com o testemunho de todos os documentos da época e em articulação com todos os intervenientes activos na época é possível assumir um compromisso de verdade para com o Cardeal D. Henrique, e o intitulando-o como o criador de uma obra pioneira e notável como o Palácio Abacial de Alcobaça.

No entanto, faz-se notar que toda esta obra acarreta consigo tendências e prazeres de índole italiana, realçada nos desenhos de Francisco de Holanda e traduzida nas linhas escritas por Serlio. Face a isto, a nossa obra de análise começa a reconhecer, nessa época, marcas profundas de construção e de implementação, pois a Sala dos Reis, o

Claustro dos Noviços e o Paço do Cardeal marcam este momento. É também nesta data que uma figura ganha renome e se demarca na História; de seu nome Miguel de Arruda. De facto, concluímos que foi este arquitecto o autor do “debuxo” do palácio abacial concretizando as ideias do Cardeal D. Henrique.

Concluímos aqui que as ideias do Cardeal, e os debuxos do Rei só puderam ser concretizados pelo empenho e extrema competência técnica de Miguel de Arruda e de tantas outras personagens que delimitaram as áreas de construção e o alcance do verdadeiro empreendedorismo que mais tarde o palácio veio assumir no contexto do “corpus” construído historicamente.

Das diversas “vidas” que o palácio teve, devemos destacar a União Ibérica, entre 1580 e 1640, com a passagem do palácio a hospedaria, enquanto os monges tomavam conta do mosteiro e seus coutos para fazerem destes suas fontes de rendimento próprios. Todavia, todo o “domínio” de outrora estava agora enfraquecido e quase inanimado face à apropriação de riqueza dos monges or terceiros, usurpando assim as potencialidades da obra empreendida pelo Cardeal D. Henrique e seu irmão D. Afonso. Todavia, a derradeira fachada principal do mosteiro, fruto de transformações induzidas pela fachada pioneira do palácio abacial só vão aparecer no final do reinado de Filipe III.

Ficam, então, aqui lançadas as notas mais importantes de toda esta história épica que me proporcionou um olhar ainda mais atento de Alcobaça.

Claro, e é mais do que evidente, que muitos tópicos lançados nesta tese precisariam de ser estudados para alcançar uma clareza maior. Contudo, nem sempre aquilo que se deseja é possível de fazer e devido à escassez de tempo, é necessário suspender aqui este contributo para a história alcobacense na certeza de que um olhar ainda mais informado, mais coerente e mais ambicioso oportunamente venha a trazer uma luz nova ao ao extraordinário palácio abacial, cuja história e cuja análise aqui se propuseram.

Na sua modéstia e na sua despretensão, estas páginas só terão sentido pleno enquanto base para um olhar e um estudo de maior fôlego a propormos e a emprendermos oportunamente, visando o todo de uma acção construtiva do Cardeal D. Henrique e seus irmãos em Alcobaça e noutros sítios assinalados.

Num certo sentido esperemos ter ajudado, com esta tese de mestrado, a esclarecer algumas dúvidas sobre o Mosteiro de Alcobaça e até dar a conhecer um pouco sobre o mesmo; alguns pormenores mais escondidos esperemos que tenham vindo à tona do estudo sobre o palácio abacial.

Foi um prazer chegar a este ponto final. Claro que não daremos por terminada aqui a nossa pesquisa; e claro que não podemos dizer que toda a nossa curiosidade esteja satisfeita. Sentimos que muito ainda há para esclarecer porque afinal um projecto de investigação nunca está plenamente concluído.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### **Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça (ACMA):**

*Livro de Actas da Câmara Municipal de Alcobaça nº 36.*

*Livro de Actas da Câmara Municipal de Alcobaça nº 37.*

*Livro de Actas da Câmara Municipal de Alcobaça nº 38.*

#### **Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF):**

*Tresllado de descrição dos bens de raiz, que se achão descriptos nos autos desde fl 479 a fl 508, caixa 2193, 1834*

*Autos de avaliação dos bens situados nesta Villa e sua antiga Commarca, e que pertenciam ao extinto Mosteiro de Santa Maria da Ordem de São Bernardo, caixa 2193, 1834*

#### **Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT):**

Publica forma da carta de venda da cerca de dentro do Mosteiro de Santa Maria da Ordem de S. Bernardo em Alcobaça, 1837

Folha do Real Mosteiro de Alcobaça do triennio de N. Ver. S. o Doutor Frey Bernardo de Castel Branco, feita em 23 de Abril de 1726

Compromisso da Capella da Virgem Senhora Nossa do Desterro, 1648

#### **Biblioteca Nacional (BN):**

Documento referente à Fundação do Colégio da Conceição, 1648

**Biblioteca Pública de Évora (BPE):**

*Livro da fazenda do Infante D. Anrique que começou em Janeiro do anno de 538 annos,*  
Códice CVII/I-29

**FONTES IMPRESSAS – LIVROS**

ABREU, Susana Matos, “Livros e saber prático de um arquitecto do século XVII: a biblioteca de Fr. João Turriano e o mosteiro novo de Santa Clara em Coimbra”, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, Iª série, Vol. II, Porto, 2003

ALBERTI, Leon Batista, *L'Architettura*, Venetia, 1565

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal, vol. II*, Porto, Civilização Editora, 1968

APPLETON, Vasco Miguel Pontes, *Abadia de Santa Maria de Alcobaça: Caracterização Construtiva*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Técnico, policopiada, Lisboa, 2000

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, 1988

BARBOSA, Pedro Gomes, MOREIRA, Maria da Luz, *Seiva Sagrada, A Agricultura na Região de Alcobaça*, Alcobaça, Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, 2006

BASTO, A. de Magalhães, *Acerca de Diogo de Castilho, Artista da Renascença Coimbrã*, (Apostila ao “Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses” de Sousa Viterbo)”, *O Instituto*, vol. 88, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1935

BECKFORD, William, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*, Londres, Richard Bentley, 1835

BERNARDA, João da, *A Loixa de Alcobaça*, Porto, Edições Asa, 2001

BORGES, Nelson Correia, *João de Ruão. Escultor da Renascença Coimbrã*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1980

BOAVENTURA, Frei Fortunato de São, *Historia chronologica, e critica da real abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Santos*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827

BRITO, Frei Bernardo de, *Monarchia Lusytana composta por frey Bernardo de Brito chronista geral e religioso da ordem de s. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaça : Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso sñor Iesu Christo*, Alcobaça, Alexandre de Siqueira & Antonio Aluarez, 1597

CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004

CARVALHO, Maria José Simões Pereira de, “*Documentação medieval do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: sécs. XIII-XVI: edição e estudo linguístico*”, Tese de doutoramento em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas (Linguística Portuguesa) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006

COCHERIL, Dom Maur, *William Beckford et la Cuisine D’Alcobaça*, Porto, Separata da Revista MVSEV, 2ª Série, nº 2, 1961

*Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*, trad. Andrée Mansuy Diniz Silva, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989

“Alcobaça: capitale de Citeaux au Portugal”, *Actas. Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975

CORREIA, Vergílio, “A Rainha D. Maria I em Alcobaça”, *Obras*, vol. V Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978

“Descrição da Igreja de Alcobaça em 1781”, *Obras*, vol. V Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978

“Uma Descrição Quinhentista do Mosteiro de Alcobaça”, *Obras*, vol. V Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978

“Das Partes que Formão o Mosteiro de Alcobaça”, *Obras*, vol. V. Estudos Monográficos, Coimbra, Universidade, 1978

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, 2ª edição, Braga, Typografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, *Diogo de Castilho e a Architectura da Renascença Coimbrã*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 1990

DESWARTE, Sylvie, “Francisco de Holanda, teórico entre o renascimento e o maneirismo”, *História da Arte em Portugal*. Vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

DIAS, Pedro, *A Architectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982

DUBY, Georges, *L' Art Cistercien*, Flammarion, 1998

FARINHA, António Dias, “Feitos de Vasco de Pina em Marrocos e a sua acção na Abadia de Alcobaça: documentos inéditos” *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I., Paris, Centro Cultural Português, 1969

FERREIRA, Maria Augusta Trindade Lage Pablo Trindade, *De Gil Vicente às Colchas de Chita de Alcobaça*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça, 2004

*Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Roteiro*, Lisboa, Elo, 2002

*As colunas de ferro da cozinha do Mosteiro de Alcobaça: hipóteses para a solução de um enigma ainda por desvendar*, ACD Editores, 2004

FRANCO, Anísio, PENTEADO, Pedro, “A Série Régia de Miguel António Amaral na Câmara Municipal da Moita”, *Actas, I Jornadas de História e Património Local*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2004

GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998

*A congregação cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII : elementos para o seu conhecimento*, Lisboa, Lusitania Sacra, 2006

“Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”, *Actas. Cister: Espaços, territórios, paisagens: Colóquio Internacional*, Lisboa, IPPAR, 2000

“Documentos para a história de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI a XVIII o corpo cronológico do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo”, *Actas. Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000

GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Leiria*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1953

GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1989

*Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV*, Porto, Gráfica Cruz, 1982

GUSMÃO, Artur Nobre de, *A real abadia de Alcobaça, estudo histórico-arqueológico*, Lisboa, Ulisseia, 1948

HAUPT, Albrecht, *A arquitectura do renascimento em Portugal : do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, (MORGADO, Margarida, trad., ATANÁZIO, M. C. Mendes, introd. crítica e rev. de texto de), Lisboa, Presença, 1986

- HOLANDA, Francisco de, *Da Pintura Antiga*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984  
*Diálogos de Roma*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984  
*Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984  
*Da ciência do desenho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984
- HOUAISS, António e VILLAR, Mauro de Salles, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas & Debates, 2003
- KORRODI, Ernesto, *Alcobaça: estudo histórico-arqueológico e artístico*, Porto, Litografia Nacional, 1929
- KRÜGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, “A Abadia de Santa Maria de Alcobaça e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça”, *Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000
- KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, (SILVA, Jorge Henriques Pais da, trad.), Nova Vega, 2005
- LARCHER, Titto Benevenuto de Lima e Sousa, *Diccionario Biographico Chorographico e Histórico, do Districto de Leiria e Concelho de Villa Nova d’Ourém*, Leiria, 1907
- LEROUX-DHUYS, Jean François. *Les Abbayes cisterciennes*, Place des Victoires (editions), Paris, 2004
- MARQUES, Maria Zulmira Furtado, *Um Século de História de Alcobaça. 1810-1910. Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 2003  
*Entre a serra e o mar: etnografia da região de Alcobaça*, Tipografia Alcobacense, Alcobaça, 2002  
*Mosteiro de Alcobaça: património mundial*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 2002  
*Toponímia alcobacense*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 2000

*O Mosteiro de Alcobaça e a dinastia de Avis: a arte no Mosteiro e coutos de Alcobaça*, Alcobaça, Edição da Autora, 1999

*Por terras dos antigos coutos de Alcobaça: história, arte e tradição*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 1994

MILLER, Maureen Catherine, *The Bishop's Palace. Architecture and Authority in Medieval Italy*, New York, Cornell University Press, 2000

MONTEIRO, João Filipe Oliva, *O Edifício das Hospedarias. A Ala Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Alcobaça, 1984-6

*As parcelas da cerca monástica em posse do Estado, Os pátios do Colégio de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. da Conceição dos Claustros do Cardeal e do Rachadouro, Relatório*, Alcobaça, 2003

MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. II, *Do “Modo” Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995

“A Encomenda Artística em Alcobaça no Século XVI”, *Actas. Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, IPPAR, 1995

“Arquitectura”, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento (Arte Antiga-I)*, catálogo, XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983

MURPHY, James Cavanah, *Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira Estremadura, and Alem-Tejo, in the years 1789 and 1790*, London, A. Strahan and T. Cadell Jun and W. Davies, 1795

NATIVIDADE, Manuel Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça. (Notas Históricas)*, Coimbra, Imprensa Progresso, 1885

*Alcobaça d'outro tempo*, Alcobaça, Thytopographia e Papelaria de António Miguel d'Oliveira, 1906

*Mosteiro e coutos de Alcobaça: alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento*, Alcobaça, 1960

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça. Notas Históricas, a Igreja, os Túmulos, o Mosteiro*, Porto, Imprensa das Oficinas de Fotogravura de Marques Abreu, 1929

NETO, Maria João Baptista, “A Arquitectura de Santa Maria de Alcobaça e a discussão em torno das origens do gótico noa finais do século XVIII. Uma descrição inédita do mosteiro de 1760”, *Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000

NEVES, Manuela, *Alcobaça: Rossio 1820-1936*, Alcobaça, Carpe Diem, 2001

NOVA, Bernardo Vlila, NOVA, Silvino Villa, *Breve História de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, Lda., 1995

NOVA, Bernardo Villa, *O Progresso Urbano da Vila de Alcobaça. Algumas outras notas*, Lisboa, Imprensa Lucas & C<sup>a</sup>

*Alcobaça através do Arquivo da Sua Câmara Municipal (1836-1902)*, Alcobaça, José de Oliveira Júnior, 1940

NUNES, Ana, “Intervenção arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI” *Actas, Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000

PENTEADO, Pedro, “ Rendas e fazendas do Mosteiro de Alcobaça durante a comenda do Cardeal Infante D. Afonso (1530-1536), *Actas. Arte e arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, IPPAR, 2000

PIMENTEL, António Filipe, “Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”, *Actas. VII Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte, "Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros"*, Junta de Extremadura - CEXECI, Badajoz, 1995

*A Morada da Sabedoria. I – O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005

POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005

RUÃO, Carlos, *O Eupalinos Moderno Teoria e Prática da Architectura Religiosa em Portugal (1550-1640)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada, Coimbra, 2006

SAMPAIO, Jorge Pereira de, PEREIRA, Luis Peres, *100 anos de comércio em Alcobaça*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça, 2001

SANTOS, Frei Manoel dos, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, (NASCIMENTO, Aires Augusto, leitura, introdução e notas), Alcobaça, Alcobaciana - Associação para a Defesa e valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1976

*Alcobaça illustrada: noticias, e historia dos mosteyros, & monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal, & Algarves, primeyra parte*, Coimbra, Oficina de Bento Seco Ferreyra, 1710

*Historia Sebastica, contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os sucessos memoráveis do Reyno, e Conquistas do seu tempo, Dedicada a ElRey N. Senhor D. João V*, Lisboa, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735

*Alcobaça Vindicada, Reposta a hum papel, que com o Titulo de Justa Defesa em tres satisfaçoens Apologeticas publicou o Reverendissimo P. M. Francisco de S. Maria [...] contra outras tres chamadas Invectivas tiradas da historia de Alcobaça Illustrada; & contra seu Autor [...]*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1714

SÉRLIO, Francesco Sebastiano, *Libro primo d'Architettvra*, Veneza, 1584

*Il Secondo Libro di Prospettiva*, Veneza, 1584

*Il Terzo Libro*, Veneza, 1544

*Regole Generali di Architettvra*, Libro Quarto, 1566

*Libro Quinto delli Tempii*, Veneza, 1584

*Libro Estraordinário*, Veneza, 1584

*Libro Setimo*, Veneza, 1584

SERRÃO, Vitor, *História de Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002

SILVA, Carlos Mendonça da (coord.), *Roteiro cultural da região de Alcobaça: a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça (organiz. Adepa), 2001

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995  
*O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, IPPAR, 2003

VILLANOVA, Bernardo, VILLANOVA, Silvino, *Breve História de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobabacense, 1995

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, reprodução em fac-smile do exemplar com data de 1922, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, 3 vol.

VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura* (MACIEL, M. Justino Tradução do latim, Introdução e Notas), Lisboa, Imprensa do Instituto Superior Técnico, 2006

TAINHA, Manuel, MOREIRA, C. A. Gil, GOUVEIA, Adelino, *Plano Geral de Urbanização da Vila de Alcobaça, 1979: objectivos e propostas*, Alcobaça, Câmara Municipal, 1979

TAVARES, José Pedro Duarte, *Mosteiro de Alcobaça, O Claustro Sul no Mosteiro de Alcobaça*. Relatório CB 25, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999

TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas Colecções*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1983

TRINDADE, Luísa, “Um sedimento, uma ruína, um projecto. O Paço de Vasconcelos, em Santiago da Guarda, Enquadramento histórico-artístico”, Revista: *Monumentos*, nº25, Lisboa, IPPAR, 2006

ZAGALO, Francisco Batista, *Relatorio da exposição alcobacence : realizada de 1 a 19 de Maio de 1906*, NATIVIDADE, Manoel Vieira, *Alcobaça d'outro tempo*, Alcobaça, Typ.e Papellaria de Antonio Miguel d'Oliveira, 1906

#### FONTES IMPRESSAS – REVISTAS

*Archivo Pittoresco* (BARBOSA, Vilhena, ed.), Lisboa, Castro, Irmão & C.<sup>a</sup>, 1863

Alex Sousa Bernardo

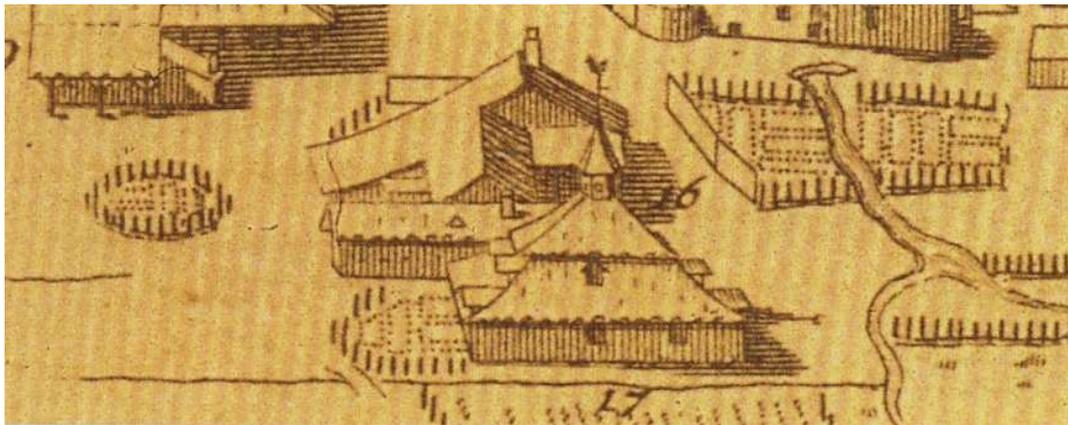
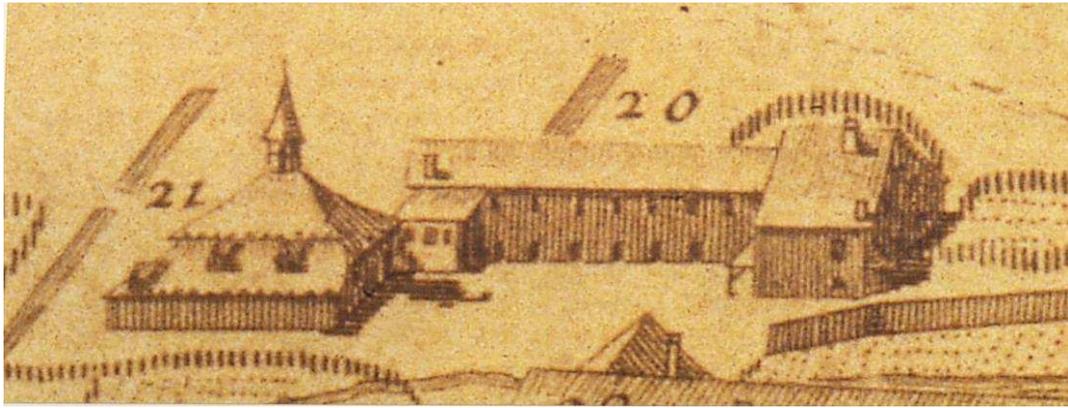
# Um Palácio para um Abade

## Anexos

Dissertação de Mestrado em História da Arte,  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,  
sob orientação do Professor António Filipe Pimentel.



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
2009



Imagens 1 e 2 – Abadia de Claraval. O primeiro mosteiro era construído em estrutura de madeira.



Imagens 3 e 4 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição no local do antigo Mosteiro de Santa Maria-a-Velha. Fotos de cerca de 1940.



Imagens 5, 6 e 7 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição no local do antigo Mosteiro de Santa Maria-a-Velha. Fotos de cerca de 1940.



Imagens 8, 9 e 10 – Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição no local do antigo Mosteiro de Santa Maria-a-Velha. Fotos de cerca de 1940.



Imagens 11 e 12 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição no local do antigo Mosteiro de Santa Maria-a-Velha. Pode-se observar ainda o troço da cerca antiga. Fotos de cerca de 1940.



Imagem 13 – Localização do mosteiro de Santa Maria-a-Velha.

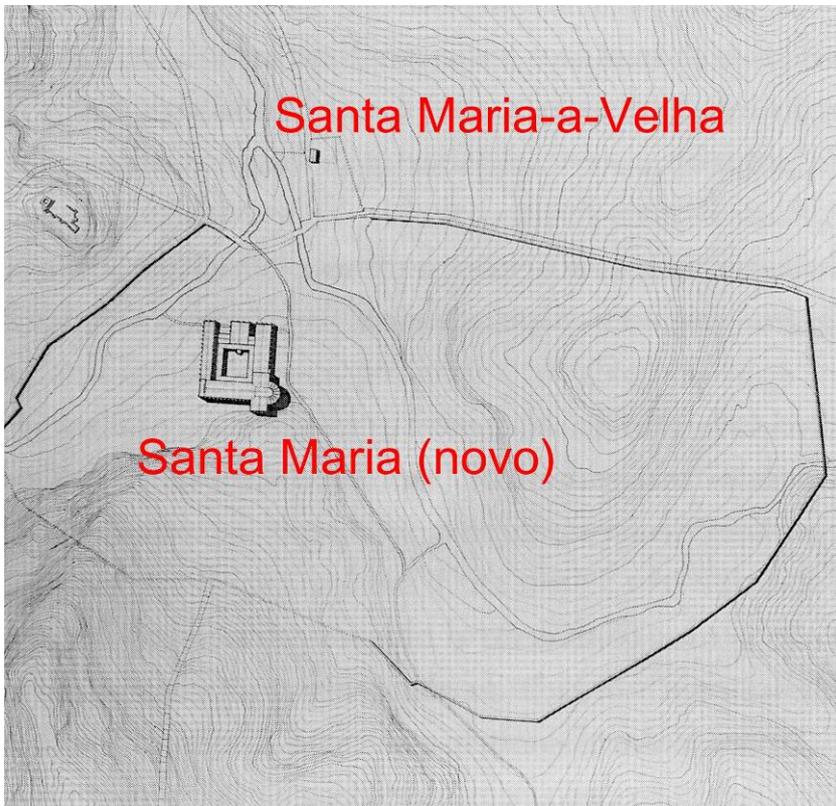


Imagem 14 – Localização dos mosteiros de Santa Maria-a-Velha e de Santa Maria.

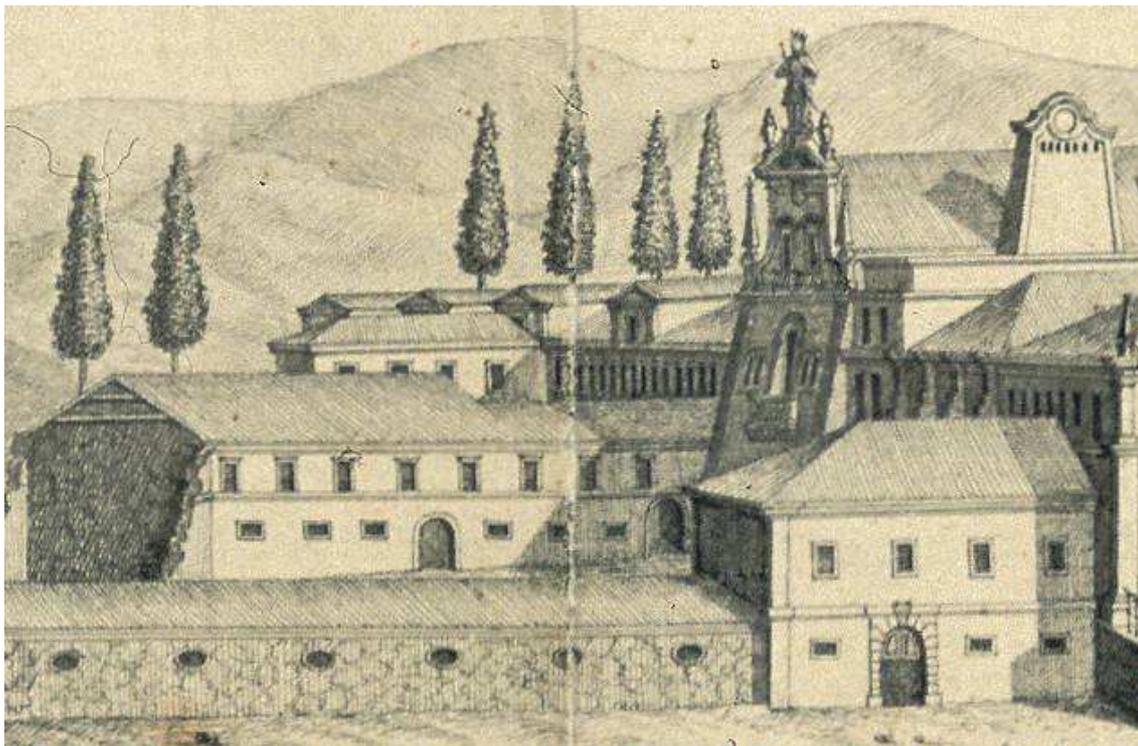


Imagem 15 – Desenho de 1791 representando o Mosteiro com o edifício das Boticas Novas, o muro da cerca, o arco de passagem e as necessárias ao fundo.

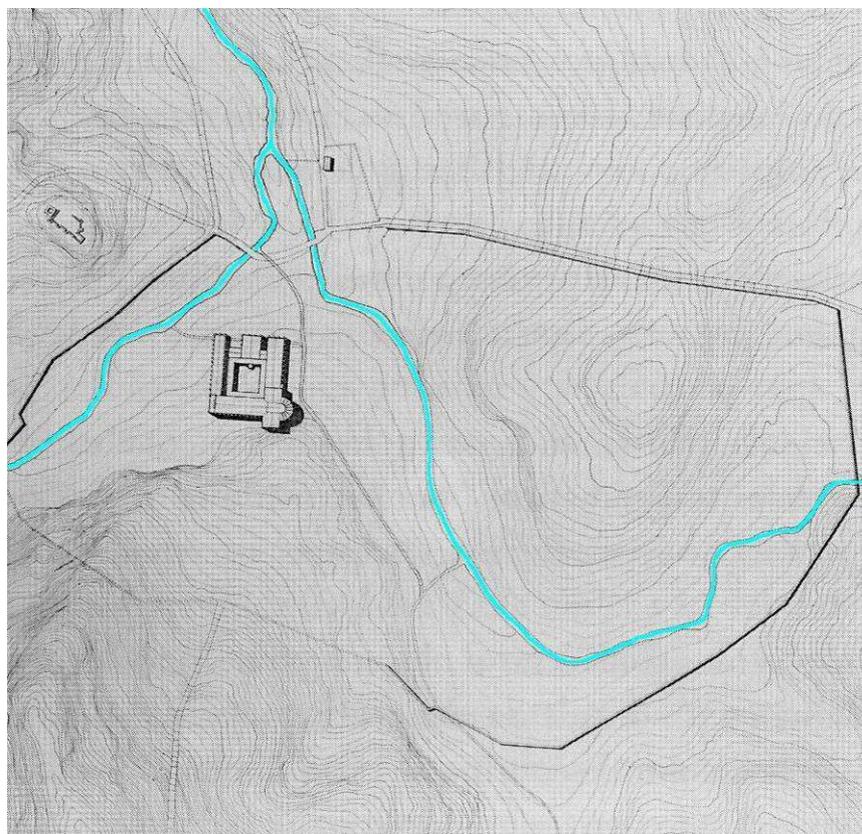
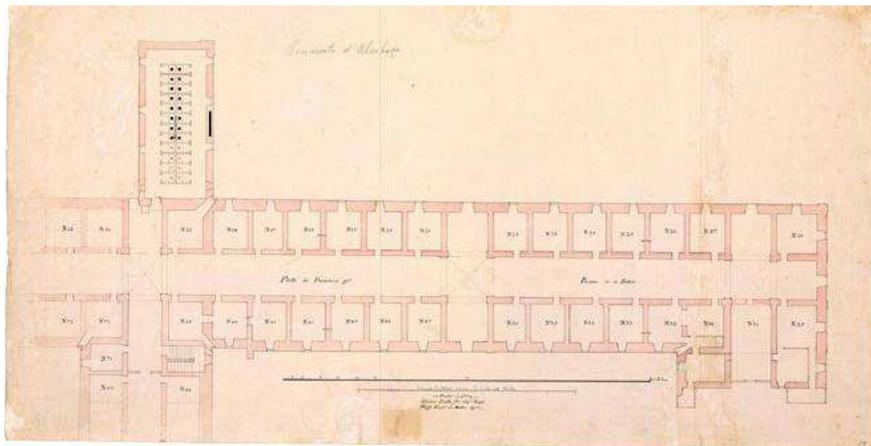
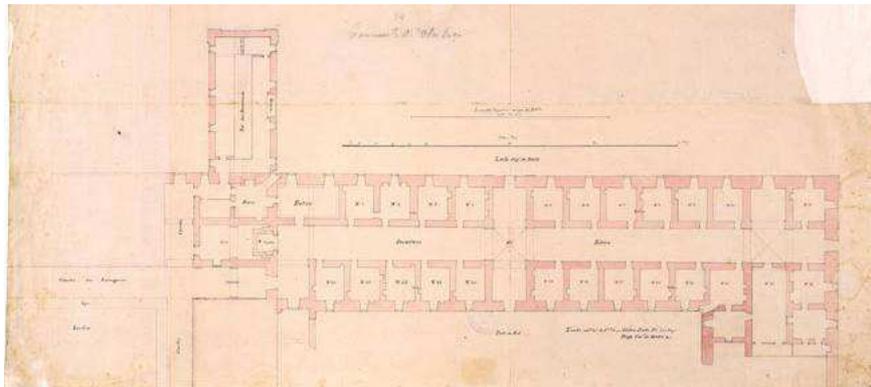


Imagem 16 – O Mosteiro de Alcobaça medieval com os rios Alcôa e Baça.



Imagem 17 – Actual Rua D. Pedro V, onde podemos visualizar na massarda que fica em primeiro plano o ausência de algumas janelas denunciando a pré-existência do corpo das “necessárias”. Foto de cerca de 1940.



Imagens 18 e 19 – Plantas das necessárias em 1776.

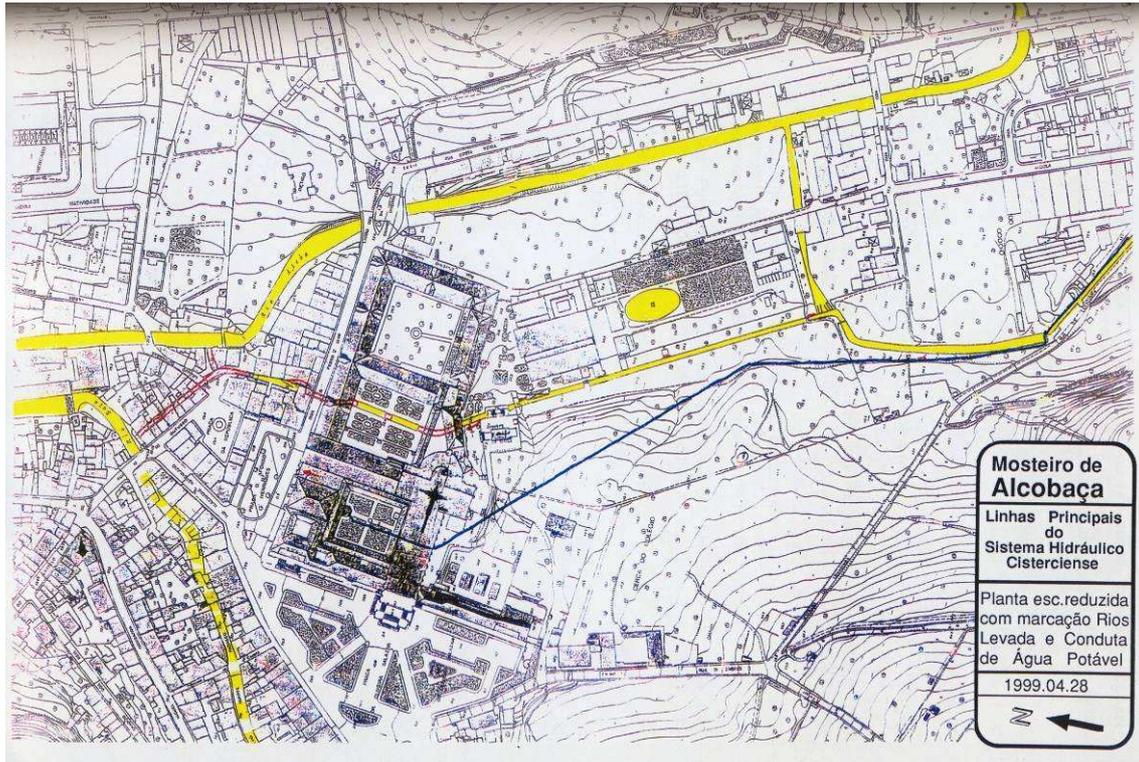


Imagem 20 – Os Rios Alcôa e Baça com o sistema de abastecimento de águas do mosteiro.

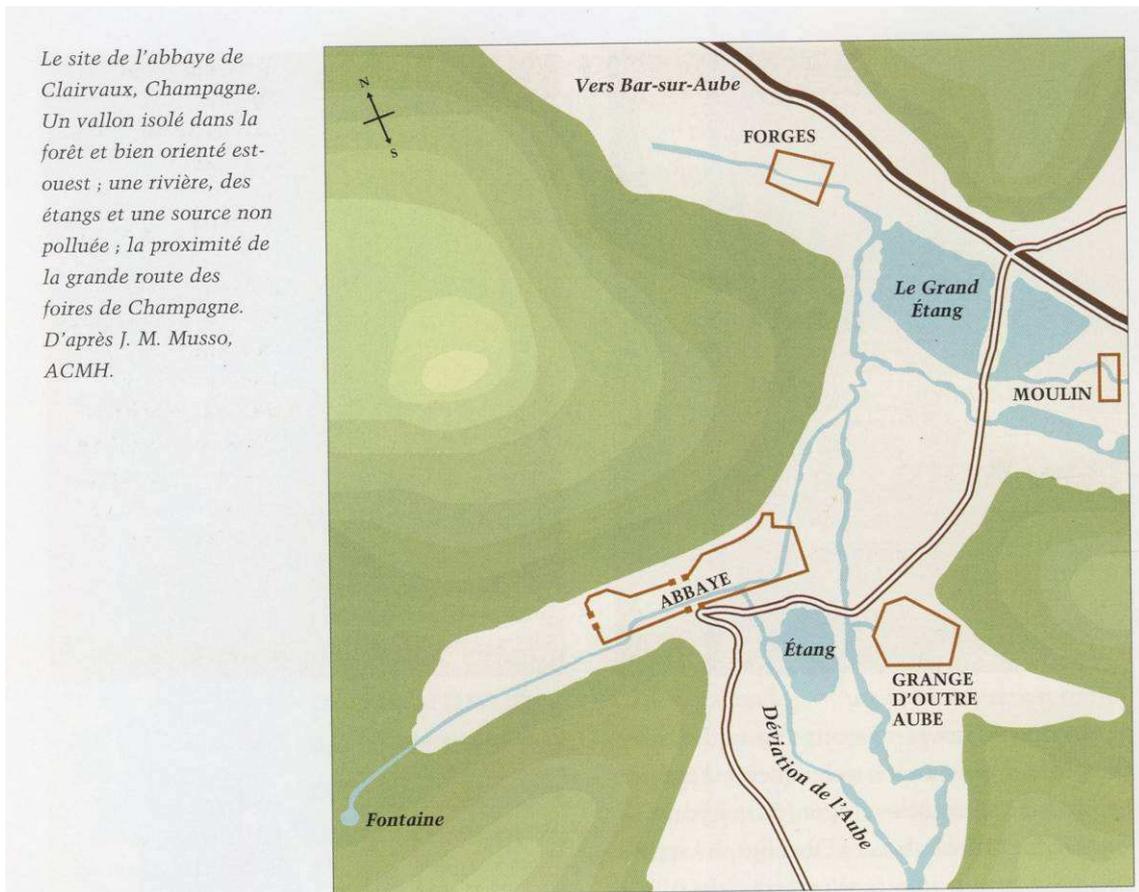


Imagem 21 – Implantação da Abadia de Claraval com os rios e levadas de abastecimento.

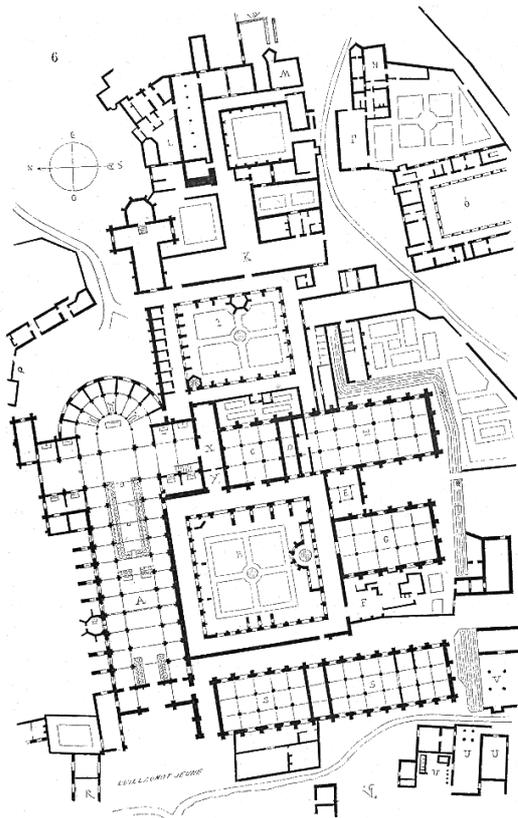


Imagem 22 – Planta da Abadia de Claraval 2.

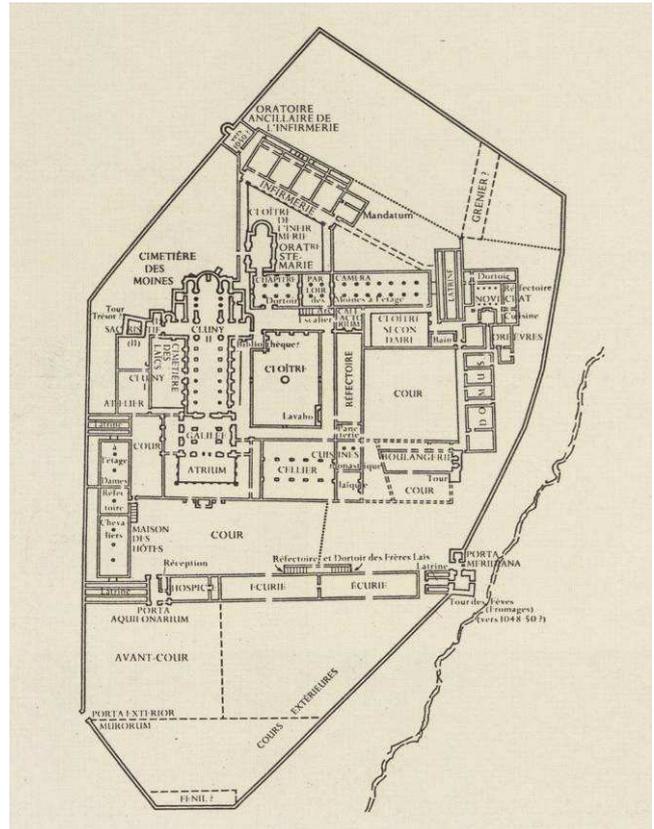


Imagem 23 – Planta da Abadia de Cluny II.

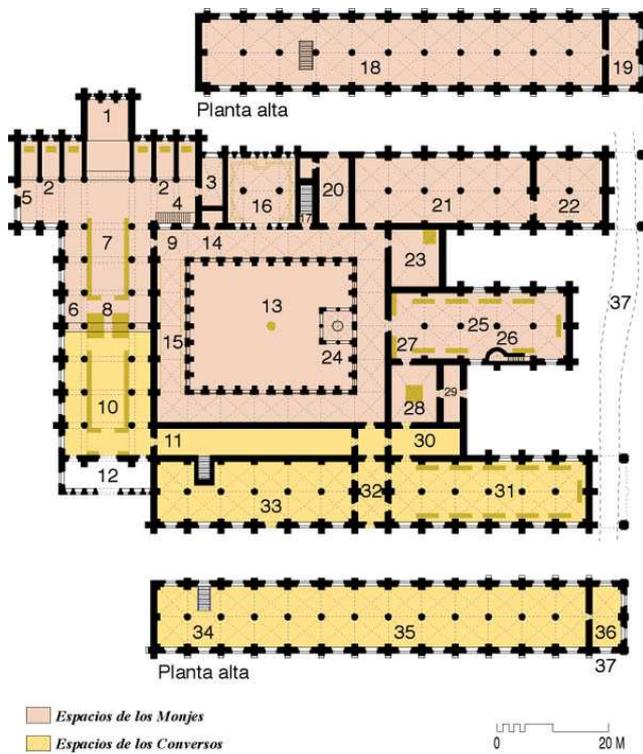


Imagem 24 – Planta da Abadia de Fontenay.

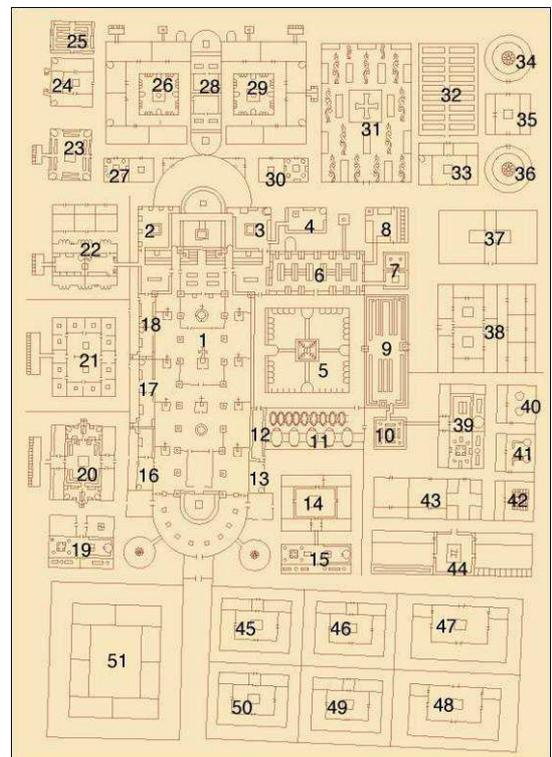


Imagem 25 – Planta da Abadia de Sant-Gall.

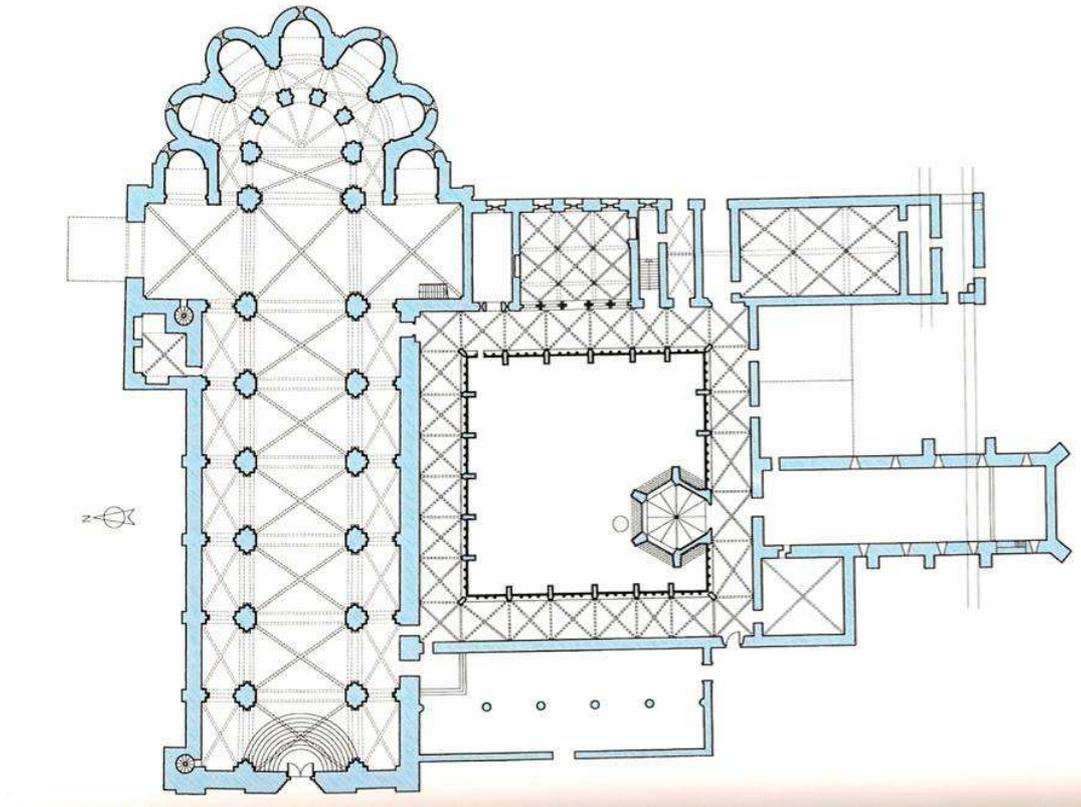


Imagem 26 – Planta da Abadia de Veruela.

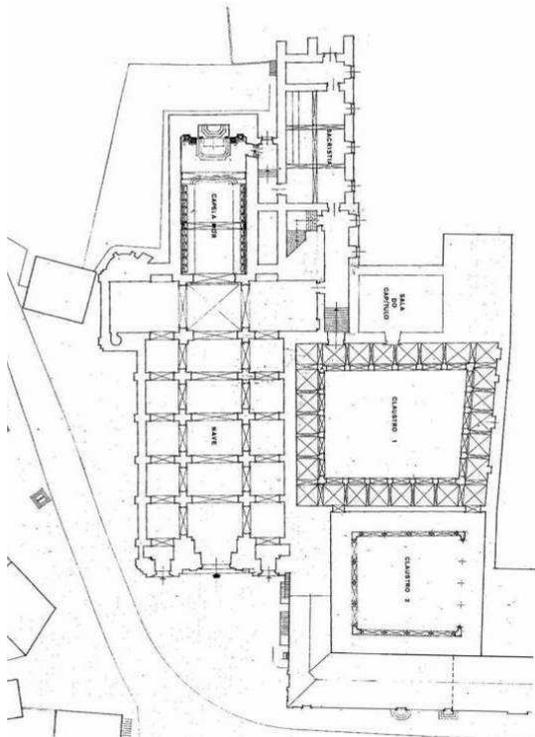


Imagem 27 – Planta da Abadia de Salzedas

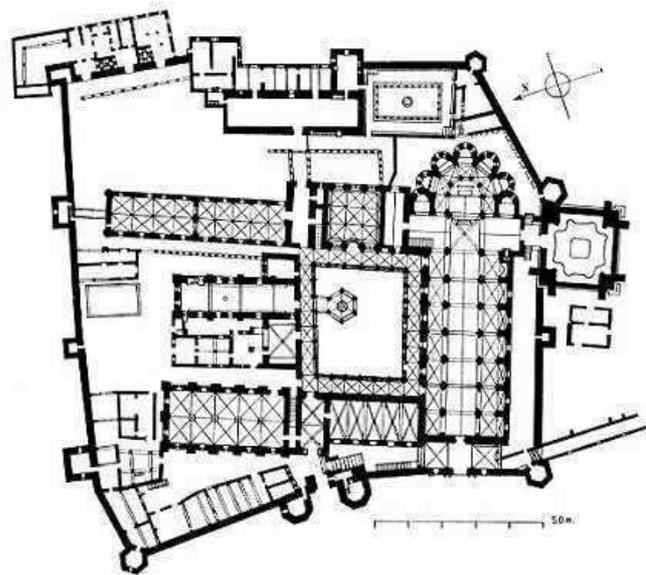


Imagem 28 – Planta da Abadia de Publet.

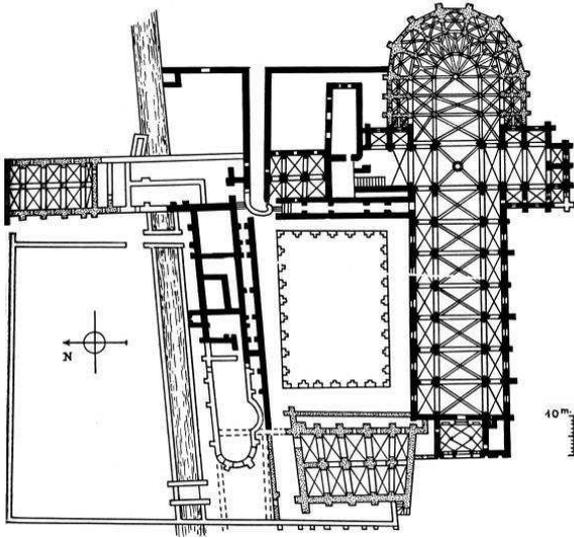


Imagem 29 – Planta da Abadia de Pontigny.

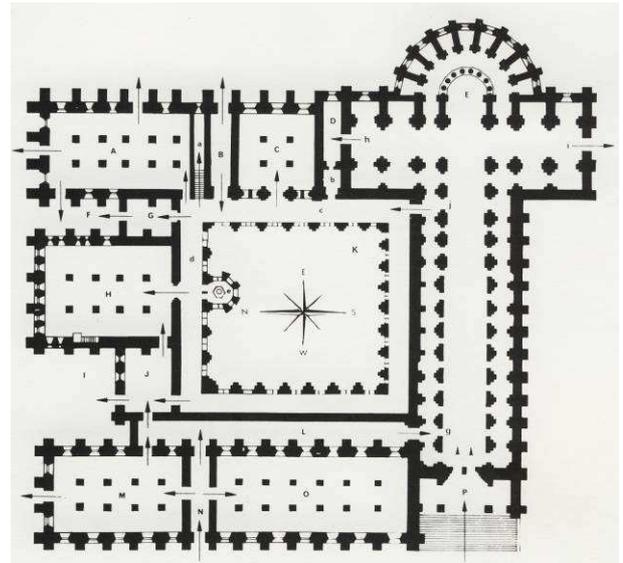


Imagem 30 – Planta medieval da Abadia de Alcobaça.

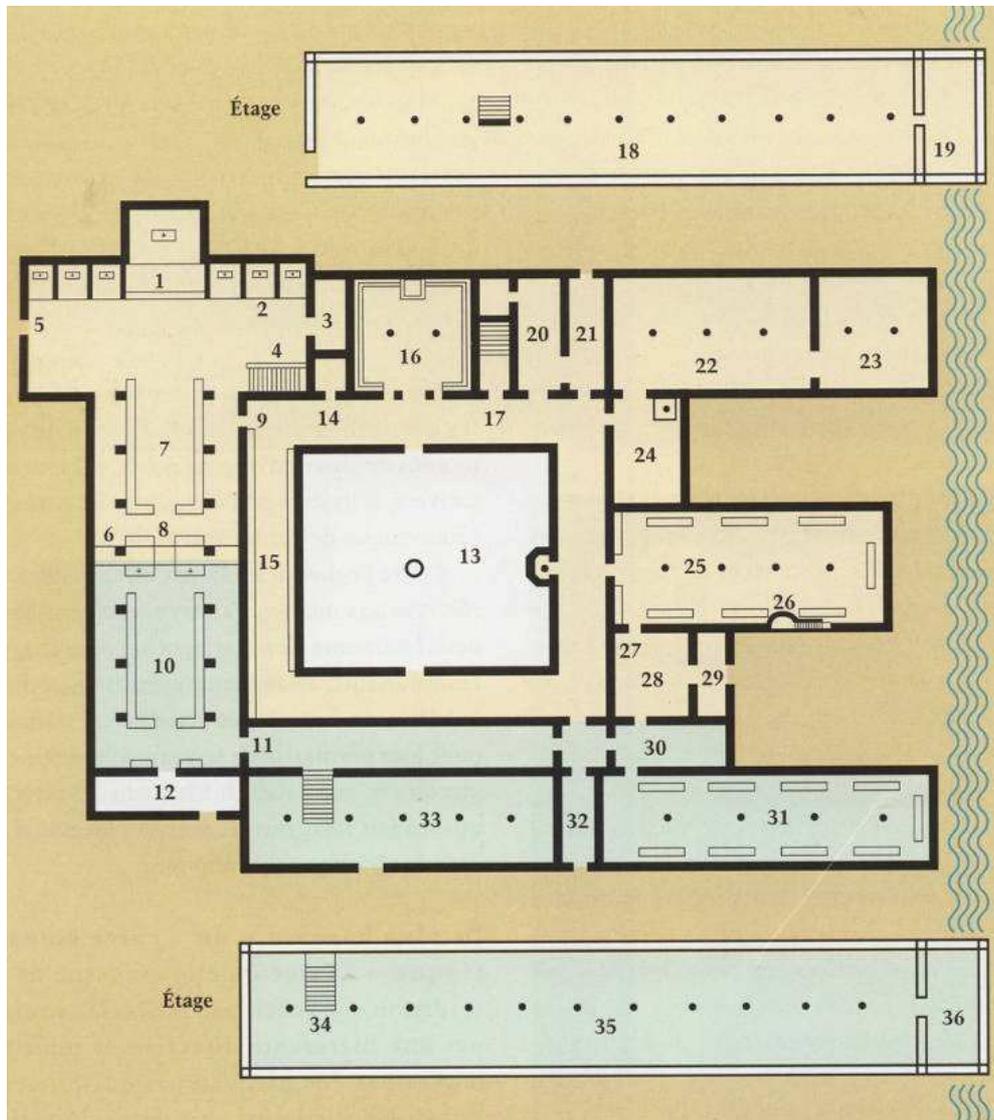


Imagem 31 – Planta de uma Abadia segundo Regra de S. Bento.

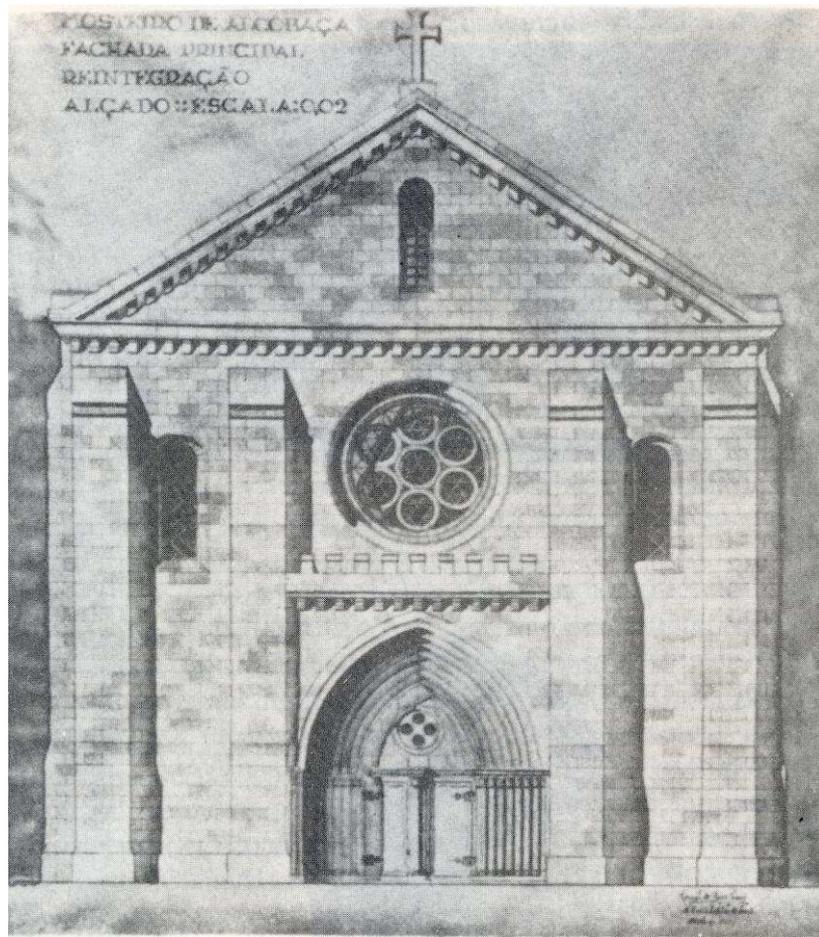


Imagem 32 – Proposta de reconstituição da fachada medieval da Igreja do Mosteiro de Alcobaça.



Imagem 33 – Fachada da Igreja do Mosteiro de São João de Tarouca.

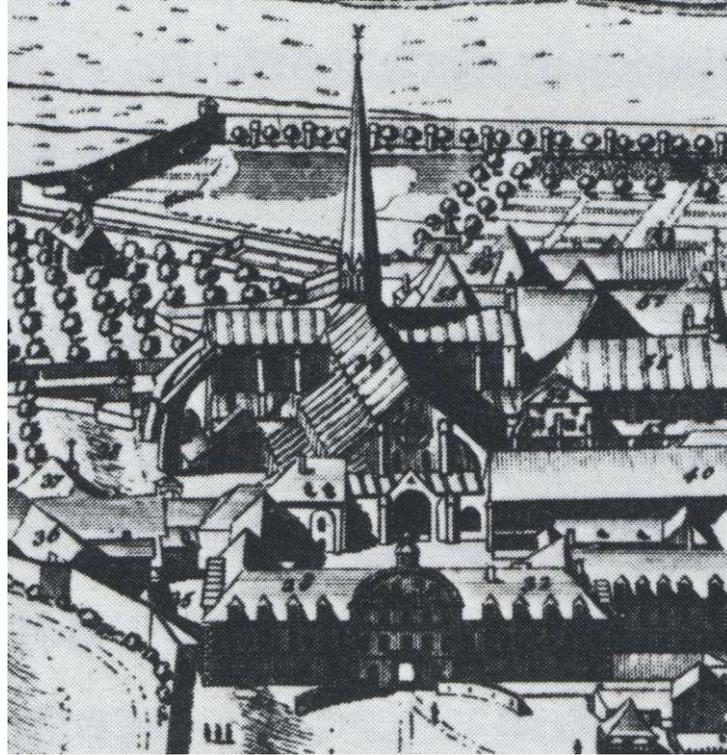


Imagem 34 - Perspectiva da abadia de Claraval, desenho de D. Milley, gravura de G. Lucas em 1708.



Imagem 35 – Fotografia aérea do Mosteiro de Alcobaça em meados dos anos 80 do século XX.

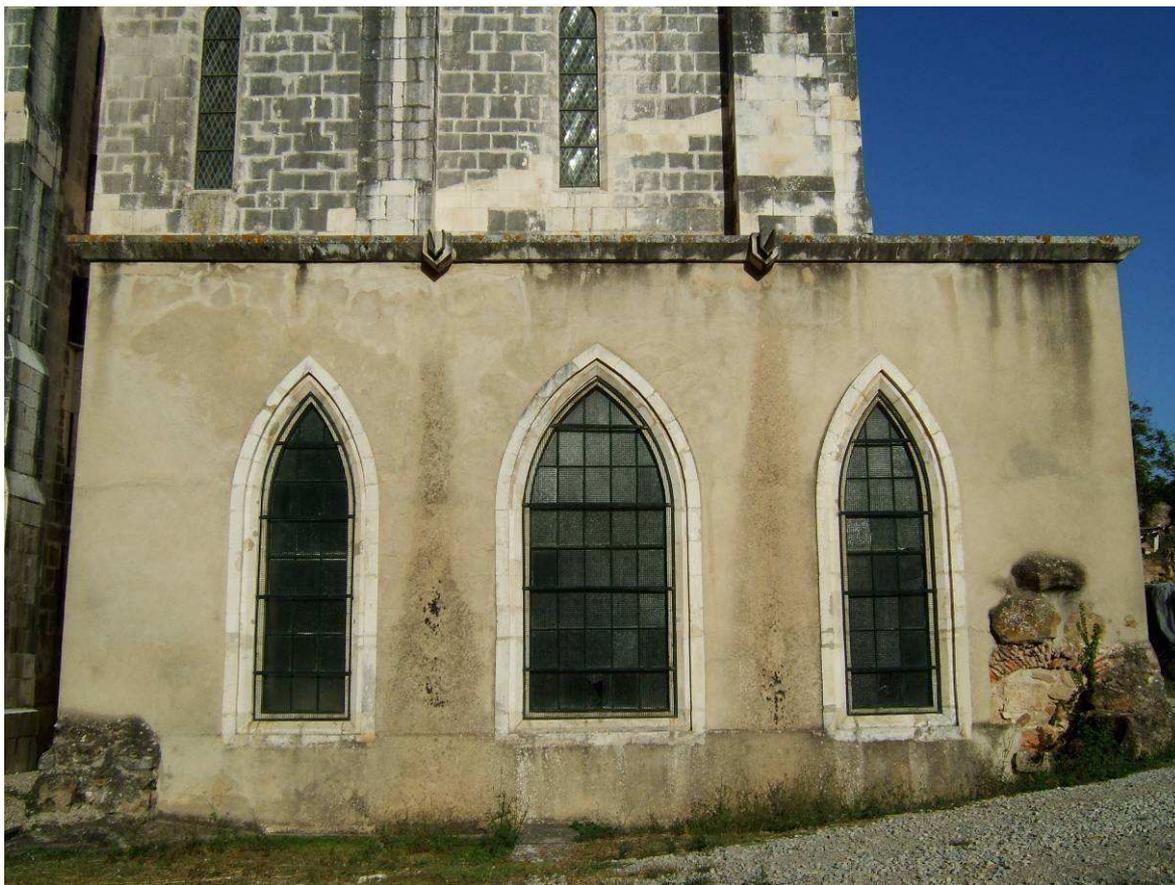


Imagem 36 – Panteão Régio de Alcobaça.

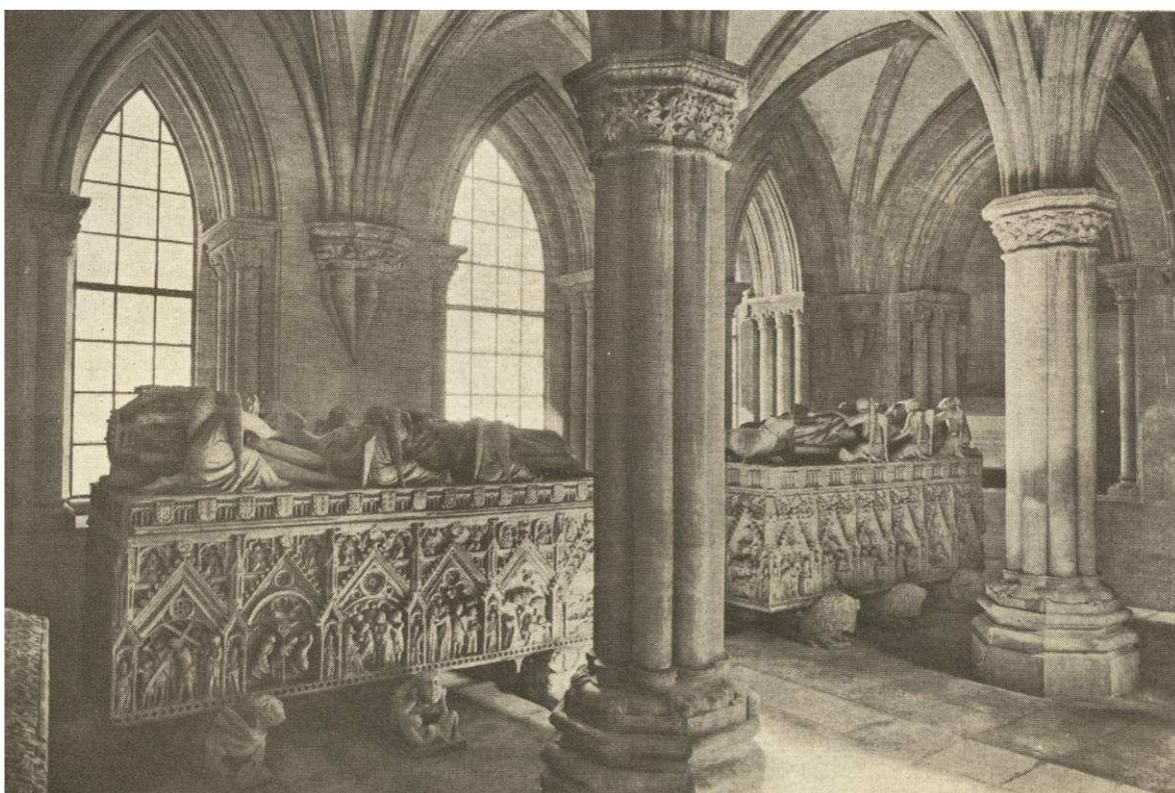
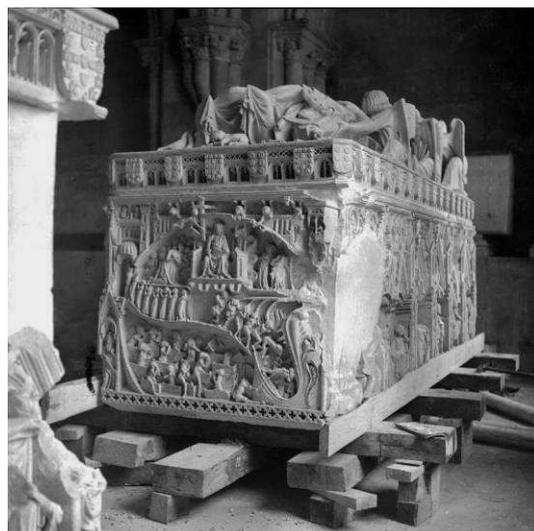
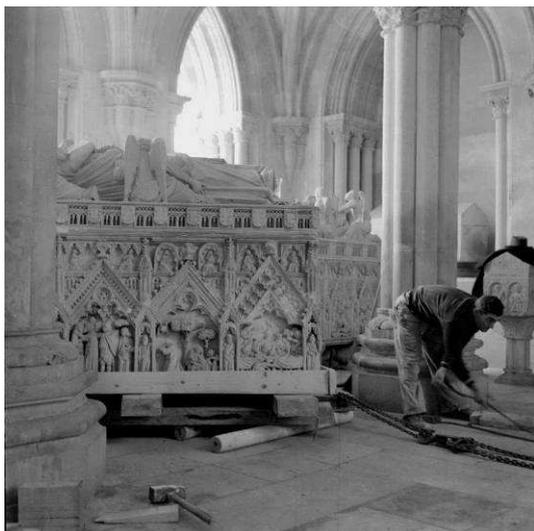
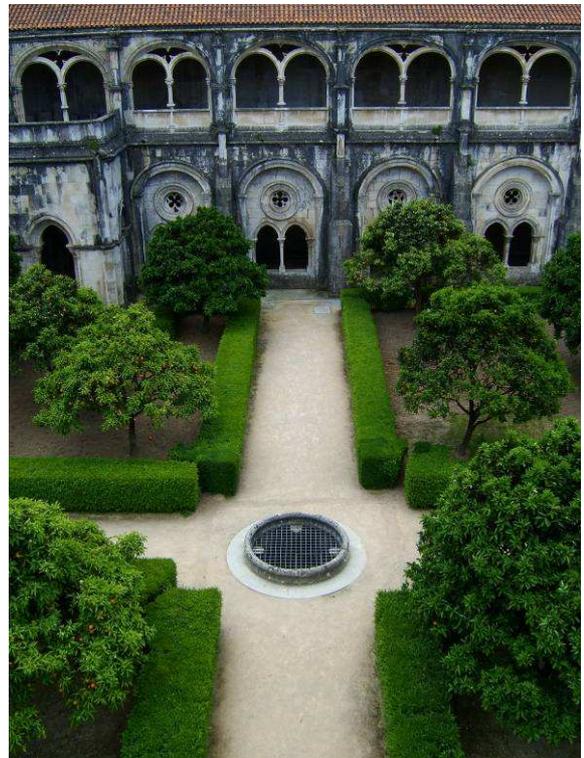
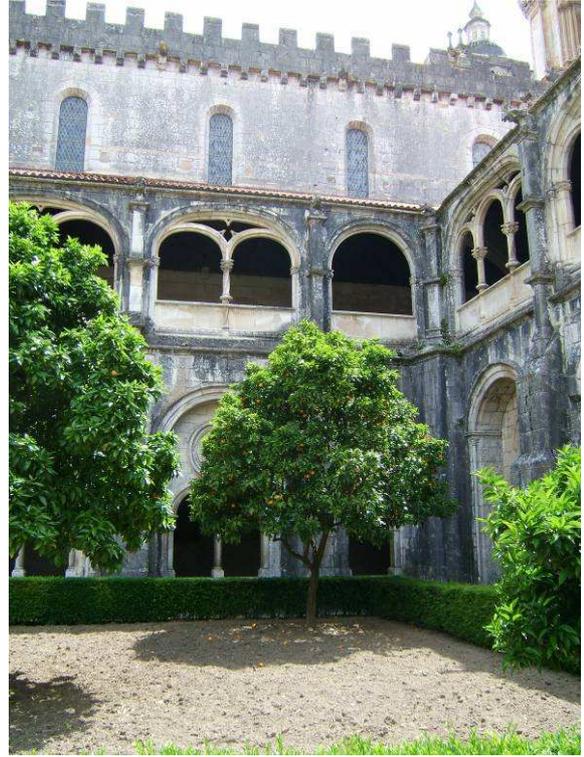


Imagem 37 – Panteão Régio de Alcobaça com os Túmulos de Pedro e Inês.



Imagens 38 a 42 – Mudança dos túmulos do Panteão Régio para o transepto.



Imagens 43 a 46 – Claustro D. Dinis e seus jardins.

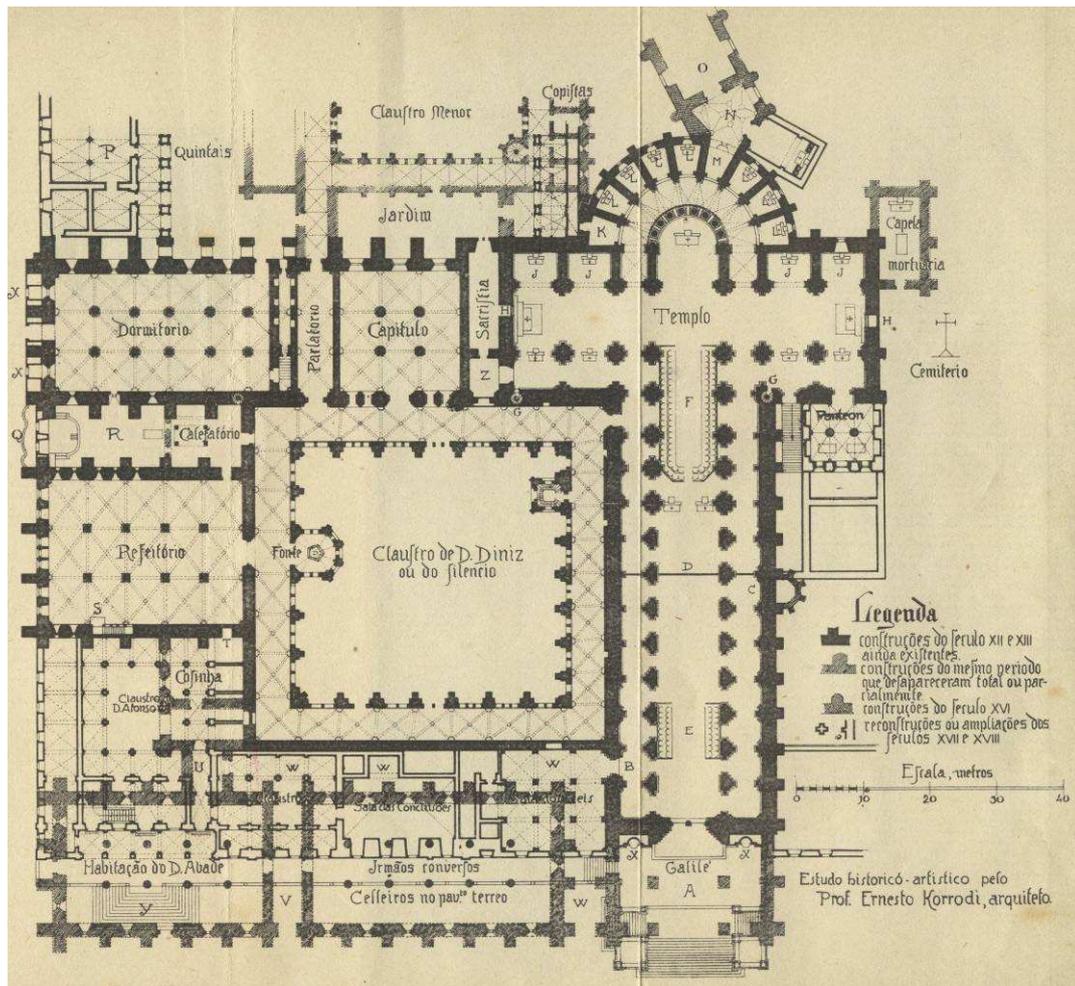


Imagem 47 – Planta do Mosteiro de Alcobaça medieval segundo Ernesto Korrodi.



Imagem 48 – Abastecimento de água na cozinha do Mosteiro de Alcobaça.

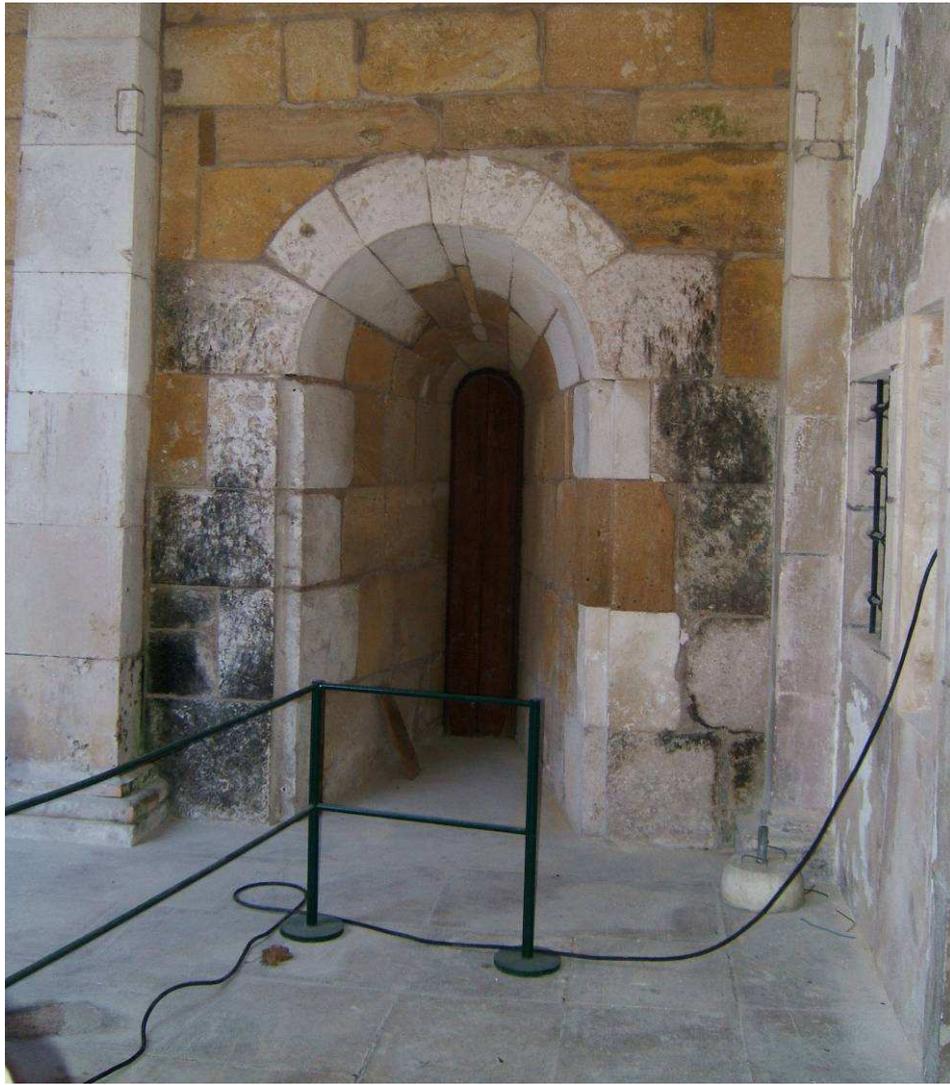


Imagem 49 – *Pass-plat* entre a cozinha medieval e o refeitório.



Imagens 50 e 51 – Obras de *aformosoamento* cerca de 1940/50.



Imagens 52 e 53 – Obras de *aformosoamento* cerca de 1940/50.



Imagem 54 – Escada encontrada na intervenção arqueológica de 2004.



Imagens 55 e 56 – Escada encontrada na intervenção arqueológica de 2004.

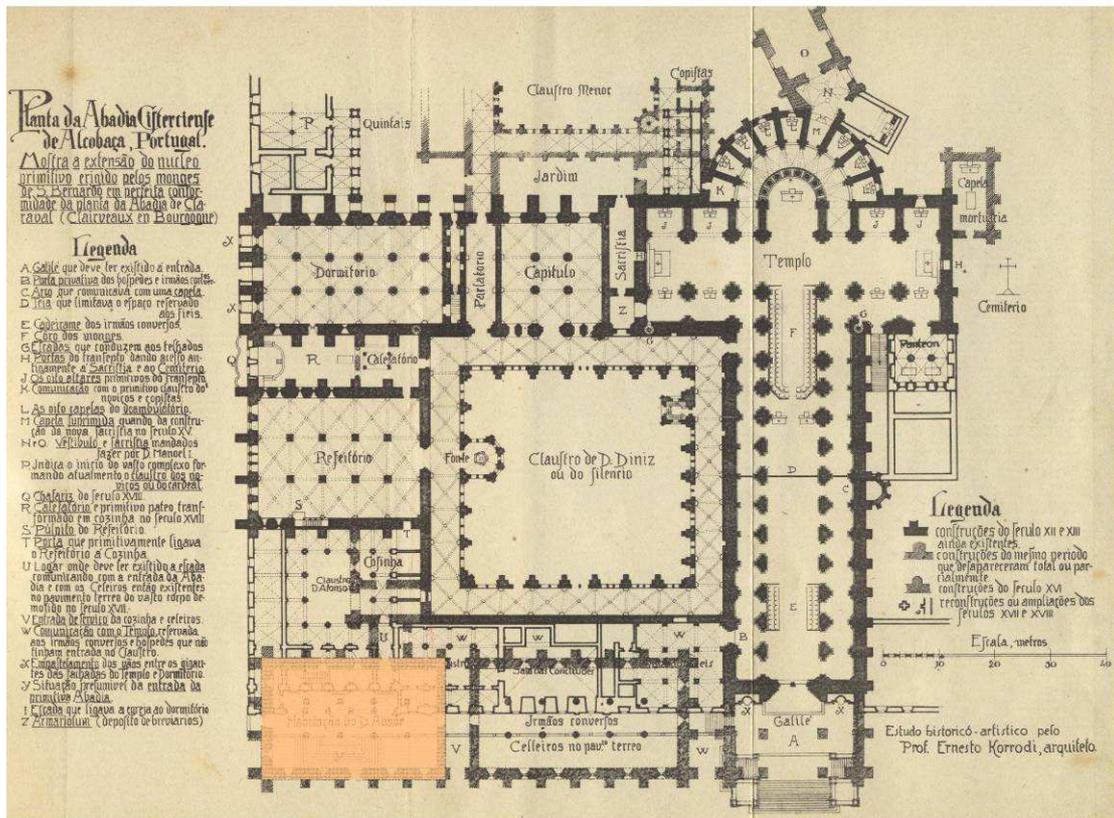


Imagem 57 - Proposta de Korrodi para a localização da habitação do D. Abade antes do abaciado do Cardeal D. Henrique.

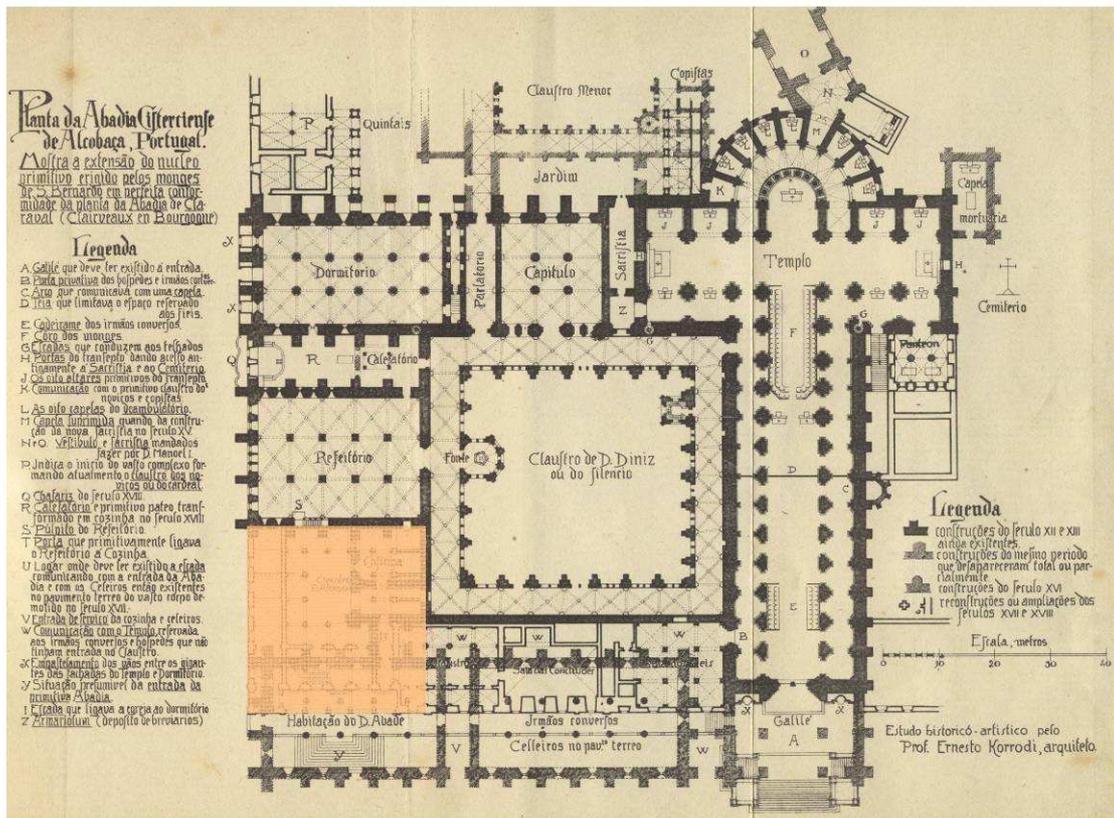


Imagem 58 - Localização do palácio abacial que D. Henrique mandou construir sobre a planta de Korrodi.



Imagem 59 – Desenho do Mosteiro de Alcobaça Medieval.



Imagem 60 - gravura datada de 1613, da Abadia de Saint-Riquier onde se podem ver as duas torres.

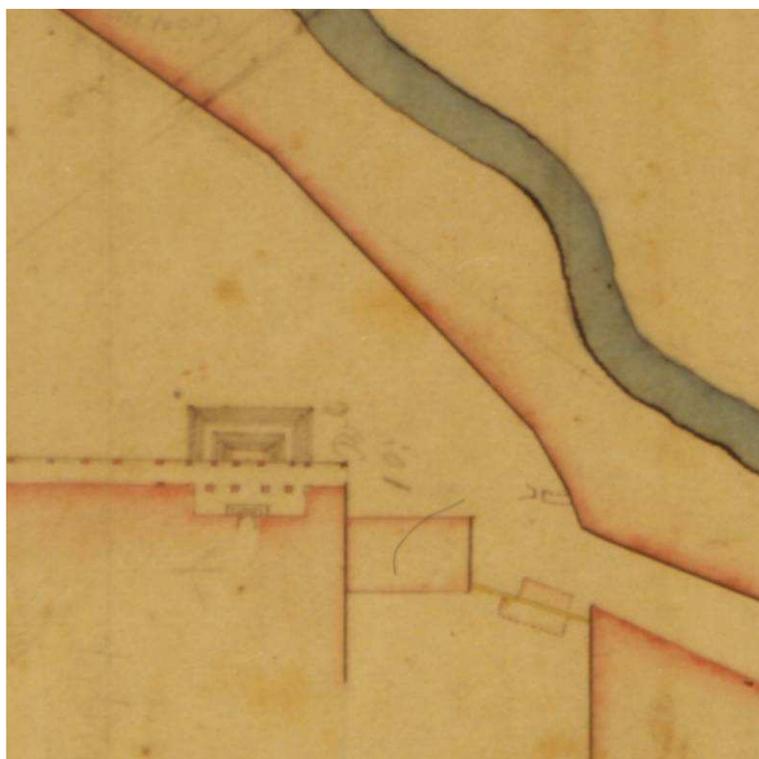


Imagem 61 – Ala Norte do Mosteiro com as Boticas Novas e porta de entrada na cerca. Pormenor da Planta da Vila de Alcobaça em 1795 de Guilherme Elsdén.



Imagem 62 – Actual R. Alexandre Herculano. Fotografia dos finais do séc. XIX, junto ao adro da Capela de Santo António (actualmente extinta).



Imagem 63 – Praça D. Afonso Henriques em finais do séc. XIX



Imagem 64 – Porta da Roda ou Vinha. Pormenor da Planta da Vila de Alcobaça de Guilherme Elsdén de 1795.



Imagem 65 – Porta da Roda ou da Vinha ao fundo atrás dos automóveis em finais do séc. XX.



Imagem 66 – Local da antiga porta da Roda ou da Vinha. Ainda se encontra uma ombreira da mesma porta do lado esquerdo. Fotografado em 2006.



Imagem 67 – Troço da cerca entre a Porta da Roda e a Porta da Coelhoira.



Imagem 68 – Local da antiga Porta da Coelhoira, com os edifícios actuais alinhados pela antiga cerca.

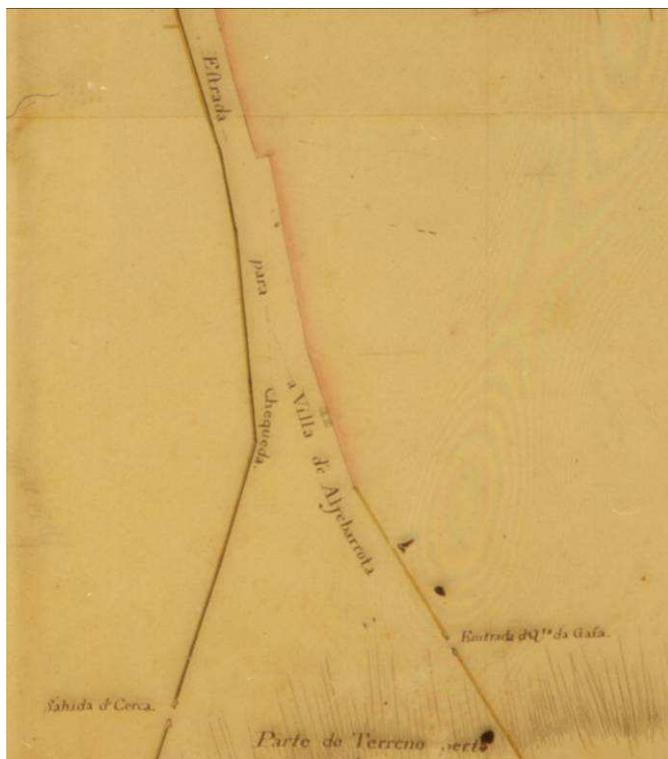


Imagem 69 – Porta da Coelhoira e da Quinta da Gafa. Pormenor da Planta da Vila de Alcobaça de Guilherme Elsdén de 1795.



Imagem 70 – Porta da Coelhoira após a mudança da sua localização. Foto dos anos 70 do séc. XX.

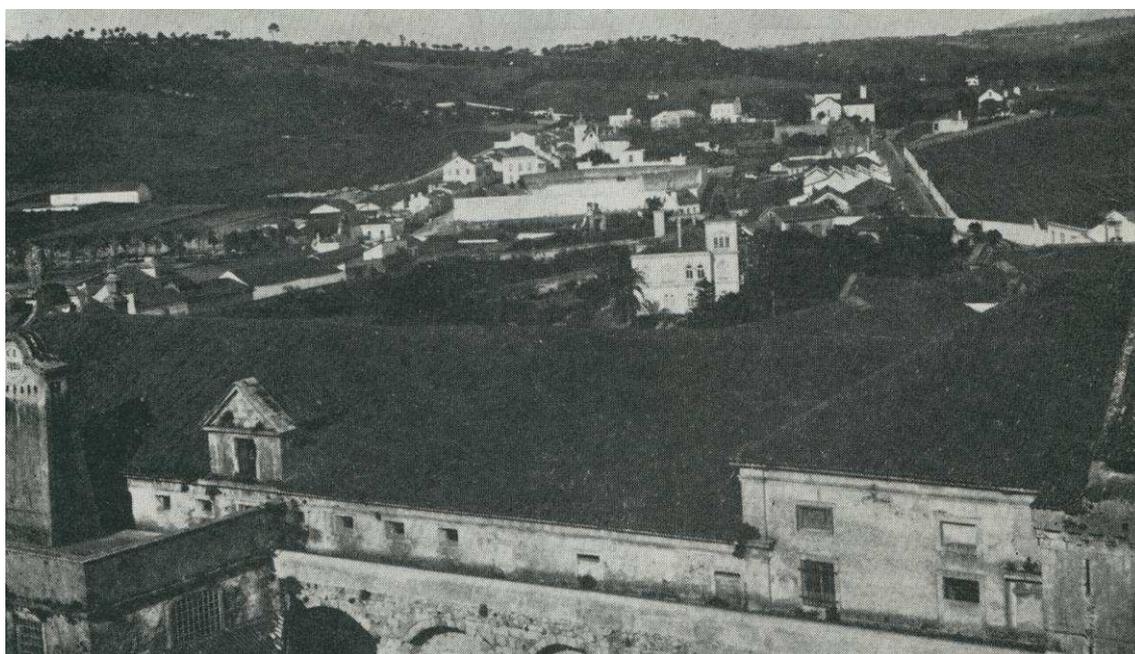


Imagem 71 – Alcobaça vista da torre Norte do Mosteiro. Pode-se observar no topo direito a alteração que a cerca sofreu com a abertura da R. de Leiria. Foto dos anos 40 do séc. XX.



Imagem 72 – Alcobaça vista da torre Norte do Mosteiro. Ao centro observa-se o troço da cerca alterado com a Porta da Coelhoira bem como o Palacete Rino ao Retiro. Foto dos anos 80 do séc. XX.



Imagem 73– Troço da cerca entre a Porta da Coelhoira e a Porta da Nossa Senhora da Paz.



Imagem 74 – Porta da Nossa Senhora da Paz demolida nos em 1996.

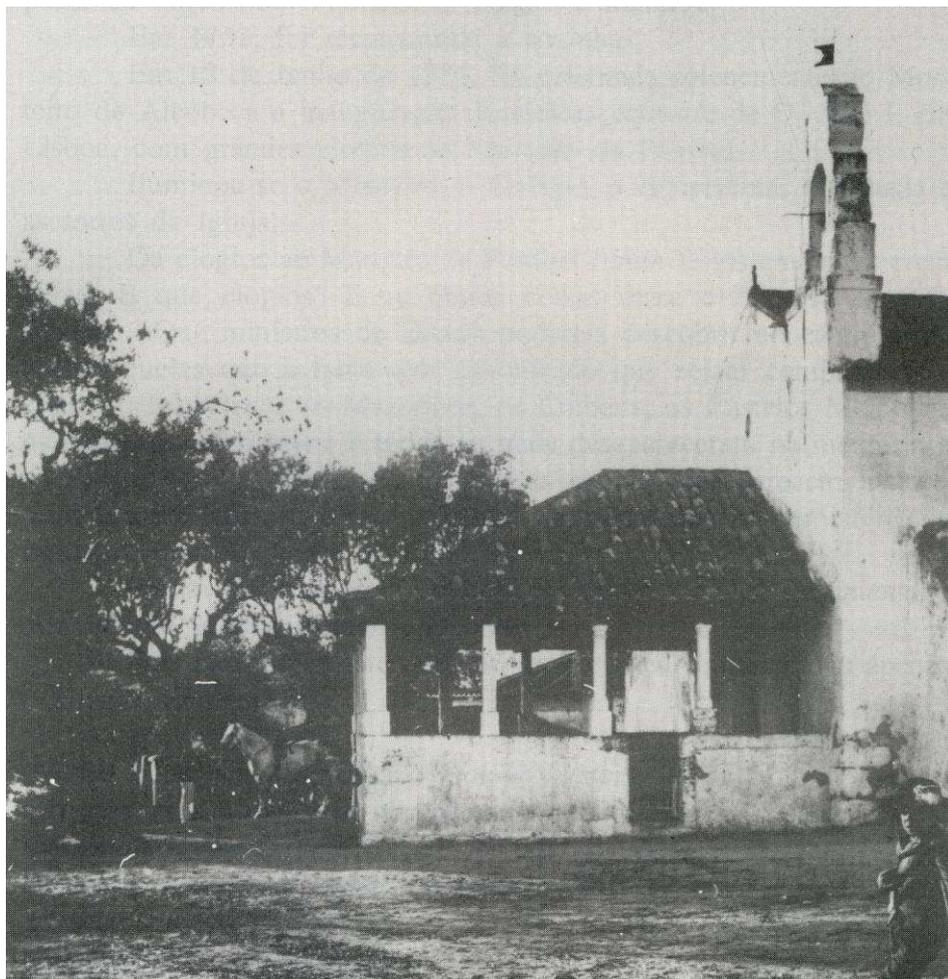


Imagem 75 – Capela da Nossa Senhora da Paz.



Imagem 76 – Troço da Cerca de Fora entre Nossa Senhora da Paz e o Rio Alcoa.



Imagem 77 – Troço da Cerca de Fora junto ao Rio Alcoa.



Imagem 78 – Outra perspectiva do troço da Cerca de Fora junto ao Rio Alcoa.



Imagem 79 – Troço da cerca junto à levada.



Imagem 80 – Porta da Maria Coelha deslocada do seu local inicial.

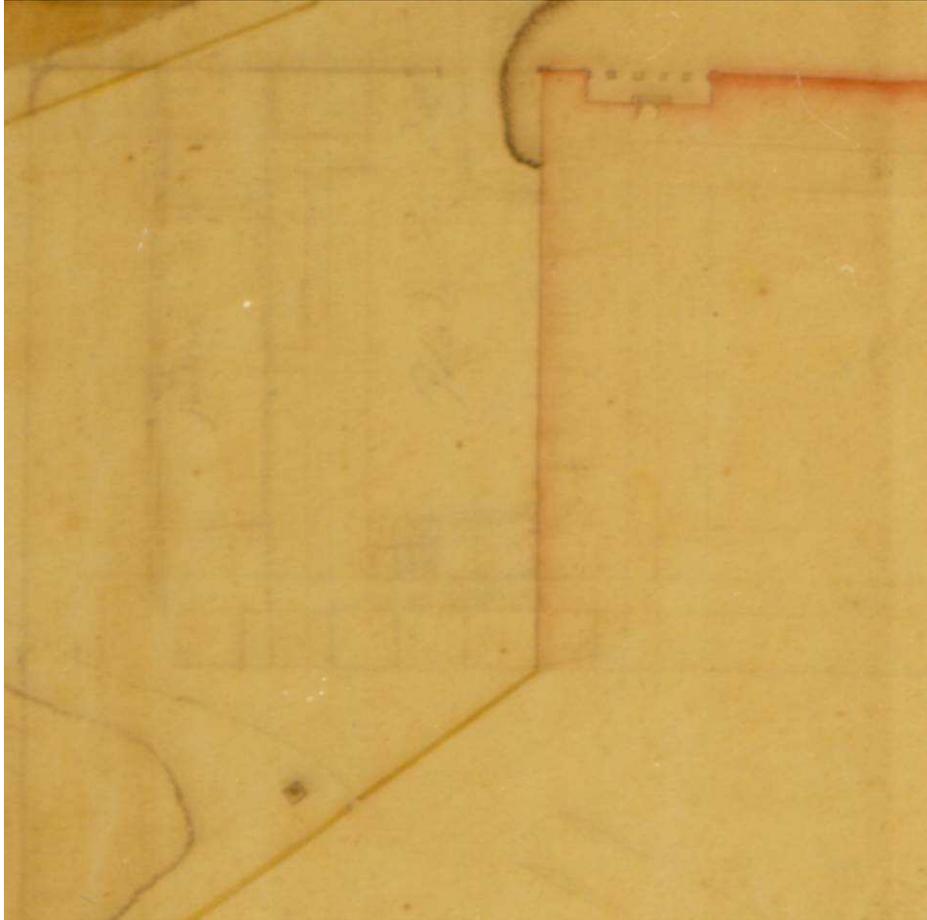


Imagem 81 – Ala Sul do Mosteiro com o Colégio da Conceição, Cerca do Colégio e Porta da Maria Coelha na sua localização inicial. Pormenor da Planta da Vila de Alcobaça em 1795 de Guilherme Elsdén.



Imagem 82 – Antiga localização da Porta da Maria Coelha.

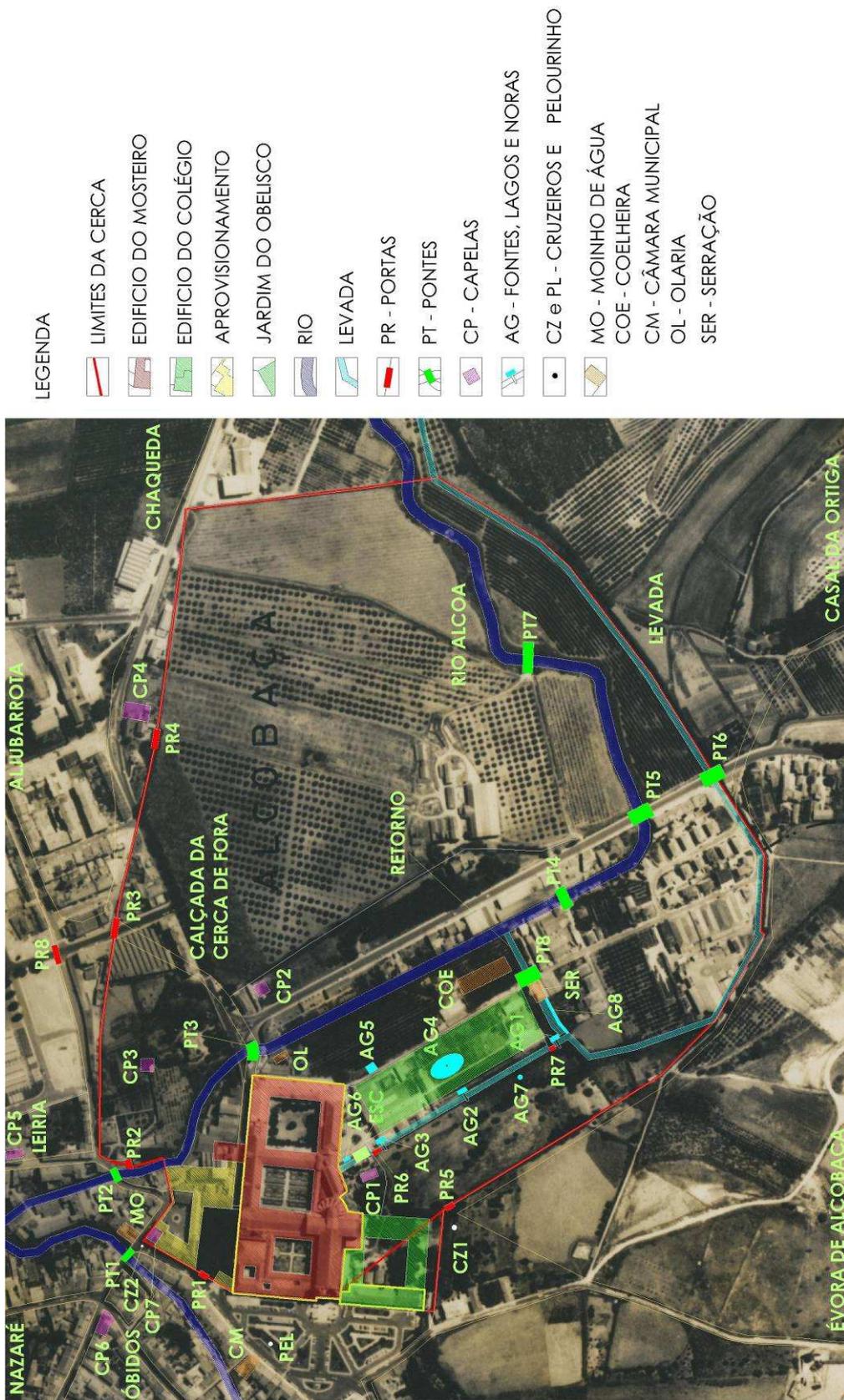
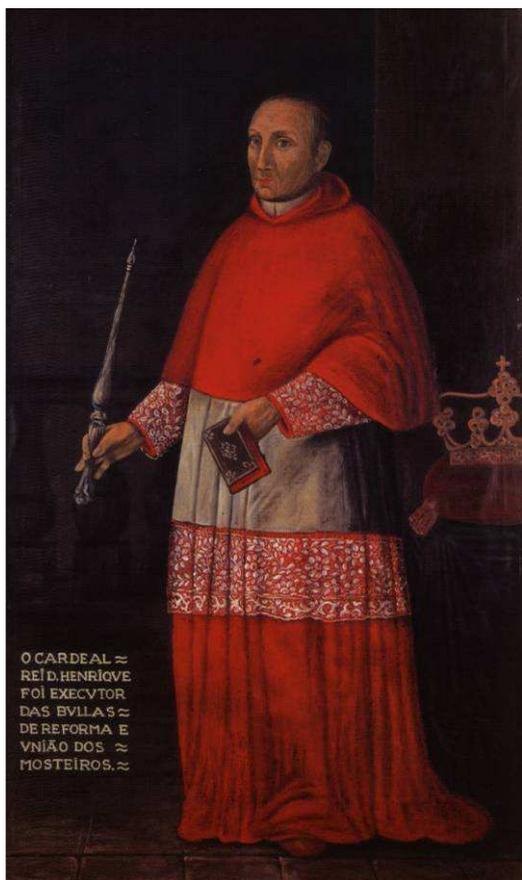


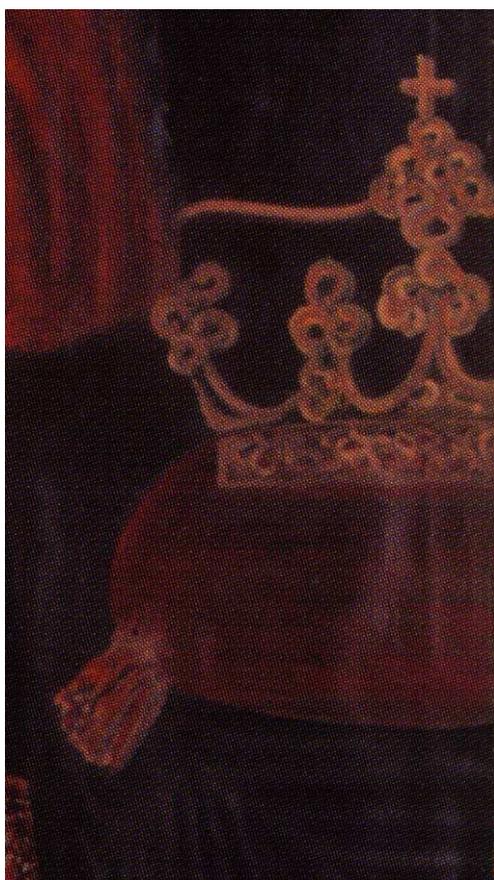
Imagem 83 – Planta da segunda cerca do Mosteiro de Alcobaça, incluindo as alterações após a construção da Ala Sul/Colégio de Nossa Senhora da Conceição.



Imagens 84 e 85 – Retrato do Cardeal D. Henrique e pormenor.



O CARDEAL ≈  
REI D. HENRIQUE  
FOI EXECUTOR  
DAS BVLAS ≈  
DE REFORMA E  
VNIÃO DOS ≈  
MOSTEIROS. ≈



Imagens 86 e 87 – Retrato do Cardeal D. Henrique e pormenor.



Imagens 88 e 89 – Retrato do Cardeal D. Henrique e pormenor.



Imagem 90 - Torre de Refóios.

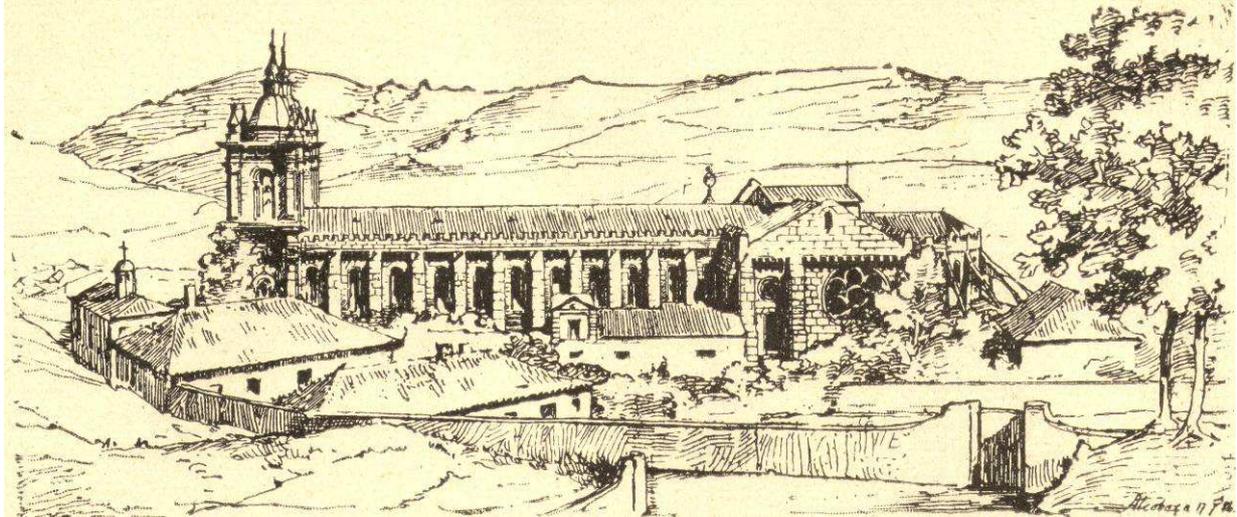


Imagem 91 – Ala Sul do Mosteiro de Alcobaça segundo Albrecht Haupt em 1886.

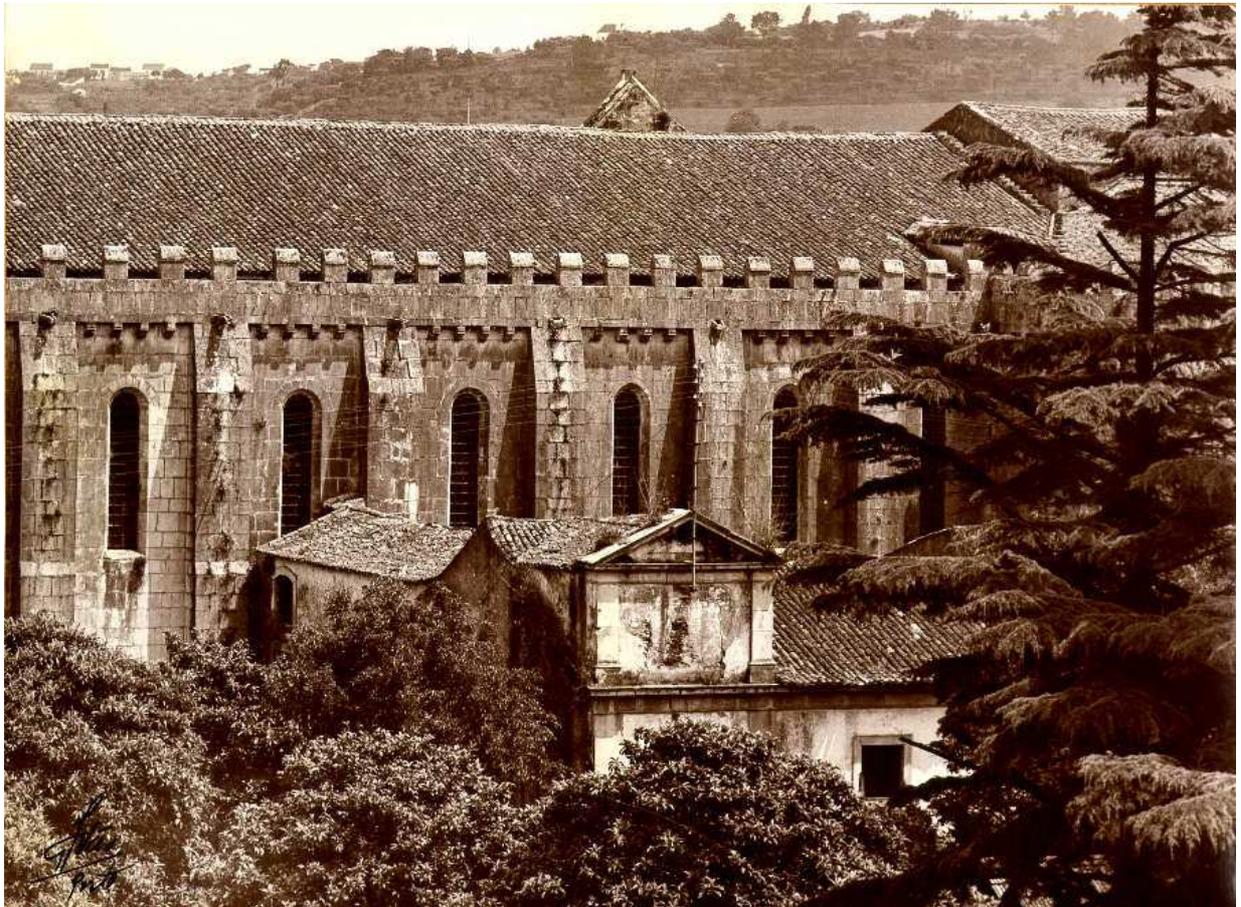


Imagem 92 – Ala Sul do Mosteiro de Alcobaça no início do século XX.



Imagem 93 – Casa dos Duques de Marialva, actual Câmara Municipal de Cantanhede.



Imagem 94 – Pátio interior da Casa dos Duques de Marialva em Cantanhede



Imagem 95 – Galeria da Casa dos Duques de Marialva em Cantanhede.



Imagem 96 – Fecho das abóbadas de nervuras na Casa dos Duques de Marialva.



Imagem 97 – Mísula do arranque das abóbadas de nervuras na Casa dos Duques de Marialva.



Imagem 98 – Abóbada de nervuras no átrio do palácio abacial de Alcobaça.

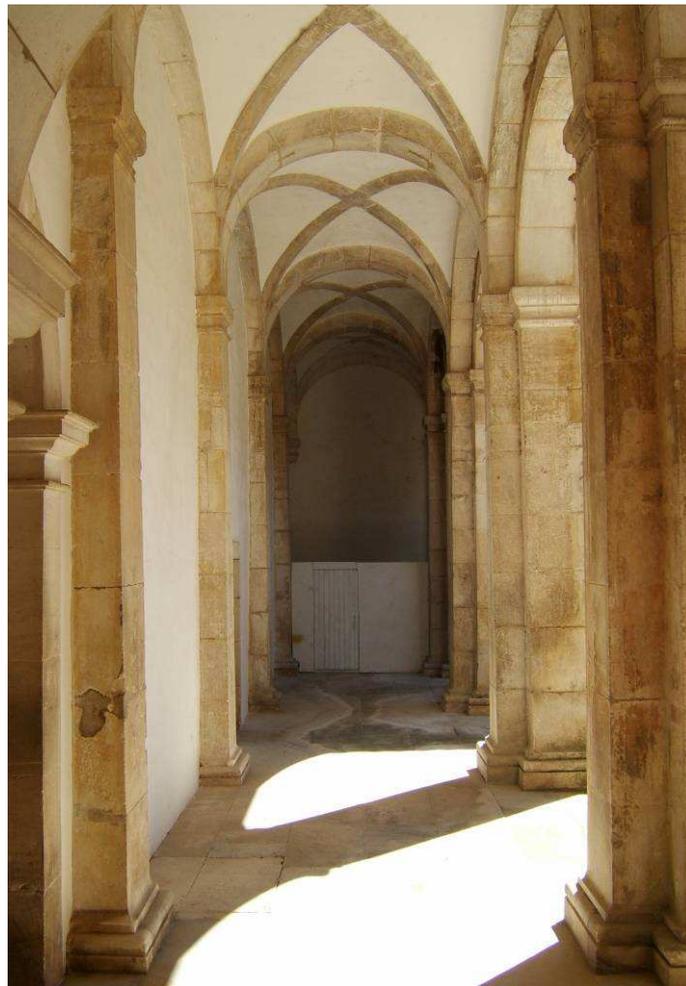


Imagem 99 – Arcada com as abóbadas a descarregar em capitéis no claustro do palácio abacial de Alcobaça.



Imagem 100 – Casa da Quinta das Torres.

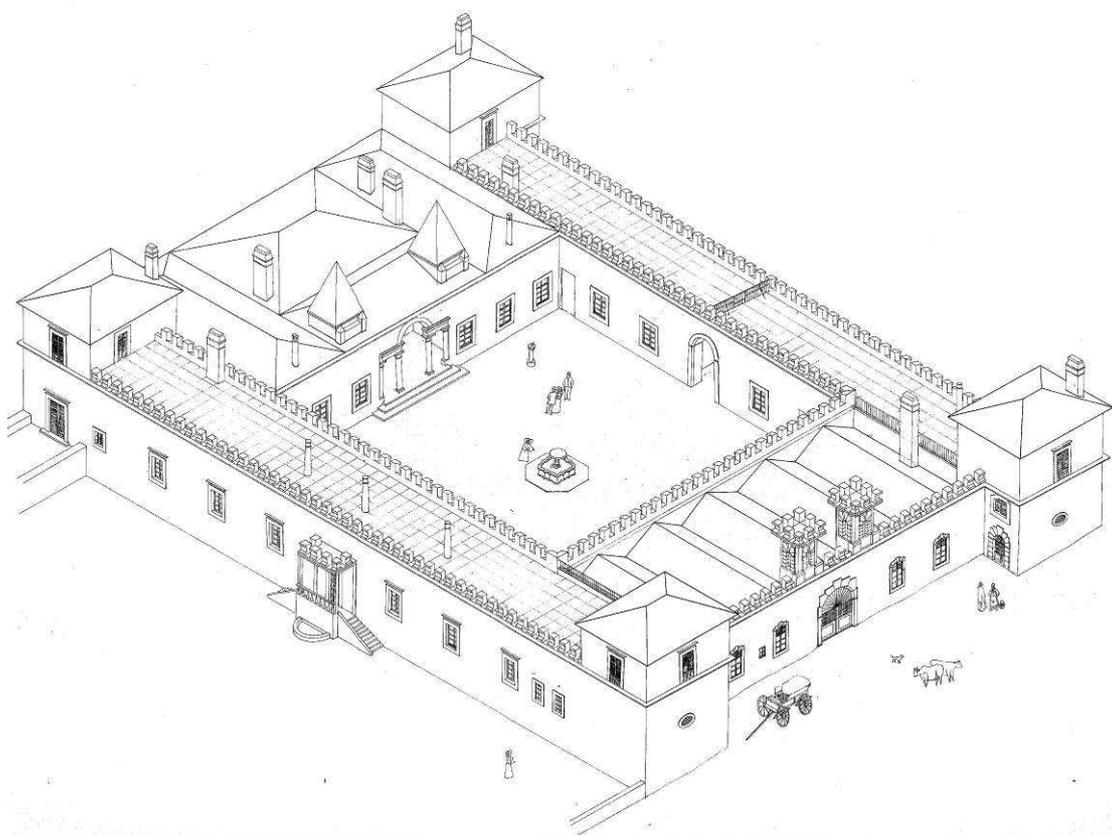


Imagem 101 – Perspectiva isométrica da Casa da Quinta das Torres.



Imagens 102 e 103 – Solar de Águas de Peixe – Palácio dos Duques do Cadaval.

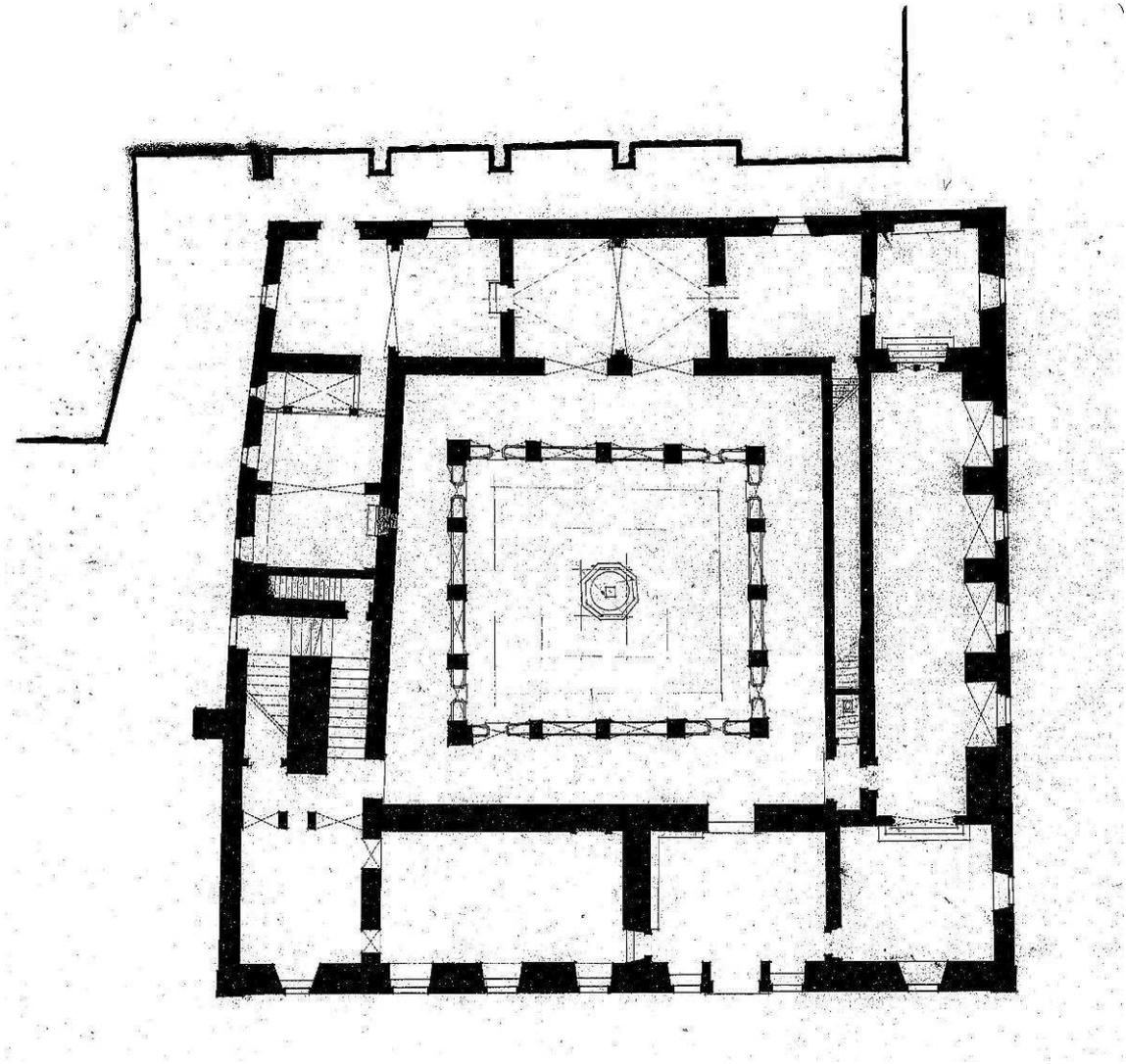


Imagem 104 – Planta do Palácio Arcidescopal de Évora.



Imagens 105 e 106 - Palácio Arcidescopal de Évora.



Imagem 107 – Alcazar de Toledo.



Imagem 108 – Alcazar de Madrid.

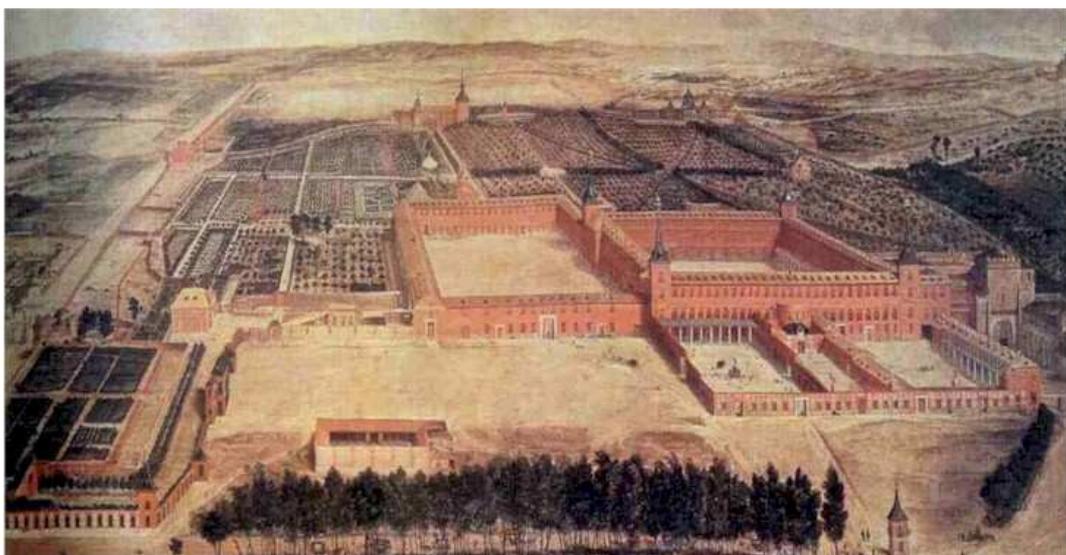


Imagem 109 – Palácio de Buen Retiro.

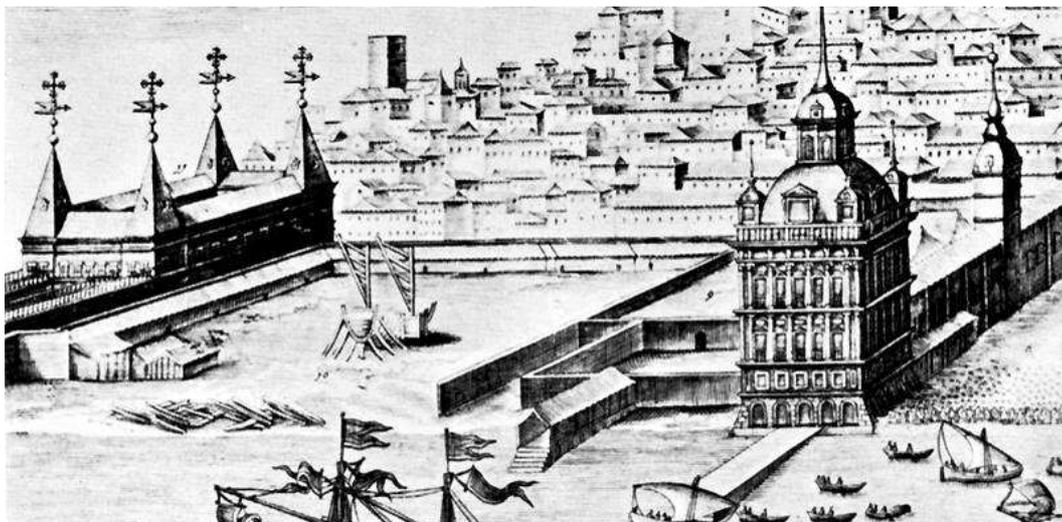
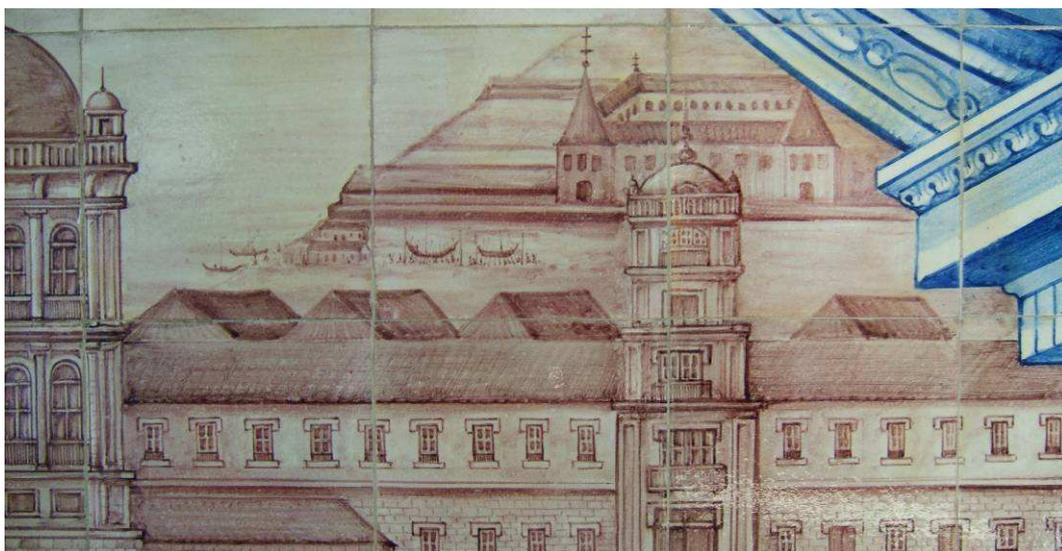
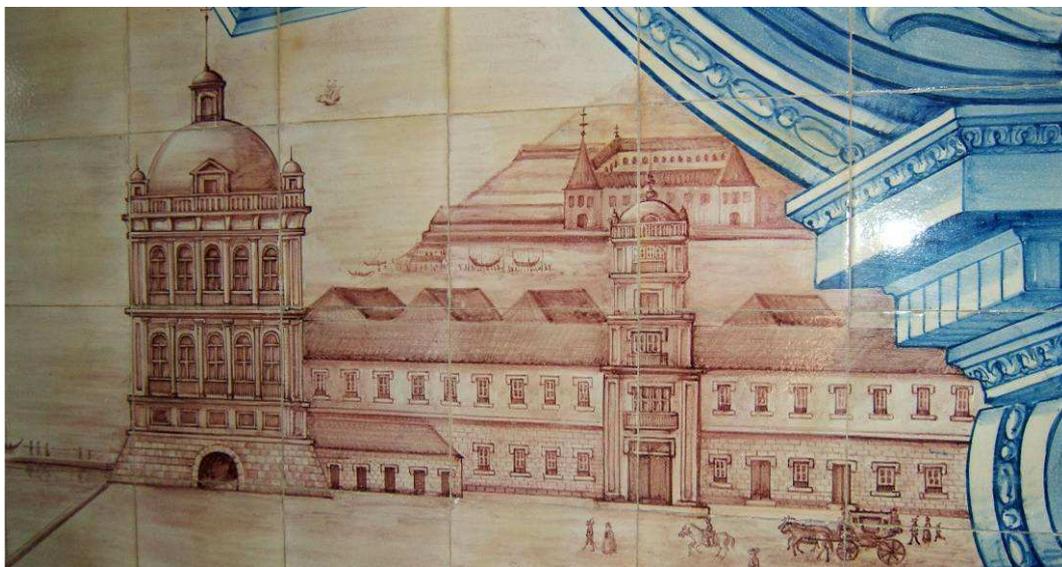


Imagem 110 – Paço da Ribeira com o Palácio Corte-Real em segundo plano



Imagens 111 a 112 – Paço da Ribeira com o Palácio Corte-Real em segundo plano. Pano de azulejos no Palácio dos Duques de Marialva em Cantanhede.



Imagem 113 – Juan de Herrera.



Imagem 114 – Palácio de El Escorial.



Imagem 115 – Palácio de Carlos V no Alhambra de Granada.



Imagem 116 – Palácio de Aranjuez.



Imagens 117 e 118 – Paço dos Duques do Cadaval em Muge.

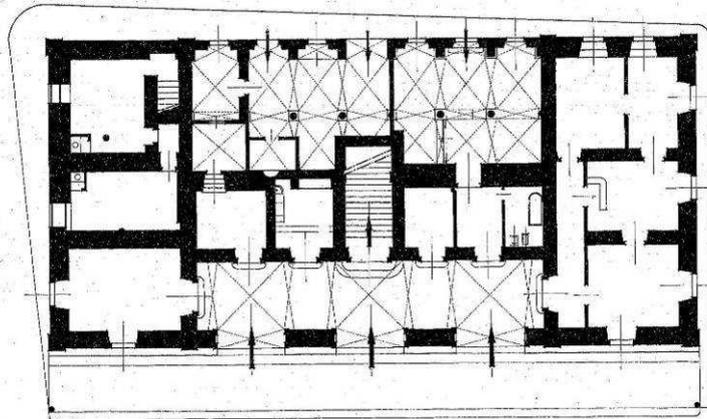


Imagem 119 – Planta do edifício da Câmara Municipal de Tomar.

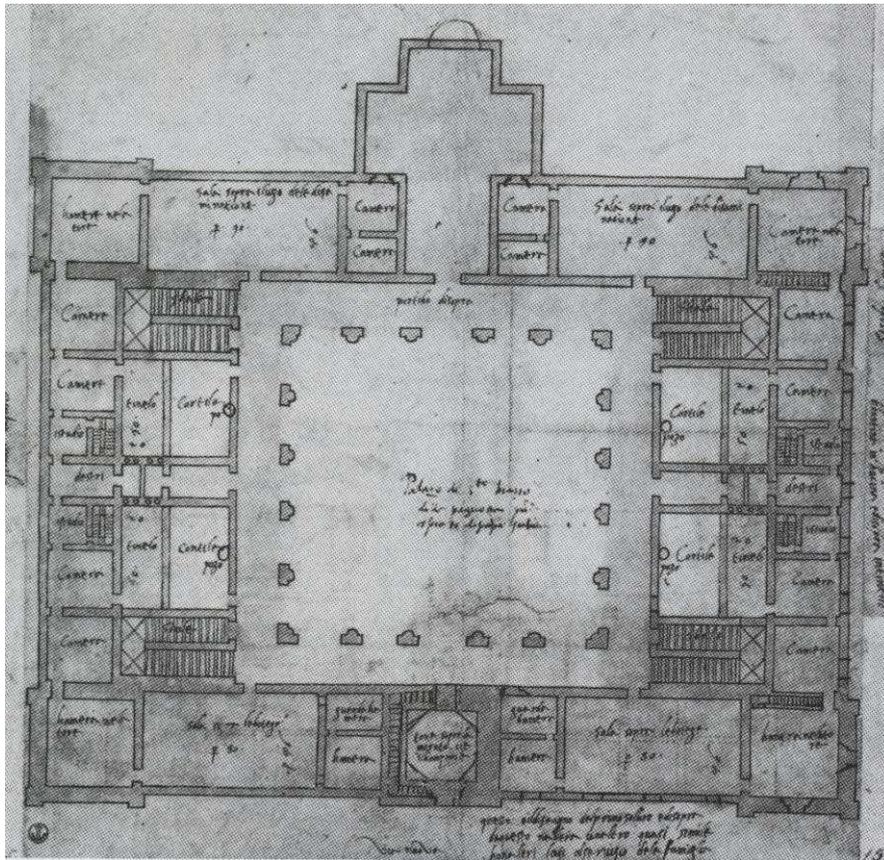


Imagem 120 - Palácio do tribunal na Via Giulia em Roma.



Imagem 121 - Palácio abacial de Royaumont.



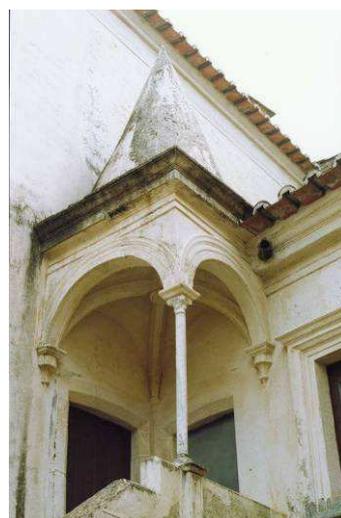
Imagens 122 e 123 – Casa da Penha Verde em Sintra.



Imagens 124 e 125 – Casa dos Pisões em Sintra.



Imagens 126 – Casa dos Pisões em Sintra.



Imagens 127 a 130 - Palácio dos Condes de Basto em Évora.



Imagem 131 - Fachada da Sé de Leiria



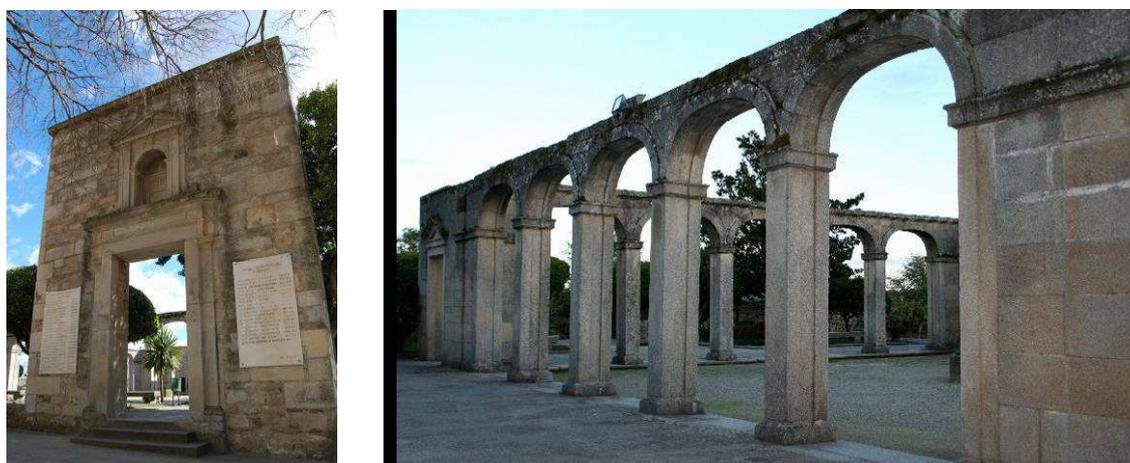
Imagens 132 a 134: Casa dos Coimbras no Bombarral.



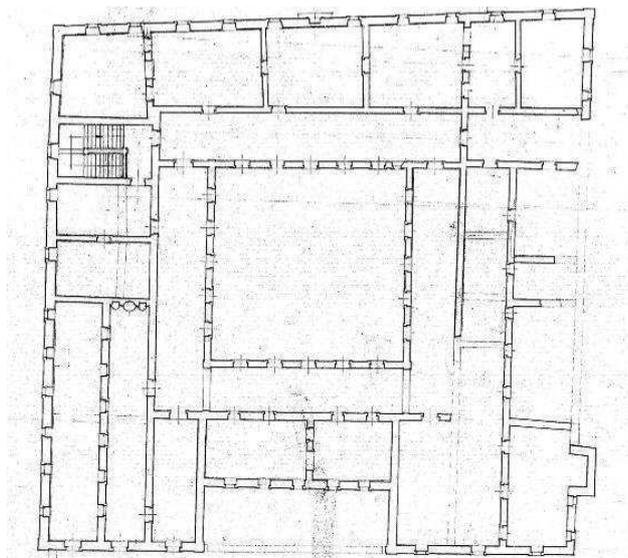
Imagens 135 e 136: Casa dos Condes de Marialva em Cantanhede.



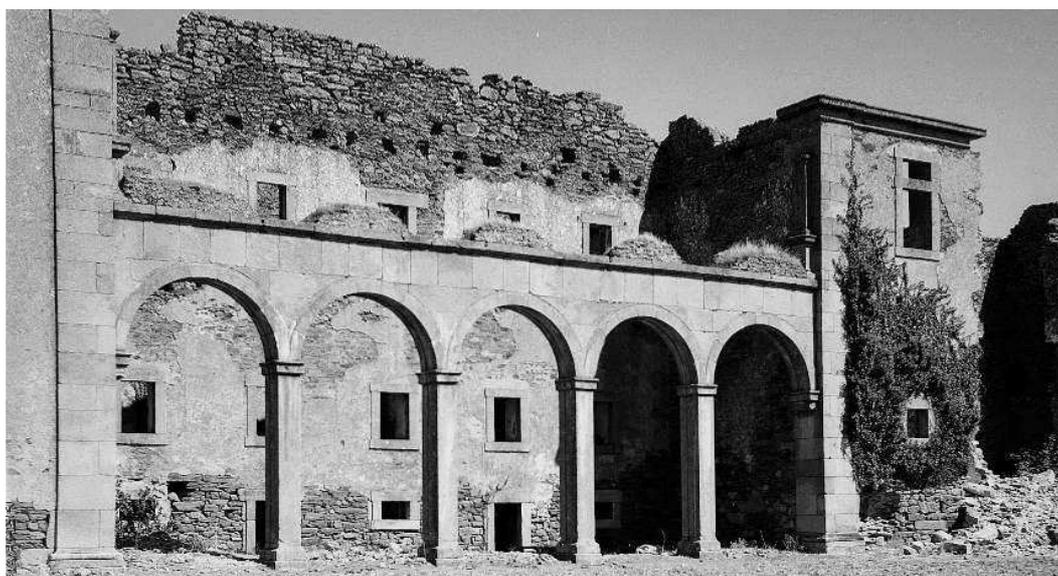
Imagem 137 – Paço Episcopal de Miranda antes das demolições do início do século XX.



Imagens 138 e 139 – O antigo Paço Episcopal de Miranda depois das demolições.



Imagens 140 – Planta do antigo Paço Episcopal de Miranda antes das demolições.



Imagens 141 e 142 – A *loggia* do antigo Paço Episcopal de Miranda antes das demolições.



Imagem 143 – O claustro do antigo Paço Episcopal de Miranda antes das demolições.



Imagens 144 e 145 – Sé de Portalegre, fachada e claustro.

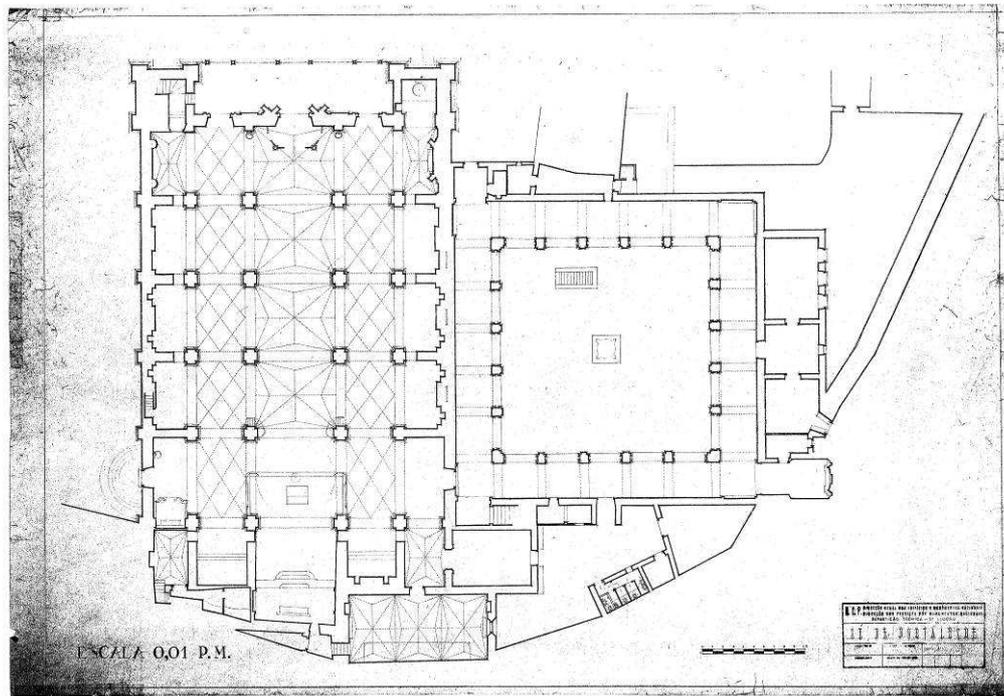


Imagem 146 – Planta da Sé de Portalegre.

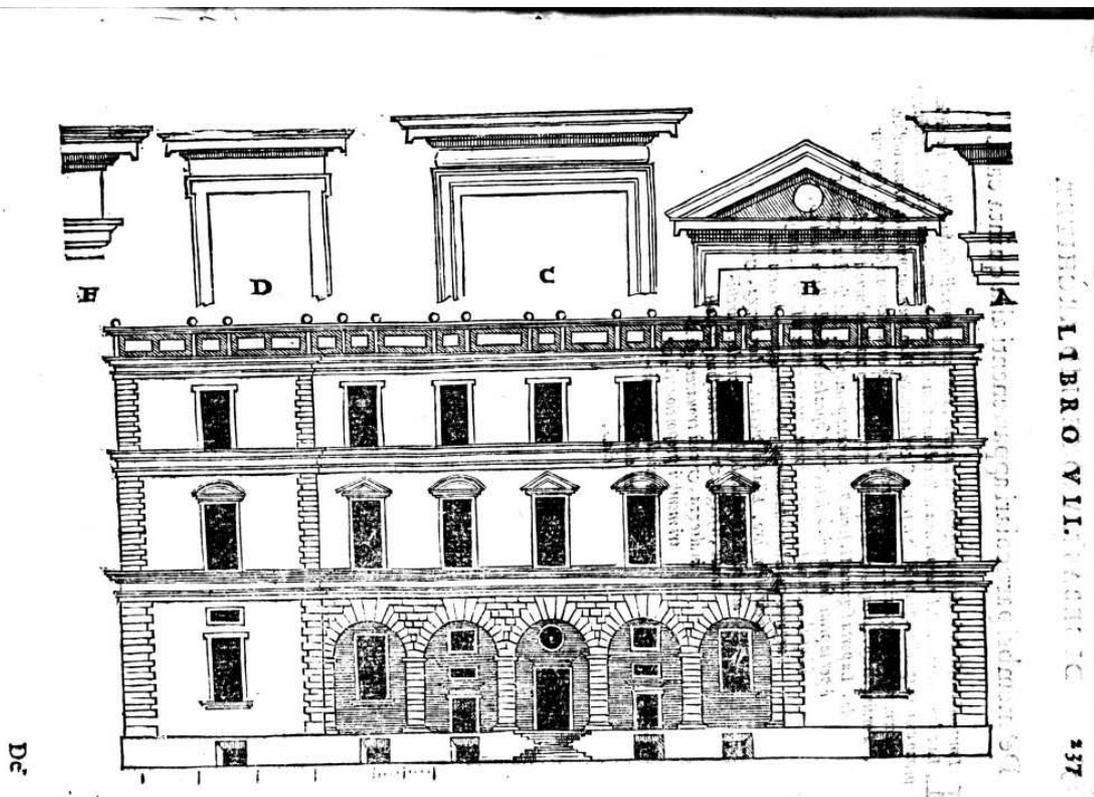


Imagem 147 – Gravura do Livro VII de Sebastiano Serlio.

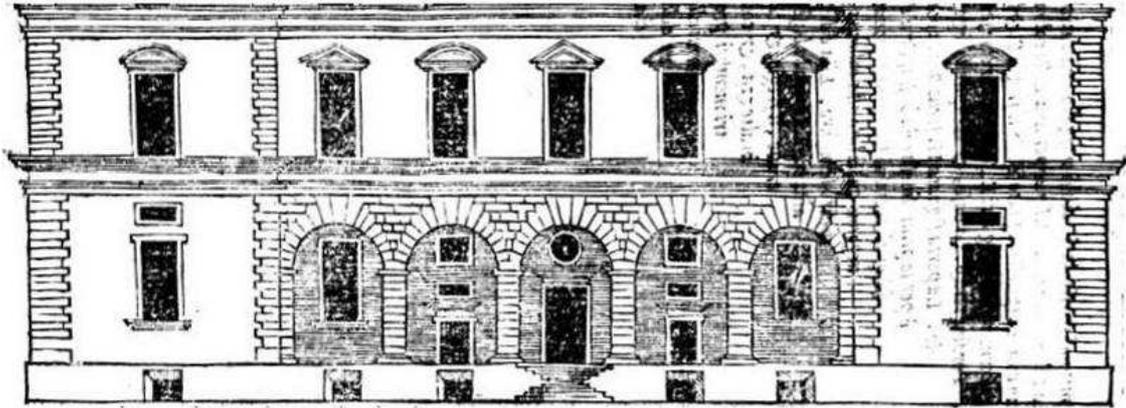


Imagem 148 – Gravura do Livro VII de Sebastiano Serlio após retirada do segundo piso.

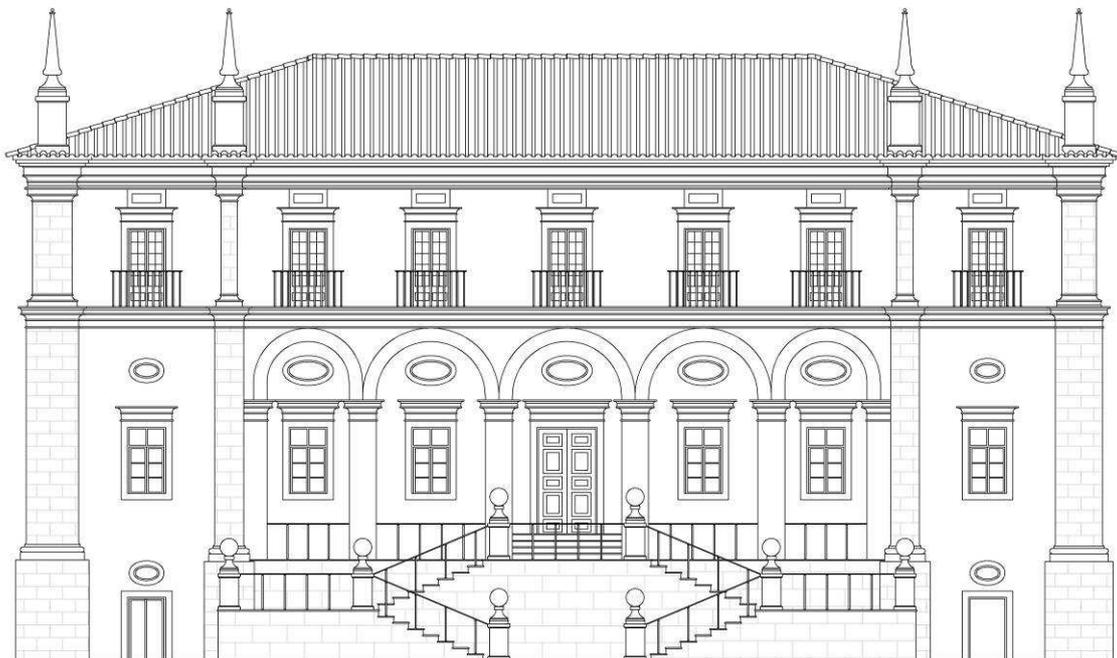


Imagem 149 – Palácio abacial, à época da sua construção segundo a nossa proposta.

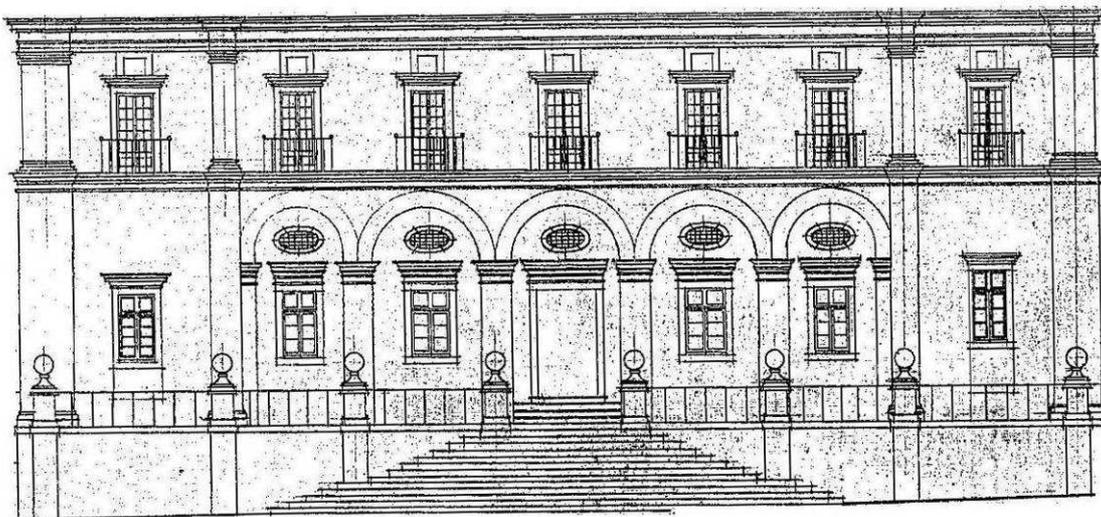
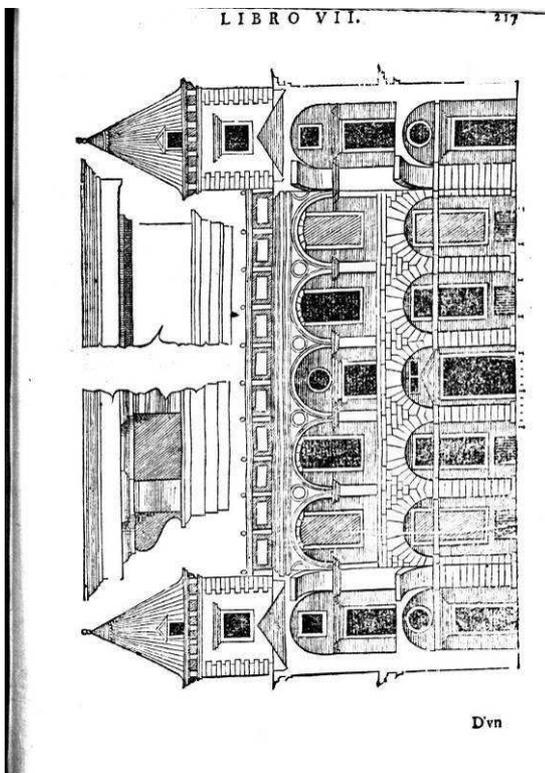
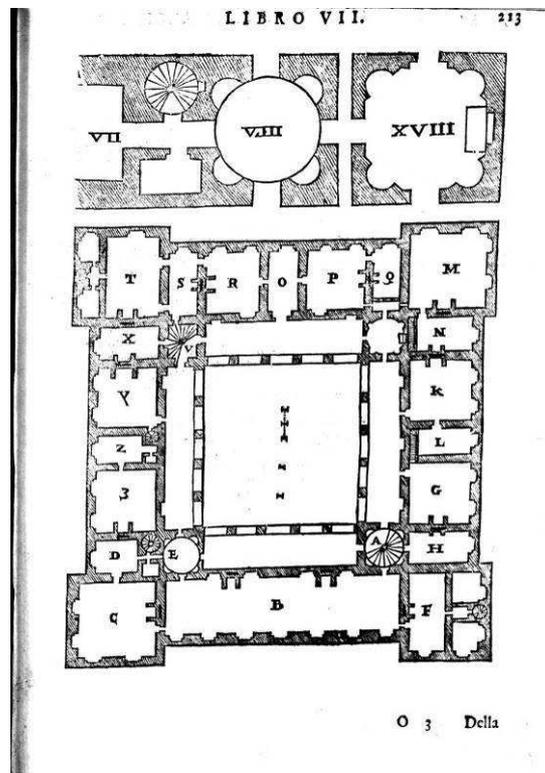
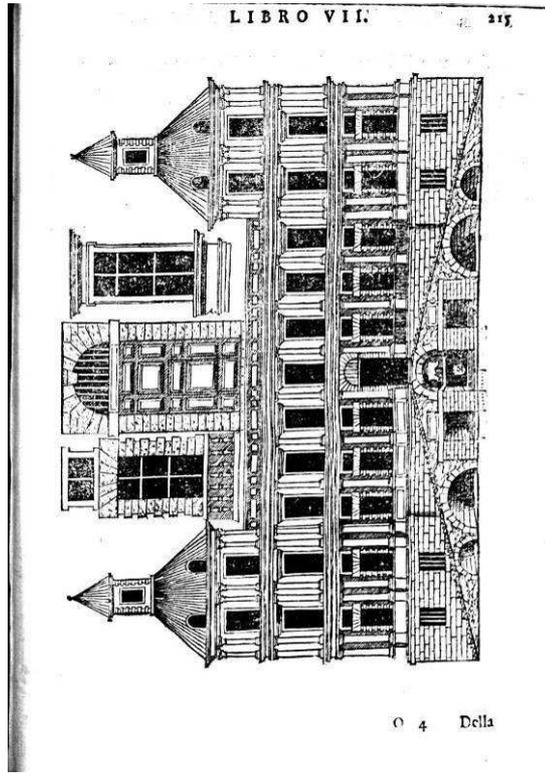
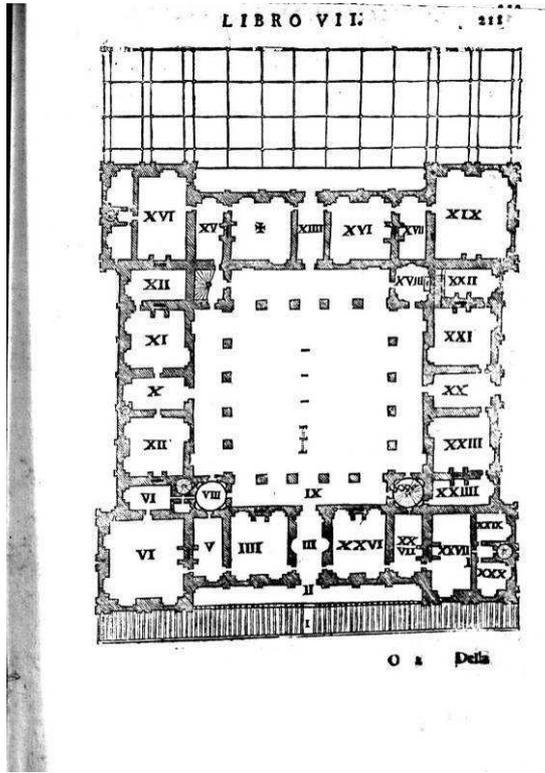
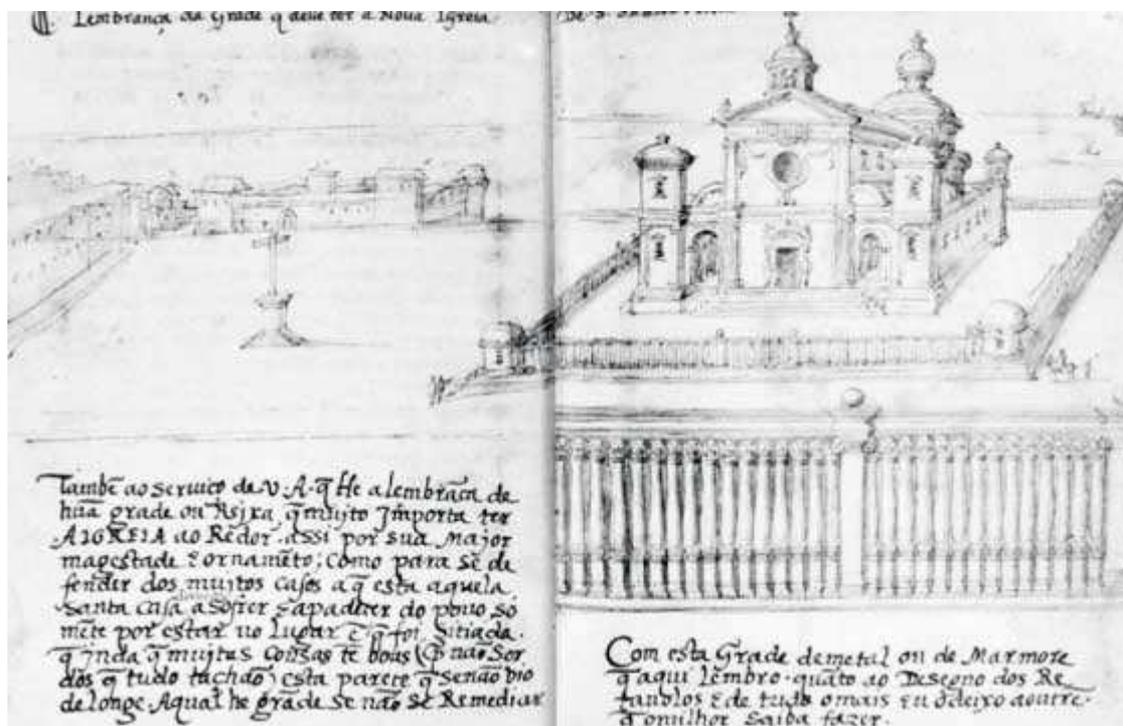
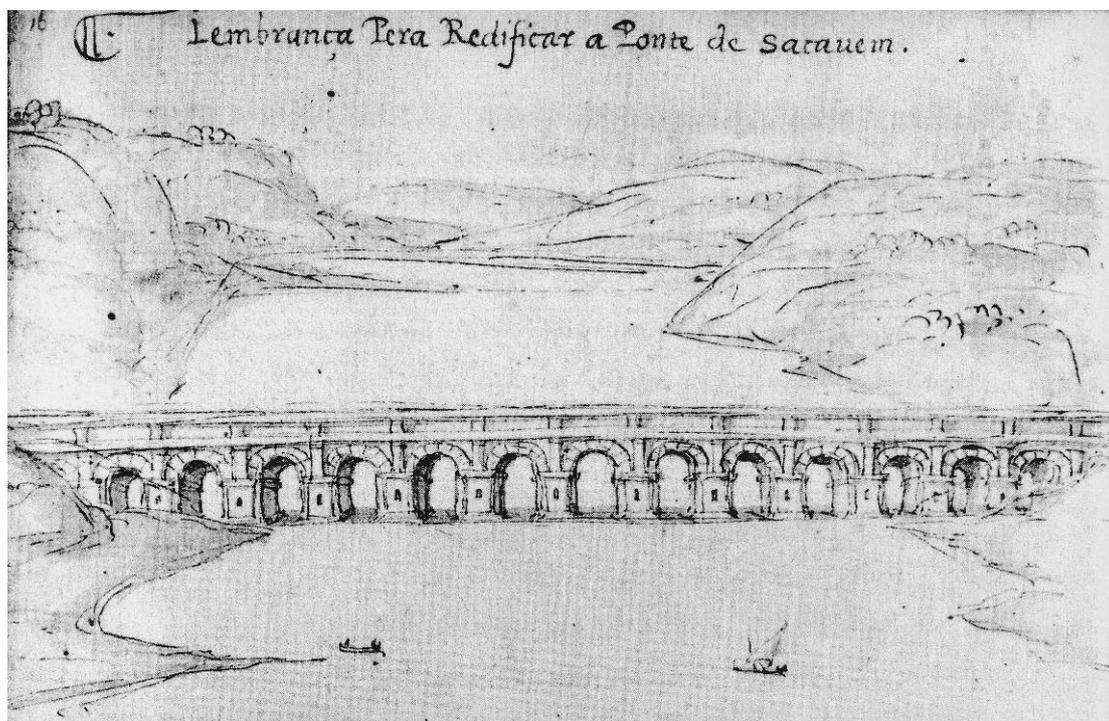


Imagem 150 – Alçado do palácio abacial de Alcobaça na actualidade.



Imagens 151, 152, 153 e 154 – Exemplos de palácios-blocos que encontramos no Livro VII de Sebastiano Serlio.





Imagens 158 e 159 – Excertos do livro “Da fábrica que falece a cidade de Lisboa” de Francisco de Holanda.



Imagem 160 - Fachada da Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra.



Imagem 161 – Fachada da Igreja do Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia.



Imagens 162 e 163– Casas nobres em Góis.



Imagem 164 – Igreja Matriz de Góis.

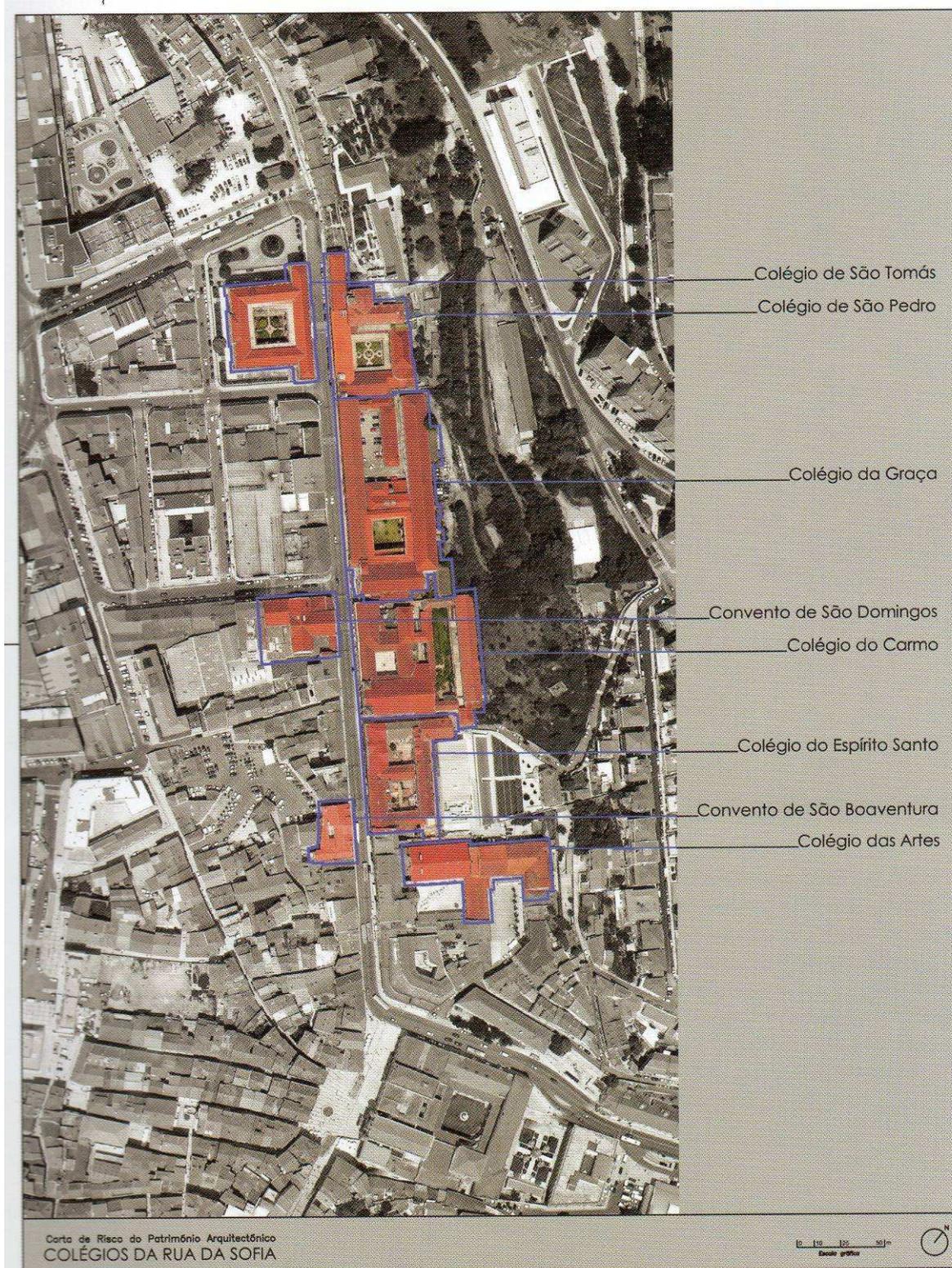


Imagem 165 – Localização dos colégios ao longo da Rua da Sofia em Coimbra.



Imagens 166 e 167 – Igrejas dos colégios da Rua da Sofia – Colégio de São Domingos e Colégio do Carmo respectivamente.



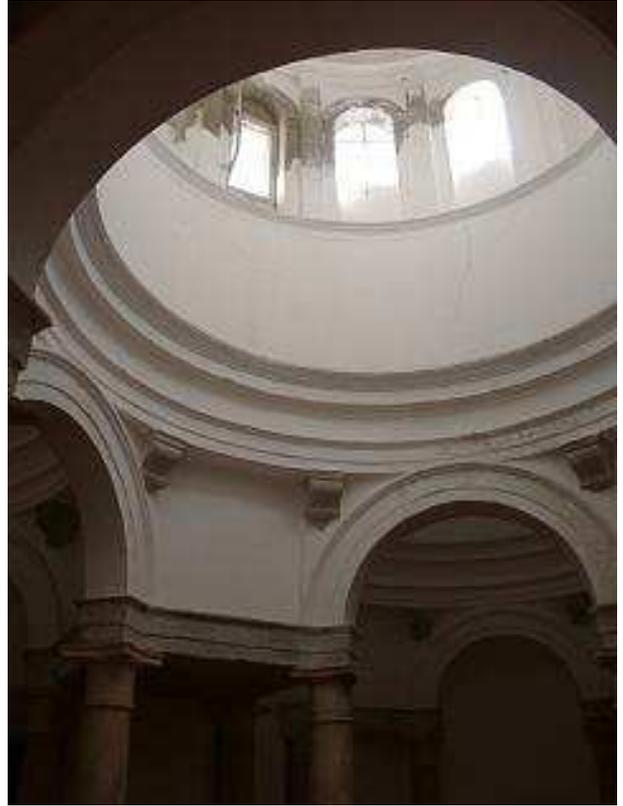
Imagens 168 e 169 – Igrejas dos colégios da Rua da Sofia – Colégio de São Pedro e Colégio da Graça respectivamente.



Imagem 170 – Castelo de Évoramonte.



Imagem 171 - Capela de Nossa Senhora da Conceição em Tomar.



Imagens 172 e 173 – Igreja de Bom Jesus do Valverde na herdade da Mitra, Évora.



Imagem 174 – Claustro do Convento da Graça em Évora.



Imagem 175 – Fachada do Convento da Graça em Évora.



Imagem 176 – Interior da Capela do Paço de Salvaterra de Magos.

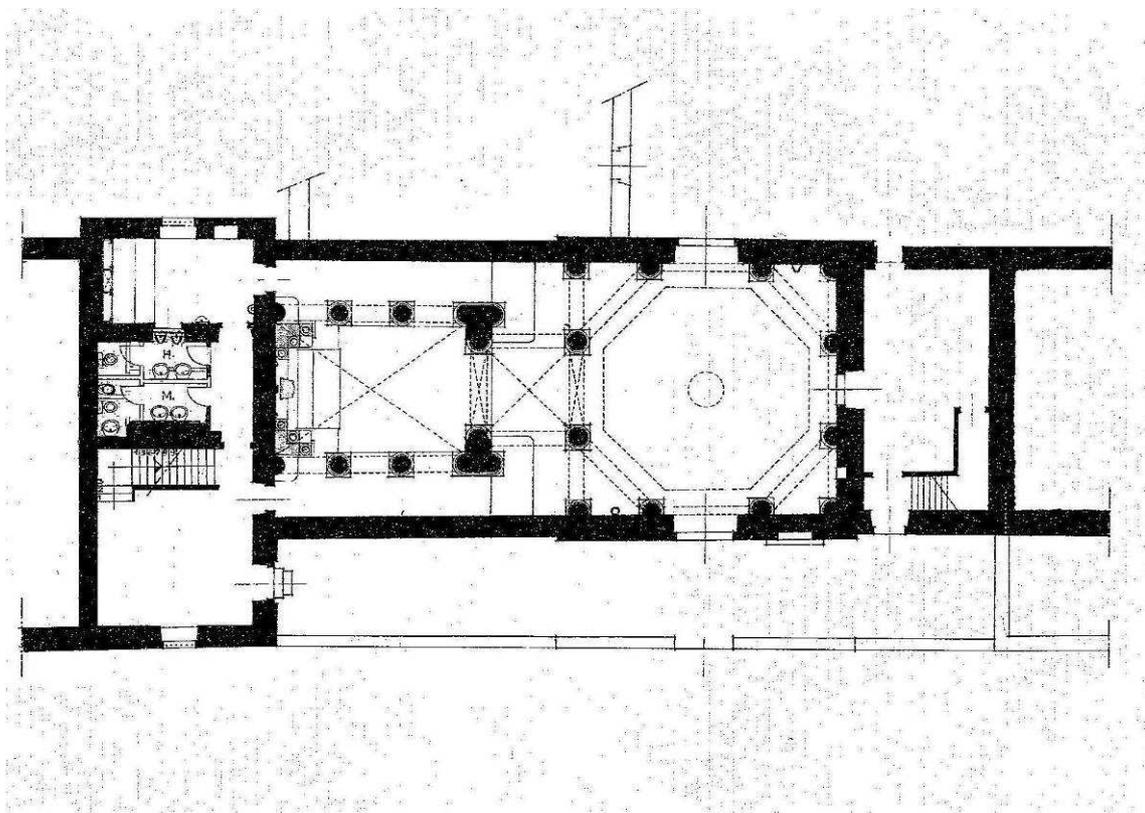


Imagem 177 - Planta da Capela do Paço de Salvaterra de Magos.



Imagem 178 – Igreja Palácio da Pederneira, Nazaré.



Imagens 179 e 180 – Quinta da Bacalhoa.



Imagem 181 – Palácio de Xabregas.



Imagem 182 – Fachada da Sé de Miranda do Douro.

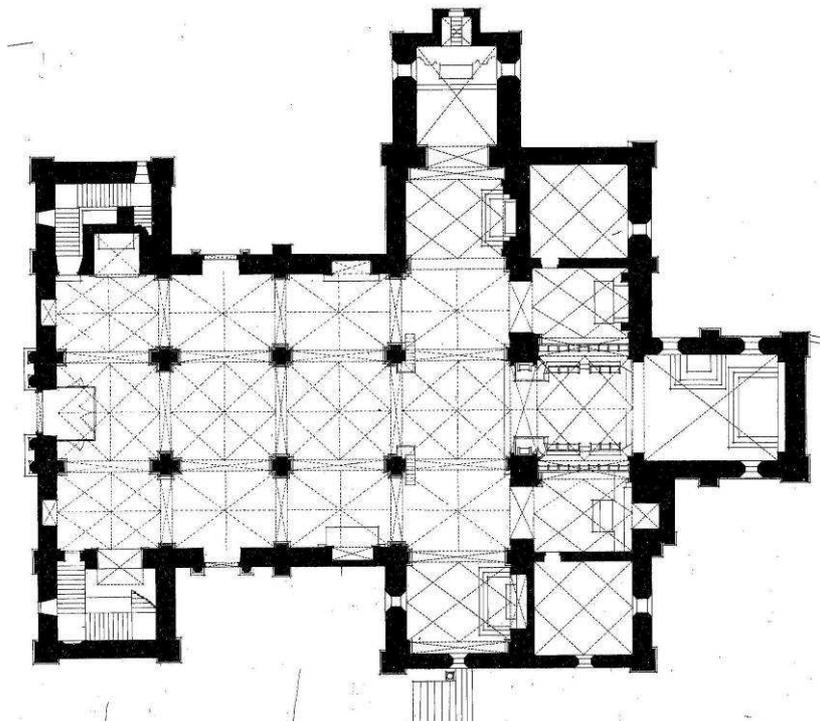


Imagem 183 – Planta da Sé de Miranda do Douro.

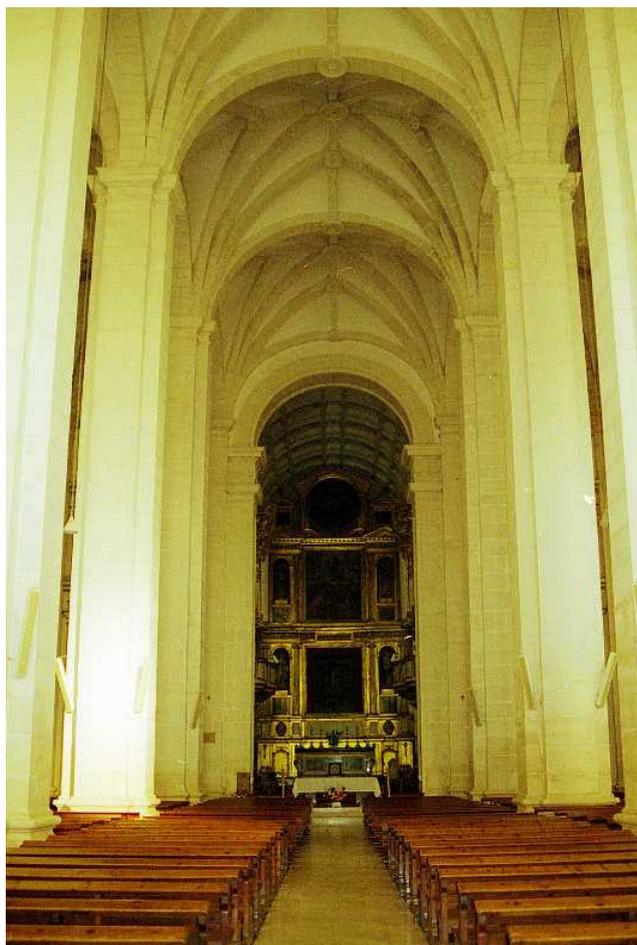


Imagem 184 – Interior da Sé de Leiria.



Imagem 185 – Fachada da Sé de Leiria.



Imagem 186 – Vista aérea da Sé de Portalegre.



Imagem 187 – Gravura do Livro V do tratado de Sérlio que inspirou o desenho da Sé de Portalegre.



Imagem 188 – Fachada da Igreja da Misericórdia de Santarém.



Imagem 189 – Fachada da Igreja de Santa Maria de Estremoz.



Imagens 190 e 191 – Igreja de Santa Maria de Estremoz.

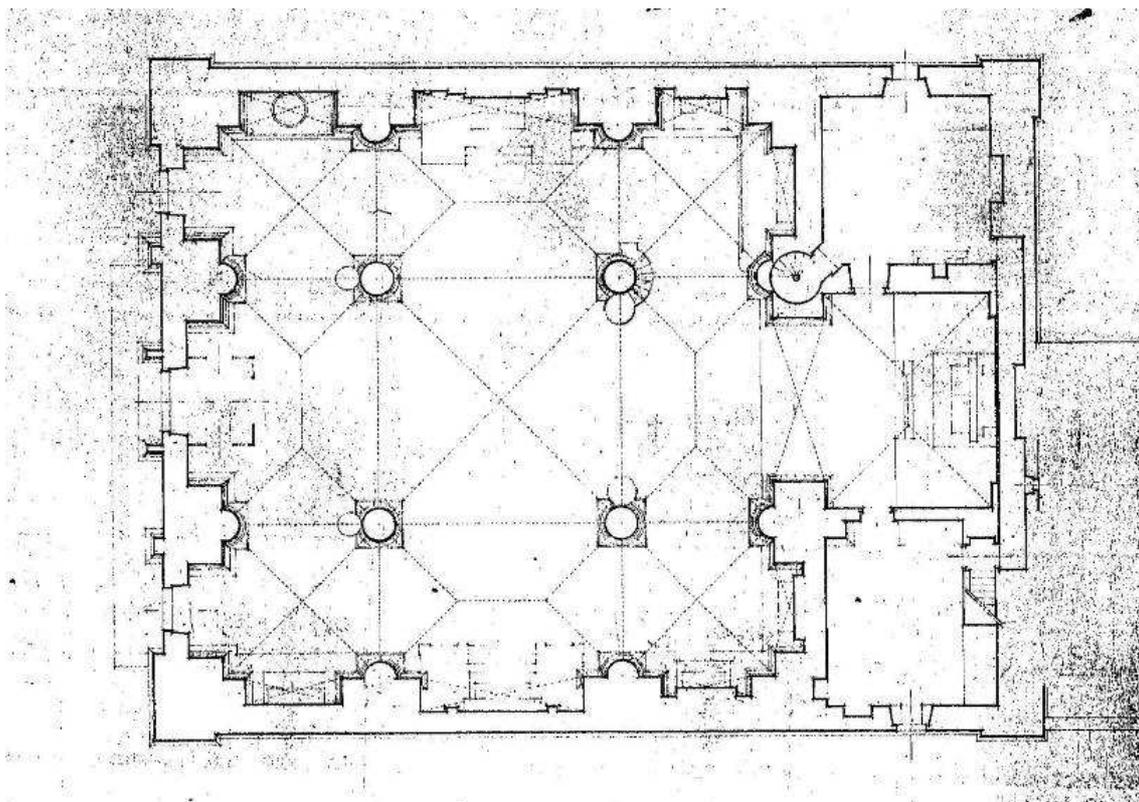


Imagem 192 – Planta da Igreja de Santa Maria de Estremoz.

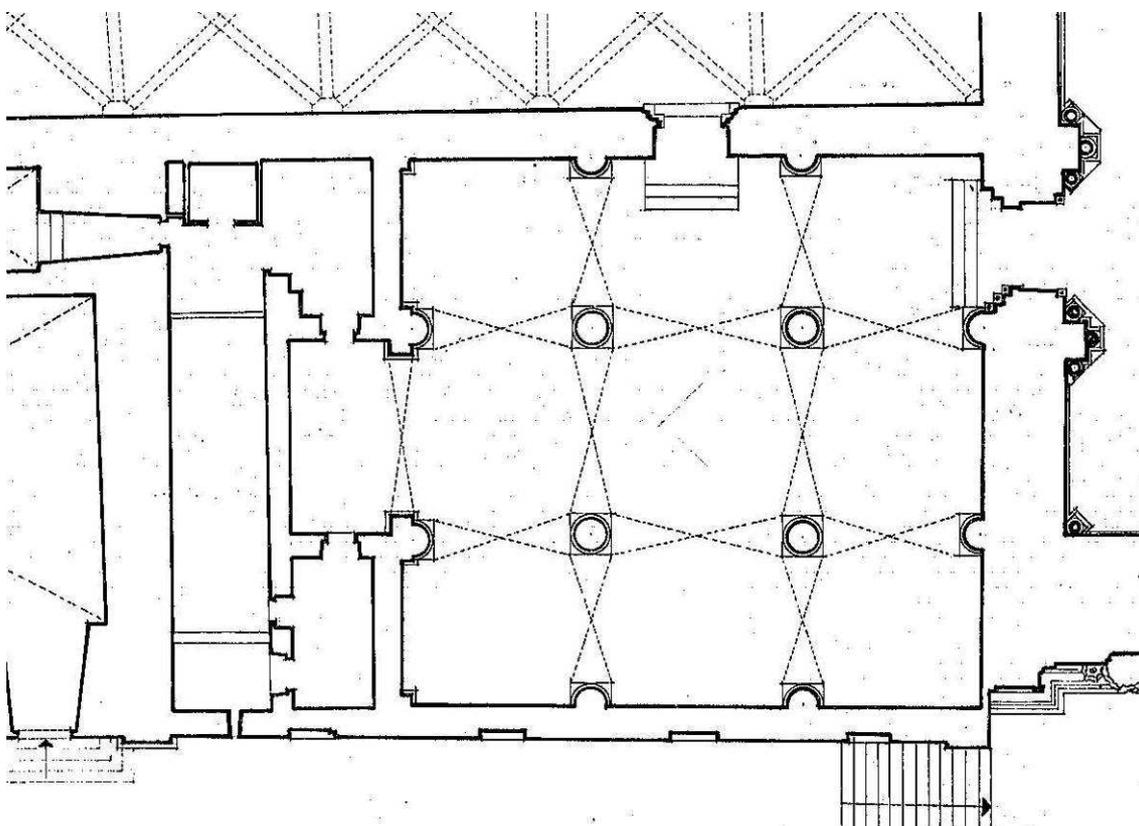


Imagem 193- Planta da Igreja de Fora do Mosteiro de Alcobaça.



Imagem 194– Antiga Igreja de Fora do Mosteiro de Alcobaça.



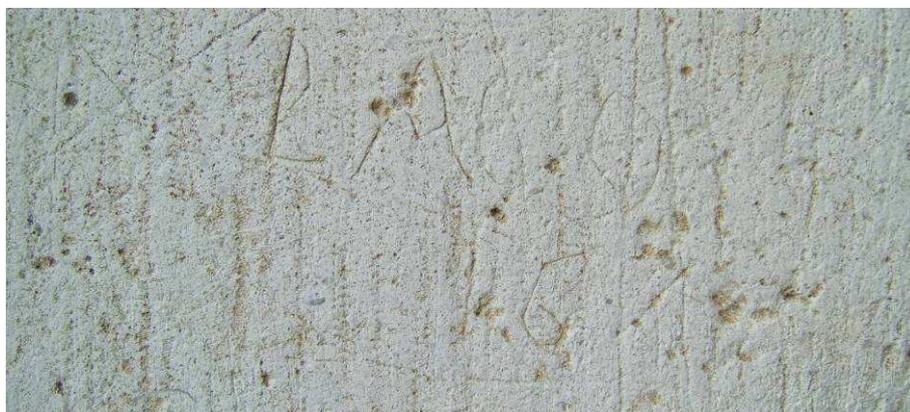
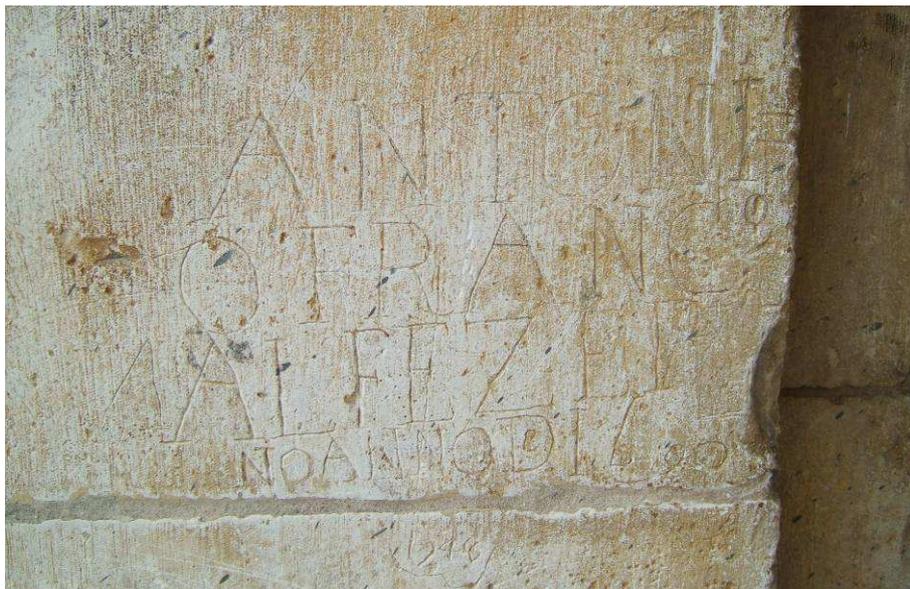


Imagens 197 e 198 – Claustro do Cardeal.





Imagens 201 e 202 – Fachada principal onde se nota na primeira fotografia a necessidade da pilastra disfarçar o desalinhamento ou quebra no pano de parede existente.



Imagens 203 e 204: Grafito nos pilares da arcada.



Imagens 205, 206, 207 e 208: Grafitos nos pilares da arcada. Consegue-se identificar os seguintes: *António Antunes Moxo da portaria de Alcobaça no ano de 1704 e João de Almeida.*



Imagens 209, 210, 211 e 212: Grafitos nos pilares da arcada.



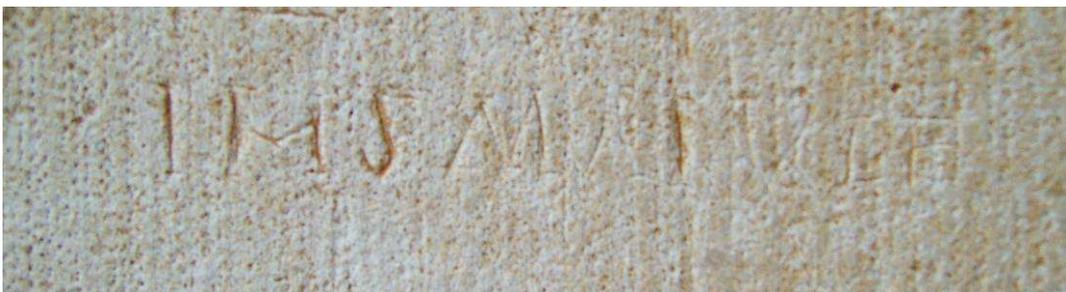
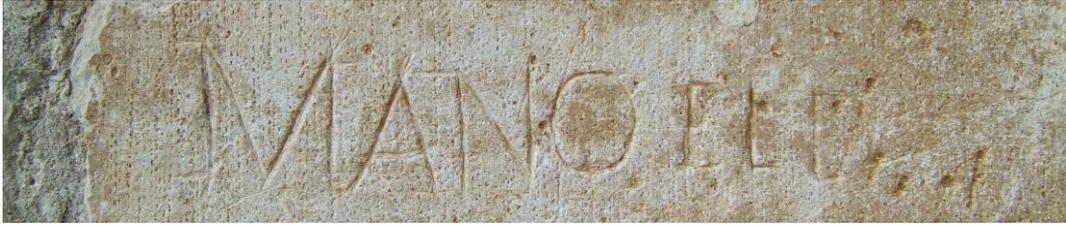
Imagens 213, 214, 215 e 216: Grafitos nos pilares da arcada.



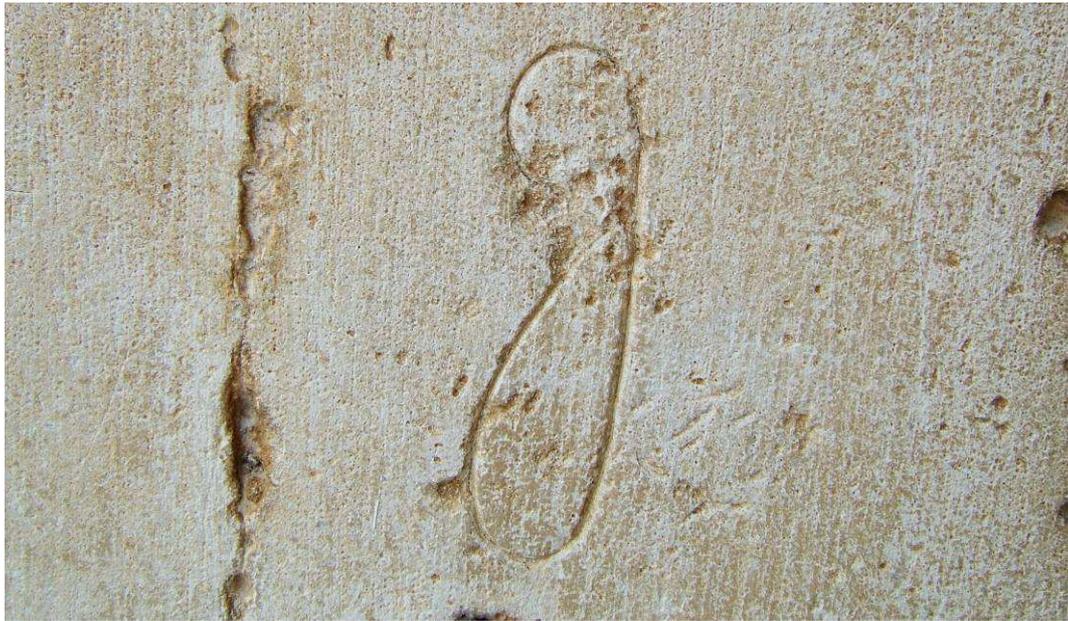
Imagens 217, 218 e 219: Grafitos nos pilares da arcada.



Imagens 220, 221, 222 e 223: Grafitos nos pilares da arcada. De realçar o grafito *D. Ieronimo* (?), será que terá alguma relação com o nosso Hieronimo Roman?



Imagens 224, 225, 226 e 227: Grafitos nos pilares da arcada.



Imagens 228, 229 e 230: Grafitos nos pilares da arcada.



Imagem 231: Grafito nos pilares da arcada.

|                |   |                               |
|----------------|---|-------------------------------|
| fol. 104 verso | Gal. do Fr. Gerardo Pestano. ao anno 1652.  | fol. 104 verso                |
|                | Renda deste triennio — 36.272.343. ✓  |                               |
|                | * De ração ab. Mag. 3.768.450. ✓  |                               |
|                | * Dependense nas obras da hospedaria, Alfordigadeb. Mart.º, telheiro da Torre, Bombal e muros do Campo, quinta da Ilhota, lagares da Mayorga, Pão, e Vallas do Campo, Casas da ponte do Uzeiro, Cap. da Noviciaria, Cap. da Comunidade, Refeitório da Enfermaria, cozinhas das sepulturas, concerto das alampadas, estremo da leg.º, P. Salteiro, Miseric. e outras obras menores. — 3.537.220. ✓ |                               |
|                | * Pagamento de dedito. — 4.049.880. ✓   | Soma to das despesas em obras |
|                | * Pagamento de dedito — 3.065.032. ✓  | 15.022.052. ✓                 |
|                | * Com gratias e a quantos de  |                               |
|                | Mejorados e Refeitório de 4.000.000. ✓  |                               |
|                | * p. a obras do f.º de deficiencia. 350.000. ✓  |                               |

Imagem 232— Extracto da imagem 199 - Folha do Livro de Receitas e Despesas do Mosteiro respeitante ao abaciado de Frei Gerardo Pestano.





Imagens 235 e 236 – Patim defronte da arcada onde se pode observar ao fundo da imagem 235 a colocação transversal da pedra do varandim ao contrário dos três lanços centrais.



Imagem 237 – Pintura a óleo do Rossio atribuída a Pierre Antoine Quillard.



Imagem 238 – Pintura a óleo da autoria de Pierre Antoine Quillard.

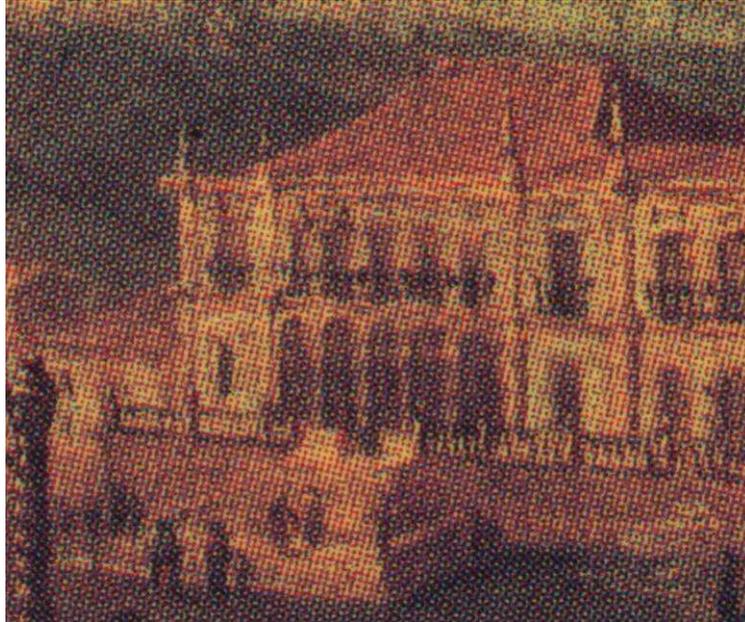


Imagem 239 – Pormenor da imagem 235 com o palácio abacial e a portaria num plano inferior.



Imagem 240 – Desenho a carvão do Mosteiro de Alcobaça de Jean Noël de 1780.

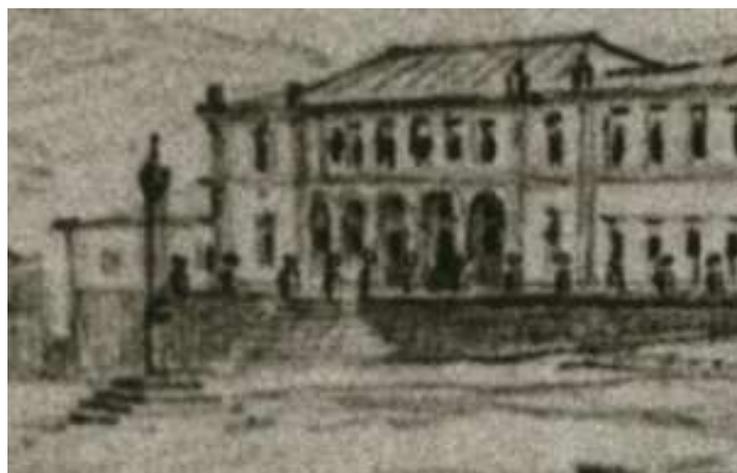


Imagem 241 – Pormenor da imagem 238, com o pelourinho, palácio abacial e portaria.



Imagens 242 e 243 - Palácio abacial e a portaria antes da construção do varandim.



Imagens 244 e 245 - Palácio abacial e a portaria após a construção do varandim.



Imagem 246 – Retrato de D. Afonso Henriques por Miguel António Amaral em 1780.

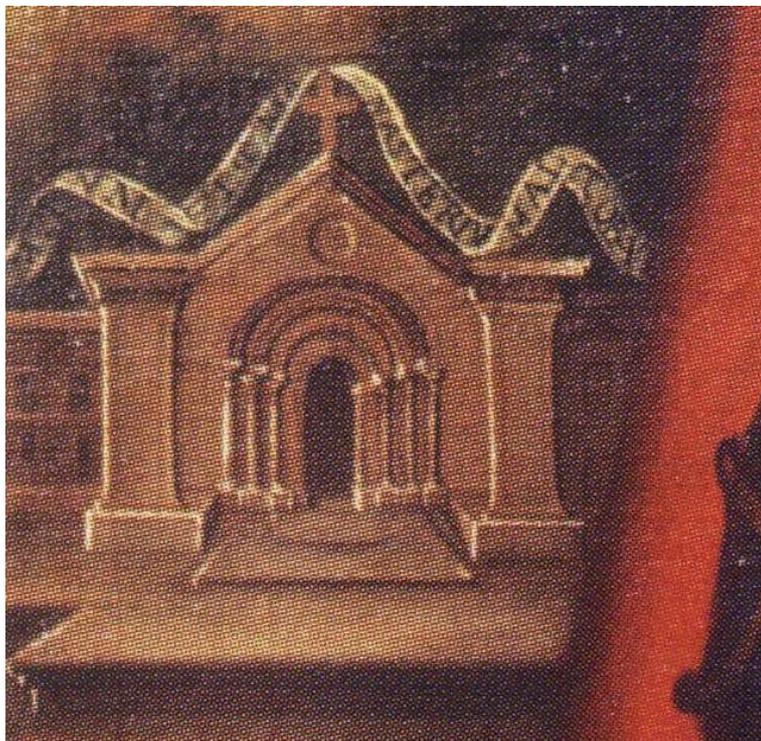
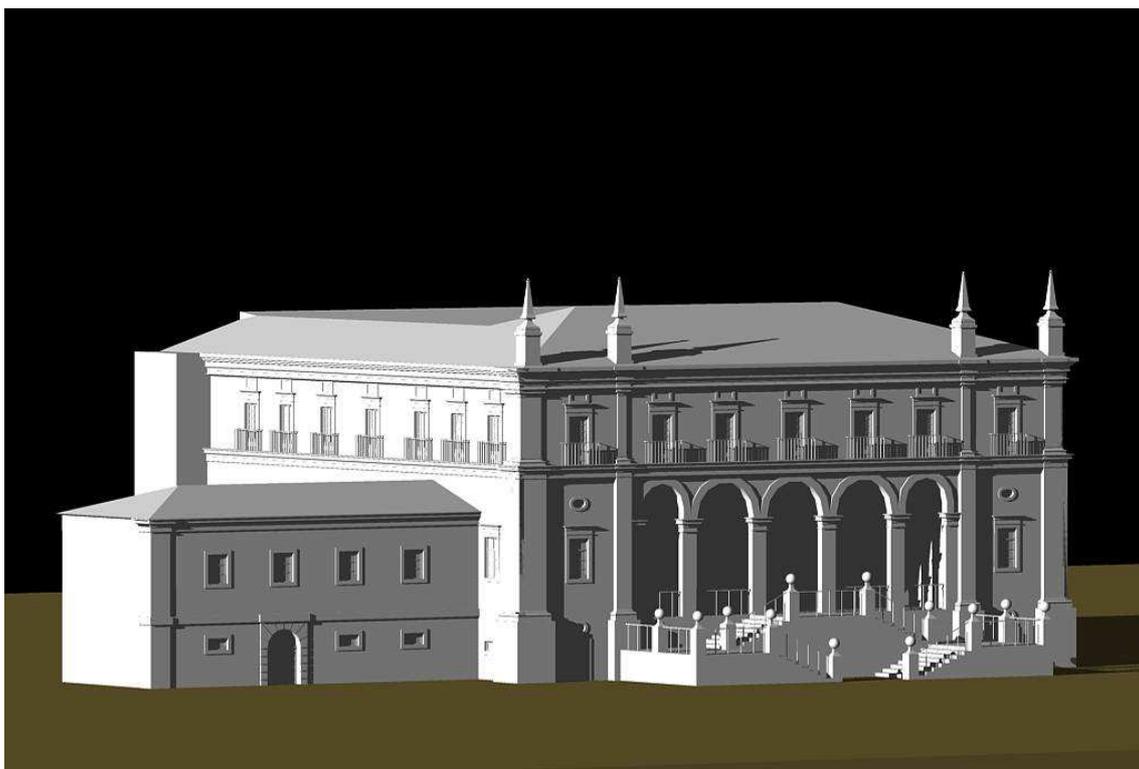


Imagem 247 – Pormenor da imagem 244 com a fachada da Igreja do Mosteiro de Alcobaça.





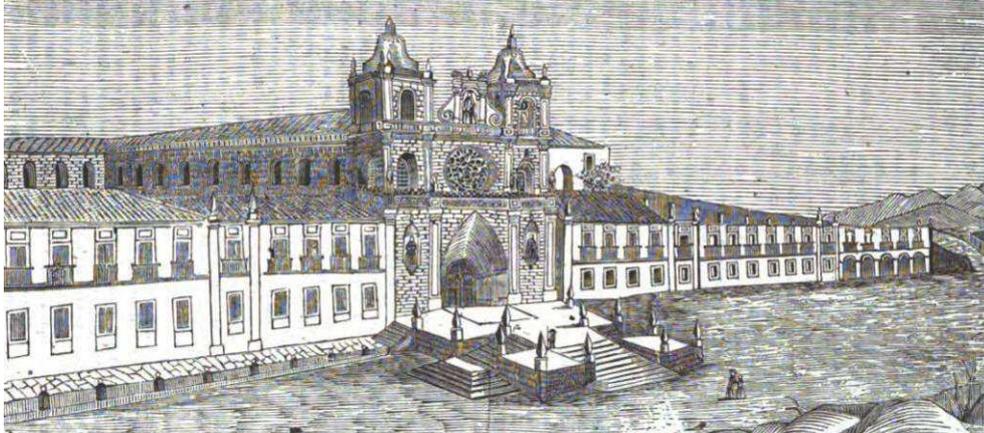
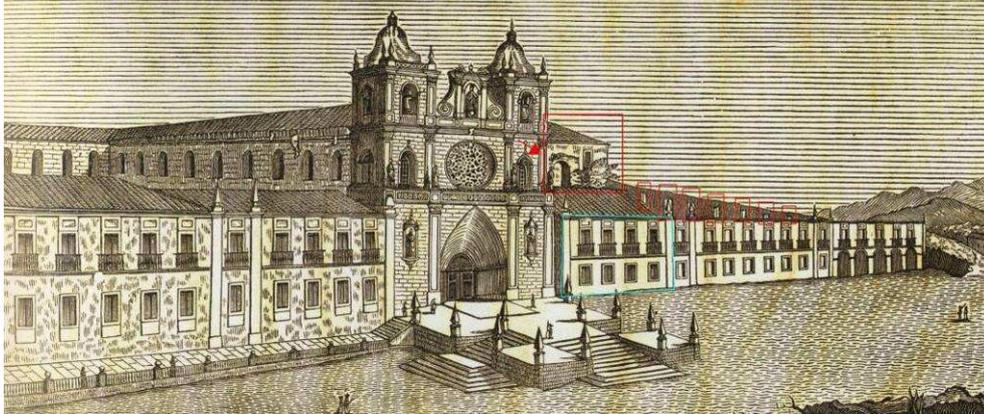
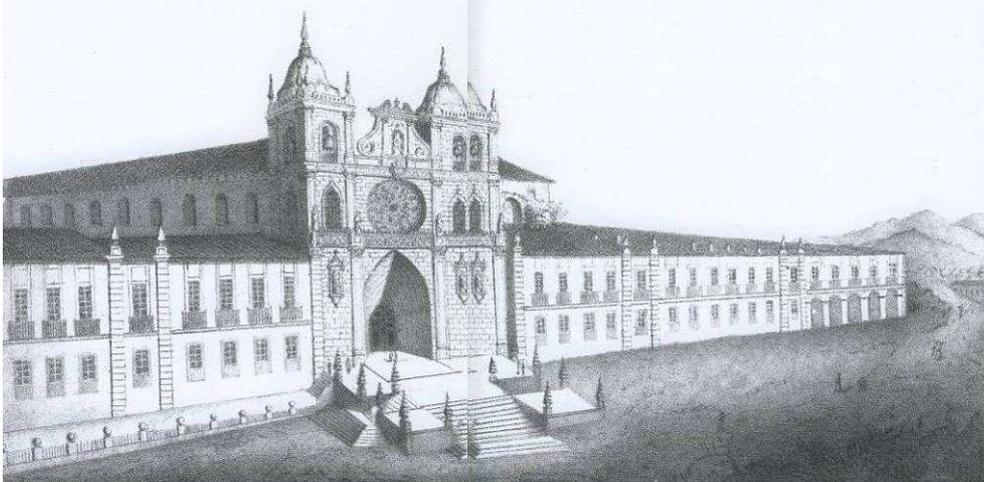
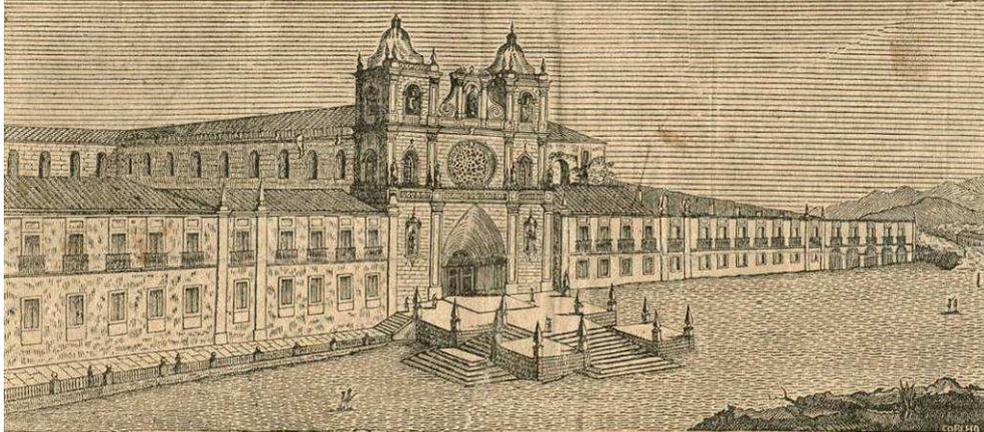
Imagens 251 e 252 – Reconstituição do palácio e da portaria.



Imagem 253 – Pintura de Henri L'Éveque anterior a 1832.



Imagem 254 – Pintura de James Holland – A Capela do Desterro, 1835.



Imagens 255, 256, 257 e 258 – Gravuras do Mosteiro de Alcobaça de cerca 1840.

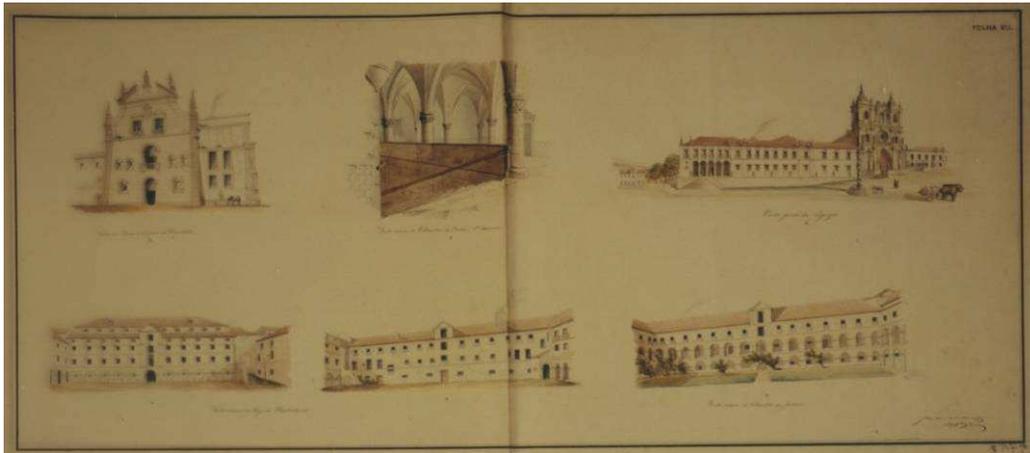


Imagem 259 – Levantamento das diversas dependências do mosteiro para instalação do Regimento de Cavalaria em meados de oitocentos.

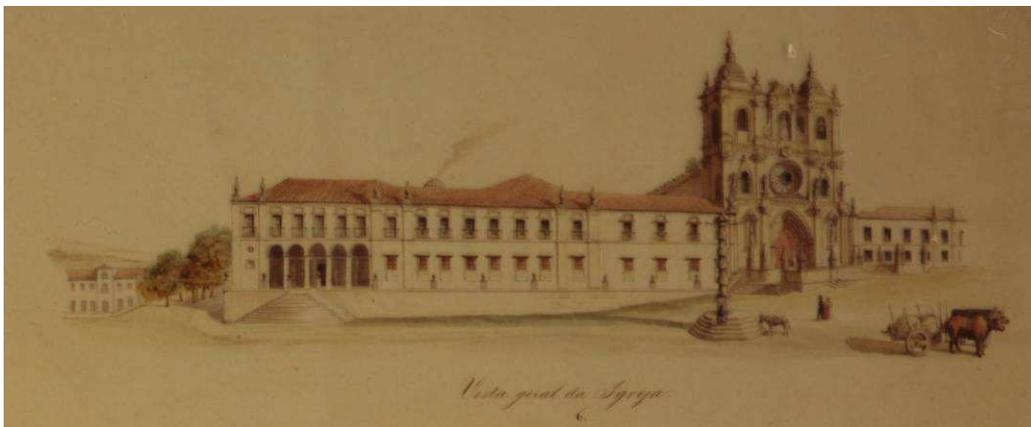


Imagem 260 – Pormenor do desenho 220.

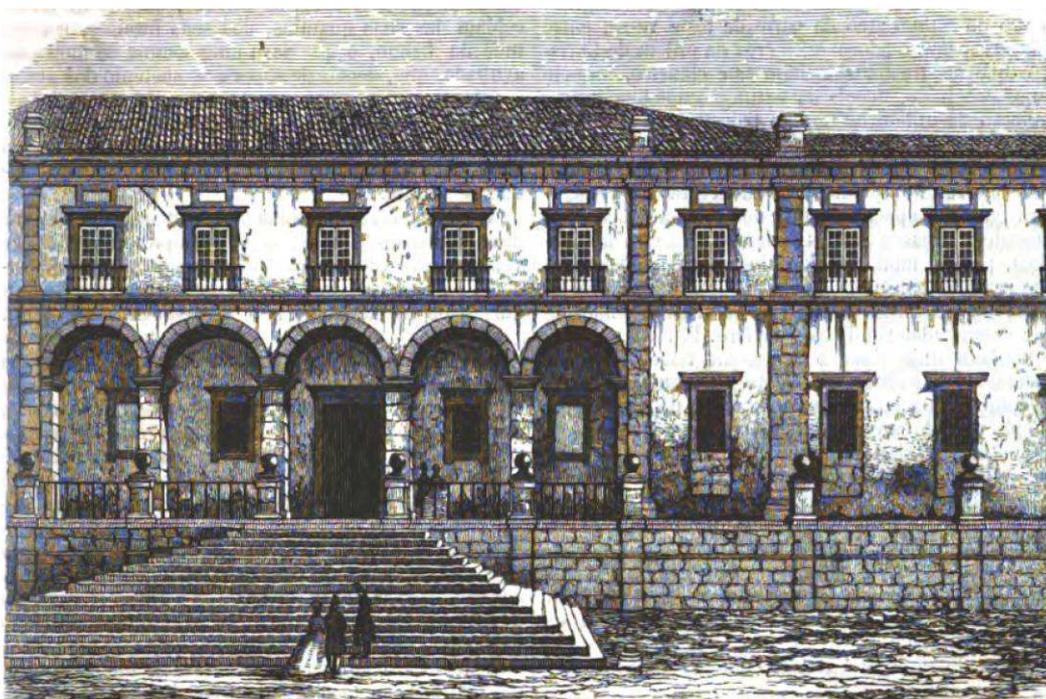


Imagem 261 – Palácio abacial segundo gravura de 1863 publicada no *Archivo Pittoresco*.



Imagem 262 – Mosteiro de Alcobaça segundo gravura de 1863 publicada no *Archivo Pittoresco*.



Imagem 263 – Claustro do Cardeal e do Rachadouro em estado de abandono, cerca de 1940.



Imagem 264 – Local onde adossava o corpo da portaria e muro da cerca ao palácio abacial.



Imagem 265 - Corpo da portaria adossado ao palácio.

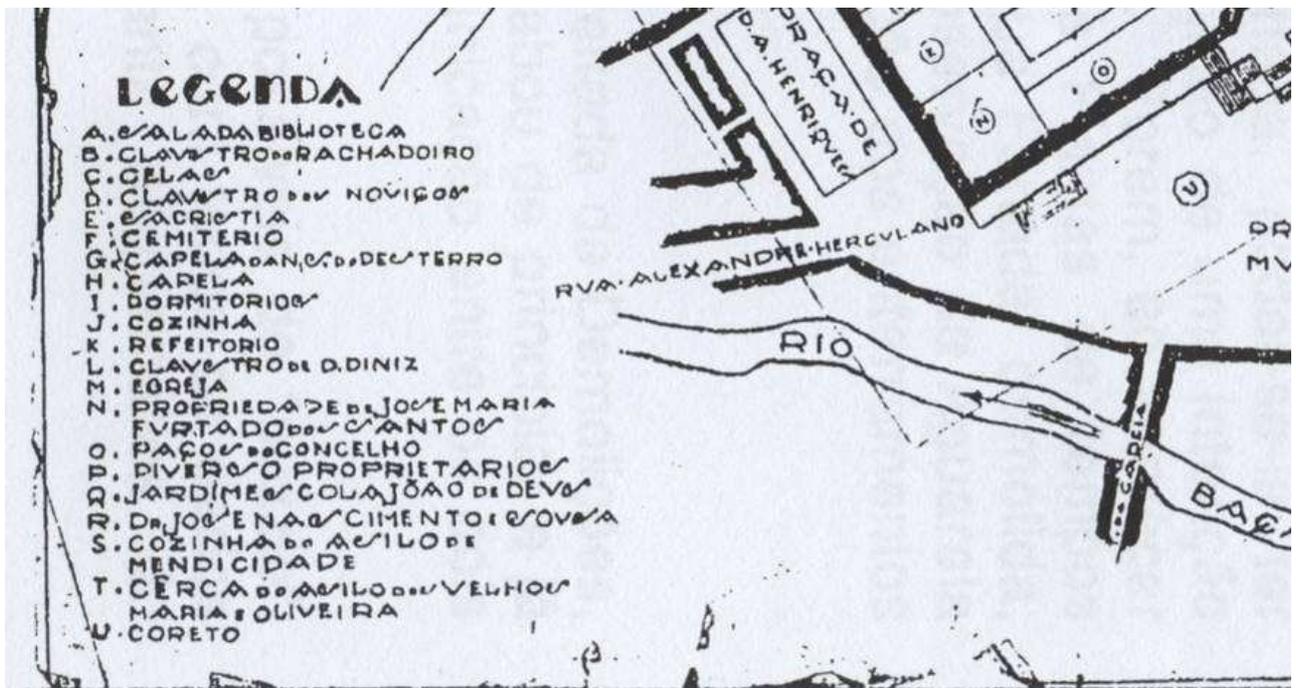
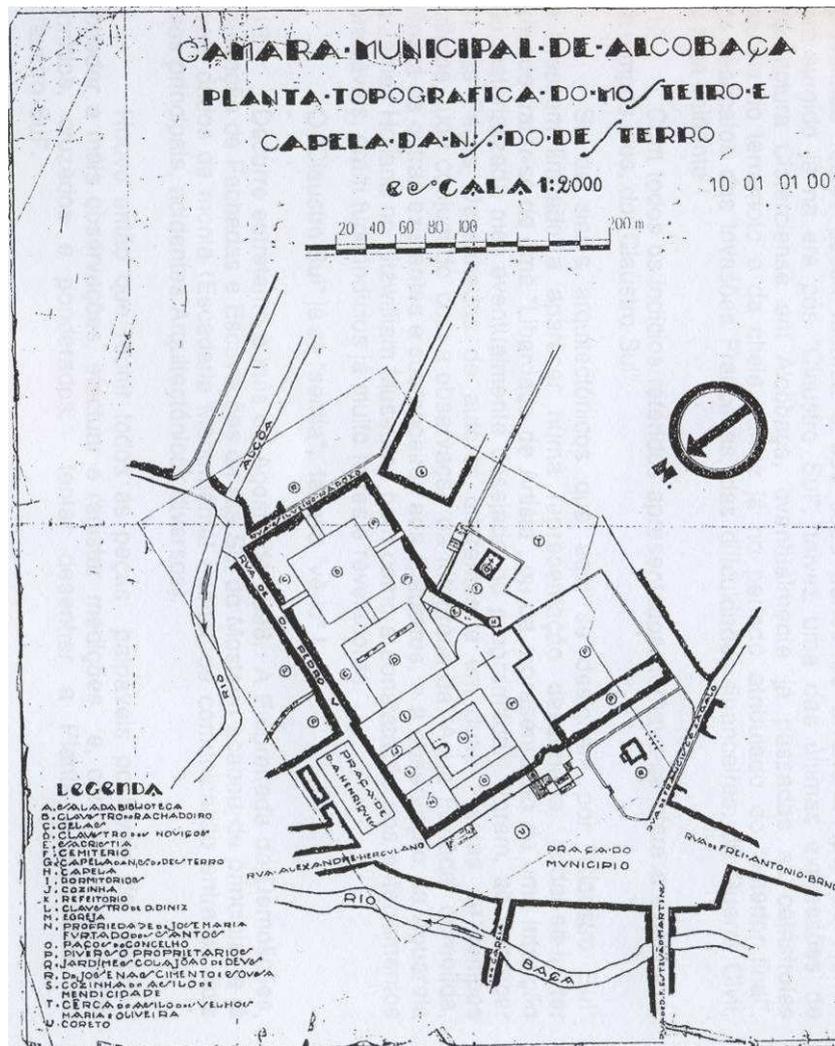


Imagem 266 – Identificação dos particulares que ocupavam as diversas dependências cerca de 1940.



Imagem 267 – Manifestação junto ao então Centro Republicano Democrático d’Alcobaça, onde outrora fora o palácio abacial. Nesta foto datada cerca de 1909, nota-se a divisão do piso térreo em 2 andares posteriormente desmontados.



Imagem 268 – Palácio abacial cerca de 1930, com a cobertura do sobreclaustro e as chaminés dos apartamentos particulares denunciando a sua então utilização.

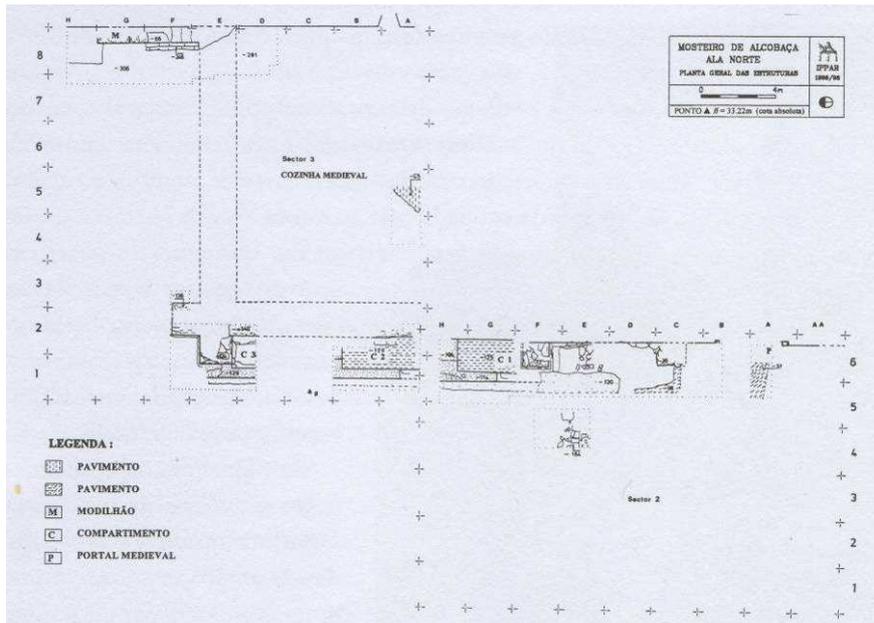


Imagem 269 – Planta da intervenção arqueológica na zona do claustro do palácio abacial em 1990. O “L” a picotado representa o local onde se encontrava a parede exterior e contrafortes da cozinha medieval.

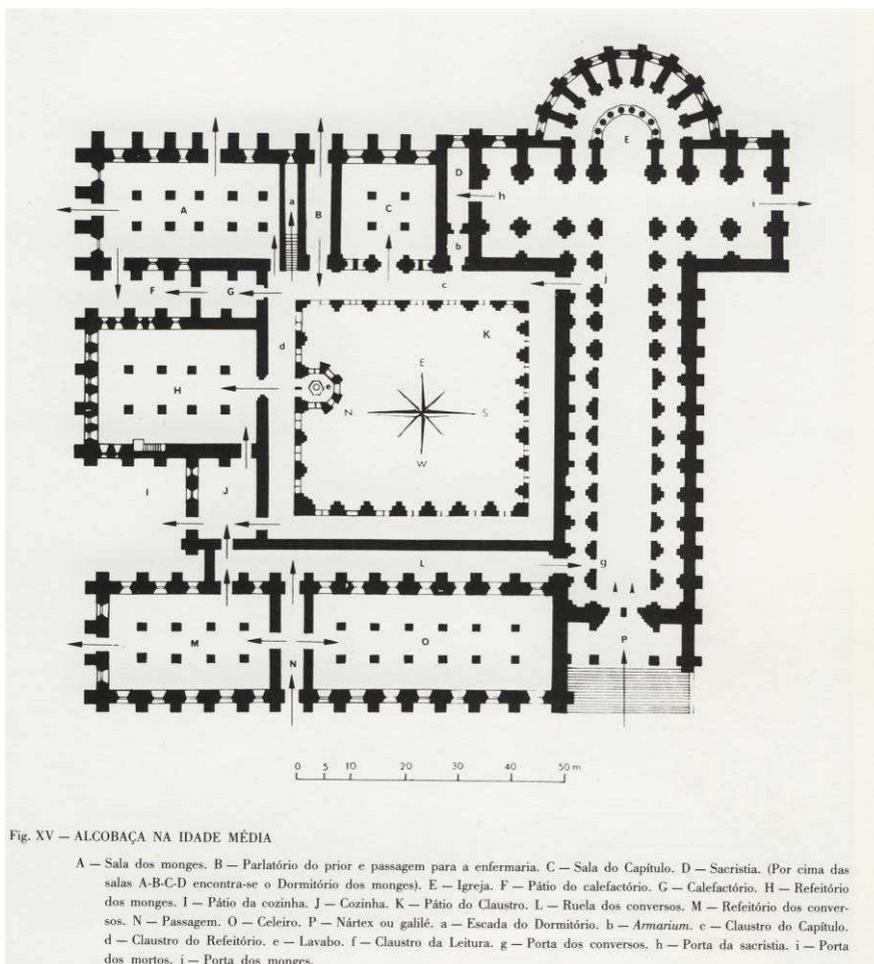


Imagem 270 – Mosteiro de Alcobaça na época medieval. Na letra “J” podemos localizar a cozinha medieval (Maur Cocheril)



Imagens 271 e 272 – Porta medieval descoberta em 1990.



Imagens 273 e 274 – Arranque da porta medieval encastrado na parede.

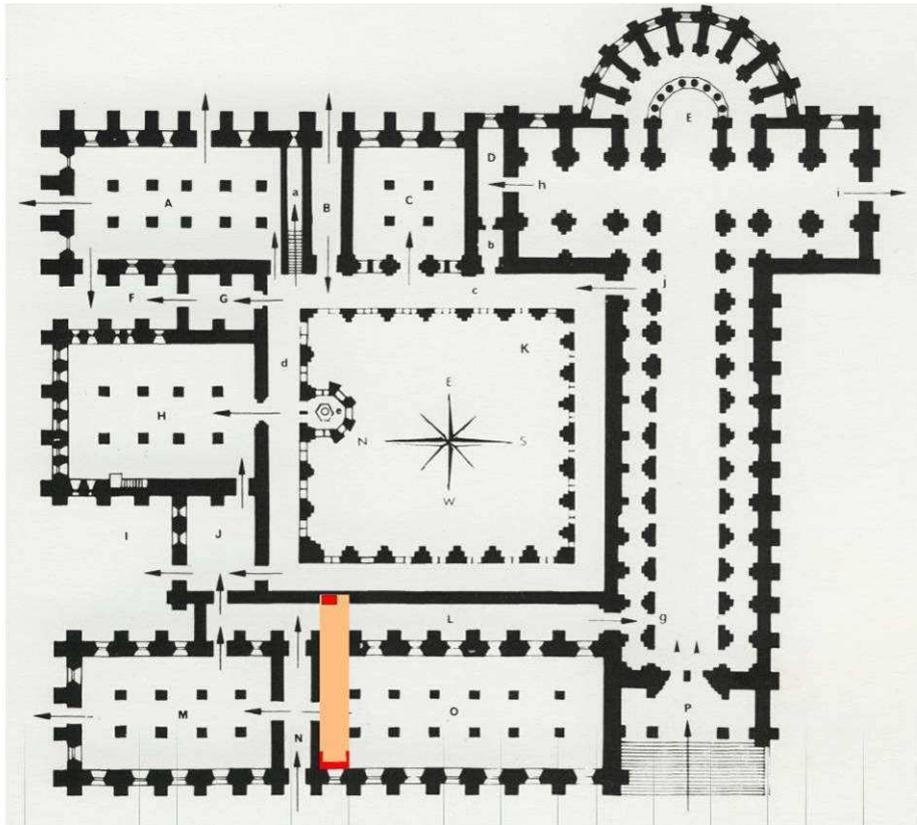


Imagem 275 – Proposta da escada da localização da escada medieval (a laranja), do respectivo arranque (em “U” a vermelho) e da porta medieval (a vermelho) sobre a planta medieval. Nota-se que o mesmo corredor não fica muito distante da localização na planta proposta medieval (letra N).

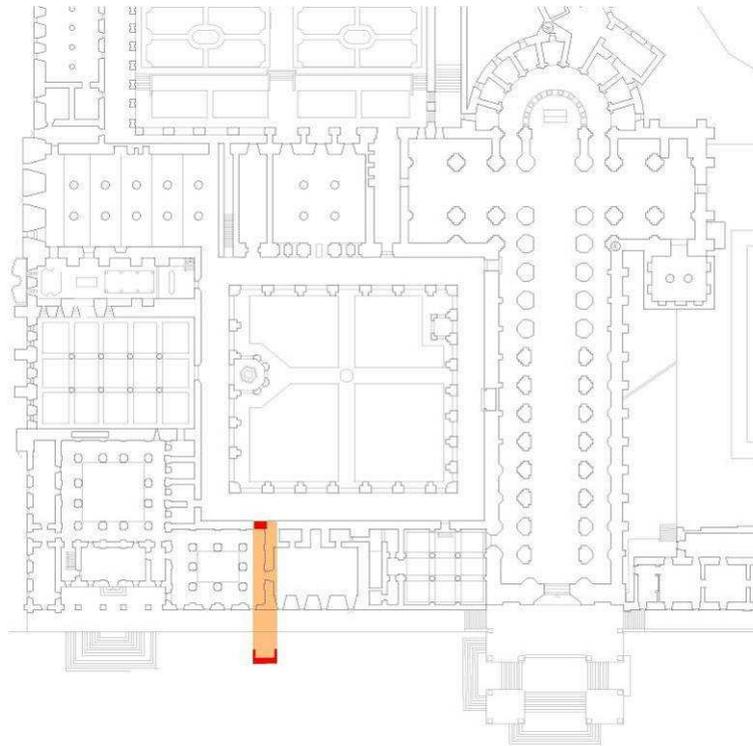


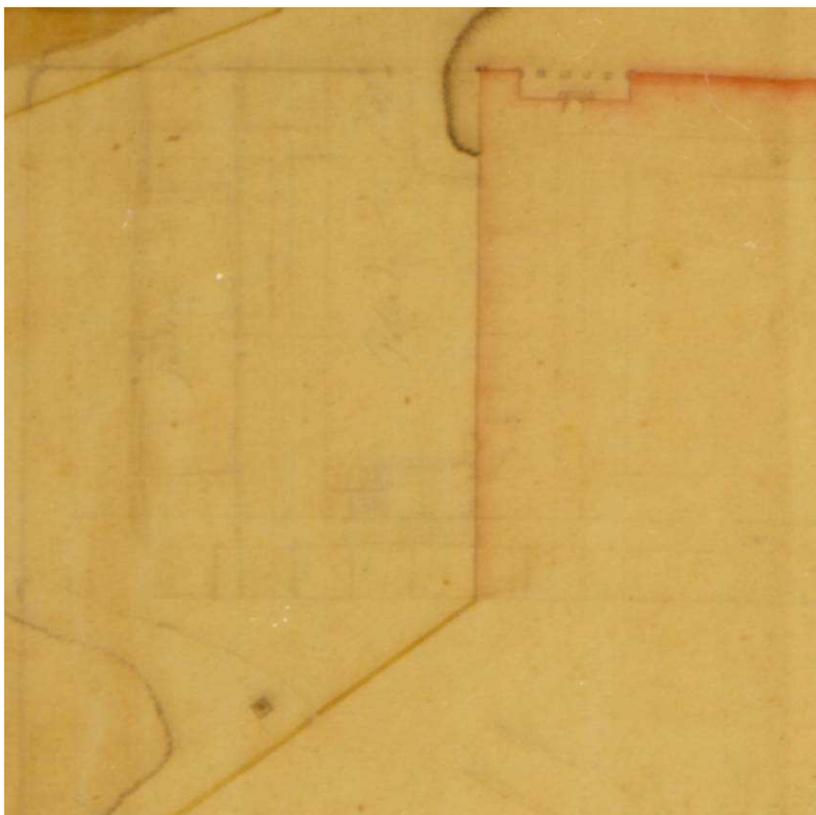
Imagem 276 - Proposta da escada da localização da escada medieval (a laranja), do respectivo arranque (em “U” a vermelho) e da porta medieval (a vermelho) sobre a planta actual.



Imagem 277 - Arcada a descarregar num pilar que tapa uma janela da parede do claustro pequeno.



Imagem 278 – *Planta da Villa de Alcobaça* por Guilherme Elsdén em 1795.



Imagens 279 e 280 – Pormenor da *Planta da Villa de Alcobaça* por Guilherme Elsdén em 1795. Numa leitura atenta da planta podemos observar, entre outros a proposta de ampliação do Colégio da Conceição, com as respectivas dependências, bem como o necessário zig-zague do corredor para contornar o então recente Panteão Régio. (Análise Inédita)



Imagens 281 e 282 – Lar de idosos “Maria e Oliveira” na ala Sul do Mosteiro, cerca de 1940.



Imagem 283 – Portão de acesso à agência funerária existente na ala Sul.



Imagem 284 - Lar de idosos “Maria e Oliveira” na ala Sul do Mosteiro, cerca de 1940.



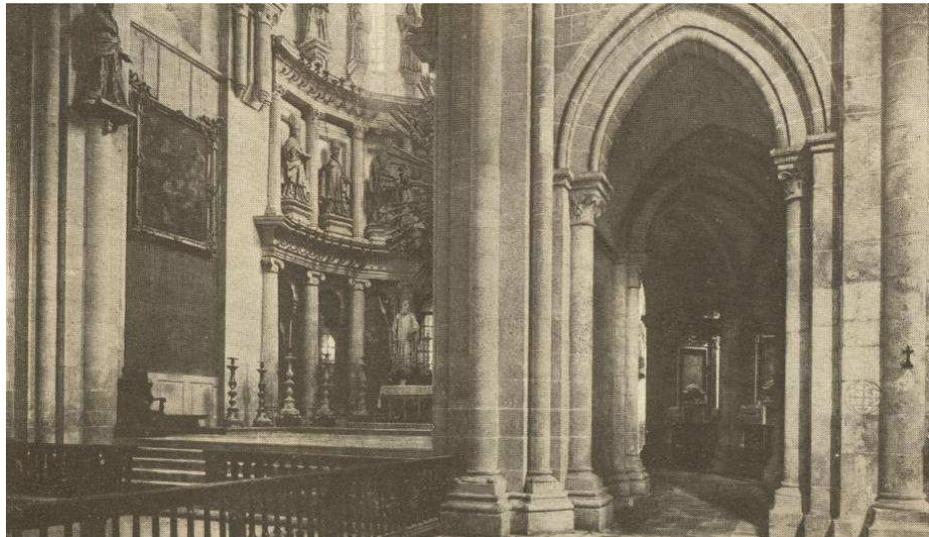
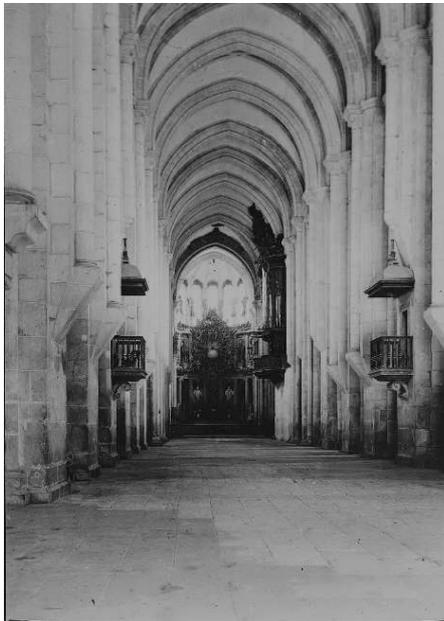
Imagem 285 - Lar de idosos “Maria e Oliveira” na ala Sul do Mosteiro, cerca de 1940.



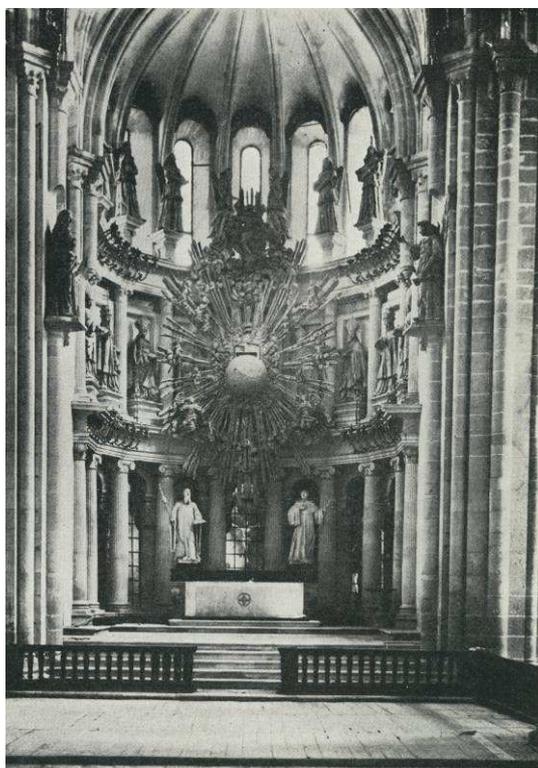
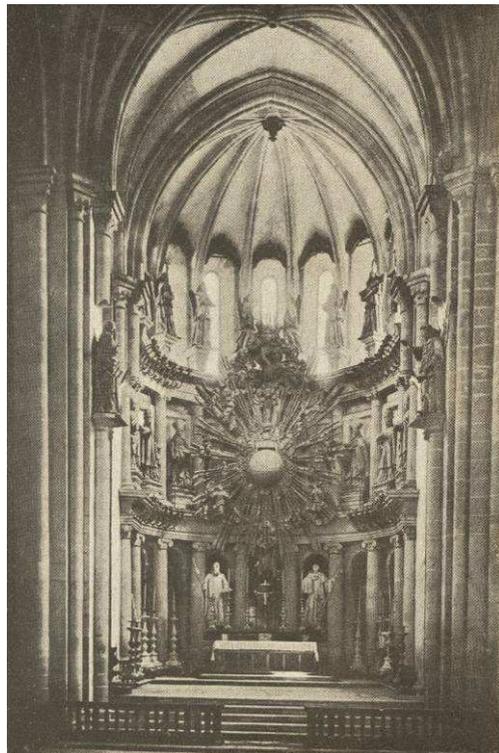
Imagens 286 a 289 – Obras de restituição da fachada original da ala Sul cerca de 1940.



Imagens 290 e 291 – Obras de “restituição” da fachada original da ala Sul cerca de 1940.



Imagens 292, 293 e 294 – Interior da Igreja antes da desmontagem da talha dourada, órgão, colunata e púlpitos, cerca de 1940.



Imagens 295, 296, 297 e 298 – Interior da Igreja antes da desmontagem da talha dourada, órgão, colunata e púlpitos, cerca de 1940.



Imagem 299 – Interior da Igreja antes da desmontagem da talha dourada, órgão, colunata e púlpitos, cerca de 1940.



Imagem 300 – Desmontagem da Noviciaria pelos Monumentos Nacionais cerca de 1940.



Imagens 301 a 305 – Desmontagem da Noviciaria pelos Monumentos Nacionais cerca de 1940.



Imagens 306 a 311 – Desmontagem da Noviciaria pelos Monumentos Nacionais cerca de 1940.



Imagem 312 - – Desmontagem da Noviciaria pelos Monumentos Nacionais cerca de 1940.



Imagem 313 – Reconstrução da fachada do refeitório do Mosteiro de Alcobaça cerca de 1940.



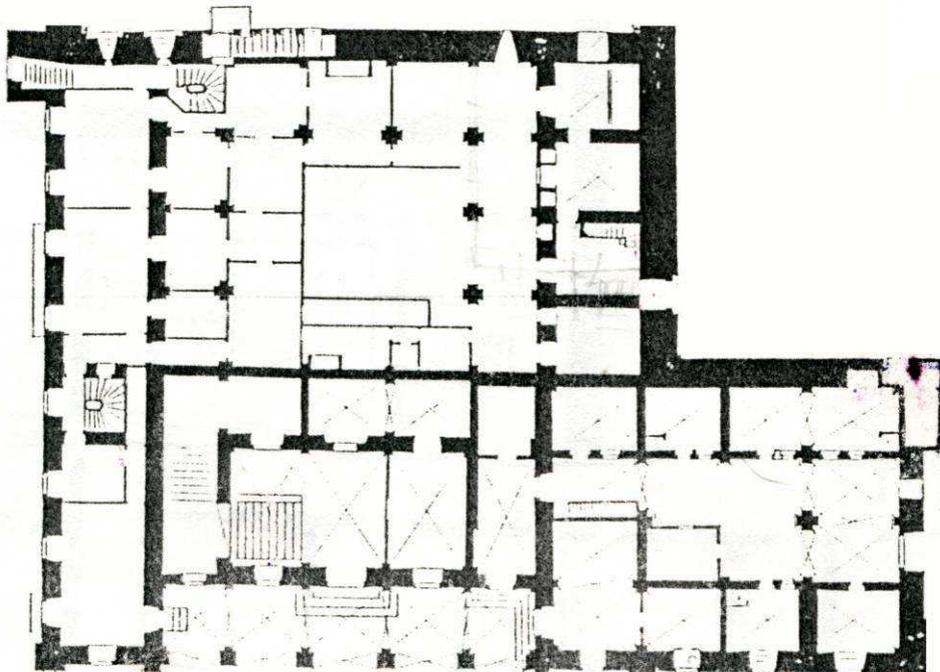
Imagens 314 e 315 – Teatro Alcobacense no refeitório do Mosteiro de Alcobaça.



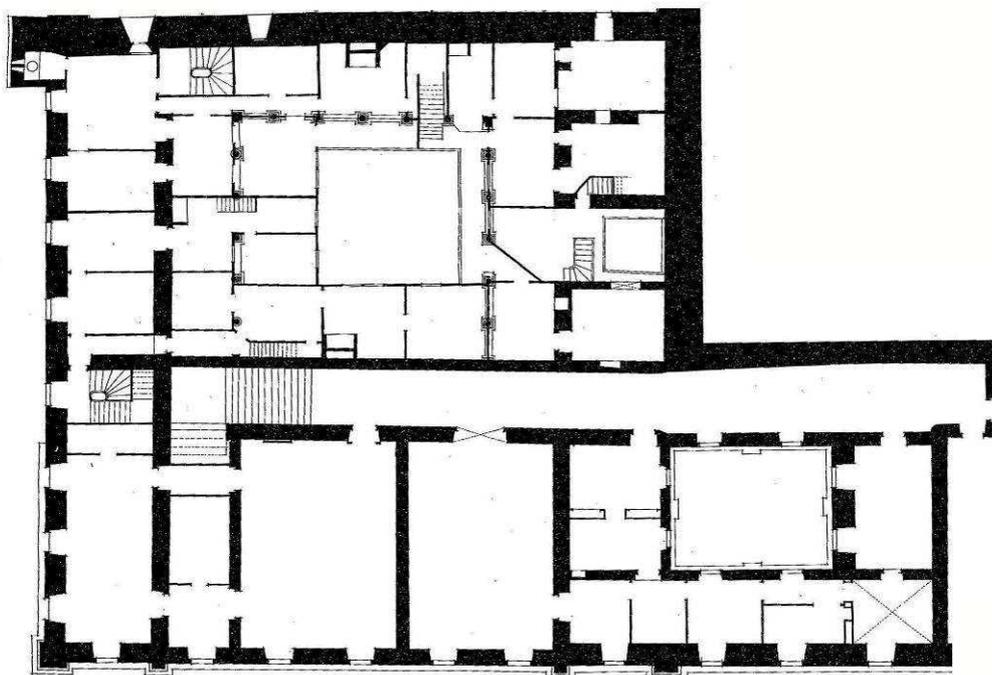
Imagens 316 e 317 – Actual Cine-Teatro de Alcobça



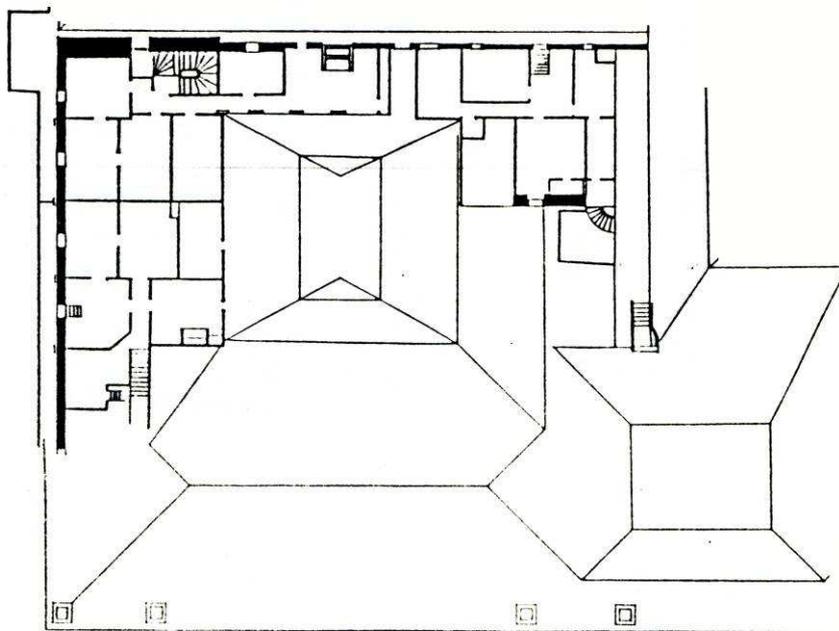
318 – Reconstrução da fachada da Sala dos Reis ou “Igreja do Povo” cerca de 1940.



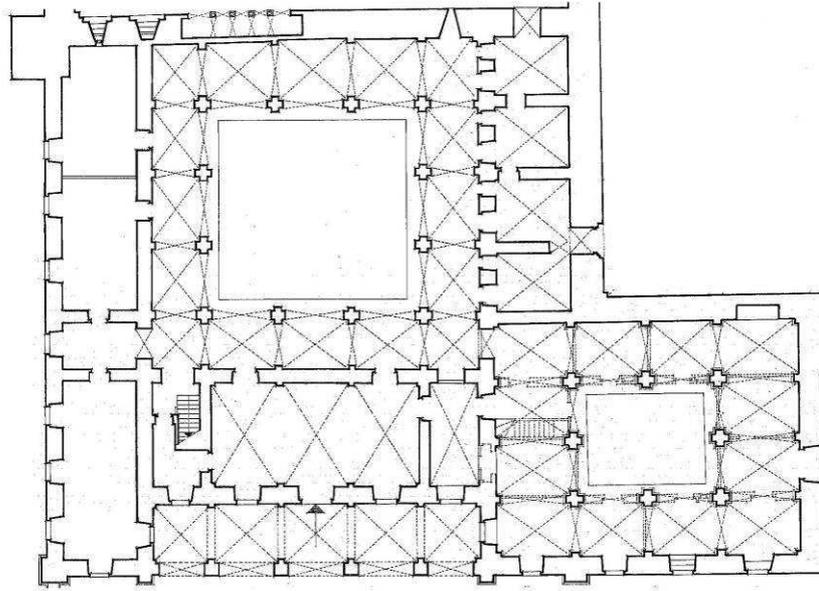
319 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1942 – planta do piso térreo.



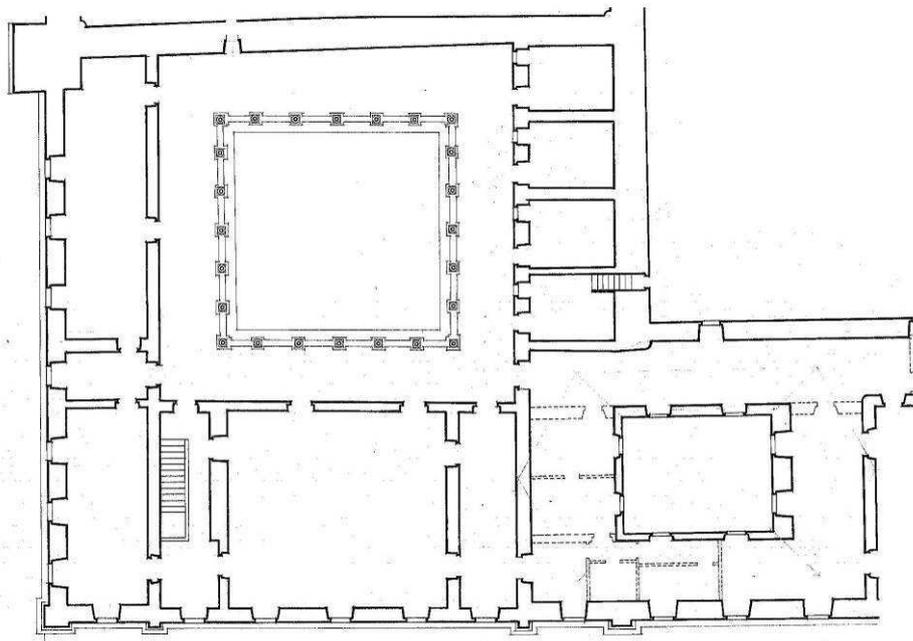
320 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1942 – planta do segundo piso.



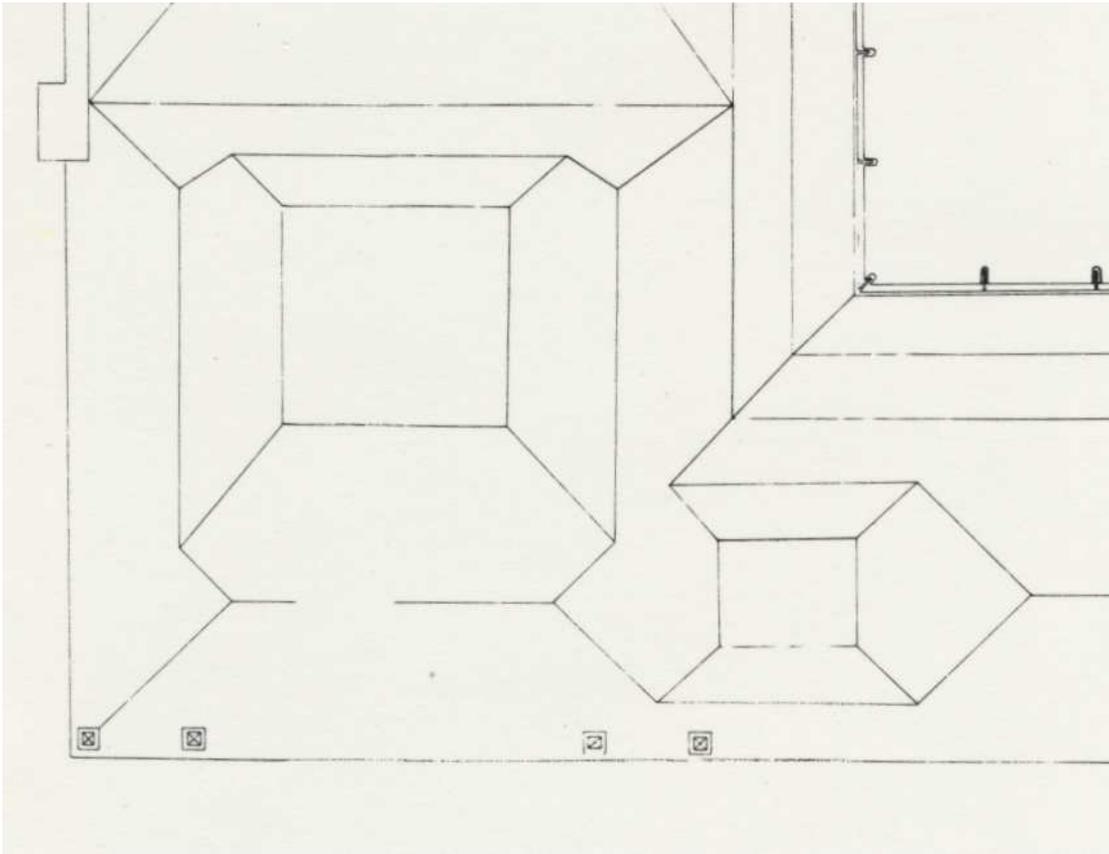
321 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1942 – planta do sótão/cobertura.



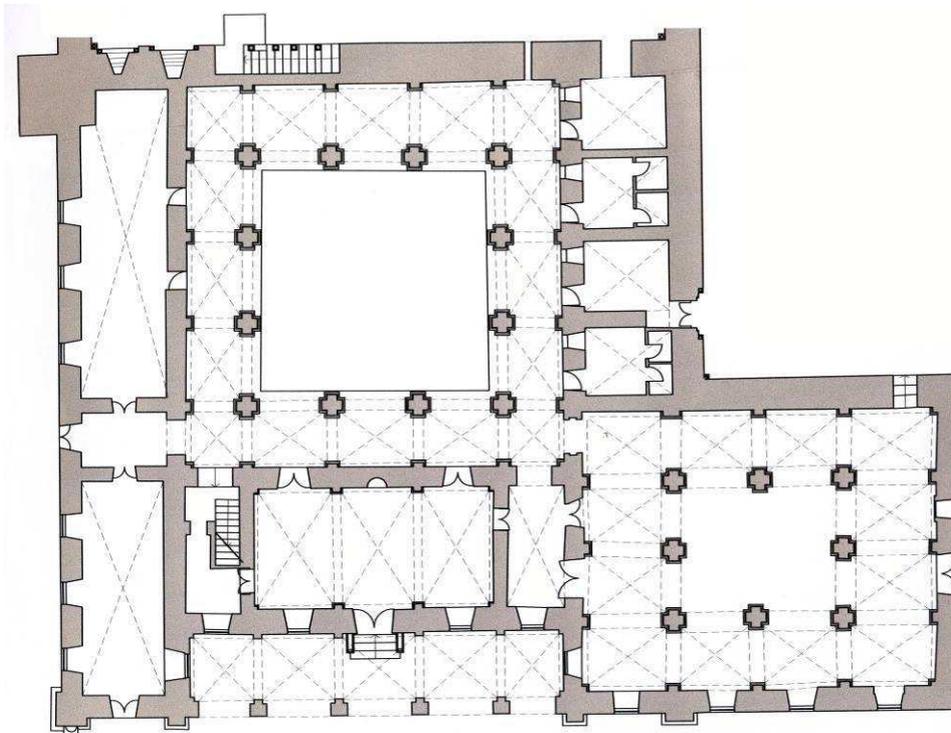
322 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1983 – planta do piso térreo.



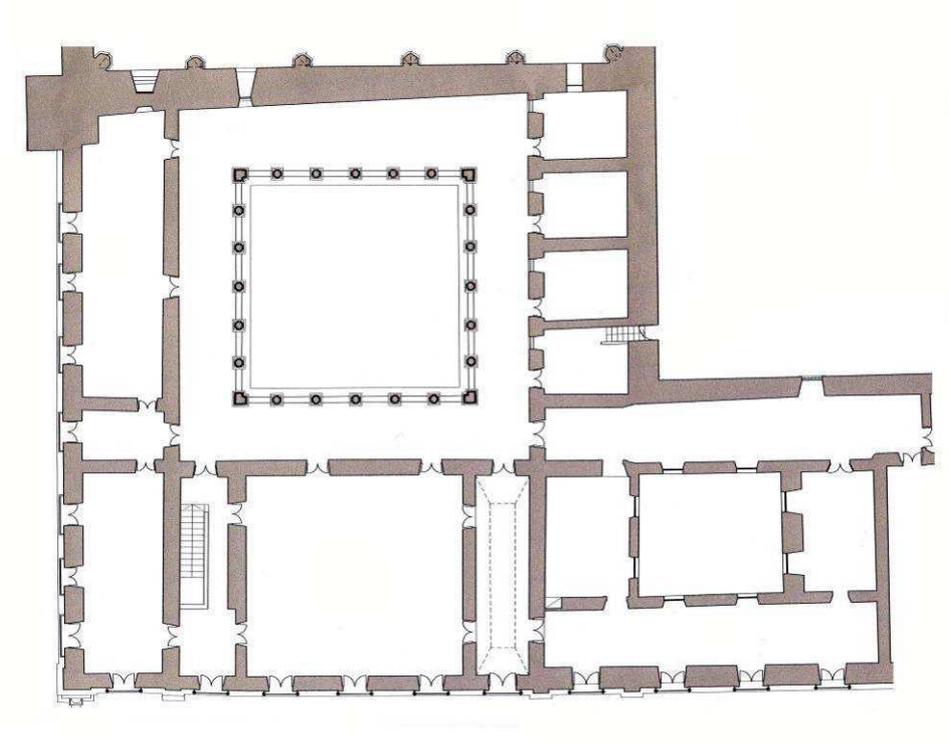
323 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1983 – planta do segundo piso.



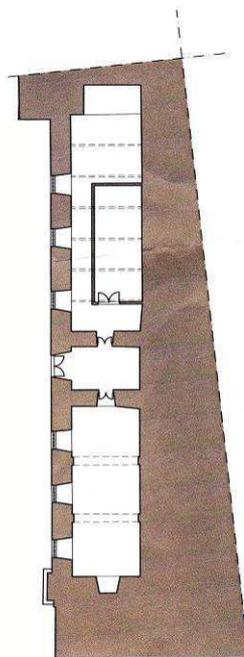
324 – Levantamento da zona do palácio abacial em 1983 – planta da cobertura.



325 – Levantamento da zona do palácio abacial em 2003 – planta do piso térreo.



326 – Levantamento da zona do palácio abacial em 2003 – planta do segundo piso.



327 – Levantamento da zona do palácio abacial em 2003 – planta do criptóportico.



Imagem 328 – Fachada principal do Palácio Abacial.



Imagem 329 – Fachada do edifício da Câmara Municipal de Tomar.

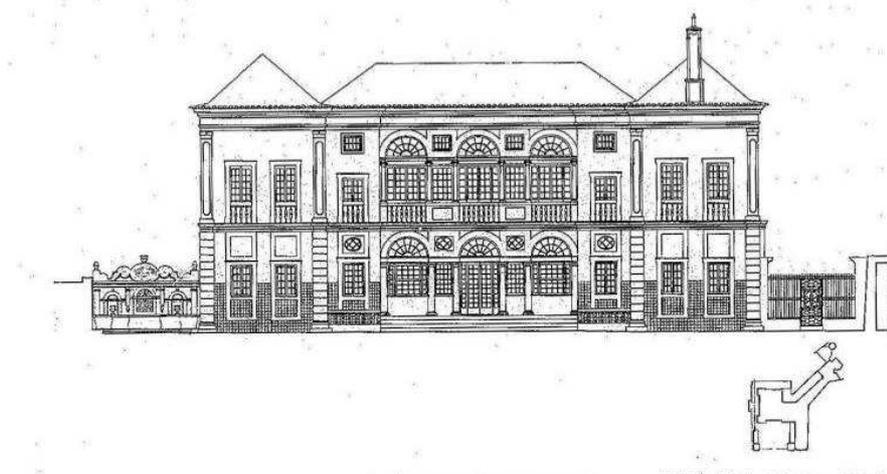


Imagem 330 – Palácio dos Marquês de Fronteira.



Imagem 331 – Praça D. Afonso Henriques durante as obras em 2005. Podemos observar as fundações da antiga portaria e cerca sob a rede vermelha.

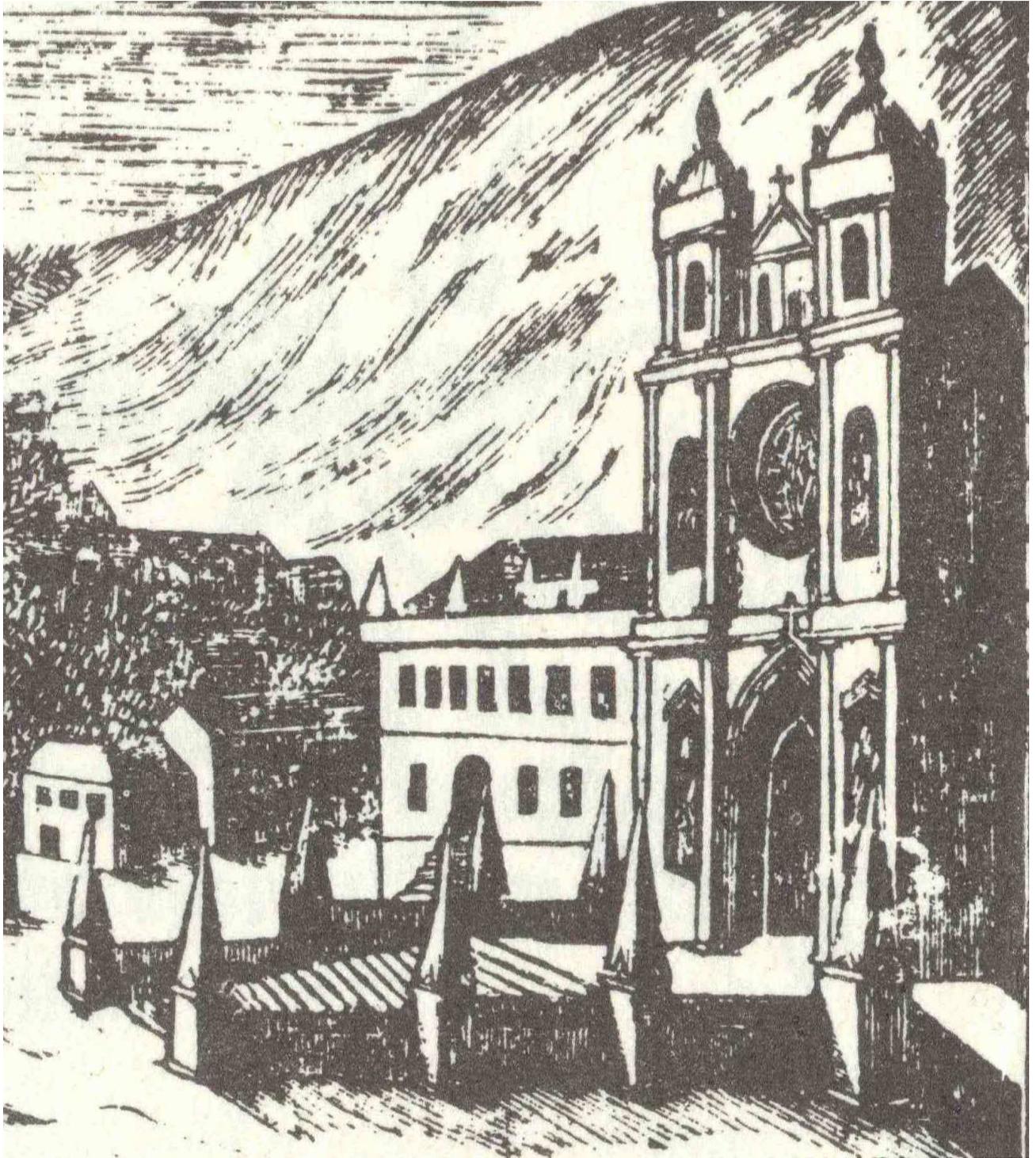


Imagem 332 – pormenor da imagem 234 onde se pode observar a ausência do varandim na representação.



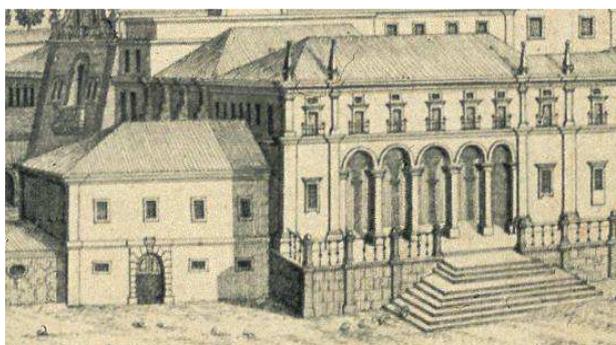
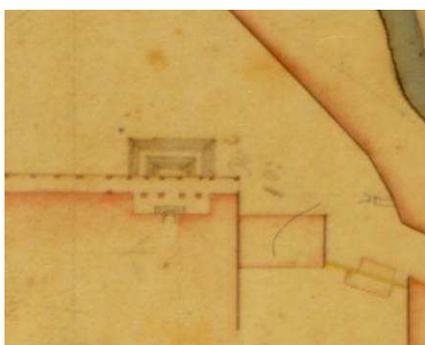
Imagem 333 - Sala do criptopórtico. Ao fundo pode observar-se a porta e o óculo entaipado.



Imagem 334 – Reconstituição da porta e óculo exterior.



Imagem 335 – O palácio abacial entre 1653 e 1839.



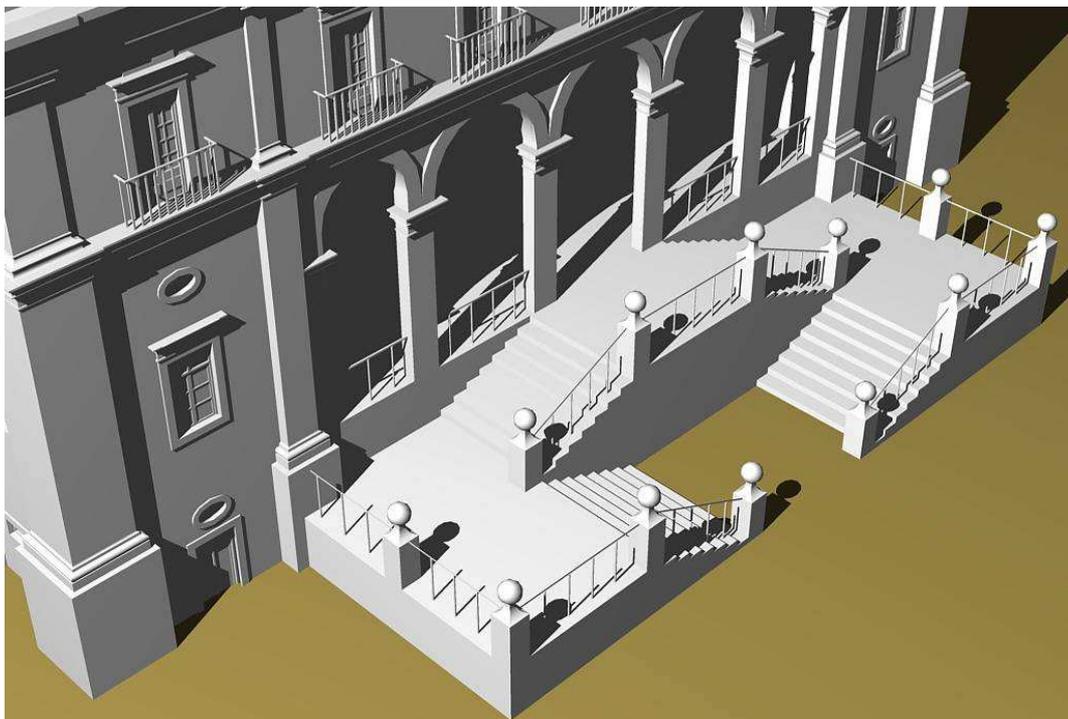
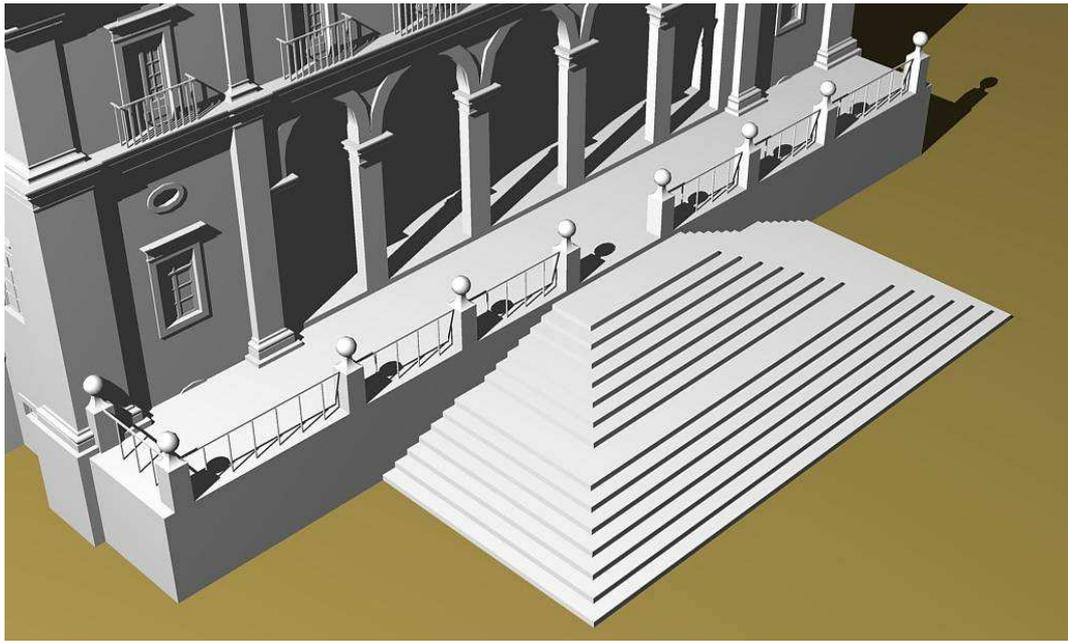
Imagens 336 e 337: Portaria do Mosteiro de Alcobaça em finais do século XVIII.



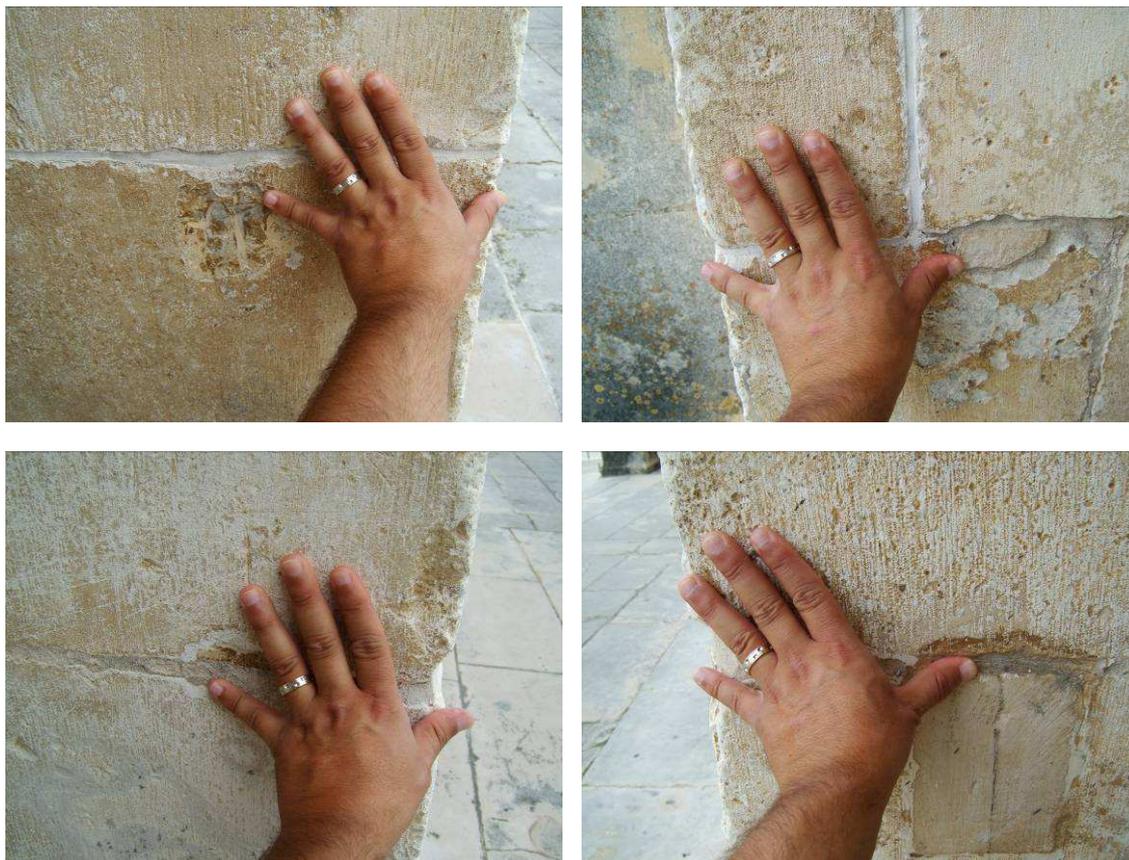
Imagem 338: Palácio abacial em 1862 depois da demolição da portaria.



Imagem 339: Escadaria do palácio, notando-se os degraus recentemente postos a descoberto.



Imagens 340 e 341 – Reconstituição da escadaria antes e depois da intervenção de Frei João Turriano.



Imagens 342 a 345: Encaixes nos pilares dos respectivos arcos de cantaria.



Imagem 346 – Reconstituição do varandim da arcada na fase pré-Turriano.



Imagens 347 e 348: Encaixes nos pedestais do varandim.



Imagens 349 a 350: Encaixes da tranca visíveis nos pilares da arcada.



Imagens 351 a 352: Encaixes da tranca visíveis nos pilares da arcada.



Imagem 353 - Reconstituição da escadaria e varandim com o portão de grades.



Imagem 354: Recorte na pilastra onde encontra o pedestal.

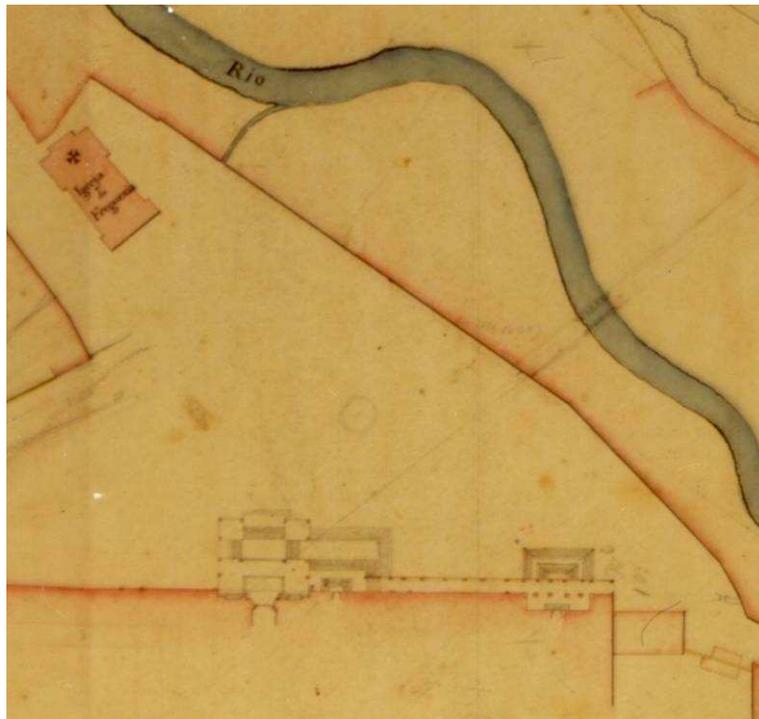
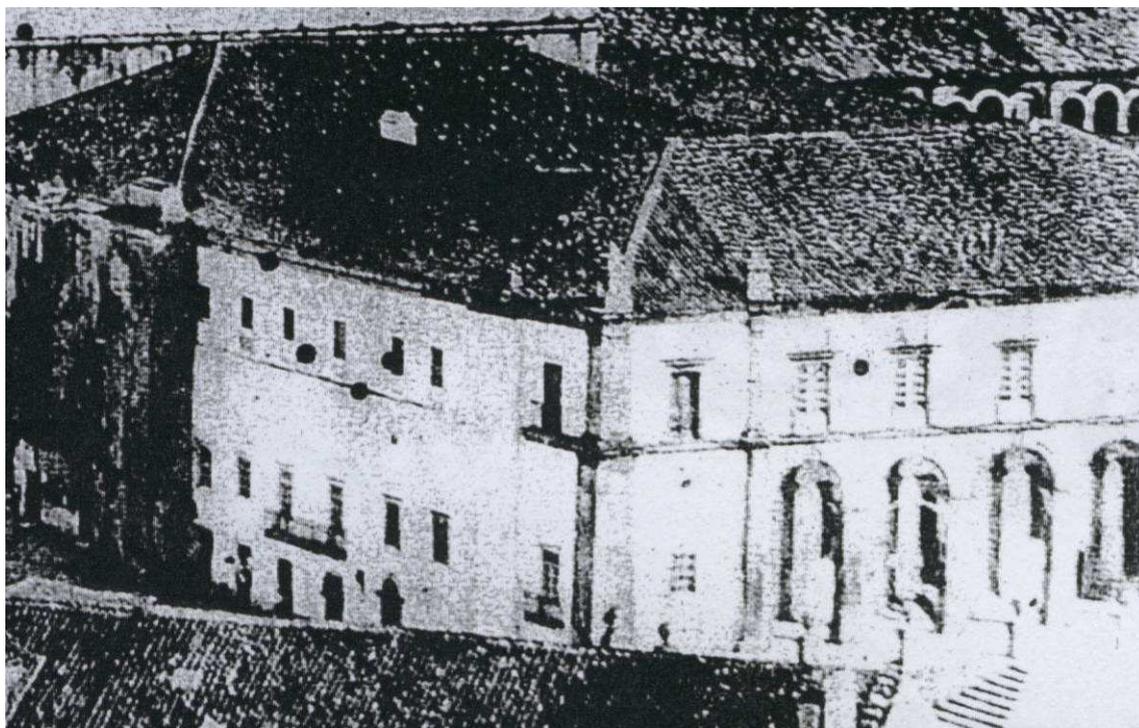
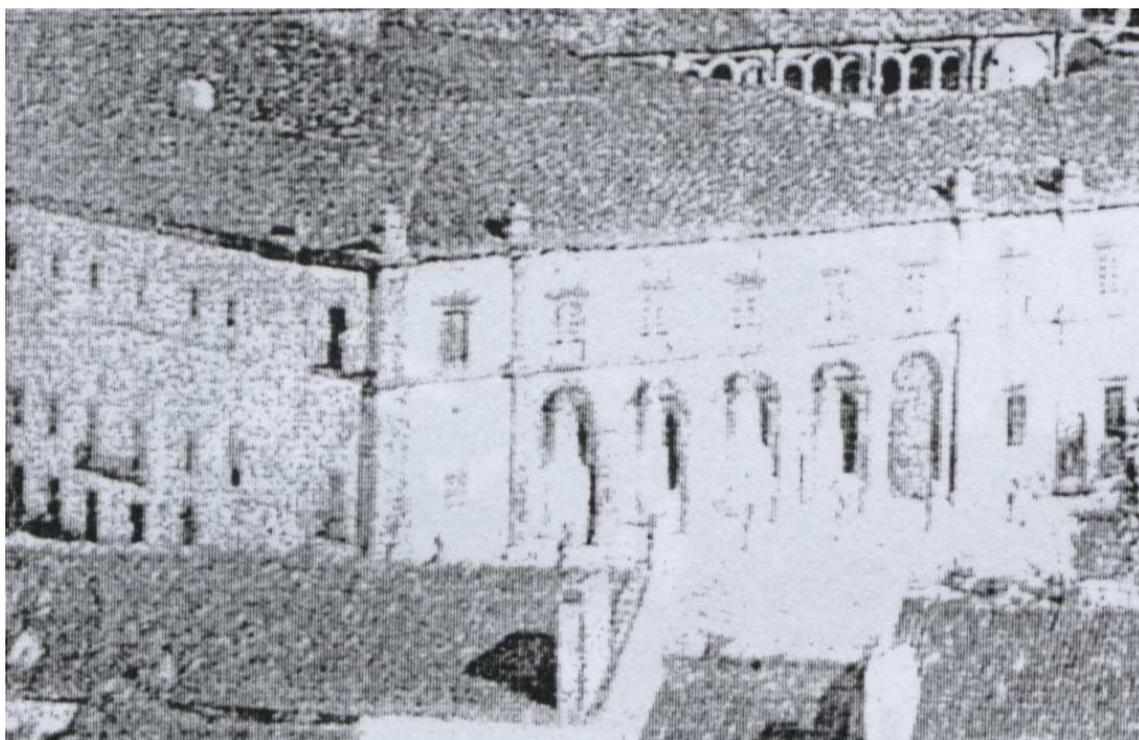


Imagem 355: Pormenor da planta de G. Elsdén com os pedestais alinhados com os pilares.



Imagens 356 e 357: Fotografia do palácio abacial em finais do século XIX.



Imagens 358 e 359: Fotografia do palácio abacial em finais do século XIX.



Imagem 360: Fotografia de finais do século XIX ou princípios do século XX, com mastro da bandeira da Câmara Municipal que então ocupava o edifício do palácio abacial.



Imagem 361: Cunhal Noroeste do palácio abacial antes da divisão do piso térreo em dois.



Imagem 362: Fachada Norte do palácio abacial, após a transformação do piso térreo em duplo piso.

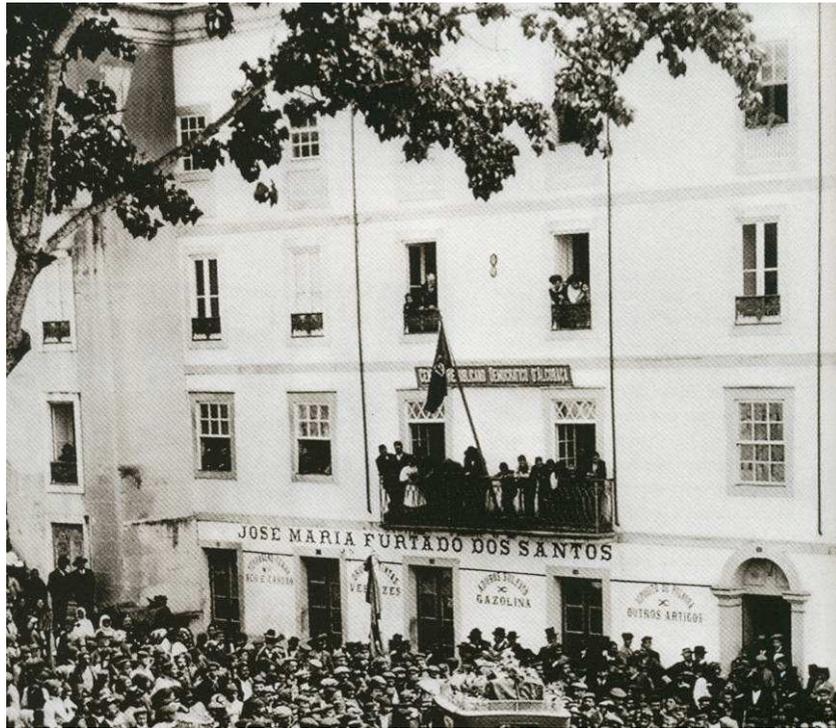


Imagem 363: Fachada Norte do palácio abacial, após a transformação do piso térreo em duplo piso.



Imagem 364: Loja no criptopórtico do Sr. José Maria Furtado dos Santos.



Imagem 365: Varandim do Centro Republicano Democrático d'Alcobaça.



Imagem 366: Fotografia do primeiro quartel do século XX, com a mudança do óculo para uma janela na primeira fiada vertical da fachada Poente e a porta de acesso à agência da Caixa Geral de Depósitos.



Imagem 367: Fotografia da fachada Noroeste onde se pode observar a escala em caracol no contraforte. (cerca de 1940)



Imagem 368: Porta de acesso à agência da Caixa Geral de Depósitos cerca de 1940



Imagem 369: Fachada Noroeste após intervenção dos Monumentos Nacionais e antes das obras de requalificação de 2005/7. (cerca de 1995)



Imagem 370: Fachada Noroeste após as obras de requalificação de 2005/7.



Imagem 371: Fachada principal (Poente).



Foto 104. Alcobaca, dormitório sul, 1716-1725 (?) (DGEMN).

Imagem 372: Fachada do Palácio Abacial, erradamente identificado e datado por George Kubler como sendo o dormitório Sul.

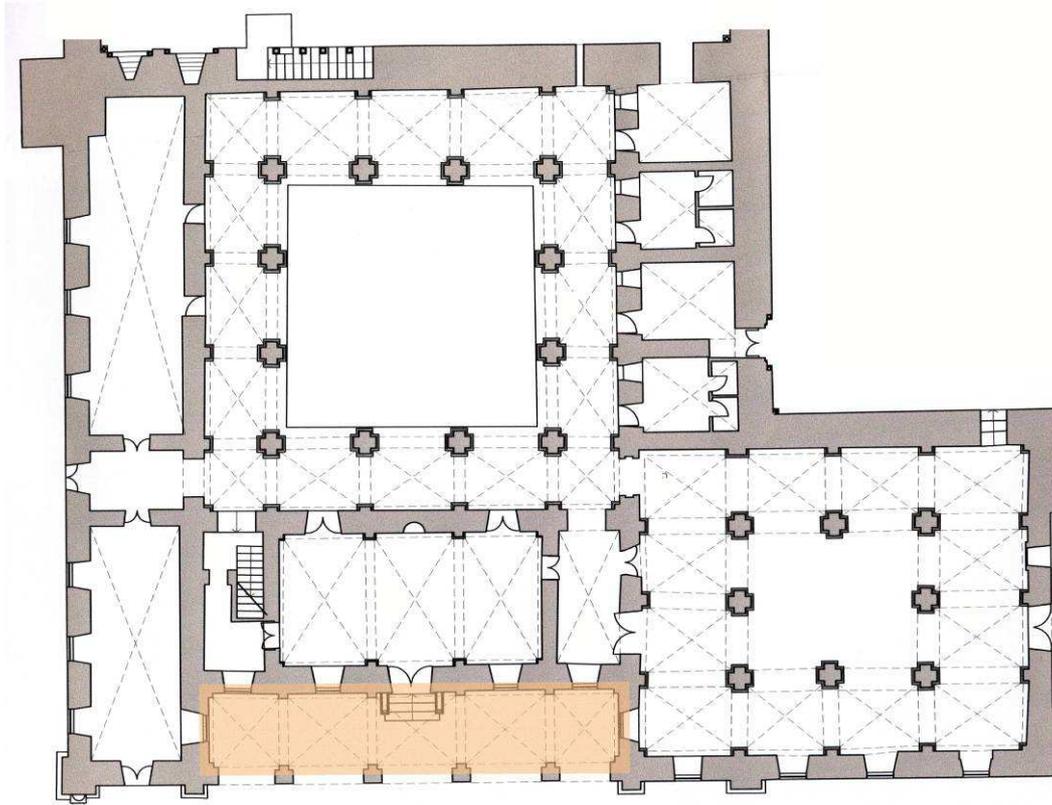


Imagem 373 – Localização da arcada na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 374 – Arcada do Palácio Abacial.

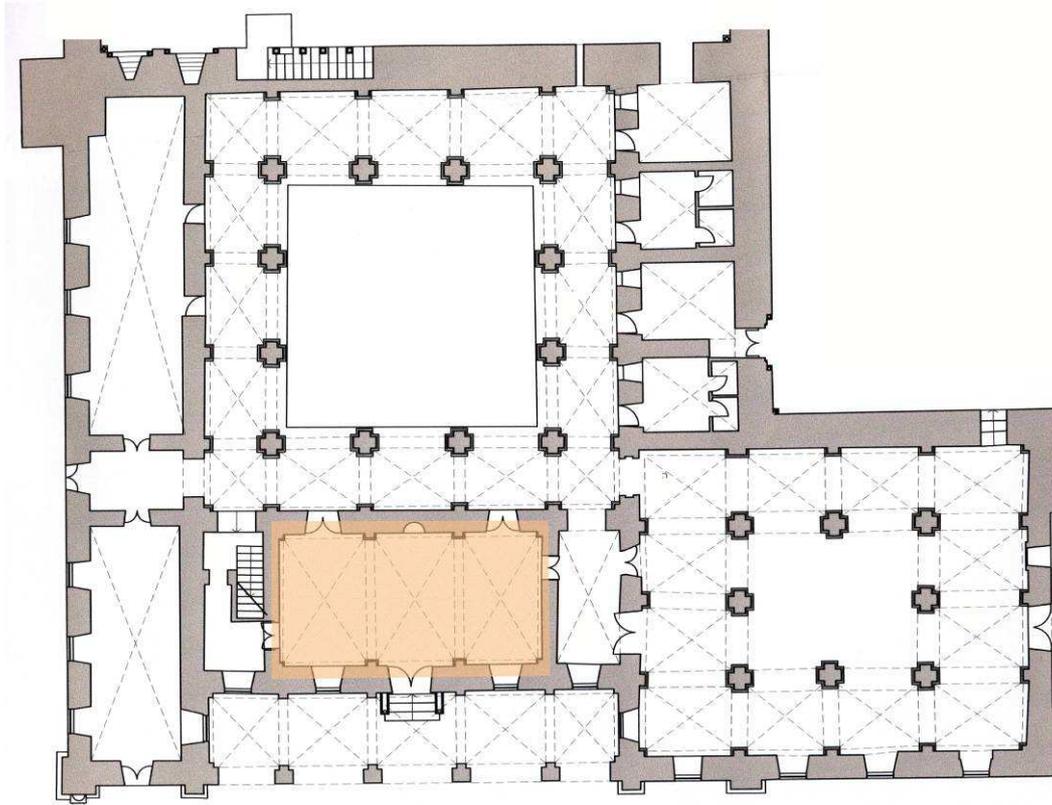


Imagem 375 – Localização da casa de entrada ou portaria na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagens 376 – Casa de entrada ou portaria com o nicho.



Imagem 377 – Casa da entrada ou portaria do lado do antigo Bufete.

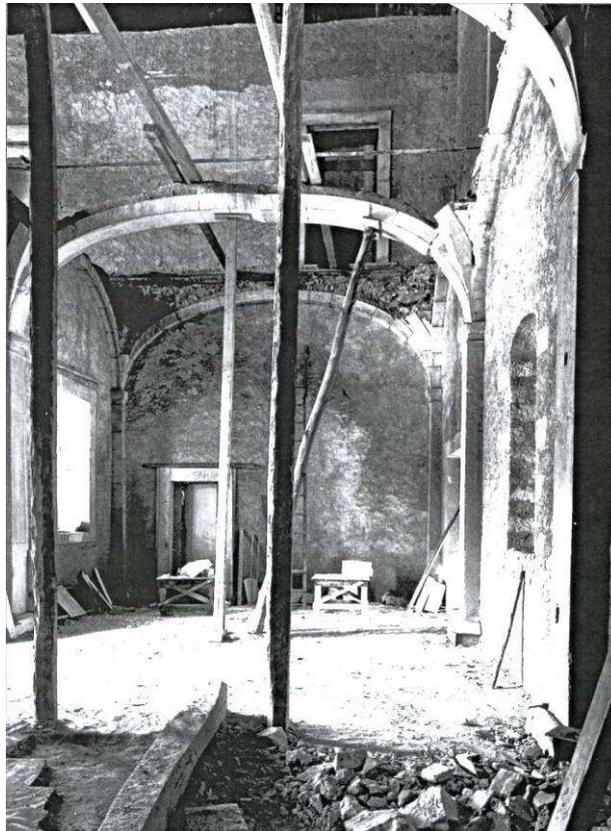


Imagem 378 – Casa de Entrada ou Portaria. Vista para o lado do Bufete durante as obras de consolidação dos arcos em 1942 pelos monumentos nacionais.



Imagem 379 - Escadaria que dava acesso da casa de entrada ao piso superior.



Imagem 380 – Desmontagem da escadaria em 1942.



Imagem 381 – Casa de Entrada ou Portaria. Vista actual do lado direito ou Passadiço.



Imagem 382 – Casa da Entrada ou portaria. Vista em 1942 do lado direito onde se pode observar o acesso à agência da Caixa Geral de Depósitos.



Imagens 383 e 384 – Consolidação das abóbadas da casa de entrada.

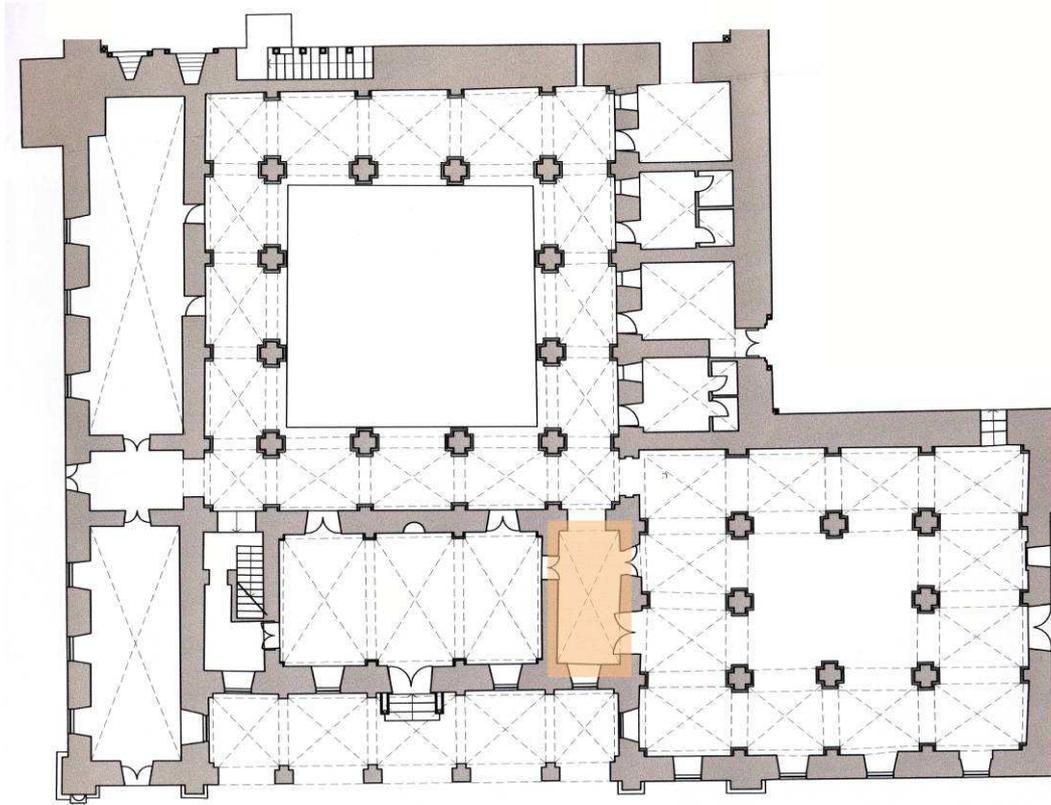


Imagem 385 – Localização do passadiço na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 386 – Passadiço. Arco de acesso ao Claustro Pequeno.



Imagem 387 – Passadiço. Porta de acesso ao claustro da prisão ou Hospedaria Velha. Esta porta dava acesso no tempo do Palácio Abacial ao Mosteiro.



Imagem 388 – Passadiço. Porta de acesso do Passadiço à casa de entrada ou Portaria.



Imagens 389 e 390 – Tecto do passadiço.

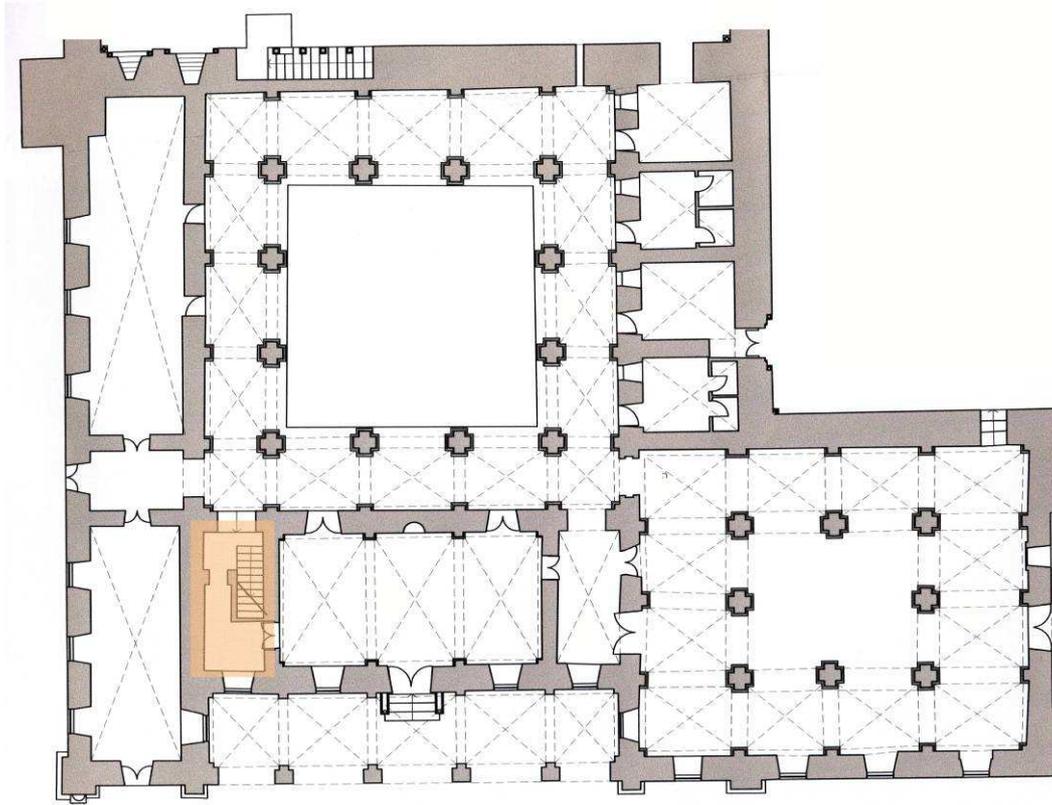


Imagem 391 – Localização da actual escada de acesso ao piso superior na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagens 392 e 393 – Actual escada de acesso ao piso superior.



Imagens 394 e 395 – Actual escada de acesso ao piso superior.



Imagem 396 – Escada de acesso ao segundo piso. Óculo.

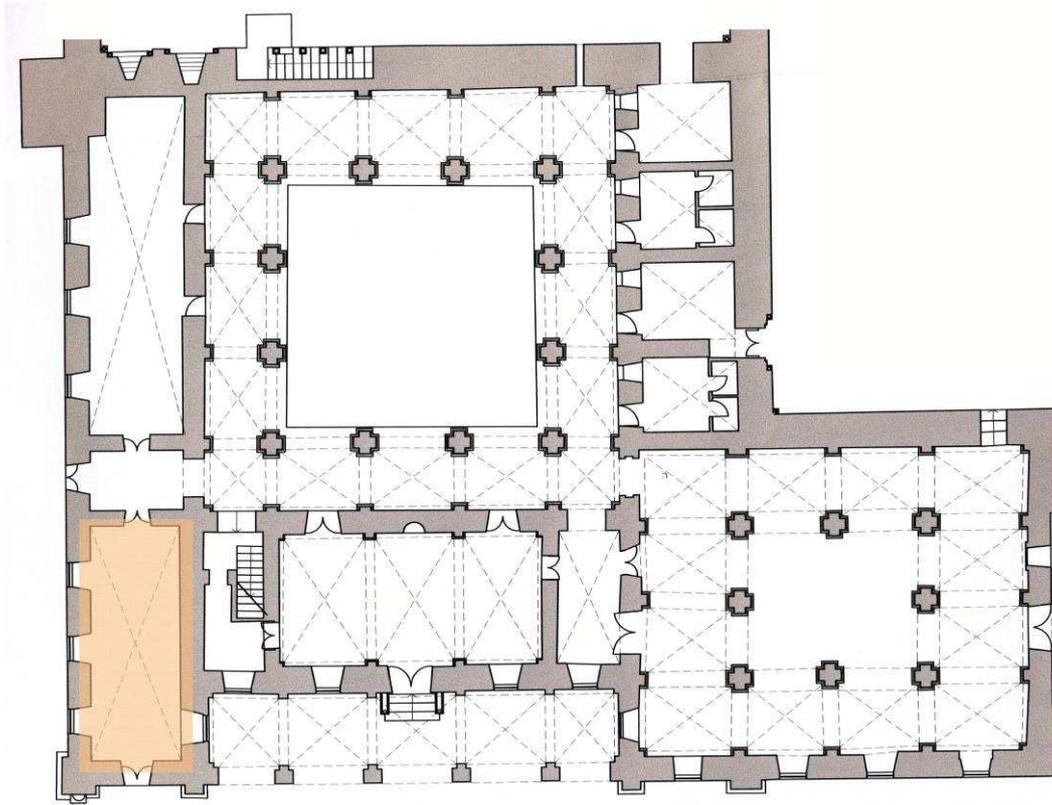
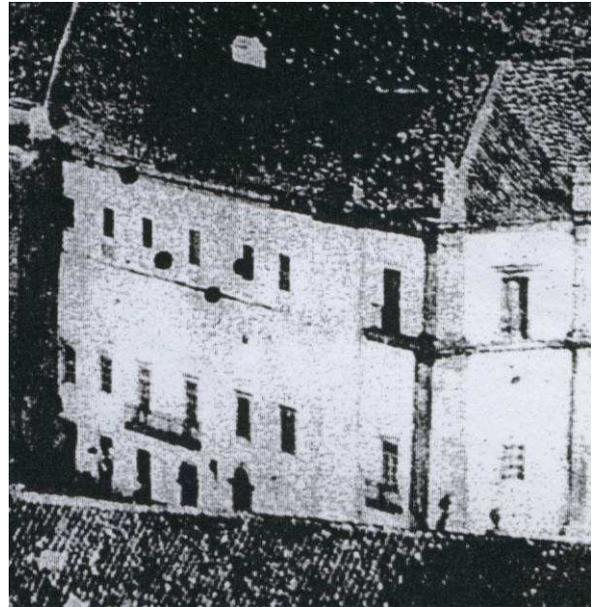
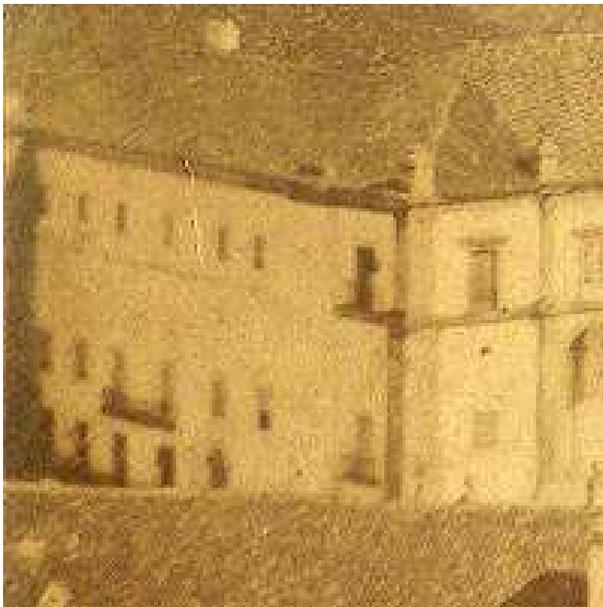
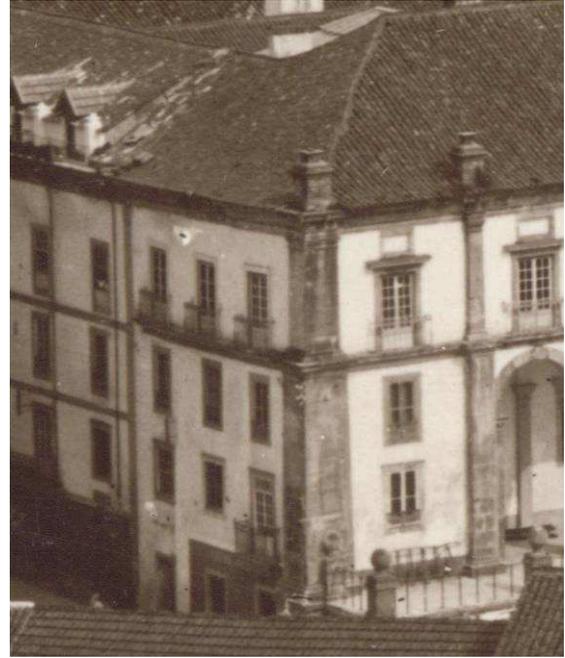


Imagem 397 – Localização da sala do canto na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagens 398 e 399 – Ao centro a Sala do canto logo após na última metade do século XIX.



Imagens 400 e 401 – Sala do canto antes e após a duplicação dos pisos no piso térreo.



Imagens 402 e 403 – Sala do canto antes das obras de 1942 e após.



Imagens 404 e 405 - Sala do canto antes das obras de 1942 e após.

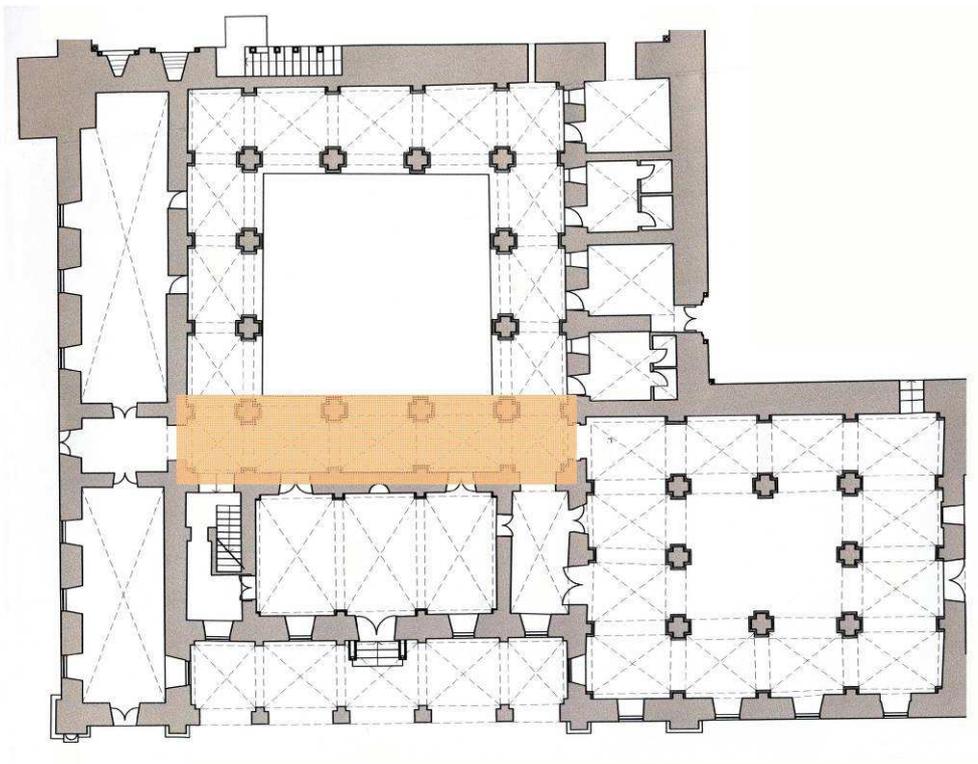
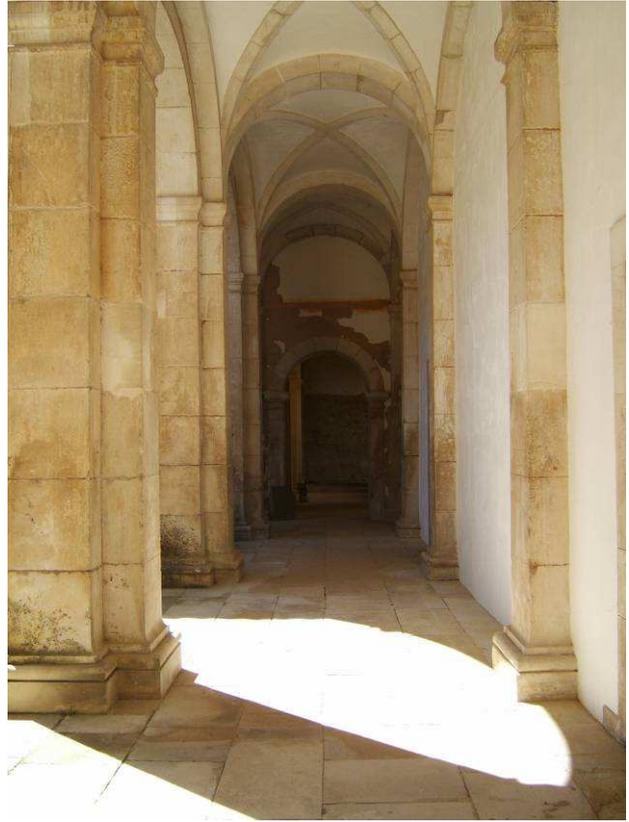


Imagem 406 - Localização da galeria Poente na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagens 407 e 408 – Galeria poente antes e depois das obras de 1942.

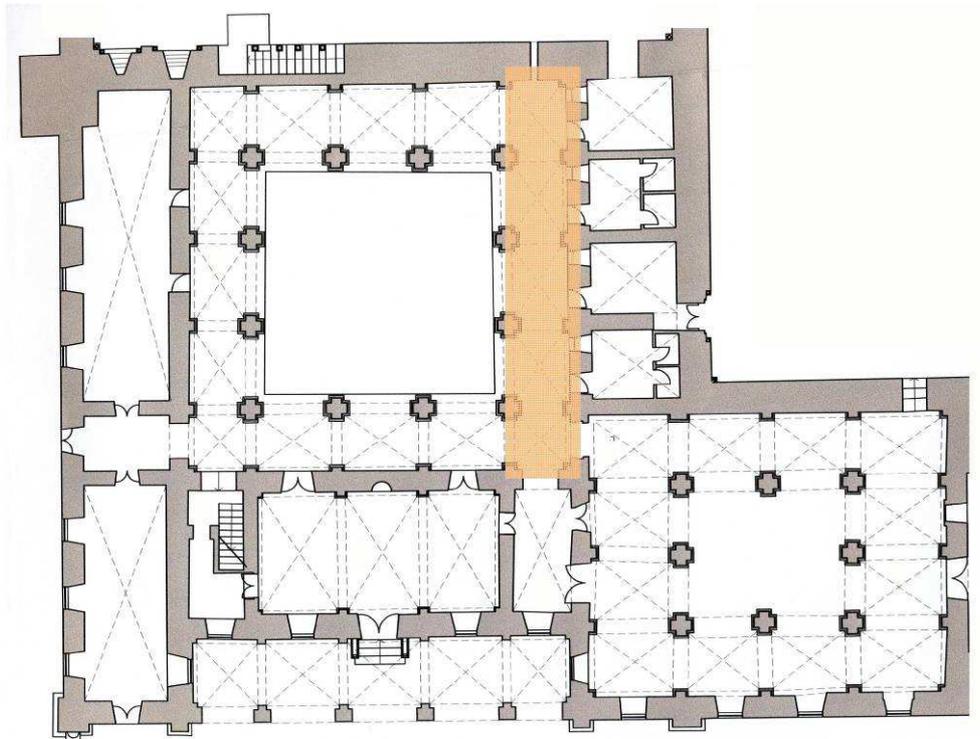


Imagem 409 - Localização da galeria Sul na planta do piso térreo do levantamento de 2003.

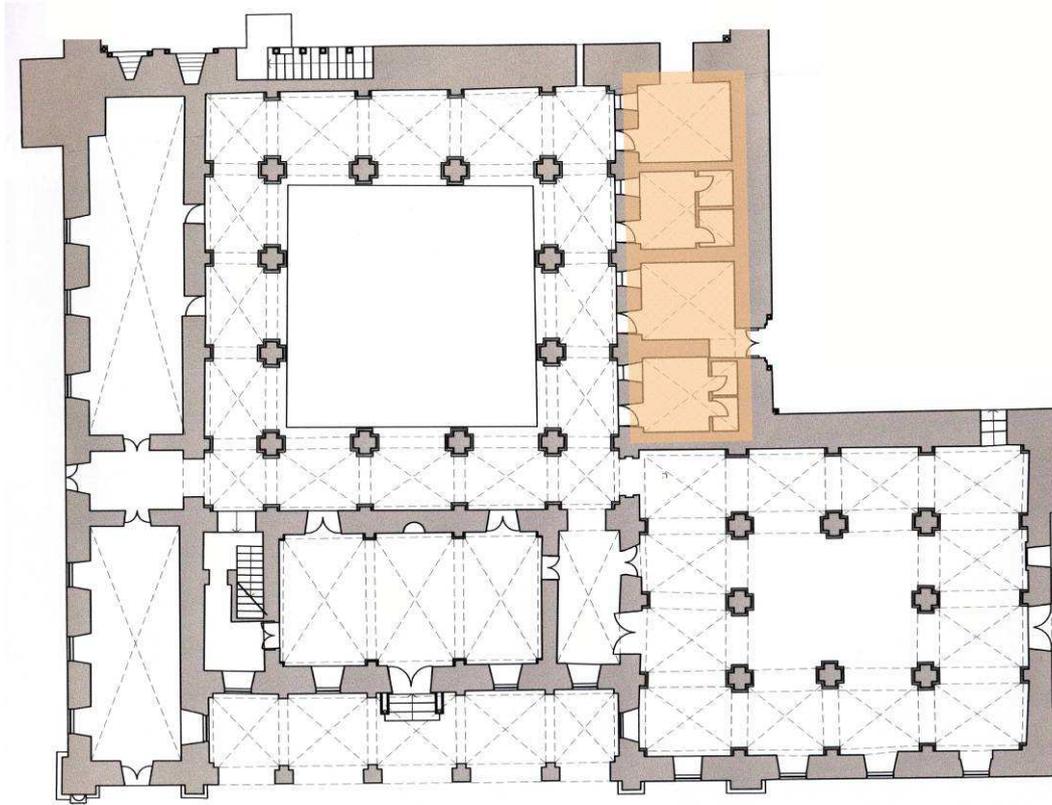


Imagem 410 - Localização da cozinha do palácio e casas para moços na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 411 – Galeria Sul antes das obras de 1942.



Imagem 412 – Porta medieval vista do Claustro D. Dinis na actualidade.



Imagens 413, 414 e 415 – Desentaipamento da porta da cozinha medieval em 1942.



Imagens 416 e 417 – Arco de passagem da porta medieval para o palácio abacial.

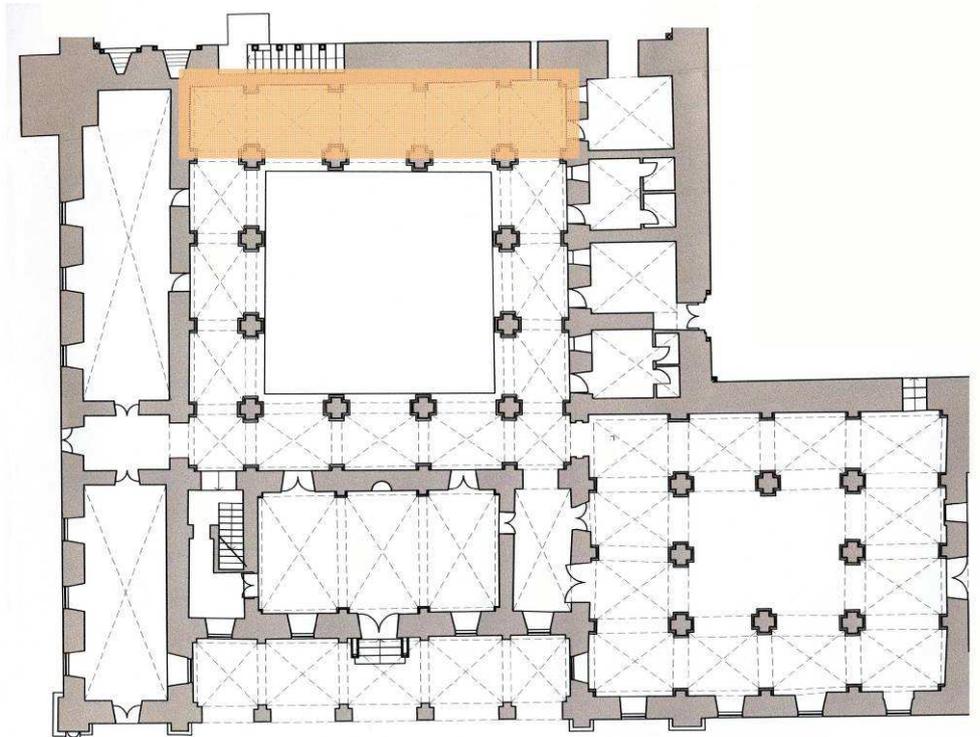


Imagem 418 - Localização da galeria Nascente na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 419 – Galeria Nascente com os dois arcos da cozinha medieval à vista.

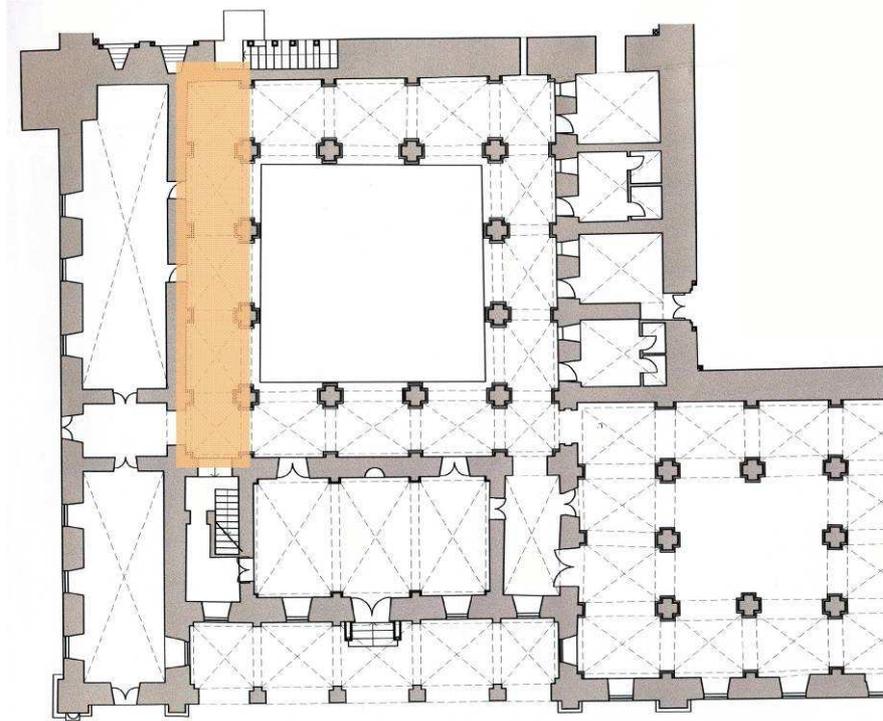


Imagem 420 - Localização da galeria Norte na planta do piso térreo do levantamento de 2003.

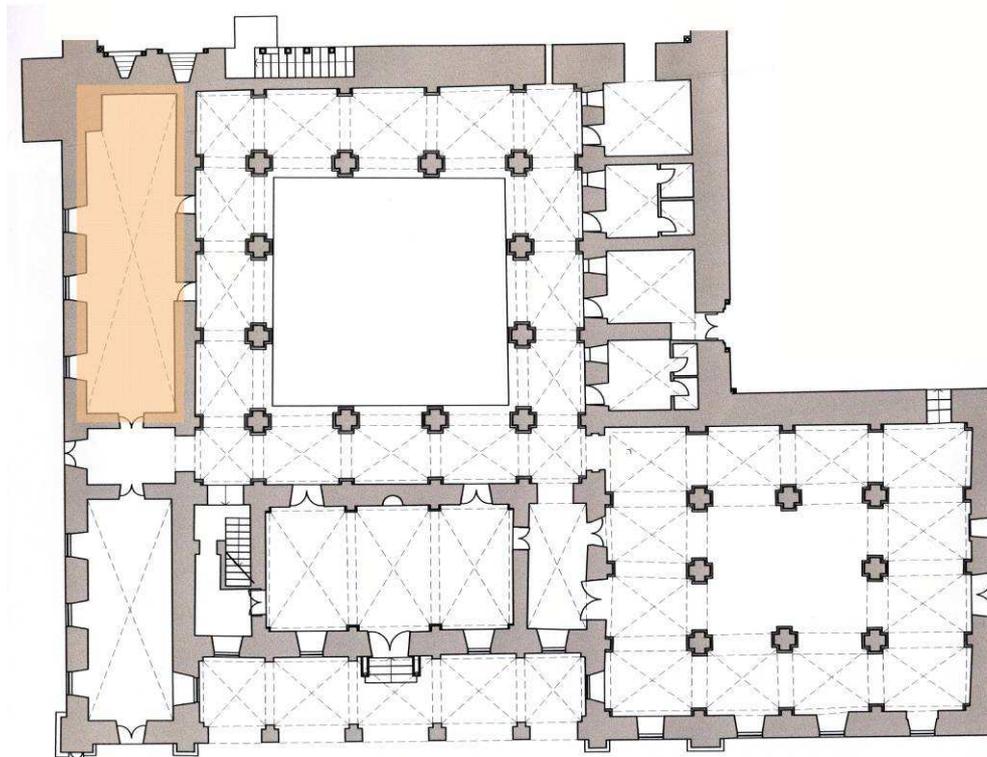


Imagem 421 - Localização da sala da galeria Norte na planta do piso térreo do levantamento de 2003.

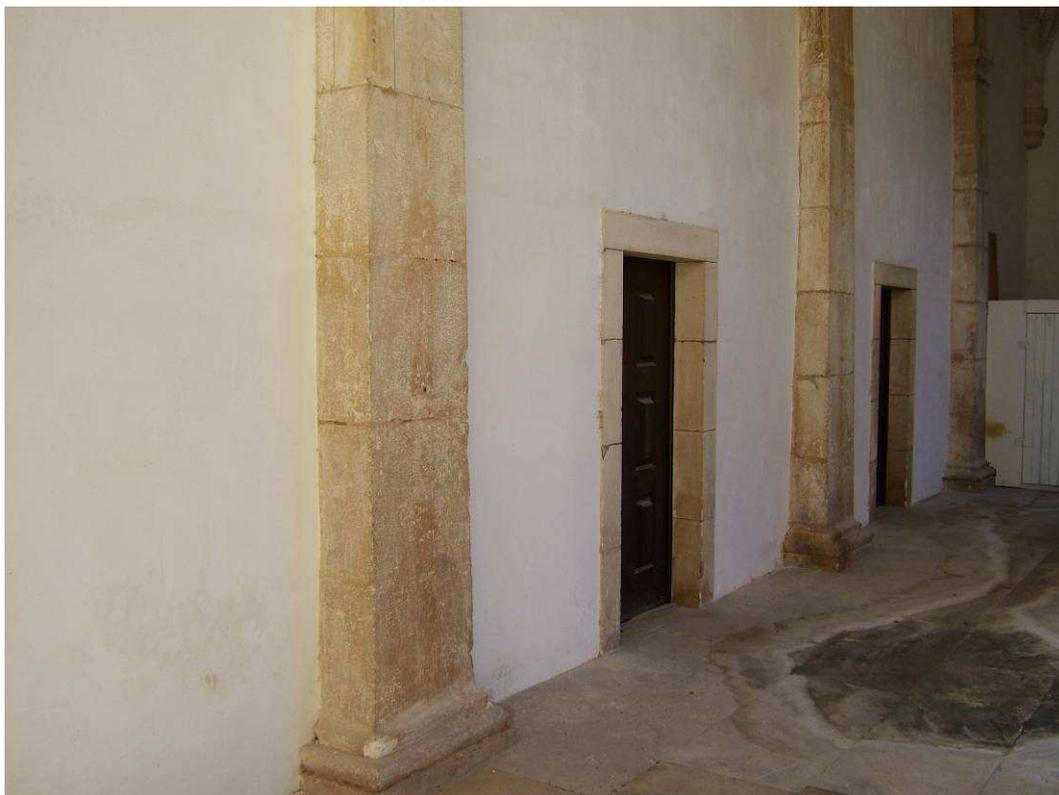


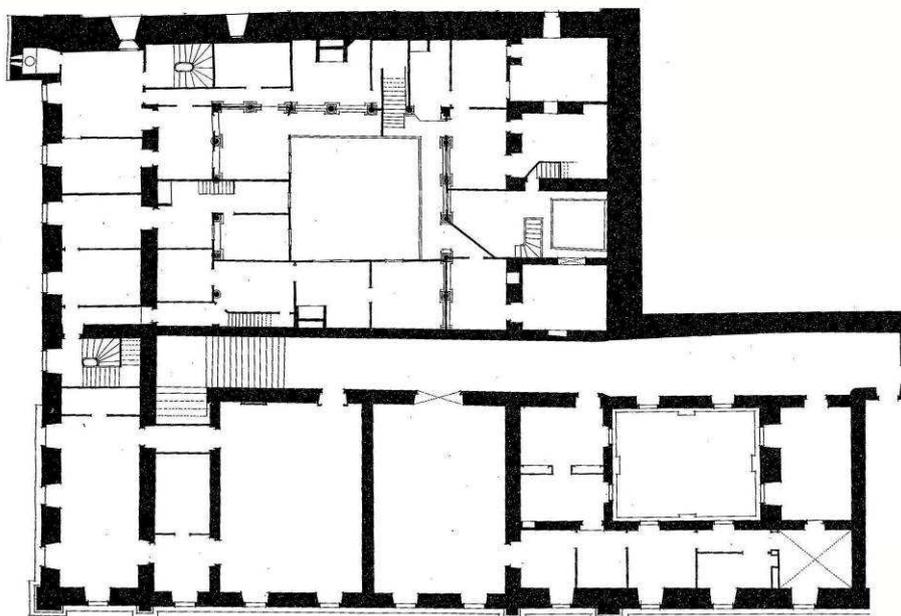
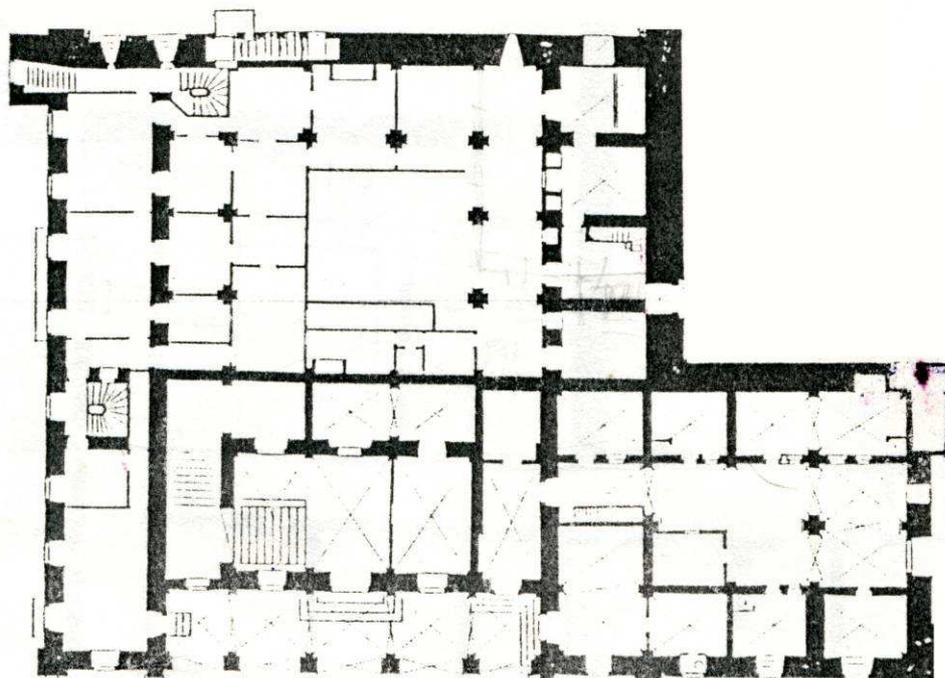
Imagem 422 – Galeria Norte e portas de acesso á sala homónima.



Imagem 423 – Contraforte com o acesso à escada de caracol antes das obras de 1942



Imagem 424 e 425 – Imagem do contraforte actualmente.



Imagens 426 e 427 – Plantas do palácio antes das obras de 1942 onde se pode observar a escada no contraforte.

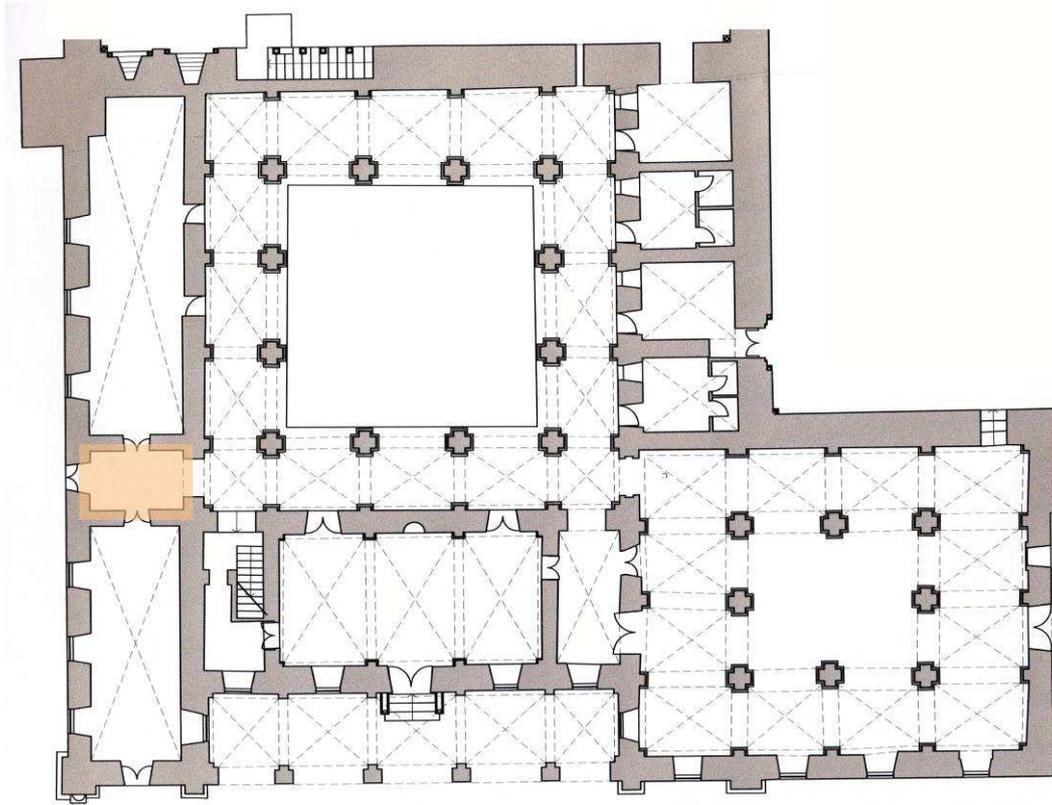


Imagem 428 - Localização da sala da antiga escada na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 429 – Sala da antiga escada.





Imagens 432, 433 e 434 – Escada.



Imagem 435 – Desmontagem da escada nas obras de 1942.

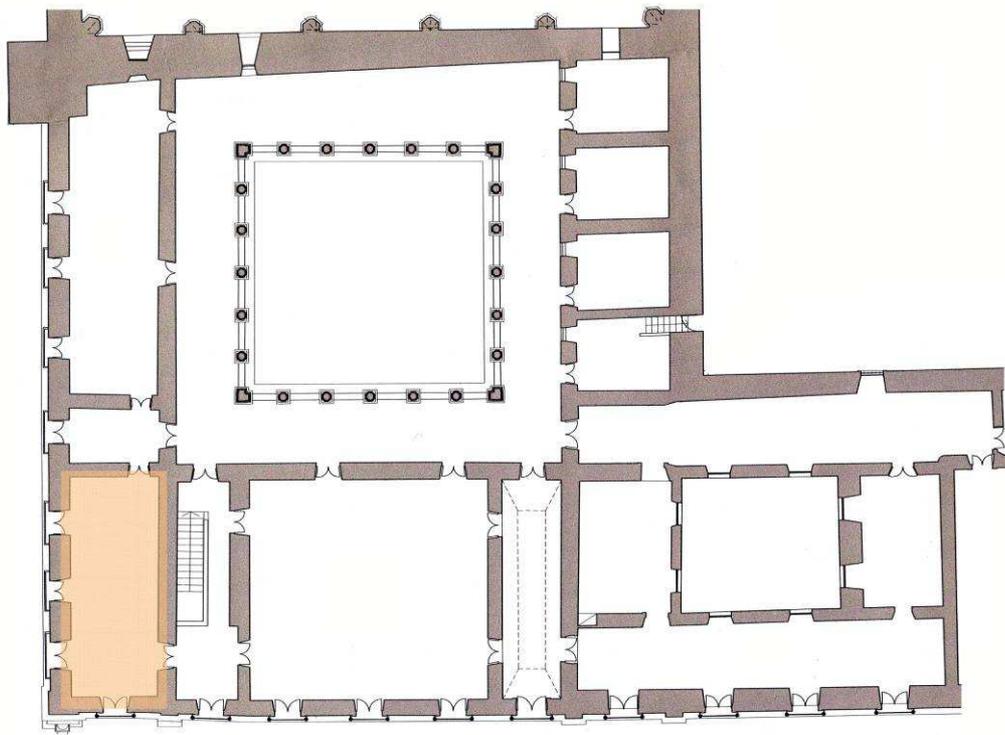


Imagem 436 - Localização da sala Norte na planta do piso superior do levantamento de 2003.

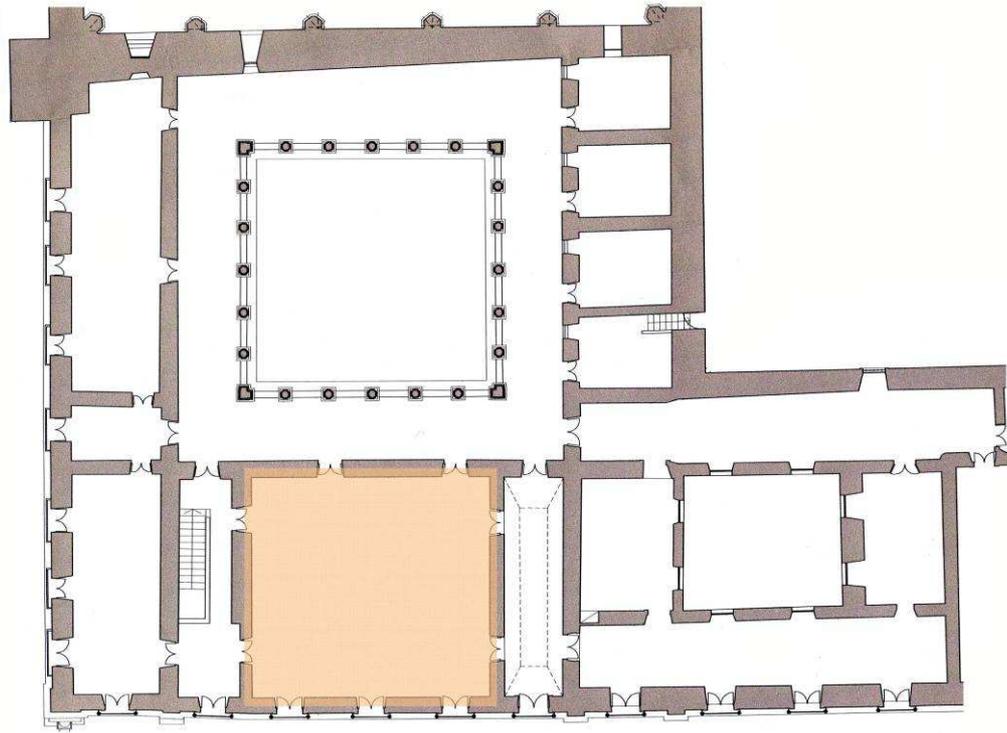


Imagem 437 - Localização da sala do centro na planta do piso superior do levantamento de 2003.

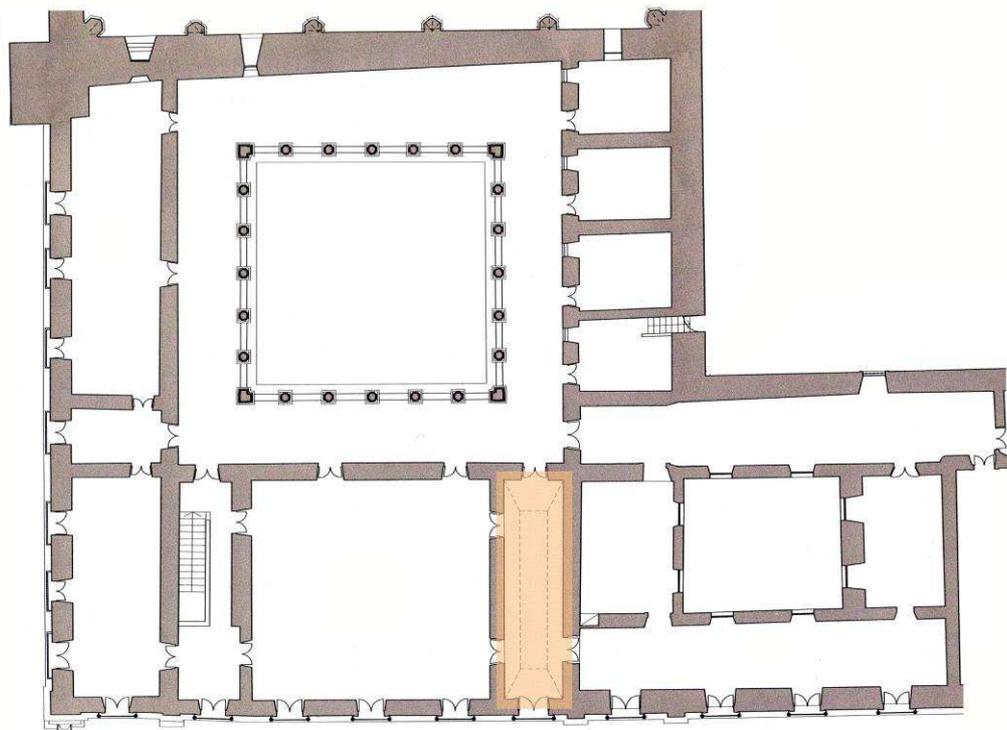


Imagem 438 - Localização da sala Sul na planta do piso superior do levantamento de 2003.



Imagem 439 – Sala do Norte.



Imagem 440 – Sala do centro.

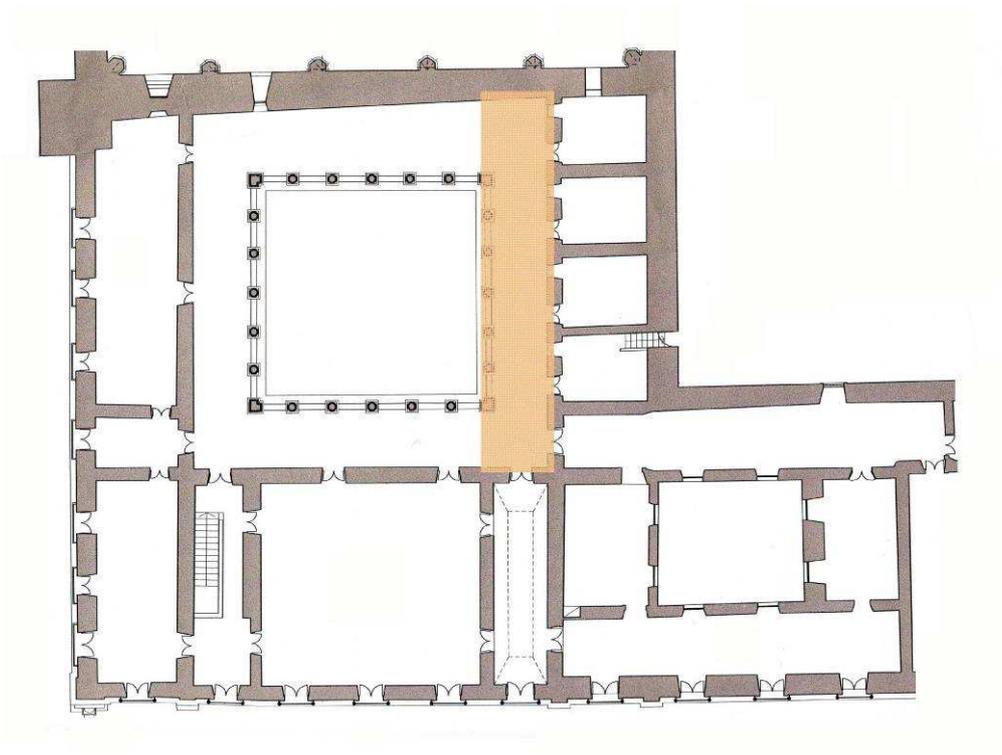


Imagem 441 - Localização da galeria Sul na planta do piso superior do levantamento de 2003.

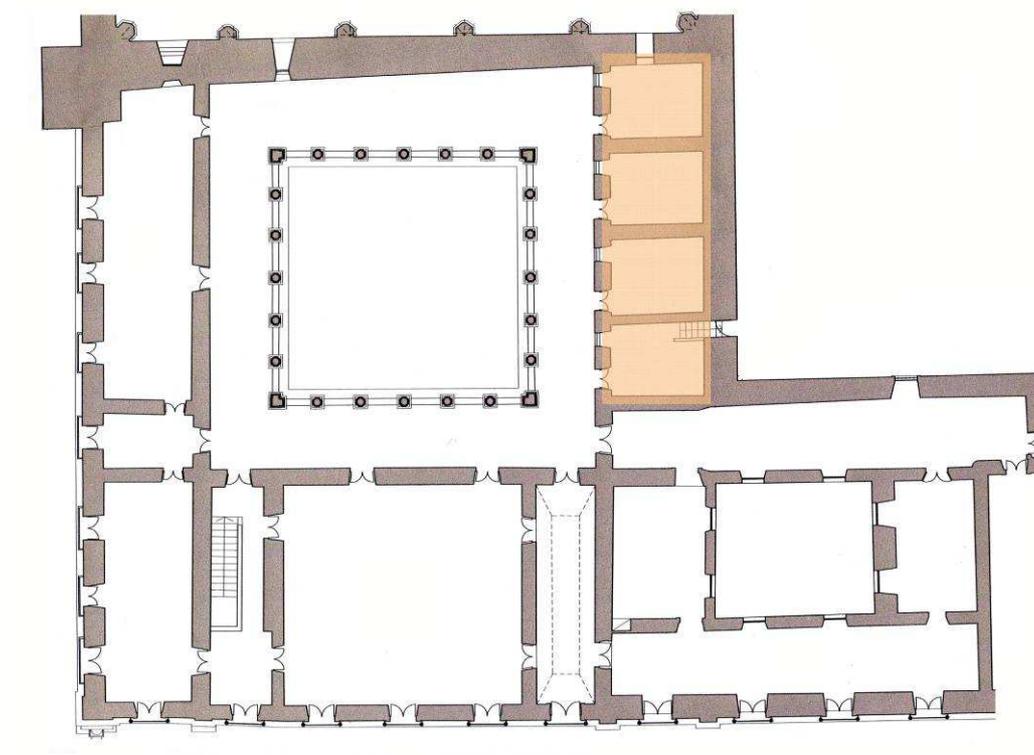


Imagem 442 - Localização das salas da galeria Sul na planta do piso superior do levantamento de 2003.



Imagens 443 e 444 – Galeria Sul e salas durante as obras de 1942.



Imagens 445 e 446 – Galeria Sul e salas na actualidade.

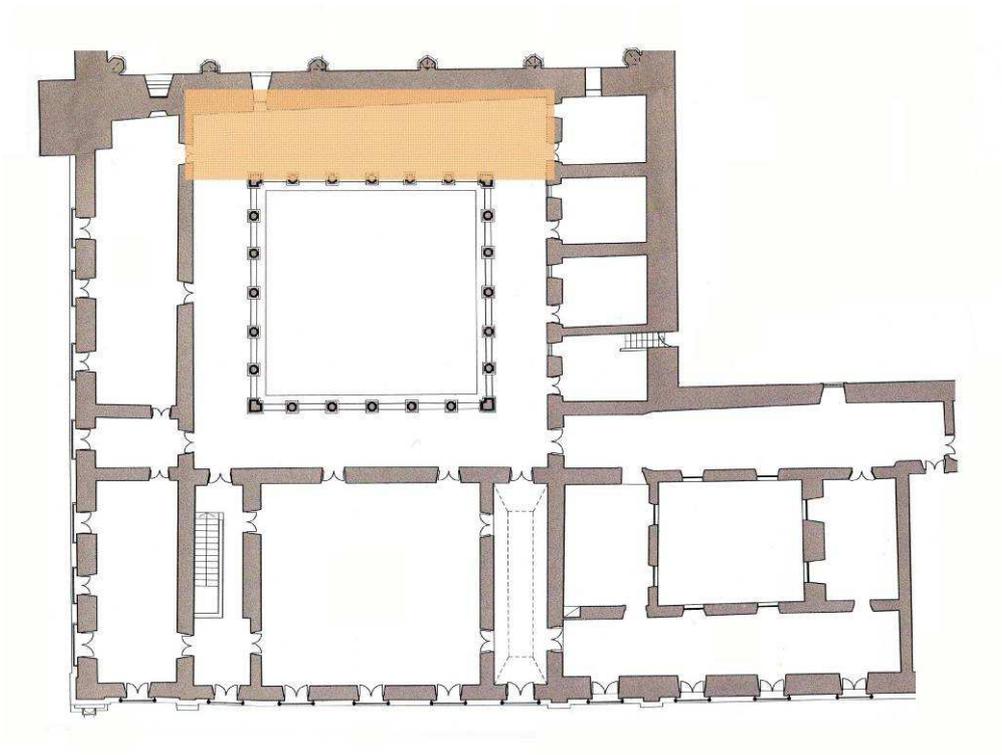


Imagem 447 - Localização da galeria Nascente na planta do piso superior do levantamento de 2003.



Imagem 448 – Galeria Sul na actualidade.

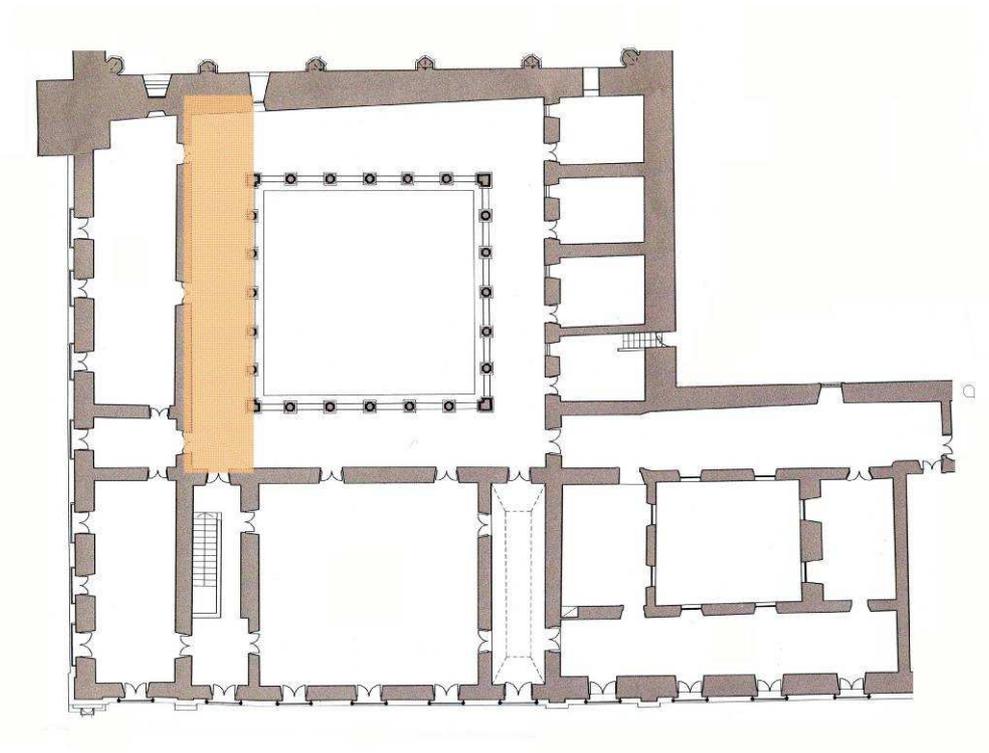


Imagem 449 - Localização da galeria Norte na planta do piso superior do levantamento de 2003.

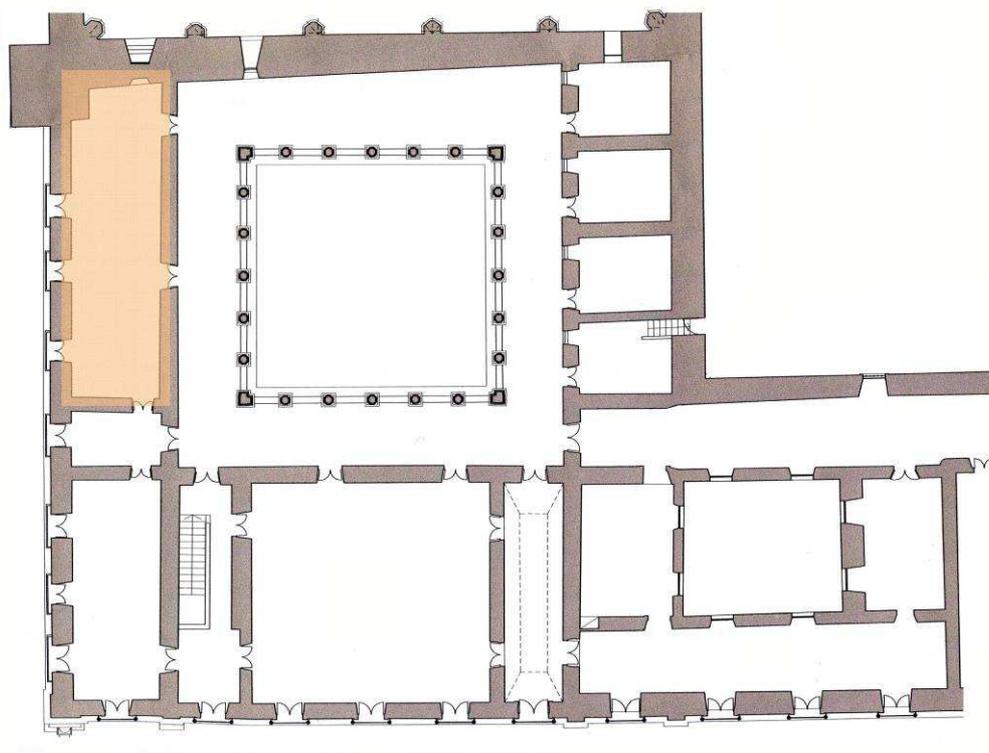


Imagem 450 - Localização das salas da galeria Norte na planta do piso superior do levantamento de 2003.



Imagem 451 – Fachada exterior da Sala Norte na última metade do século XIX.



Imagem 452 – Fachada exterior Norte na actualidade.

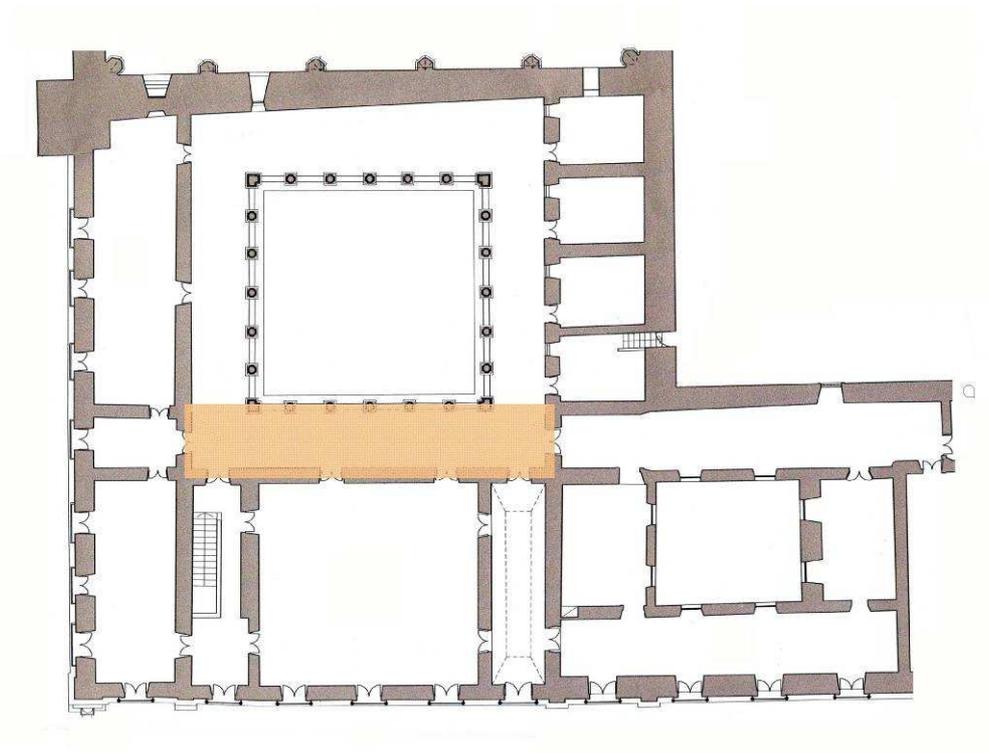


Imagem 453 - Localização da galeria Poente na planta do piso superior do levantamento de 2003.

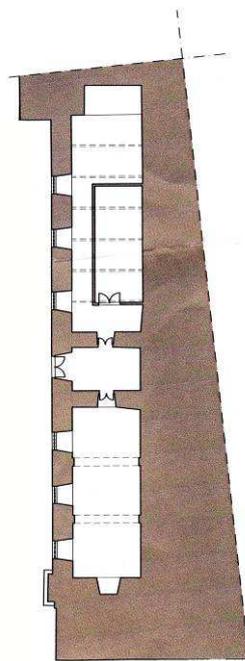


Imagem 454 - Planta do criptopórtico do levantamento de 2003.



Imagem 455 – Piso do criptórtico visto da Praça D. Afonso Henriques.



Imagem 456 – Fachada Norte do Palácio abacial.



Imagens 457 e 458 – Frestas do criptóptico.



Imagem 459 – Estabelecimento de José Maria Furtado dos Santos no criptórtico.

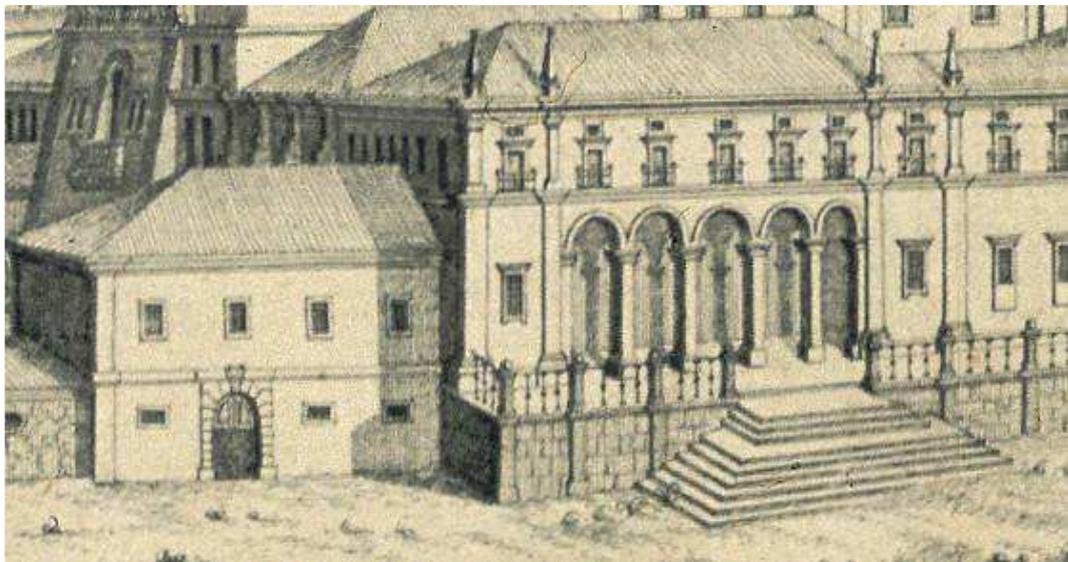


Imagem 460 – Criptopórtico já tapado pelo varandim em 1791.

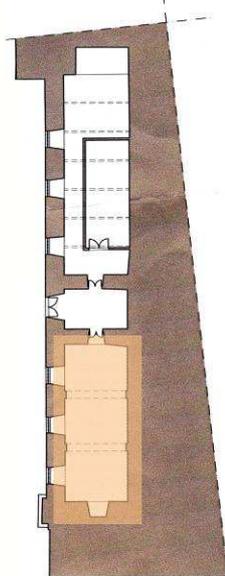


Imagem 461 - Localização da sala Poente na planta do criptopórtico do levantamento de 2003.



Imagens 462 e 463 – Sala Poente do criptopórtico com cobertura abobadada.



Imagem 464 – Arco de pedra da sala Poente do criptopórtico.



Imagem 465 – Óculo entaipado da sala Poente do criptopórtico.



Imagem 466 – Rebaixamento na pedra para a abertura da porta.



Imagem 467 – Sala Poente do criptopórtico com cobertura abobadada.

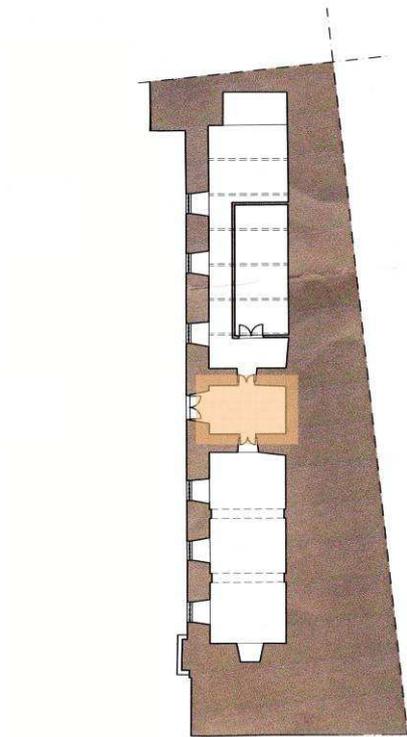


Imagem 468 - Localização da sala do centro na planta do criptopórtico do levantamento de 2003.

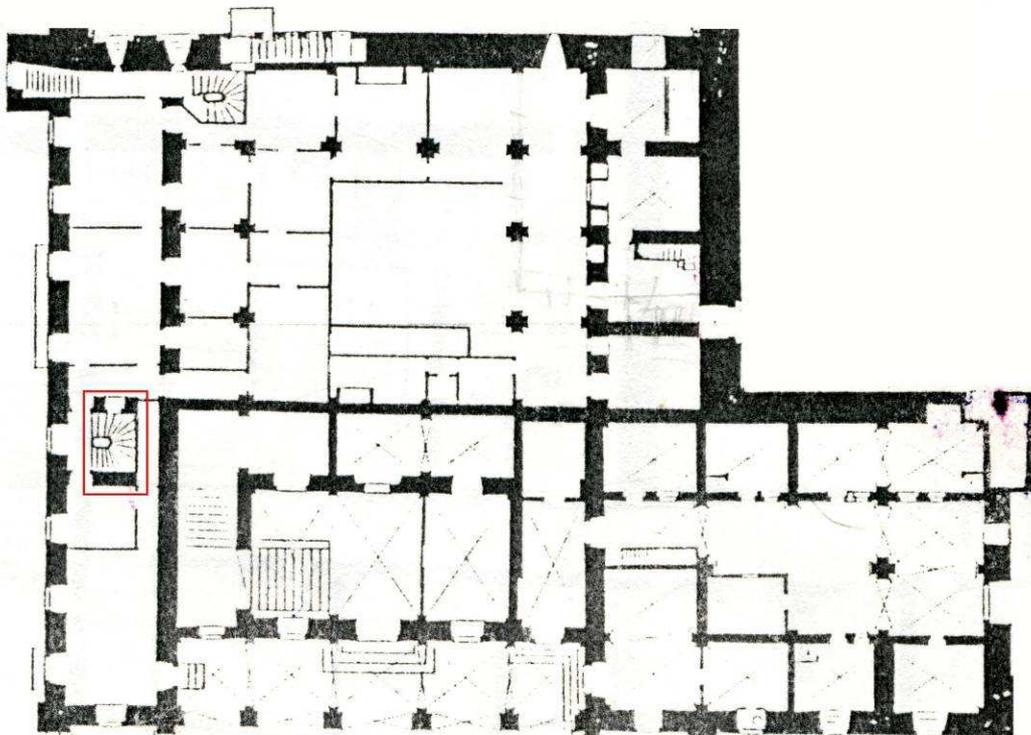


Imagem 469 – Localização da escada que acedia aos apartamentos em 1942.



470 – Sala do centro do criptopórtico.

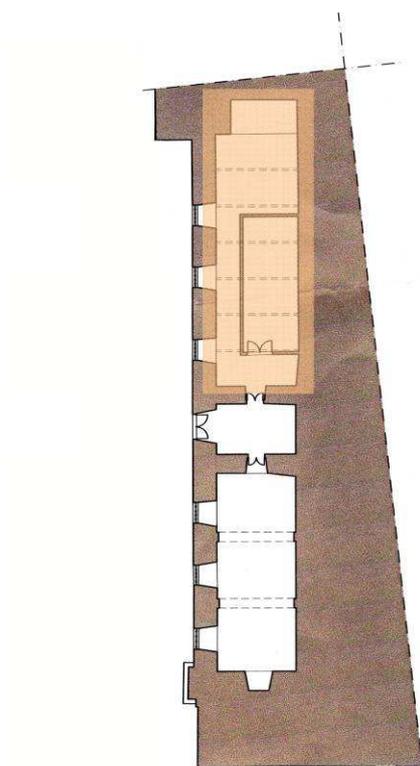


Imagem 471 - Localização da sala Nascente na planta do criptopórtico do levantamento de 2003.



Imagem 472 – Cobertura abobadada da sala Nascente.



Imagem 473 – Cobertura da sala Nascente antes das obras de 1942.



Imagem 474 – Canto entaipado que dava acesso à escada.



Imagem 475 – Antigo acesso á escada.



Imagem 476 – Fresta na sala Nascente.

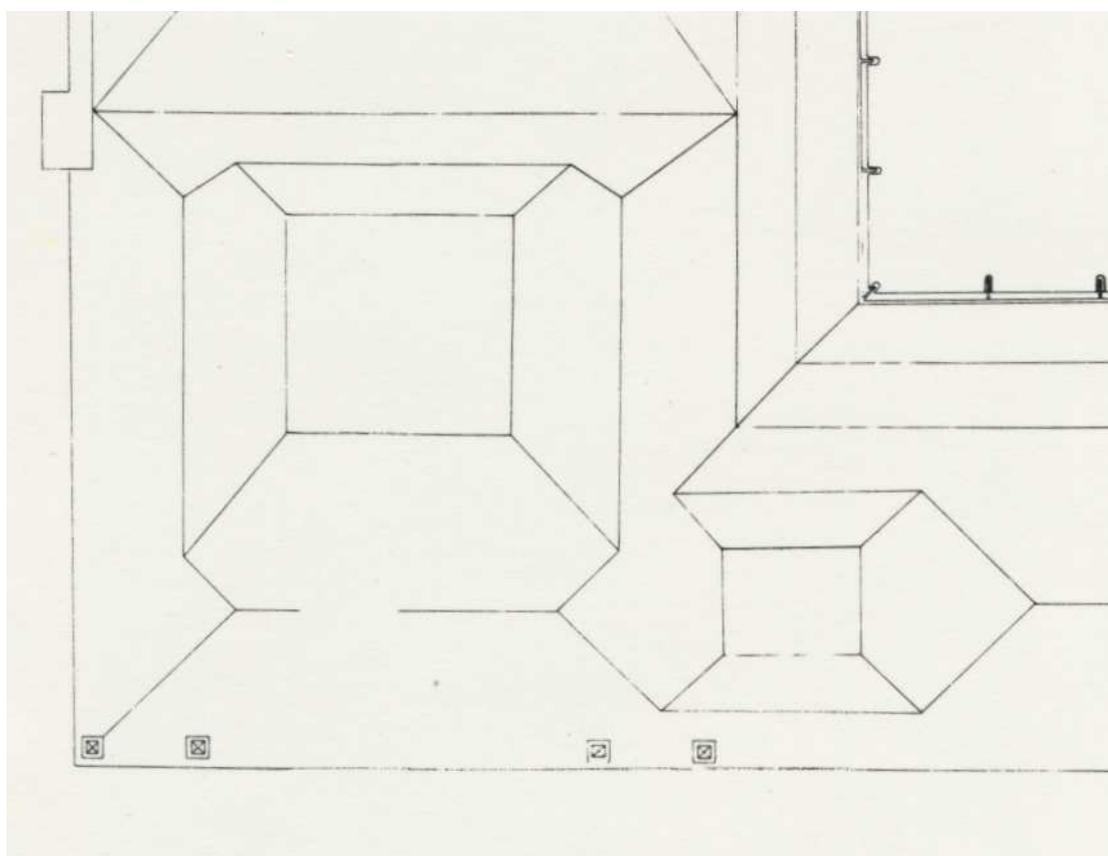


Imagem 477 – Planta da cobertura.



Imagens 478 e 479 – Cobertura e águas-furtadas dos apartamentos.



Imagens 480 e 481 – Cobertura e águas-furtadas dos apartamentos.

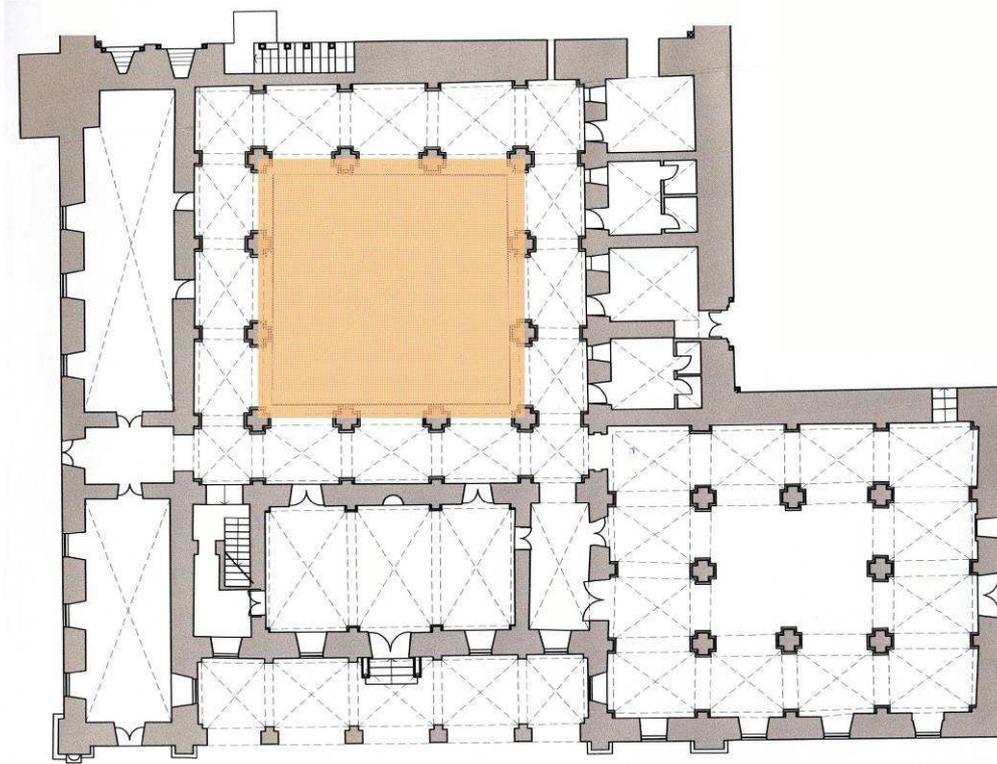


Imagem 482 - Localização do claustro na planta do piso térreo do levantamento de 2003.



Imagem 483 – Grafito num dos pilares da arcada.



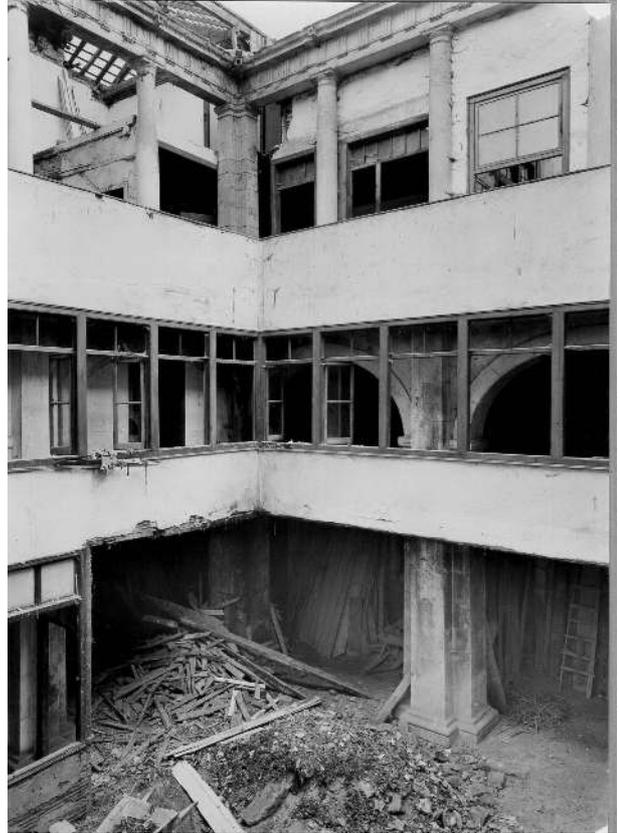
Imagem 484 – Claustro.



Imagem 485 – Pilares de secção cruciforme.



Imagens 486, 487 e 488 – Espaço entulhado pelas obras de 1942.



Imagens 489, 490, 491 e 492 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagens 493, 494 e 495 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagens 496, 497 e 498 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagens 499 e 500 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagens 501, 502 e 503 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagens 504, 505 e 506 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.



Imagem 507 – Desmontagem dos apartamentos em 1942.

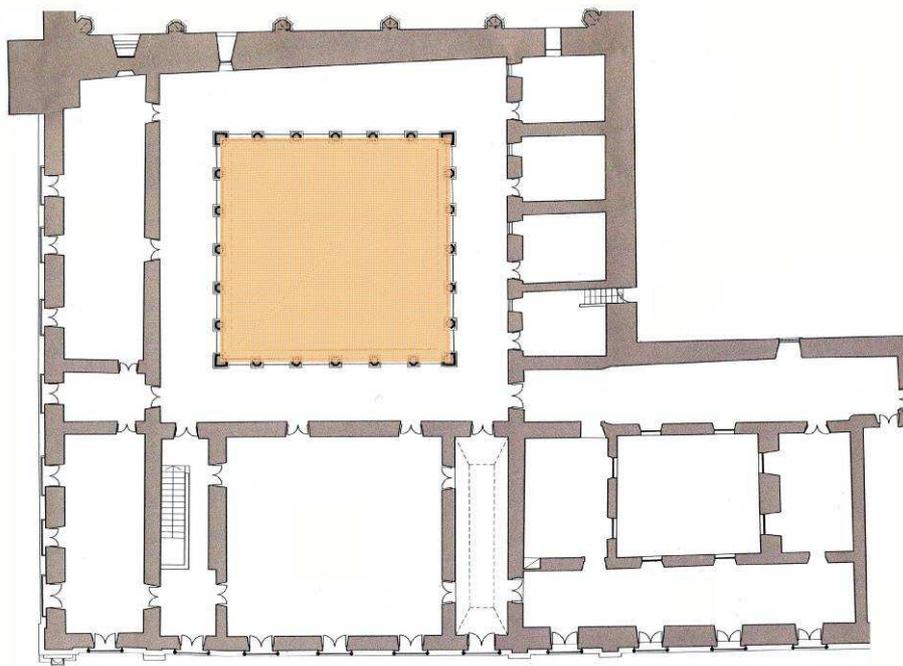
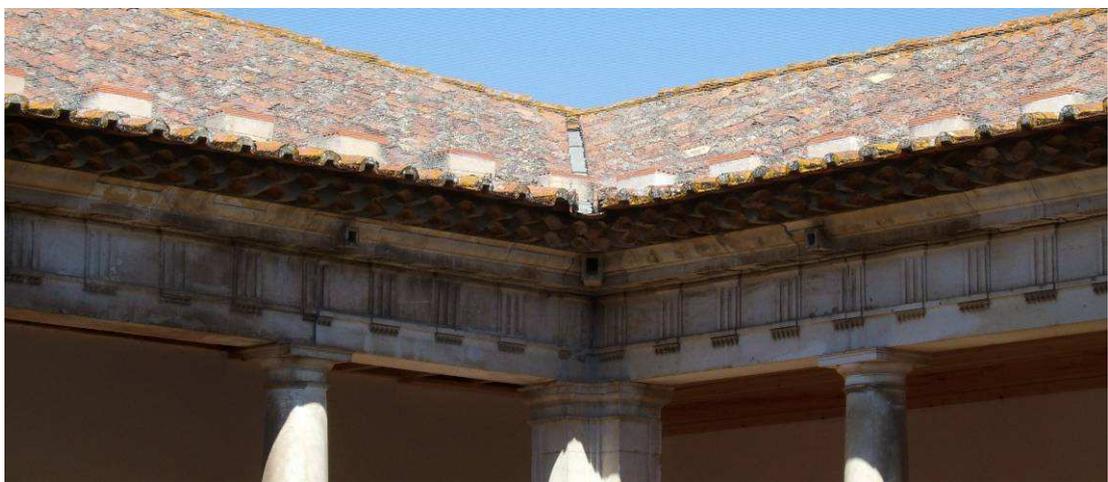


Imagem 508 - Localização do sobreclaustro na planta do piso superior do levantamento de 2003.



Imagens 509 e 510 – Galeria do sobreclaustro com cimalha de ordem jónica.



Imagem 511 – Sobreclaustro entaipado.